



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA BAHIA

Programa de Pós-Graduação em História Regional e Local

EMIRIENE COSTA SANTOS

**Ver-Julgar-Agir: A trajetória da Juventude Agrária Católica
em São Miguel das Matas - Ba (1956 – 1969).**

São Miguel das Matas-BA, 2025.

EMIRIENE COSTA SANTOS

**Ver-Julgar-Agir: A trajetória da Juventude Agrária Católica em
São Miguel das Matas - Ba, (1956 – 1969).**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Mestrado de História pela Universidade Estadual da Bahia - UNEB, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ensino de História.

Área de concentração: História Regional e Local.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Tânia Mara Pereira Vasconcelos

São Miguel das Matas-BA, 2025

FOLHA DE APROVAÇÃO

"VER-JULGAR-AGIR: A TRAJETÓRIA DA JUVENTUDE AGRÁRIA CATÓLICA EM SÃO MIGUEL DAS MATAS - BA, (1956 - 1969)."

EMIRIENE COSTA SANTOS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Regional e Local - PPGHIS, em 3 de abril de 2025, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestra em História Regional e Local pela Universidade do Estado da Bahia, conforme avaliação da Banca Examinadora:



Professor(a) Dr.(a) TÂNIA MARA P. VASCONCELOS

UNEB

Doutorado em História

Universidade Federal Fluminense




Professor(a) Dr.(a) SARA OLIVEIRA FARIAS

UNEB

Doutorado em História

Universidade Federal de Pernambuco



Professor(a) Dr.(a) CÂNDIDA ANDRADE DE MORAES

Ufba - UFBA

Doutorado em Educação

Universidade Federal da Bahia

FICHA CATALOGRÁFICA

Sistema de Bibliotecas da UNEB
Adriana Silva Freitas Sampaio CRB-5/1218

Santos, Emirente Costa

Ver-Julgar-Agir: A trajetória da juventude Agrária Católica em São Miguel das Matas (Bahia, 1956-1969) . __ Santo Antônio de Jesus-BA, 2025.

179 fls.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Tânia Mara Pereira Vasconcelos
Dissertação (Mestrado acadêmico - PPGHIS) Universidade do Estado da Bahia.
Departamento de Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História Regional e Local – (PPGHIS), *Campus V*. 2025.

Inclui Referências.

1. História. 2. Reforme agrária. 3. Juventude Agrária. 4. Igreja Católica. I. Vasconcelos, Tânia Mara Pereira. II. Título. III. Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Ciências Humanas.

CDD 981

AGRADECIMENTOS

Aos jacistas que abriram suas casas e suas vidas para me contarem suas histórias.

Ao Monsenhor Gilberto Vaz Sampaio, um grande amigo o qual me faz muita falta.

A todos que proporcionaram o acesso às fontes necessárias para a realização deste trabalho: Paróquias, Arquivos públicos...

À Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e ao Programa de Pós-Graduação em História Regional e Local.

À minha orientadora Tânia Mara Pereira Vasconcelos, que contribuiu para a formulação deste trabalho com paciência, sabedoria e um olhar sensível e apurado para todas as linhas aqui escritas.

Às professoras Sara Oliveira Farias e Cândida Andrade de Moraes, duas grandes inspirações – pela leitura comprometida e pelas preciosas observações.

À minha família: meu esposo Edmar dos Santos Souza por ter segurado a minha mão durante todo o percurso; a meu filho Bernardo Costa Souza por aceitar minhas recusas na hora de brincar para poder escrever; aos meus pais, em especial à minha mãe Miralva Costa Santos, pelo apoio sem medida; a meu irmão Enock Ferreira Santos Filho e minha cunhada Vanderléia Macena por entenderem minha ausência quando mais precisaram de mim.

Ao professor Muniz Ferreira e à professora e amiga Cristiane Santana por serem os primeiros a me mostrarem que esse trabalho seria possível.

Aos professores Ítalo Nelli Borges e Suzana Severs que fizeram parte desse trajeto.

À secretária do programa de pós-graduação, Viviane Sales, por ter tornado o meu percurso acadêmico mais leve.

Aos colegas e amigos(as) que participaram comigo dessa jornada.

À Progesq e à FAPESB por terem financiado parte da pesquisa.

Resumo:

Este trabalho discute como se deu o surgimento, organização e atuação da Juventude Agrária Católica (JAC), em São Miguel das Matas – Ba, nos anos de 1956 a 1969 (início e fim do Movimento na cidade), considerando o contexto sociopolítico e eclesial do período em que este Movimento da Ação Católica Especializada atuou. Um dos objetivos principais é refletir sobre a situação do papel da mulher nesse processo e do homem do campo no período da ditadura civil-militar, destacando a relação igreja e política, a fim de entender como esse Movimento se firmou e quais suas contribuições diante de sua expansão na Bahia.

Palavras-chave: Juventude Agrária Católica, Igreja Católica e Reforma Agrária.

Abstract:

This work discusses how the Catholic Agrarian Youth (JAC) emerged, was organized and performed in São Miguel das Matas – Ba in the years 1956 to 1969 (beginning and end of the movement in the city) considering the socio-political and ecclesiastical context of the period. in which this Specialized Catholic Action movement acted. Having as one of the main objectives to reflect on the situation of the role of women in this process and of rural men during the period of the Civil Military Dictatorship, highlighting the relationship between church and politics in order to understand how this movement was established and what its contributions were to its expansion in Bahia.

Keywords: Catholic Agrarian Youth, Catholic Church and Agrarian Reform.

SUMÁRIO

1. Introdução

- 1.1. Título: análise de uma escolha11
- 1.2. Pensando sobre a pesquisa14

2. Capítulo I - Entre a Terra e a Fé: a formação da Juventude Agrária

Católica na Bahia

- 2.1. São Miguel das Matas e suas origens21
- 2.2. A Juventude no seu tempo28
- 2.3. A Juventude Agrária Católica.....34
- 2.4. A Juventude Agrária Católica em São Miguel das Matas e sua atuação40
- 2.5. Método VER-JULGAR-AGIR54
- 2.6. Mulheres à frente do Movimento:.....58

3. Capítulo II – Memória, Território e Poder: A Dinâmica da Juventude

Agrária Católica.

- 3.1. Território e poder: Criação do sindicato rural.....73
- 3.2. As asas invisíveis do Padre Gilberto.....87
- 3.3. Igreja Progressista, Teologia da Libertação e a JAC: Articulações entre Fé e Luta Social no Campo94
- 3.4. Uma ação de protesto: A Festa do Agricultor.....98
- 3.5. Correio Rural: para falar com o povo102
- 3.6. MEB e a busca pelo conhecimento111

4. Capítulo III - Ditadura Militar e o Declínio da Juventude Agrária

Católica: Um Olhar sobre São Miguel das Matas

- 4.1. Juventude Agrária Católica: Fé, Resistência e Transformação no Tempo Presente130
- 4.2. O Grito no Nordeste: Um Periódico em Tempos de Repressão135
- 4.3. São Miguel das Matas sob a Lupa do Serviço Nacional de Informações: A Ditadura Militar e a Repressão Local143
- 4.4. Entre a Resistência e o Recuo: A Desarticulação da JAC no Contexto da Ditadura Militar.152

5. Considerações Finais160

6. Referências Bibliográficas167

7. Anexos 174

LISTAS DE ABREVIATURAS

AC - Ação Católica

ACB - Ação Católica Brasileira

ACE - Ação Católica Especializada

ACR - Ação Católica Rural

CEDIC - Centro de Documentação e Informação Científica

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

JAC - Juventude Agrária Católica

JACB - Juventude Agrária Católica do Brasil

JACF - Juventude Agrária Católica Feminina

JACM - Juventude Agrária Católica Masculina

JEC - Juventude Estudantil Católica

JIC - Juventude Independente Católica

JOC - Juventude Operária Católica

JUC - Juventude Universitária Católica

LAC - Liga Agrária Católica

LACF - Liga Agrária Católica Feminina

MEB - Movimento de Educação de Base

MIJARC - Movimento Internacional da Juventude Agrícola e Rural Católica

NUDOC – Núcleo de Documentação sobre Movimentos Sociais

ONU - Organização das Nações Unidas

STR - Sindicato dos Trabalhadores Rurais

USP – Universidade de São Paulo

VAR – Vanguarda Armada Palmares

VPR – Vanguarda Popular Revolucionária

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

- Figura 1** - São Miguel das Matas – foto da Igreja Matriz e da praça Maria Madalena – Fonte: site IGBE.....21
- Figura 2** - Estação de Trem 1956, Fonte: Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, vol. XXI, IBGE, 1958.....22
- Figura 3** - Rua Frederico Costa, Fonte: Arquivo pessoal do médico Ismar Vilas Boas.....25
- Figura 4** - Encontro da JAC em 59, arquivo de Maria do Carmo Andrade Bonfim.....35
- Figura 5** - Encontro da JAC com a presença do padre Gilberto Vaz, de terno escuro.....42
- Figura 6** - Reunião da JAC realizada em São Miguel das Matas – 195843
- Figura 7** - Mapa mostrando os estados onde a JAC atuou - Fonte retirada do livro História e Organização de Jovens Camponeses e Cristãos.....45
- Figura 8** - Juventude Agrária Católica Feminina em São Miguel das Matas – Ba, acervo pessoal dos Jacistas59
- Figura 9** - Primeiro Encontro Nacional da JACF em 1961. Foto do Arquivo de José Alai62
- Figura 10** - Zorilda Andrade na França – acervo pessoal67
- Figura 11** - Padre Gilberto montado na mula Beija-Flor em uma de suas primeiras viagens a São Miguel das Matas. Arquivo Pessoal de Dona Hilda Vaz88
- Figura 12** - Desfile do Arroz – 1961. Fonte: Arquivo Pessoal de Maria Inez Sousa98
- Figura 13** - Jornal Correio Rural103
- Figura 14** - Relação de assinantes do Jornal Correio Rural do estado da Bahia, destacando as duas assinaturas pertencentes ao município de São Miguel das Matas – lista retirada do site do CEDIC- PUC105
- Figura 15** - Publicação (n.º 109) datada de junho de 1964, documentação cedida pelo: CEDIC-PUC106
- Figura 16** - Edição do Jornal Correio Rural n.º 109 de junho de 1964, retirado do arquivo do CEDIC – PUC-SP.....108

Figura 17 - Início do MEB em 1961. Fotografia retirada do portal: https://meb.org.br/historia/ (Acesso em: 04 de setembro de 2024)	111
Figura 18 - Uma das páginas da cartilha “Viver é Lutar”, organizada pelo MEB para a campanha do barbeiro – retirada do site do MEB	115
Figura 19 - Documento retirado do acervo do meb.org.br/apostilas	124
Figura 20 - Joana Guida, Professora Aurinha (atrás), Maria Catarina e Vozinha (no centro). No Colégio das Freiras em Feira de Santana, ano de 1964	132
Figura 21 - Capa do Grito no Nordeste. Fonte: Repositório digital do NUDOC - Núcleo de Documentação sobre os Movimentos Sociais.....	138
Figura 22 - Publicação no Boletim Grito no Nordeste n.º 5, 1968, p. 12.....	141
Figura 23 - Roteiro que o padre José Sevat fez. Publicado no Boletim Grito no Nordeste n.º 5, 1968, p. 18.....	142
Figura 24 - Relatório do SNI sobre as atividades religiosas do padre Gilberto Vaz Sampaio em 1977.....	147
Figura 25 – Documento de 1970, elaborado pela 6ª Região Militar.....	150
Figura 26 - Juventude Agrária Católica no seminário em Amargosa, junto com o bispo da época, Don Florêncio Vieira (no centro), o padre Gilberto Vaz Sampaio (ao fundo), padre José Clarencio (pároco de Amargosa) e Pe. Albertino	152

COM ESTAS MÃOS

Cultivarei o chão da manhã.
Com estas mãos
Ainda algemadas.
Não importa o sangue,
se ele brota dos meus dedos
ou da terra ferida.
Não importa se a colheita de luz tarda,
ou se os depósitos da noite permanecem
intactos.
Não importa que a passagem do inimigo
só tenha deixado destroços.
Cultivarei o chão da manhã,
embora, hoje, eu deva recompor
o corpo de meu irmão feito em pedaços.
Não importa se tarda a colheita de luz.

Pedro Tierra (2013).

1. Introdução

A escuta acolhe e nos torna mais perceptivos e sensíveis ao outro. Ouvimos com o sentido, escutamos sentindo.

Margly Octavia Genofre de Carvalho.

Essa história começa em uma cidade no interior da Bahia. Lugar onde o culto religioso é muito forte, onde crenças e tradições católicas estão presentes pelas ruas de pedra e barro, onde olhos, hoje enrugados, presenciaram as marcas da Ditadura Civil Militar¹, da repressão, do exílio e das perseguições sofridas. Perseguições que ainda estão guardadas na memória de muitos.

Quando descobri a existência da Juventude Agrária Católica - JAC, aos 16 anos de idade, na cidade de São Miguel das Matas – Ba, fui tomada por um forte encantamento e curiosidade. Sem conhecimento acadêmico, saí entrevistando pessoas que vivenciaram aquele período, ouvindo seus relatos de vida, coletando documentos e fotografias, fui tecendo na mente uma colcha cheia de belas histórias. Ali, eu tinha a impressão de um Movimento que ainda estava vivo dentro de narrativas cheias de orgulho.

Resolvi abordar o assunto em um trabalho escolar de história no ensino médio em 1996. Procurei o pároco da época, Fausto da Silva, quem trouxe ao meu conhecimento o Movimento rural que hoje estudo. Ele me descreveu como era a repressão existente na cidade naquele período. Uma cidade dividida entre a igreja e o poder político. Atualmente, apesar dos mais de 130 anos de emancipação política, a população de São Miguel das Matas ainda vive em função de empregos da prefeitura, o que faz com que boa parte dos habitantes se calem para garantir a sobrevivência, pois, se desagradarem o poder instituído, poderão ser perseguidos e demitidos. O resultado dessa pesquisa não pôde ser apresentado no colégio que eu estudava, pois fui

¹ O termo ditadura civil-militar é mais adequado do que ditadura militar, dado o apoio e participação do pessoal político civil, bem como de empresas, empresários, mídia e movimentos engajados na produção da ideologia ditatorial. Guillermo O'Donnell aponta que “a expressão regime militar nunca pareceu adequada, porque tais regimes eram militares-civis, já que o componente de apoio do pessoal político- civil era muito importante.” (O'DONNELL, Guillermo. Transição democrática e políticas sociais. In: Revista de Administração Pública. Rio de Janeiro, v. 21, n. 4, out/dez, 1987, p. 9-15, p. 11). Sobre o assunto ver também: STEPAN, Alfred. Os militares na política. Rio de Janeiro: Arte nova, 1975.

informada que esse assunto se tratava de um tema delicado e perigoso e que seria melhor eu pensar em algo menos polêmico.

Em 2002, embarquei para São Paulo a fim de continuar meus estudos. Escolhi o curso de Comunicação Social - Jornalismo e, em Osasco, acabei conhecendo o ex-presos político Roberto Espinosa². Roberto me contou sua história, sua luta, sua militância e todas as atrocidades sofridas durante a prisão no período da ditadura civil-militar. Por intermédio dele, passei a conhecer e estudar os Movimentos e organizações de esquerda, como a VAR-Palmares, Colinas e VPR (Vanguarda Popular Revolucionária), que surgiram na época da ditadura e cujas células embrionárias vêm das greves e do Movimento operário que eclodia em toda grande São Paulo, sobretudo em Osasco. Com Espinosa, comecei também a frequentar o grupo “Inquietos”, composto por diversos ex-presos políticos, professores da USP (Universidade de São Paulo) e outros membros que discutiam a conjuntura política e relatavam como sobreviveram à luta armada.

No decorrer de minhas pesquisas, fui conhecendo diversas pessoas ligadas à resistência contra a ditadura, ouvi suas histórias e comecei a perceber a semelhança existente entre elas. Consegui juntar muitas pessoas que, depois do golpe, do exílio, da tortura e da perseguição, se separaram e não haviam mais se visto. Descobri conexões entre militantes que combateram a ditadura civil-militar em São Miguel das Matas e em Osasco.

Nesses anos todos, juntei muito material, assim, escrevi como conclusão de curso um livro-reportagem intitulado: *Caminhos da Memória: perfis de torturados, exilados e perseguidos durante o período da Ditadura Civil Militar*. Nesse livro-reportagem conto a história de vida de quatro pessoas que enfrentaram o exílio, a tortura e a perseguição entre as

² **Roberto Espinosa:** Jornalista, nascido em Osasco no ano de 1946, sofreu vários tipos de tortura, teve o pai morto e mantido como refém do Estado no QG do II Exército, dirigente da VAR- Palmares e VPR (Vanguarda Popular Revolucionária), preso político (1969- 1973). Teve seu nome na lista de procurados, passou pelo DOESP e pela operação Bandeirantes. Participou da greve de 68. Escreveu Abraços que Sufocam e Ensaio pela Liberdade.

Inácio Gurgel: osasquense, professor de teatro, fundou grupos religiosos de esquerda, foi perseguido, participou da greve da Cobrasma, escreveu a autobiografia: Pedacos de Mim e de Você, que fala sobre a trajetória no período da ditadura militar (não publicado). Teve problemas psicológicos, decorrentes a censura da época.

Claudionor Couto: miguelense (BA) foi exilado no Chile, viveu na clandestinidade, foi líder do Colinas na Bahia, foi treinado na Agulha Negra, ajudou a esconder vários perseguidos no período da Ditadura Civil Militar. Usou nomes falsos durante a clandestinidade. Escreveu um livro autobiográfico: O dedo do padre.

Alzira dos Santos: osasquense de 68 anos. Escreveu em diário na época da ditadura. Ela viveu um romance com Carlos Alberto Adams (desaparecido político). Fruto desse romance surgiu Ana Maria dos Santos (que nunca conheceu o pai). Ele era estudante de engenharia da USP em 68, militante na UNE (União Nacional dos estudantes) e foi preso no DOESP no congresso de Ibiúna.

décadas de 1960 a 1980, nos estados da Bahia e São Paulo – especificamente nas cidades de São Miguel das Matas (BA) e Osasco (SP).

Ao retornar para a Bahia, me deparo com a seguinte frase: “engavete esse projeto, pois ele vai te trazer várias consequências, esse assunto não é para ser abordado aqui nesta cidade”. Contudo, minha busca e meu anseio em estudar esse tema continuou, nunca me rendi às diversas ameaças que recebi ao longo dessa jornada, ao contrário, isso sempre me deu ainda mais força para questionar como seria possível em pleno século XXI viver à mercê de tanta submissão político-partidária. Busquei compreender como pensavam as pessoas que viveram intensamente pelos seus ideais, pessoas que almejavam mudanças, um Brasil mais justo e que, apesar de suas dores e perdas, ainda carregavam na memória as lembranças de um passado marcado pela luta libertária.

Aos 43 anos, retomo essa pesquisa ao ingressar no mestrado de História Regional e Local da Universidade Estadual da Bahia - UNEB, na certeza de que esses fragmentos aqui apresentados possam contribuir com a elaboração não apenas da história desse Movimento Rural, mas também na construção da minha história, enquanto mulher e pesquisadora que acredita que certas memórias não podem ser silenciadas. Minha relação com a JAC é uma relação de afeto, admiração e respeito, e é para eles, os jacistas, que abro esse espaço, para que essa história jamais seja esquecida.

Botelho (2014), em seu texto "A escuta do outro: os dilemas da interpretação", expressa uma perspectiva que se alinha perfeitamente com a minha visão sobre a relação com o tema em questão. A professora afirmou de forma clara: "A escuta do outro é essencial para a interpretação correta dos dilemas apresentados, pois permite uma compreensão mais profunda e empática das diferentes perspectivas envolvidas." Essa abordagem enfatiza a importância de considerar as múltiplas vozes e experiências ao abordar questões complexas. Acrescento:

Nessa perspectiva, o pesquisador é um caçador do invisível é aquele que sai em busca daquilo que não foi dito, daquilo que não está escrito, com o propósito de ampliar seu campo de interpretação e de se aproximar cada vez mais da voz do narrador. Sua tarefa, no momento da interpretação, é também destrinchar o oculto que se esconde no visível, é ir além dos limites da visão. (COSTA, 2014. p. 51)

Também considero significativo mencionar sobre algo que trago nessa pesquisa e que considero relevante: um olhar e uma escrita pautada sobre o conhecimento da minha formação acadêmica em jornalismo. É perceptível que o campo de estudos do Jornalismo tem com a História profunda ligação, pois ambos se complementam, embora exista uma multiplicidade de

abordagens para analisar o todo. Assim, procuro trazer para minha narrativa um caráter mais informativo e investigativo, com o propósito de examinar os fatos históricos.

Ginzburg (1987), em sua obra *O Queijo e os Vermes*, discute a relação entre história e narrativa. Ele argumenta que a história é uma forma de narrativa que busca reconstruir o passado a partir de fragmentos e indícios, assim como o jornalismo busca relatar os eventos contemporâneos com base em evidências e testemunhos. A meu ver, passado ou presente, o fato é que, se eles se integram e apresentam bons resultados aí está o segredo de uma narrativa que contemple a ação do tempo. Sendo assim, espero conciliar esses dois conhecimentos de forma que um seja complemento do outro.

Para contextualizar a trajetória da Juventude Agrária Católica também recorro a uma paixão que adquiri conhecimento ao longo dos anos: a fotografia, como forma de exemplificar o contexto ao qual essa temática está inserida. A fotografia desempenha um papel fundamental na história, proporcionando uma forma única de documentação visual do passado. Ela tornou-se uma maneira acessível e difundida de registrar a história, permitindo uma representação mais fiel e detalhada do mundo ao nosso redor. Walter Benjamin (1994), em *Pequena História da Fotografia*, destaca como as fotografias podem revelar detalhes significativos sobre a vida cotidiana, a arquitetura e a cultura de uma época específica. Ele argumenta que a fotografia não apenas registra eventos e pessoas do passado, mas também captura a aura única de um momento específico. Ele também enfatiza como essa arte pode revelar detalhes significativos sobre a vida cotidiana de uma época específica, proporcionando uma visão mais profunda e concreta da história.

Através da análise de fotografias é possível rastrear e documentar mudanças históricas, como urbanização, industrialização, modificações culturais e ambientais. John Szarkowski (2011), em *A Evidência Fotográfica*, destaca como as fotografias podem ser usadas para documentar transformações ao longo do tempo. Sua capacidade de preservar a memória fornece acesso à história capaz de se tornar uma ferramenta indispensável para historiadores e pesquisadores.

1.2 Pensando sobre a pesquisa

Os impactos dos longos anos de ruptura democrática no Brasil têm sido interesse considerável dos muitos estudos historiográficos contemporâneos. Assim, pesquisa em questão

se debruça em narrar e refletir sobre a formação e a trajetória da Juventude Agrária Católica (JAC) em São Miguel das Matas - uma pequena cidade do interior da Bahia - entre os anos de 1956 e 1969³, que de alguma forma incita a ampliação do Movimento para outras regiões, cidades e estado. Em São Miguel das Matas, a JAC se tornou referência graças ao pensamento revolucionário do jovem recém ordenado pároco, Gilberto Vaz Sampaio⁴, quem fundou o movimento no município, fazendo dessa cidade a paróquia pioneira do movimento jacista no estado da Bahia.

Meu intuito ao pesquisar o tema é também evidenciar e discutir as perdas políticas, sociais, econômicas, culturais e, sobretudo, humanas, decorrentes da instauração do regime ditatorial nessa pequena cidade do interior baiano, atingindo, sobretudo, uma população agrária que buscava seu sustento através da terra.

Investigar a JAC no período da ditadura civil-militar e seus mecanismos de atuação implica apresentar nuances ainda não evidenciadas pelos estudos recentes, trazendo para a discussão acadêmica a trajetória percorrida pelos jacistas e suas contribuições no que tange ao não silenciamento perante os desmandos e excessos de autoridade agenciados pelo golpe militar naquele período. É importante citar o empenho do regime, ao final da ditadura, em provocar o apagamento das memórias cometidas pelo aparato do Estado através da Lei da Anistia, em virtude da política de esquecimento.

Conhecer e preservar a memória de indivíduos que viveram durante a ditadura é de extrema relevância, pois torna possível a releitura da História, através da utilização de fontes apreciadas e trazidas à tona pela Nova História Política⁵. Fontes estas aplicadas no percurso da construção desse “passado” por intermédio da autobiografia, da história oral, dos registros pessoais, da escuta sensível, do resgate da memória e documentos cedidos ao longo da pesquisa. Deste modo, esse outro olhar se torna mais uma voz que se levanta e nos mostra como as representações do passado podem expor marcas deixadas pela conjuntura política do Brasil daquela época. Marcelo Pereira Lima (2014) destaca que compreender o outro, considerando as informações que envolvem a existência do indivíduo, exige uma análise cuidadosa, especialmente em pesquisas que utilizam fontes de diferentes naturezas.

Importante salientar que grande parte da documentação da JAC foi destruída no período

³ Início e término do Movimento na cidade.

⁴ Em 1º de janeiro de 1953 assumiu a paróquia do município de São Miguel das Matas.

⁵ Francisco Falcon denomina de *nova história política*, a que emerge a partir da década de 70 do século passado, em oposição a chamada *história política tradicional*: que seria uma história factual, centrada nos grandes nomes e nos grandes eventos e presa aos documentos escritos. Essa *nova história política* traz novos temas e objetos: eleições, mídia, opinião pública, partidos, associações e Movimentos sociais (FALCON, 1997).

da ditadura civil militar, o que torna essa pesquisa ainda mais relevante, já que tenho a intenção de compilar informações para que as memórias não sejam esquecidas. Destaco também que existe uma considerável bibliografia que aborda a temática ‘Igreja e Política’, ela tenta dar conta das transformações pelas quais passou a Igreja Católica brasileira e o seu confronto com o Estado durante o regime militar, o que se enquadra na discussão aqui desenvolvida.

Esse estudo foi realizado a partir das seguintes questões norteadoras: Como se deu a trajetória da Juventude Agrária Católica em São Miguel das Matas? Que tipo de ações e reações esse Movimento desempenhou? Como a JAC atuou diante da repressão política dos poderes constituídos em São Miguel das Matas no período em questão?

Na parte metodológica utilizo os recursos da História Oral como suporte teórico-metodológico para o desenvolvimento deste estudo, visando promover um cruzamento analítico entre as fontes escritas e as entrevistas realizadas. Afinal,

Uma entrevista de história oral tem uma vivacidade especial. É da experiência de um sujeito que se trata; sua narrativa acaba colorindo o passado com um valor que nos é caro: aquele que faz do homem um indivíduo único e singular, um sujeito que efetivamente viveu e, por isso dá vida as conjunturas e estruturas que de outro modo parecem tão distantes. Ouvindo-o falar, temos a sensação de ouvir a história sendo contada em um contínuo, temos a sensação de que as discontinuidades são abolidas e recheadas com ingredientes pessoais: emoções, reações, observações, idiossincrasias, relatos pitorescos. Que interessante reconhecer que, em meio a conjunturas, em meio a estruturas, há pessoas que se movimentam, que opinam, que reagem, que vivem. (ALBERTI, 1990, p. 44)

A história oral destina-se à constituição de novas fontes para a pesquisa histórica, sendo que, “(...) fazer história oral significa, portanto, produzir conhecimentos históricos, científicos e não simplesmente fazer um relato, ordenado da vida e da experiência dos ‘outros’” (LOZANO, 1996, p. 17). Logo, as fontes orais darão espaço a importantes diálogos com os documentos primários que serão utilizados na construção desta pesquisa historiográfica. Situando historicamente e analisando os depoimentos orais, pretendo obter uma ampla compreensão do Movimento da esquerda católica diante de suas lutas, principalmente pela reforma agrária.

Contudo, o trabalho em questão não se concentra apenas na história oral, mas também na discussão que a Nova História Política traz. Nesse sentido, utilizo o estudo de René Remond e sua obra *Por uma História Política*, a qual defende a necessidade de incorporar métodos e perspectivas de outras disciplinas, como a sociologia e a antropologia, para compreender melhor o papel das ideias, das mentalidades coletivas e das instituições na conformação dos eventos políticos. Remond também enfatiza a importância de estudar não apenas os

acontecimentos políticos em si, mas também os processos sociais subjacentes, como a formação de opiniões, a mobilização política e as relações de poder. Essa nova abordagem não rejeita a história política tradicional, mas a transcende, incorporando elementos das ciências sociais e focalizando em temas anteriormente negligenciados pelos historiadores. A Nova História Política, proposta por Rémond, defende uma ampliação significativa do objeto de estudo. Em vez de se limitar aos fatos políticos e às decisões de líderes, inclui-se a análise das mentalidades, das ideologias, das representações simbólicas e das práticas sociais que influenciam o cenário político. Assim a cultura política, a opinião pública, a mobilização social e os discursos políticos se tornam temas centrais de investigação. Um exemplo de discurso direto que encapsula suas ideias pode ser visto na seguinte passagem:

Ao se ocupar do estudo da participação na vida política e dos processos eleitorais, integra todos os atores, mesmo os mais modestos, perdendo assim seu caráter elitista e individualista e elegendo as massas como seu objeto central. Seu interesse não está voltado para a curta duração, mas para uma pluralidade de ritmos, em que se combinam o instantâneo e o extremamente lento. E na longa duração que se irá buscar a história das formações políticas e das ideologias, ou seja, a cultura política, que por sua vez servirá à reflexão sobre os fenômenos políticos, permitindo detectar as continuidades no tempo. Finalmente, a história política também dispõe de grandes massas documentais passíveis de quantificação, tais como dados eleitorais e partidários, para citar os mais expressivos. (RÉMOND, 1988, p. 7)

Uma característica marcante da Nova História Política é seu caráter interdisciplinar. Rémond argumenta que, para entender plenamente os fenômenos políticos, os historiadores devem dialogar com outras disciplinas, como a sociologia, a antropologia, a psicologia e a economia. Essa abordagem interdisciplinar permite a exploração de questões como a formação de identidades políticas, a influência das crenças religiosas, as dinâmicas de classe e a importância dos símbolos e rituais políticos. Os métodos também se diversificam na Nova História Política. Além da análise de documentos oficiais e de discursos, Rémond sugere que os historiadores utilizem fontes menos convencionais, como a literatura, a arte, as práticas cotidianas e as expressões culturais populares, para capturar a complexidade das dinâmicas políticas. A pesquisa qualitativa, especialmente a história oral, ganha destaque como uma forma de acessar as experiências e perspectivas de indivíduos e grupos que tradicionalmente não ocupavam o centro da narrativa histórica.

Para além dessas discussões, pretendo inserir também o estudo da escuta sensível, já que ela, no campo da história, representa uma abordagem crucial para a compreensão mais profunda e completa dos fenômenos históricos. O método vai além da simples coleta de dados

ou da análise de fontes documentais, propondo uma atenção cuidadosa e empática às vozes e narrativas que muitas vezes são marginalizadas ou subestimadas nos registros históricos convencionais. A escuta sensível envolve a capacidade de captar nuances, silêncios, hesitações e o contexto emocional nas narrativas orais e escritas, o que permite aos historiadores acessar dimensões subjetivas da experiência humana que são fundamentais para uma compreensão mais rica do passado. Essa metodologia é particularmente relevante em estudos de história oral, memória coletiva e história social, onde as vozes de indivíduos e grupos que não têm acesso às plataformas tradicionais de poder e expressão se tornam centrais.

Na prática, a escuta sensível requer que o(a) pesquisador(a) desenvolva uma postura reflexiva e ética, reconhecendo seu próprio papel na construção da narrativa histórica e a necessidade de respeitar e valorizar as experiências e perspectivas dos sujeitos históricos. Isso implica uma abertura para reconhecer as limitações e os potenciais vieses do(a) pesquisador(a), ao mesmo tempo em que se empenha em criar um ambiente de confiança e respeito com os(as) entrevistados(as) ou com as fontes que estão sendo estudadas. Além disso, essa metodologia desafia a noção de que os dados históricos são apenas fatos objetivos a serem compilados e analisados. Em vez disso, promove a ideia de que as narrativas históricas são construções complexas, tecidas a partir de memórias, emoções, identidades e experiências vividas, que precisam ser compreendidas em seu contexto e em sua totalidade. A escuta sensível, portanto, permite ao(a) historiador(a) não apenas documentar o que aconteceu, mas também entender como os eventos foram vividos, lembrados e significados pelos indivíduos e comunidades.

Esse método também se alinha com as discussões contemporâneas sobre descolonização⁶ da história e sobre a importância de dar voz a narrativas subalternas, contribuindo para uma historiografia mais inclusiva e diversificada. Ao adotar a escuta sensível, os historiadores podem revelar camadas de significado que permanecem ocultas nas abordagens tradicionais, contribuindo para uma compreensão mais completa e humana do passado. Portanto, a escuta sensível, como metodologia científica, enriquece o campo da história ao expandir as possibilidades de interpretação e ao aproximar os historiadores das experiências vividas pelas pessoas que viveram a história. Isso, em última análise, contribui para uma historiografia mais empática, ética e plural.

⁶ Um dos autores mais relevantes para essas discussões é Frantz Fanon, que, em obras como *Os Condenados da Terra* (1961), explora a descolonização como um processo radical de transformação social e cultural, que envolve a desconstrução de estruturas coloniais e a recuperação de subjetividades silenciadas. Embora Fanon não use especificamente o termo “escuta sensível”, ele defende a importância de compreender as vozes dos colonizados e suas experiências de opressão e resistência, o que implica uma atitude de abertura e sensibilidade por parte dos sujeitos envolvidos no processo de descolonização.

Para tal abordagem utilizo como referência a pesquisadora Cléria Botelho, que em seus trabalhos sobre a “escuta do outro” oferece uma contribuição significativa para as metodologias de pesquisa qualitativa, especialmente no campo das ciências humanas. Sua abordagem é marcada por uma profunda sensibilidade às experiências e narrativas dos sujeitos, propondo uma metodologia que vai além da simples coleta de informações. Ela enfatiza sobre a importância de uma escuta que não apenas registra, mas que se abre para o entendimento das camadas mais profundas das vivências alheias. Além disso, a autora discute sobre a escuta como um elemento central na construção do conhecimento, especialmente em áreas onde a subjetividade e a experiência pessoal são fundamentais, como na história oral, na antropologia e na sociologia. Botelho argumenta que, ao escutar de forma sensível, o(a) pesquisador(a) não só coleta dados, mas também participa da construção de significados, sendo capaz de captar nuances que de outra forma poderiam passar despercebidas.

A escuta sensível requer uma abordagem ética, na qual o(a) pesquisador(a) reconhece a dignidade e a autonomia do outro. Isso significa respeitar as narrativas como legítimas expressões de experiência, sem impor julgamentos ou tentar moldá-las para se encaixarem em preconceitos teóricos ou metodológicos. A “escuta do outro”, para Botelho, é uma prática que valoriza a diversidade das vozes e reconhece a complexidade das histórias pessoais e coletivas. Assim, a autora nos convida a repensar a escuta como uma prática ética e epistemológica essencial na pesquisa, onde o ouvir se torna um ato de acolhimento e compreensão do outro em sua totalidade. “No entanto, é preciso ter em mente que o mundo de cada rememorador é singular, ímpar e que ele difere do mundo do outro” (BOTELHO, 2014, p. 57).

As principais fontes escritas que utilizo na pesquisa são documentos pertencentes ao Arquivo do CEDIC – PUC-SP; CEAS – Centro de Estudos de Ação Social; Comissão Pastoral da Terra; Federação dos trabalhadores na Agricultura no Estado da Bahia – FETAG – BA; Sindicato Rural de São Miguel das Matas e o acervo pessoal de ex-jacistas.

O levantamento segue também um roteiro de visitas: acervo da casa paroquial em São Miguel das Matas; acervo da Diocese de Amargosa/BA; acervo da Prefeitura Municipal de São Miguel das Matas/BA; Biblioteca Municipal Marlene Santana; Biblioteca Central de Salvador; Biblioteca da UFBA (Universidade Federal da Bahia) – Departamento de História Social. Além disso, utilizo também como fonte documental os jornais da época: *Correio Rural* e *Grito no Nordeste*.

Para além dos recursos citados, utilizo a iconografia fotográfica, já que sua análise oferece uma rica base de dados para a pesquisa histórica, permitindo a reconstituição de

cenários, costumes e mentalidades de períodos passados. Ao considerar a fotografia como fonte documental, é crucial compreender que ela não é um mero reflexo passivo da realidade, mas um produto de contextos específicos, carregado de intencionalidades e subjetividades. Nesse sentido, a foto pode ser vista como uma construção social, em que os elementos capturados na imagem são escolhidos e organizados de acordo com as perspectivas e os interesses do(a) fotógrafo(a), das instituições que promovem ou financiam a produção fotográfica, e até mesmo das tecnologias disponíveis no momento.

A iconografia fotográfica, portanto, deve ser abordada com uma metodologia que inclua não apenas a análise formal das imagens, mas também a investigação de seu contexto histórico, social e político, o que permite aos(as) pesquisadores(as) investigarem nuances culturais e sociais muitas vezes ausentes em documentos escritos. O que envolve o cruzamento de fontes, a utilização de teorias da cultura visual e a reflexão crítica sobre as limitações e potencialidades da fotografia enquanto documento histórico. Em última instância, a fotografia como fonte documental revela-se um campo interdisciplinar, que demanda do(a) pesquisador(a) um olhar atento e um profundo entendimento das dinâmicas culturais e sociais que permeiam a produção e o consumo das imagens.

A dissertação está organizada em três capítulos. No primeiro capítulo, apresento a trajetória da JAC em âmbito nacional e especificamente na cidade de São Miguel das Matas - Ba, fazendo um recorte sobre o surgimento da JAC, o método utilizado pelo Movimento e a participação ativa das mulheres. O segundo capítulo apresenta o contexto político da época, as ações da JAC como a festa do(a) agricultor(a), comemorada em 1º de Maio, a formação do sindicato rural, o Movimento de Educação e Base, e as perseguições políticas acometidas à Juventude Agrária. No último capítulo, apresento o desfecho: o fim do Movimento e o impacto que a ditadura civil-militar trouxe à cidade em questão, fazendo para isso uma análise de alguns documentos do Serviço Nacional de Informações (SNI) que registraram as acusações contra o padre Gilberto e outros ex-integrantes do Movimento jacista, entre outras fontes. Esses documentos evidenciam de que maneira a censura também afetou pequenas cidades, demonstrando o alcance repressivo do regime.

Entre a Terra e a Fé: a formação da Juventude Agrária Católica na Bahia

2.1 São Miguel das Matas e suas origens

“...És rude e cativo, não tens liberdade.
A roça é teu mundo e também tua escola.
Teu braço é a mola que move a cidade”.

(Patativa do Assaré)



FIGURA 1 – São Miguel das Matas – foto da Igreja Matriz e da praça Maria Madalena – Fonte: site IGBE

Cresci ouvindo dizer que São Miguel das Matas era o fim do mundo, cidade onde o vento faz a curva⁷. Tempos atrás, achar informações sobre essa localidade nos livros e nos mapas era muito difícil. Com o tempo, graças ao advento da tecnologia e aos trabalhos

⁷ Recomendo a leitura do livro: Cartografia da Memória de Emanuel Castro (2009) que de forma literária conta suas impressões sobre a cidade e o livro: A República dos Miguelenses de Durval Lemos Menezes (2016).

acadêmicos evidenciando e referenciando suas peculiaridades, a cidade pacata do interior da Bahia passou a ser bastante conhecida como: uma das primeiras cidades da república; a primeira paróquia do império; por possuir casarões de estilo colonial do século XVIII; por ser habitat natural dos índios cariris⁸; por possuir estrada de ferro⁹, entre outros marcos que referenciam a história desse município.

Na imagem acima apresento um dos pontos principais da cidade: a igreja Matriz de São Miguel Arcanjo, localizada no centro da cidade – local de muitos eventos festivos e políticos. Embora a fotografia não seja exatamente do período estudado, ela traz consigo a singeleza do local, dentro de sua simplicidade interiorana. Já na fotografia abaixo podemos identificar a construção da estação ferroviária da época, envolta de matas existentes em abundância. Hoje, o que sobrou foi apenas a faixa de um casarão velho onde seria a suposta estação.



FIGURA 2: Estação de Trem 1956, Fonte: Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, vol. XXI, IBGE, 1957.

Na fotografia, podemos visualizar o contraste do preto e branco, identificando uma época bem remota. Na leitura fotográfica podemos perceber que o fotógrafo enquadra

⁸ “A região do atual município de São Miguel das Matas foi primitivamente habitada pelos índios cariris, aldeados na fazenda Arco Verde, uma das principais ainda hoje existentes, no atual município. Devido à localização da tribo, eram os indígenas denominados “índios do arco verde”. Presume-se que o desaparecimento dos silvícolas tenha ocorrido por volta de 1820”. (SANTOS, 2008, p. 29)

⁹ O ‘Tram Road de Nazareth’ foi aberto em 1875, ligando a estação de Nazareth com a de Onha. Daí, foi avançando em pequenos trechos, chegando somente em 1906 a Jequiçá, a 148 km de Nazaré e no ano em que teve o nome alterado para E. F. de Nazaré. Em seguida, novos avanços até o km 225, na estação de Jaguaquara, para finalmente, chegar a Jequié, km 289 e estação terminal apenas no ano de 1927 de uma estocada só. Em 1892 foi construído o único ramal da linha para Amargosa, com 29 quilômetros e em 1941 a linha foi prolongada de Nazaré até São Roque, porto de mar. Sua desativação foi ordenada pelo RI-37 de 20/5/1964 pela RFFSA. Porém, teria funcionado até sua desativação sob protestos no ano de 1967.

intencionalmente o homem em primeiro plano, utilizando para isso uma técnica específica chamada “regra dos terços”¹⁰, a qual proporciona à foto um olhar direcionado dando destaque ao personagem. Susan Sontag (2014), em seu ensaio *Sobre Fotografia*, aborda a fotografia antiga como um meio de preservar a memória e a história, mas também como uma forma de distanciamento do presente. Sontag também discute a natureza fotográfica como uma forma de arte e sua relação com a realidade. Embora ela forneça uma visão autêntica do passado, também são interpretadas através das lentes do(a) fotógrafo(a) e do contexto cultural em que foram criadas.

A cidade São Miguel das Matas está localizado na microrregião do centro-sul baiano. Segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) de 2022, ele possui uma população de aproximadamente 10.334 habitantes e fica situada no Vale do Jiquiriçá, limitando-se com os municípios de Laje (ao Sul), Elísio Medrado e Amargoso (ao Norte), Varzedo (ao leste) e Santo Antônio de Jesus (ao oeste)¹¹.

O município tem sua origem vinculada ao contexto histórico da colonização portuguesa no Brasil. A região onde ele se localiza era habitada originalmente por índios da tribo dos cariris, que foram aos poucos sendo expulsos e mortos com a chegada dos colonizadores. O referido foi emancipado em 08 de junho de 1891 - dois anos após a Proclamação da República. De acordo com a dissertação de mestrado de Luciana Bispo da Rosa, foi nessa data que começou a sua administração autônoma com o nome de São Miguel das Matas, homenagem ao santo que está ligado à origem da vila e às matas que eram abundantes na região. Segundo o relato da autora, a cidade surgiu no entorno de uma igreja dedicada ao culto do Arcanjo São Miguel (ROSA, 2022, p. 34). Luciana descreve como isso se deu a partir do relato do Padre Gilberto Vaz Sampaio:

Esse município surge no entorno de uma igreja dedicada ao culto do Arcanjo São Miguel. Segundo relato do Monsenhor Gilberto Vaz Sampaio, a construção da capela dedicada ao culto de São Miguel e a vinda de um sacerdote como Capelão atraíram muitas pessoas que buscavam o atendimento religioso. Com o passar dos anos, construíram casas como abrigo para visitantes que vinham de longe, outras

¹⁰ É uma diretriz de composição que posiciona o assunto na terça parte esquerda ou direita de uma imagem, deixando os outros dois terços mais abertos. Embora haja outras formas de composição, a regra dos terços geralmente garante fotos atraentes e bem estruturadas.

¹¹ A sede municipal está a uma altitude média de 300m do nível do mar e tem a seguinte localização geográfica: latitude sul 13°4', longitude oeste 39°45'. São Miguel das Matas fica cerca de 224 Km de Salvador, capital do Estado. Área Total: 208,1 km², Densidade Demográfica: 50,08 hab/km². Possui relevo formado por tabuleiros pré-litorâneos e o tipo climático é úmido a semiúmido, com temperatura média de 23,4°C que varia entre 28,6°C e 19,6°C, com período chuvoso entre abril e junho.

construções foram erguidas com o propósito de abrigar comércios para abastecer a população que circulava por este local. Segundo esse relato “a presença do Capelão animou a vinda de mais agricultores, aumentando consideravelmente o número de fazendas na região. [...] a modesta Capela se torna centro irradiador do progresso da localidade, embrião da futura localidade que viria a ser sede de Freguesia”¹². (ROSA, 2022, p. 34)

O ponto central do parágrafo reside na ideia de que a fundação e o desenvolvimento inicial do município estão intimamente ligados à construção de uma capela dedicada ao culto de São Miguel e à presença de um sacerdote como capelão, que desempenhou um papel catalisador para o crescimento da localidade. A partir desse eixo religioso, o relato do Monsenhor Gilberto Vaz Sampaio destaca como a igreja não apenas atraiu fiéis em busca de atendimento espiritual, mas também impulsionou o desenvolvimento socioeconômico da região, tornando-se o núcleo em torno do qual se organizaram atividades sociais, comerciais e agrícolas. Essa narrativa reforça a centralidade da instituição religiosa na formação de muitos povoados no Brasil, especialmente no período colonial e nas primeiras décadas do Império, quando a Igreja exercia forte influência na organização do território e na coesão social das comunidades emergentes.

Nesse contexto, o relato aponta para a capela como um “centro irradiador do progresso”, ilustrando como o espaço sagrado, inicialmente concebido para fins litúrgicos, tornou-se um núcleo de urbanização e articulação econômica. A chegada de agricultores e o aumento do número de fazendas indicam que a presença do capelão não apenas supriu as necessidades espirituais dos moradores e visitantes, mas também criou condições para a fixação de novos habitantes e o estabelecimento de atividades produtivas. Esse fenômeno pode ser interpretado sob a ótica de uma dinâmica sinérgica entre religiosidade e economia, na qual o crescimento demográfico e a estruturação do espaço urbano estavam diretamente associados ao papel integrador e organizador da Igreja. Assim, a capela não apenas representa o mito fundador da localidade, mas configura-se como elemento fundante do que viria a ser a sede de uma freguesia, revelando a importância da atuação religiosa para a estruturação de comunidades rurais e urbanas no Brasil.

Para exemplificar e contextualizar ainda mais sobre esse local, o livro de ata da prefeitura de São Miguel das Matas documenta:

Por efeito do Ato de 1 ° de junho de 1891 criou-se o município de São Miguel, com

¹² Derivado da expressão latina *filium ecclesiae*, "filho da igreja" é a menor divisão administrativa em Portugal e no antigo Império Português, instalado aqui no Brasil em meados do século XVI, formado por ruas ou bairros com moradias e praças. (ROSA, 2022, p. 34)

território desmembrado do de Santo Antônio de Jesus, tendo se iniciado a sua administração autônoma a 08 de junho do mesmo ano. Em face do Decreto-Lei Estadual nº 141, de 31 de dezembro de 1943, que fixou o quadro territorial para vigorar no quinquênio 1944-1948, São Miguel foi extinto e seu território anexado ao município de Santo Antônio de Jesus, como distrito, sob a denominação de São Miguel das Matas. Restaurou-o, porém, o Decreto – Lei Estadual nº 12.978, de 1º de junho de 1944, consertando-lhe o mesmo nome. A sua composição administrativa não sofreu alteração, continuando de acordo com a lei nº 628 de 30 de 1953 a figurar com o distrito único de São Miguel as Matas.

O município de São Miguel das Matas, apresenta uma história de emancipação que é parecida com a de muitas cidades brasileiras, mas prefiro me ater ao período ao qual essa dissertação se debruça: décadas de 1950 e 1960. No momento citado, a cidade enfrentava grandes desafios que moldaram sua história e influenciaram seu desenvolvimento até os dias atuais, já que nessa época o Brasil passava por um momento de intensas mudanças políticas, sociais e econômicas.

A fotografia abaixo reflete o contexto mencionado, um local de muita simplicidade e pobreza, demonstrada pelas ruas de barro, o que denuncia a precariedade de um tempo.



FIGURA 3: Rua Frederico Costa, Fonte: Arquivo pessoal do médico Ismar Vilas Boas

Para entender melhor o contexto do município de São Miguel das Matas nos anos de

1950, foi necessário recorrer a alguns documentos e manuscritos que nos apontam para uma área basicamente rural, composta por muitas fazendas, tendo como economia predominante a agricultura. Segundo o recenseamento de 1950, cerca de 33,7% da população em idade ativa (acima de 10 anos) dedicava-se à agricultura, pecuária e silvicultura. A atividade fundamental na economia local era a agricultura, que se fazia representar pelo café, fumo, mandioca e cana-de-açúcar. Destacando-se também a cultura da banana, do aipim e da laranja que, no entanto, eram consumidas internamente, sendo que apenas uma parte era exportada. Em pequena escala eram cultivados o abacate, a batata doce, o limão e a tangerina. As terras do município eram férteis, contendo grandes, médias e pequenas propriedades rurais. São Miguel das Matas era um município estritamente agrícola, onde predominavam diminutas propriedades. Apenas uma tinha mais de 1.000 hectares. Cerca de 90% de sua população residia no campo e se ocupava da policultura.

Segundo Santos (2008), a igreja católica exercia uma forte influência na vida da comunidade, sendo o centro das atividades sociais e culturais. Além disso, as festas religiosas, como a Festa de São Miguel Arcanjo, eram eventos importantes que reuniam a população e fortaleciam os laços comunitários.

Referente à vida religiosa, segundo documentação¹³ manuscrita pela paróquia, no ano de 1957 houve forte atuação e participação por parte da população católica, tendo aproximadamente 500 jovens engajados na JAC - Juventude Agrária Católica. No ano de 1962, a paróquia recebeu a nomeação de paróquia piloto do estado, devido ao reconhecimento pelo trabalho desenvolvido. Outra informação relevante é que esse espaço religioso dispunha de uma professora estadual, a professora Odelita Caldas¹⁴, para atuar no ensino religioso nas escolas. Ela era responsável pela orientação das equipes diocesana e paroquial da Juventude Agrária Católica, atuando no meio rural e ajudando na formação desse Movimento.

A vida política miguelense¹⁵, no intervalo analisado, foi marcada por transformações significativas, influenciadas pelo contexto governamental nacional e pelas mudanças sociais e econômicas da época. Nesse recorte temporal, o Brasil vivenciou momentos de intensa mobilização partidária e alterações sociais que também se refletiram no plano local. No panorama nacional, os anos de 1956 a 1969 foram caracterizados por episódios relevantes,

¹³ SAMPAIO, Gilberto Vaz. **Paróquia de São Miguel Arcanjo**: no primeiro período da diocese de Amargosa. São Miguel das Matas, BA, [19--]. [Relato memorialista sem publicação e sem data de produção.]

¹⁴ A professora Odelita Oliveira Caldas era integrante da Juventude Estudantil Católica - JEC do município de Amargosa, assumindo a escola que funcionava no prédio rural recém-construído do Ponto da Serra (comunidade rural).

¹⁵ Para conhecer a trajetória política dos prefeitos de São Miguel, consultar *A "Festa do Agricultor" no município de São Miguel das Matas-Ba: história e transformações*. (SANTOS, 2019).

como a renúncia de Jânio Quadros em 1961, a ascensão de João Goulart à presidência e o golpe civil-militar de 1964. Esses fatos tiveram repercussão direta na dinâmica política de São Miguel das Matas, manifestando-se em disputas eleitorais e substituições nas lideranças locais.

Ao longo dessa fase, os principais agrupamentos partidários atuantes em São Miguel das Matas foram o Partido Social Democrático (PSD) e a União Democrática Nacional (UDN). Representantes da comunidade, como prefeitos, vereadores e líderes sociais, exerceram funções relevantes na condução da gestão municipal, frequentemente espelhando as orientações e embates presentes no cenário político nacional.

Contudo, é importante observar quem estava à frente da gestão municipal, no período estudado e como se dava essa administração. Em sua tese de doutorado, Cristiane Lopes da Mota aborda esse momento analisando a situação local e seus impactos na vida dos miguelenses. Ao discorrer sobre o assunto, ela relata que Ademário Villas Boas passou a ser o prefeito de São Miguel, em 1951, pela UDN; os partidários do PSD fizeram oposição ao governo municipal e seus vereadores não participavam das sessões do legislativo. Ela ainda salienta: “A história política de São Miguel é acentuada por mandos e desmandos, rixas que desembocaram em brigas acirradas entre os correligionários do PSD e a UDN” (MOTA, 2022, p. 11). Cristiane coloca que Ademário foi o líder político com maior poder, tendo sido eleito por mais seis vezes, e acrescenta:

Para melhor compreensão das discussões sobre as coligações político-partidárias em São Miguel das Matas, no período de alguns anos anteriores ao golpe e, conseqüentemente, sobre sua configuração política em 1964, cabe uma breve análise da trajetória dos partidos em âmbito local. A predominância do PSD e da UDN na política se deveu à tradição de grupos dominantes e de políticos profissionais surgidos nas décadas de 1930 e 1940. Em São Miguel das Matas, até os anos de 1950, este domínio esteve a cargo do PSD, fato comum para a época, em que a principal fonte de dominação dos “velhos caciques políticos do PSD” eram os municípios do interior e as áreas rurais. Depois do pleito de 1950, esse comando teve fim, com a eleição de Ademário Villas Boas. (DELGADO, 1989, *apud* MOTA, 2022, p. 63)

O ponto principal do parágrafo reside na análise da dinâmica partidária de São Miguel das Matas e como essa trajetória se entrelaça com as transformações sociais e institucionais do Brasil nas décadas estudadas. A predominância do PSD e da UDN reflete não apenas uma continuidade de grupos já estabelecidos, mas também a influência de um sistema clientelista que caracterizava a política local, na qual os “velhos caciques” do PSD exerciam um controle significativo, especialmente em áreas rurais. Essa configuração ilustra como as relações de poder foram historicamente consolidadas em torno de lideranças carismáticas e práticas tradicionais de gestão de poder que se mantiveram ativas na manutenção de seus domínios.

A transição que se dá com a eleição de Ademário Villas Boas em 1950 marca um ponto de inflexão, indicando uma mudança nas forças governamentais locais e o início do declínio da hegemonia do PSD. Esse evento sugere a emergência de novas lideranças e a possibilidade de reconfiguração das alianças políticas em um contexto de crescente contestação e transformação social. A análise da trajetória dos partidos atuantes em São Miguel das Matas, portanto, não é apenas uma questão de entender a luta pelo poder, mas também de perceber como as práticas administrativas locais foram influenciadas por fatores históricos mais amplos, como a urbanização, a industrialização e a própria evolução das relações sociais no Brasil. Assim, essa análise se torna fundamental para compreender as coligações político-partidárias e a configuração institucional da cidade em 1964, à medida que o país se preparava para enfrentar um dos períodos mais turbulentos de sua história.

Contudo, para além das questões políticas aqui abordadas, impossível não falar de São Miguel das Matas sem citar sua força, sua simplicidade e seu poder aconchegante de nos envolver, dentro de peculiaridades que só uma cidade do interior tem. E é sobre essa força ímpar que me debruço em contar sobre uma juventude que marcou a época, vivenciando o início dos chamados “anos de chumbo¹⁶”.

2.2 A Juventude no seu tempo

Vida simples.
Minha vida não é precária
dinheiro nunca me ilude
se não tem reforma agrária
por aqui sobra saúde
não tenho conta bancária
mas sou rico de atitude.

Gibson Medeiros

¹⁶ Os “anos de chumbo” ocorreram entre 1968 e 1974, durante o governo de Médici (1969-1974), trata-se do período mais sombrio da história do país no que se refere à repressão aos direitos civis e políticos, superando o autoritarismo do Estado Novo (1937-1945). O ano de 1968 foi palco de grandes mobilizações contra o governo militar por parte dos operários e os estudantes. Houve greves que marcaram a participação do operariado e a tomada das ruas pelos estudantes em favor da democratização do país. A resposta foram alterações da Constituição de 1967, impostas por decreto, que podem ser consideradas uma nova Constituição (de 1969), que incluía a pena de morte por fuzilamento, censura nos diversos meios de comunicação, entre outras medidas repressivas (CARVALHO, 2006).

Antes de discorrer sobre a juventude do campo, gostaria de pensar sobre a juventude, uma geração que tem suas características peculiares, mas que foi se transformando ao longo dos anos. Em tese de doutorado abordando o tema¹⁷, a educadora Cândida Andrade de Moraes (2017, p. 03), discorre:

Tratar da juventude envolve diversos aspectos a serem analisados, e, prioritariamente, é interessante sinalizar que não existe apenas uma juventude ou apenas uma cultura juvenil, mas uma multiplicidade delas, diferenciadas a partir das condições históricas e sociais.

Percebe-se aqui a complexidade do conceito de juventude, destacando a necessidade de reconhecer a pluralidade das experiências juvenis. Essa abordagem se alinha com a perspectiva sociológica de que a juventude não é um grupo homogêneo, mas sim um conjunto de categorias sociais que varia conforme fatores como classe social, etnia e localização geográfica.

Moraes (2017) apresenta um compilado de definições sobre a juventude a partir da percepção de seus(as) entrevistados(as), provocando uma reflexão sobre a própria condição do “ser” humano jovem. Os discursos demonstram uma geração tomada pelo desejo de conquista e autonomia, independência financeira, e, principalmente, reconhecimento profissional. Embora o estudo esteja bem à frente do período desta pesquisa, ele nos faz pensar o quanto a juventude é transitória e seu desejo de liberdade permanece ativo, embora se avance no tempo.

A juventude pode ser compreendida como uma fase da vida marcada por características próprias e distintas, tanto físicas quanto psicossociais, que distinguem os jovens dos demais grupos etários. No entanto, essa definição não esgota a complexidade do “ser” juvenil.

Referências teóricas como as obras de Pierre Bourdieu¹⁸ podem ser úteis para entender de que forma as condições sociais influenciam as práticas e identidades juvenis. Além disso, ao considerar a juventude em contextos históricos distintos, tais quais as transformações sociais ocorridas ao longo do século XX, podemos perceber como esses fatores moldam a cultura juvenil, gerando diferentes formas de expressão e resistência. Portanto, a multiplicidade da juventude não apenas enriquece o campo dos estudos sociais, mas também destaca a importância de políticas públicas que atendam a essa diversidade.

¹⁷ Recomendo a leitura sobre o que foi referido nas páginas 122 a 124.

¹⁸ Uma delas é *A Distinção: Crítica Social do Julgamento* (BOURDIEU, 1979). Embora não esteja tratando diretamente sobre juventude, este livro aborda como os gostos e tendências culturais são formados socialmente e como eles estão ligados ao status e à classe social. A juventude, em sua busca por identidade e inserção social, frequentemente se envolve nessas práticas culturais, o que é desenvolvido a partir das lentes da teoria de Bourdieu.

Segundo Bourdieu (1983), a juventude não é uma categoria natural, mas sim uma construção social moldada pelas estruturas sociais e culturais vigentes em determinado período e lugar. Ainda pensando sobre essa geração, o autor afirma que “a juventude é apenas uma palavra”, fazendo pensar que a distinção entre a idade é arbitrária, variando de acordo com o tempo e as diferentes culturas, não sendo a juventude e a velhice dados da natureza, mas categorias socialmente construídas na luta entre jovens e velhos. Assim ele reforça: “somos sempre o jovem ou o velho de alguém” (BOURDIEU, 1983, p. 112-113).

De acordo com Marin e Froehlich (2019), no Brasil, os debates sobre a problemática da juventude rural e a institucionalização de políticas públicas voltadas para esses(as) jovens começaram a ser introduzidos a partir de meados da década de 1950, durante o contexto da Guerra Fria. Até então, termos como “jovem”, “juventude rural” e “jovem rural” não eram comuns no vocabulário das produções rurais, sendo mais frequentes expressões como “rapaz”, “moça”, “rapaziada” e “mocidade” para designar indivíduos ou coletivos, diferenciando-os por sexo ou gênero.

Diante dessas reflexões, é possível concluir que a juventude não pode ser reduzida a uma simples fase da vida, mas sim entendida como um constructo social complexo¹⁹, moldado por uma multiplicidade de fatores, como contexto histórico, cultural, econômico e político. Assim, analisar a juventude requer uma abordagem interdisciplinar, que leve em consideração não apenas aspectos biológicos e psicológicos, mas também sociais e culturais.

Machado Pais (2003), ao tratar da juventude em sua obra *Culturas Juvenis*, não vê a juventude apenas como uma fase biológica ou socialmente determinada por etapas de crescimento, mas como uma categoria cultural. A juventude, nesse sentido, é interpretada não apenas por suas características demográficas ou psicológicas, mas por suas práticas culturais, seus modos de expressão e a maneira como os jovens se inserem na dinâmica da sociedade. O autor revela como as novas tecnologias e as influências desempenham um papel fundamental na formação das culturas juvenis, proporcionando aos jovens um vasto repertório de influências, mas também alertando para o risco da superficialidade e da homogeneização cultural. Em seu trabalho, a juventude não é vista como um simples reflexo da cultura de massa, mas como uma força criativa que pode (re)inventar e (re)significar essas influências de acordo com suas próprias vivências, contextos e necessidades.

Essa capacidade de transformação e adaptação, segundo Pais, torna a juventude um campo de resistência, onde as influências externas não são consumidas passivamente, mas

¹⁹ Indico a leitura do livro *Juventudes Rurais e Desenvolvimento Territorial* (MARIN; FROEHLICH, 2019)

constantemente reinterpretadas. Assim, os jovens se tornam agentes de atuação, no qual a interação com as culturas globais não significa subordinação, mas um processo contínuo de construção de identidades e de negociação entre o global e o local, o tradicional e o inovador.

Em sua obra, já citada, Pais aborda duas teorias: a teoria geracional e a classista. Sendo que a primeira tem como principal característica enxergar a juventude como uma fase etária da vida humana. Nessa perspectiva, a juventude é entendida como parte de um processo contínuo de transição entre a infância e a vida adulta. De acordo com a teoria geracional, os jovens seriam homogêneos em termos de idade, compartilhando experiências, valores e características que os unem dentro de uma determinada fase da vida. A ênfase recai sobre a uniformidade de vivências dentro desse grupo etário, e as relações intergeracionais são vistas através das continuidades e descontinuidades. No entanto, o autor aponta uma crítica importante a essa visão: a tendência de tratar a juventude de forma inovadora, sem considerar as diversas dimensões sociais, culturais dos indivíduos que compõem essa fase da vida. Ao focar exclusivamente nas semelhanças entre os jovens de uma mesma faixa etária, a teoria geracional corre o risco de reduzir as experiências juvenis a uma visão simplificada e padronizada, não registrando a diversidade de trajetórias e interpretações que caracterizam a juventude. Para Pais, essa abordagem não consegue capturar a complexidade das vivências juvenis, tampouco os conflitos e as negociações que os jovens enfrentam dentro de sua própria realidade.

Já a teoria classista coloca em evidência a ideia de que a juventude não é um grupo uniforme, mas sim uma categoria socialmente fragmentada, em que as experiências de vida são profundamente influenciadas pelas condições socioeconômicas. Essa perspectiva é central para compreender que a vivência da juventude em uma classe alta ou média, por exemplo, será essencialmente distinta daquela vivida por jovens em situação de pobreza ou pertencentes a grupos marginalizados. Enquanto os primeiros podem ter acesso a uma educação de qualidade, a oportunidades de trabalho e a uma rede de apoio, os segundos enfrentam frequentemente a escassez de recursos, a violência social e o estigma de pertencer a classes menos favorecidas, o que torna sua transição para uma vida adulta mais complexa e desafiadora. As desigualdades sociais não apenas limitam as oportunidades, mas também moldam as trajetórias individuais de formação profunda, tornando ainda mais evidente a necessidade de uma análise da juventude que leve em consideração essas disparidades. Assim, a juventude não é um processo homogêneo ou previsível, mas uma vivência marcada por tensões sociais que desbloqueia uma compreensão mais ampla, que vai além da visão tradicional de fases da vida.

Esta análise se insere na crítica aos conceitos tradicionais de juventude, que a veem como uma fase pré-determinada e abrangente, sem considerar que as desigualdades sociais geram vivências distintas. A teoria classista propõe que uma transição para a vida adulta não pode ser vista como uma passagem unificada, mas como um processo em que as condições socioeconômicas, culturais e individuais desempenham papéis determinantes. Cada jovem vivencia essa transição de forma singular, influenciada por fatores como classe social, raça, gênero e experiências pessoais. Assim, a juventude se torna um espaço sonoro, onde as desigualdades estruturais não são apenas desafios a serem superados, mas também elementos que trazem para a construção de identidades, trajetórias e formas de resistência únicas. Portanto, é essencial adotar uma perspectiva que reconheça a multiplicidade de vivências, sem reduzir a juventude a uma experiência homogênea ou pré-determinada.

Embora a teoria classista forneça uma perspectiva crítica extremamente valiosa ao colocar as desigualdades sociais no centro da análise da juventude, ela apresenta limitações, principalmente ao reduzir as experiências juvenis a uma explicação determinista baseada exclusivamente na classe social. Para superar essas críticas, seria necessário combinar outras abordagens que consideram também as dimensões culturais, individuais e interseccionais das juventudes, garantindo uma visão mais rica e abrangente.

Diante das limitações de cada uma das correntes teóricas, Machado Pais propõe uma articulação entre a teoria geracional e a teoria classista. Para ele, a juventude não pode ser compreendida de maneira isolada por uma dessas perspectivas. A complexidade das culturas juvenis exige uma abordagem que contemple tanto as dimensões geracionais quanto as sociais e culturais. As culturas juvenis, como Pais aponta, não podem ser reduzidas a uma única explicação, pois envolvem uma série de aspectos que se cruzam - desde a idade e a geração até as condições sociais e culturais em que os jovens estão inseridos.

O autor destaca que a juventude contemporânea é marcada por um paradoxo: ao mesmo tempo em que há elementos comuns entre os jovens de uma mesma faixa etária, existem profundas divergências nas formas como eles vivem essa fase da vida, devido a suas diferentes experiências, trajetórias e contextos. A interseção entre as questões etárias e classistas revela a pluralidade de identidades e práticas que coexistem nas culturas juvenis. Portanto, para Machado Pais, uma análise completa da juventude deve ser dinâmica e flexível, levando em consideração a multiplicidade de fatores.

A década de 1960 foi um período de intensa transformação. No Brasil, esse período foi marcado pela mobilização de diversos grupos sociais, incluindo a juventude, que desempenhou

um papel fundamental na luta por direitos e transformações sociais. No contexto rural, a juventude enfrentava desafios específicos, como a falta de oportunidades educacionais e de trabalho, além das condições precárias de vida.

Para compreender a situação da juventude rural no período citado utilizo novamente o pensamento de Pierre Bourdieu (1983), para ele, a juventude é um período de transição marcado por lutas simbólicas e pela busca por reconhecimento social. Nesse sentido, a juventude rural em sua maioria buscava se afirmar em meio às transformações sociais e políticas da época.

Apesar dos desafios, a juventude rural nos anos 1960 se mobilizou e lutou por seus direitos. Segundo Antônio (2020), os(as) jovens são agentes de mudança social capazes de desafiar as estruturas de poder estabelecidas, pois estavam menos enraizados nas normas e tradições estabelecidas e eram, portanto, mais abertos(as) a novas ideias e formas de pensar. Gramsci enxergava na juventude um grupo capaz de promover a contra hegemonia, ou seja, a formação de uma nova visão de mundo que pudesse desafiar a ordem dominante. Para ele, a hegemonia, ou a dominação cultural e ideológica de uma classe sobre outra, não se mantinha apenas pela força ou coerção, mas também pelo consentimento da sociedade. Nesse contexto, os(as) jovens poderiam ser catalisadores importantes nesse processo, sendo assim uma força disruptiva.

A visão de Gramsci sobre os(as) jovens como agentes de mudança social, capazes de desafiar as estruturas de poder estabelecidas, é profundamente otimista, mas também apresenta limitações quando confrontada com o papel histórico e contemporâneo da juventude em movimentos reacionários, como o nazismo no século XX e a extrema-direita atual. Ele acreditava que a juventude, devido à sua abertura a novas ideias e menor apego às tradições estabelecidas, poderia ser um motor para a construção de uma contra hegemonia progressista. No entanto, essa suposição não leva em conta o fato de que a juventude também pode ser suscetível a ideologias reacionárias e extremistas.

Portanto, a crítica à visão gramsciana reside no fato de que os(as) jovens não são intrinsecamente progressistas ou revolucionários. Sua capacidade de desafiar ou reforçar estruturas de poder depende fortemente do contexto sociopolítico, das influências culturais e ideológicas a que estão expostos, e das oportunidades que têm para desenvolver uma consciência crítica. A juventude, como qualquer outro grupo social, pode ser influenciada tanto para promover mudanças progressistas quanto para sustentar projetos reacionários e autoritários.

Parte da juventude rural no período estudado participou ativamente de movimentos sociais e políticos, como a luta pela reforma agrária e pela democratização do país. Em conclusão, essa juventude enfrentava desafios significativos, mas também se mostrava como um grupo social ativo e engajado na luta por seus direitos e por transformações sociais. A partir de perspectivas teóricas, podemos compreender melhor as condições e as lutas da juventude, destacando sua importância na história do Brasil e na tentativa da construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

2.3A Juventude Agrária Católica

Reza e trabalha
Nutre e agasalha
A terra e o céu.
Se a JAC lavra,
Nova missão,
Lança a palavra
Da salvação.
Jacista em prece,
Semeador,
Prepara a mesa
Do salvador.

(Hino da Juventude Agrária Católica – JAC).



FIGURA 4: Encontro da JAC em 1959, Fonte: arquivo pessoal de Maria do Carmo Andrade Bonfim

A fotografia acima é um testemunho visual da mobilização e das interações entre a Igreja e a juventude rural, o que reflete a importância das ações coletivas em um contexto de luta por direitos e justiça social no Brasil rural. A imagem representa não apenas um registro histórico de um encontro, mas também um símbolo das redes de solidariedade e organização social que estavam em formação no campo brasileiro.

O recurso visual também nos faz refletir sobre a pouca representatividade negra em movimentos que, muitas vezes, não alcançavam de forma eficaz as comunidades mais marginalizadas. O detalhe é relevante e nos leva a pensar sobre as questões raciais e de inclusão social na década de 1950. O Brasil, na época citada, ainda estava profundamente marcado por uma herança colonial e escravista, onde o racismo estrutural impedia a plena inclusão de pessoas negras em diferentes esferas sociais, incluindo movimentos religiosos e associativos.

No contexto de análise histórica, a imagem mostra um Brasil rural onde as hierarquias de gênero e raça ainda eram bastante rígidas. Contudo, também nos permite vislumbrar a importância desses movimentos como espaços de articulação que, aos poucos, contribuíam para mudanças sociais, mesmo que de forma limitada. Essa dualidade entre o potencial

transformador e as limitações impostas pelas estruturas sociais da época é um aspecto central para a compreensão do momento histórico.

A Juventude Agrária Católica foi um Movimento que se desenvolveu após o surgimento da Ação Católica (AC), iniciado no século XX na Itália, organizado pela Igreja Católica, com o objetivo de promover a participação dos leigos na vida da Igreja e na sociedade. A Ação Católica no Brasil (ACB) foi marcada por dois momentos distintos: o primeiro, com a chamada Ação Católica Geral, que foi de 1932 a 1950; e, o segundo, a Ação Católica Especializada (ACE), de 1950 a 1960 (DUARTE, 2019). A ACE abrangeu os seguintes grupos: JAC (Juventude Agrária Católica), JEC (Juventude Estudantil Católica), JIC (Juventude Independente Católica), JOC (Juventude Operária Católica) e JUC (Juventude Universitária Católica). Segundo Scott Mainwaring (1989, p.83)

A Ação Católica, foi um dos mais importantes movimentos leigos na Igreja Contemporânea, criada na Itália no século XIX como um instrumento para se exercer influência sobre a sociedade após a igreja ter perdido poder político devido a unificação da Itália em 1860. A Ação Católica Brasileira (ACB) foi criada em 1920 sob os auspícios de Dom Sebastião Leme, que era estimulado nesse sentido pelo Papa Pio XI. Durante suas primeiras décadas, a Ação Católica no Brasil assemelhava-se aos movimentos europeus em termos de dependência de hierarquia. As conclusões do I Congresso Nacional da ACB em 1946 ressaltam “a mais filial submissão a todos os membros da hierarquia”. A hierarquia insistia na “disciplina da obediência pronta e filial aos vossos superiores hierárquicos”.

A análise de Mainwaring sobre a Ação Católica destaca seu papel como um dos movimentos leigos mais relevantes da Igreja Contemporânea, especialmente em contextos de perda de poder político, já que o movimento emerge como uma resposta estratégica da Igreja diante da perda de controle temporal ocasionada pela unificação italiana em 1860, configurando-se como um meio para manter influência sobre a sociedade civil. No Brasil, a fundação da Ação Católica Brasileira em 1920, reflete a tentativa de replicar o modelo europeu, adaptando-o à realidade nacional. Esse processo de implementação seguiu um padrão de estreita submissão à hierarquia eclesiástica, como ilustrado nas diretrizes do I Congresso Nacional da ACB em 1946, que reforçavam a “mais filial submissão” aos membros da hierarquia e a “disciplina da obediência pronta e filial” aos superiores.

Esse modelo hierarquicamente dependente e alinhado ao controle eclesiástico, por sua vez, limitou a autonomia dos leigos dentro do movimento nos primeiros anos de sua existência no Brasil. A adoção de um modelo similar ao europeu, como apontado por Mainwaring, demonstrou a preocupação da Igreja em manter um controle centralizado sobre a atuação dos leigos, garantindo que suas iniciativas estivessem em consonância com as diretrizes da

instituição. No entanto, ao longo do tempo, a ACB passou a se distanciar dessa obediência estrita, especialmente a partir das décadas de 1950 e 1960, com o advento dos movimentos especializados, como a Juventude Agrária Católica (JAC) e a Juventude Estudantil Católica (JEC). Esses grupos começaram a reinterpretar a doutrina social da Igreja sob uma perspectiva mais crítica e engajada com a transformação social, inaugurando um novo período de atuação leiga que buscava maior protagonismo e independência em relação à hierarquia eclesiástica, enquanto ainda mantinha um compromisso pastoral e evangelizador. Mas, apesar da Ação Católica Especializada ter registros de surgimento nos anos 1950, cada uma delas foi sendo formada separadamente, como é o caso da JAC que, no ano de 1947, já começava a dar seus primeiros passos pelo Brasil.

Segundo Khoury (2002), a primeira tentativa de organização e união dos jovens rurais no Brasil aconteceu no ano de 1947, realizada pelo Bispo de Caicó (RN), Dom José de Medeiros Delgado²⁰. Em Campos (RJ), no mesmo ano, Ângela Neves, uma das líderes nacionais da Juventude Agrária Católica, preocupada com a situação dos(as) jovens rurais, realizou uma pesquisa para apreender dados mais precisos sobre a realidade rural brasileira.

Como consta no livro “Inventários dos Fundos”²¹ as primeiras atividades da JAC foram realizadas na Universidade Rural, situada no Km 47 da rodovia Rio de Janeiro-São Paulo, em 1947 e 1948. No período houve várias reuniões, cursos para sacerdotes, formação de líderes, cursos de orientação para afazeres domésticos como enfermagem, higiene, corte e costura e campanha de leitura, todos realizados na Universidade, na grande maioria para as moças. Foi a partir dessa semana rural que se originou o primeiro grupo da JACB – Juventude Agrária Católica do Brasil.

Em 1950 o padre Don Helder Câmara²² organizou também na Universidade Rural um

²⁰ Entrou para o Seminário de João Pessoa em 1918, com 14 anos de idade, terminando ali os cursos de humanidades e Filosofia em 1924. Foi mandado a Roma para estudar teologia. cursou os dois primeiros anos de teologia, de 1925 a 1927, na Pontifícia Universidade Gregoriana, em Roma. Voltando ao Brasil, por ordem de seu bispo, preocupado com a sua frágil saúde, terminou os estudos no seminário de João Pessoa. Ordenado sacerdote em 1929. Por 10 anos, foi pároco de Campina Grande. Preocupado com a educação de crianças e jovens, fundou diversos estabelecimentos de ensino e descentralizou as atividades da igreja católica, aproximando-se de comunidades na zona rural, estimulando leigos a se engajarem nas causas a favor da educação, coordenando práticas comunitárias e de ação social. (DELGADO, 1973, p. 89).

²¹ Esse manual além de conter informações sobre a Juventude Agrária Católica, também aponta a localização de documentos que formam o Fundo Juventude Agrária Católica do Brasil sediada no CEDIC - PUC. Essa documentação foi conservada, após o fim do Movimento, por militantes, assistentes e Entidades da ou ligadas à Igreja.

²² Dom Hélder Câmara (1909-1999) bispo católico e arcebispo emérito de Olinda e Recife. Também foi um dos organizadores da Ação Católica e secretário geral da CNBB, onde organizou congressos para adaptação da Igreja Católica aos tempos modernos e a integração da Igreja na defesa dos direitos humanos. Em 1962, Dom Hélder participou das reformas de base do governo João Goulart. Em 12 de abril de 1964, pouco antes do golpe militar. Foi secretário da Ação Social entre 1964 e 1968. Teve significativa participação contra o autoritarismo praticado

curso de longa duração para sacerdotes e sacerdotisas rurais provenientes de dioceses das várias regiões do país, com o objetivo de torná-los(as) elementos multiplicadores dessas novas perspectivas da ação pastoral da igreja no meio rural brasileiro.

Nesse período, o Brasil passava por grandes transformações sociais e políticas, com o processo de industrialização e urbanização em curso. A JAC se destacou como um espaço de formação e organização para os(as) jovens que viviam nas áreas rurais, oferecendo oportunidades de educação, conscientização política e participação ativa na sociedade.

Essa proposta apresentou um novo modelo de evangelização para a juventude buscando uma prática transformadora a partir da realidade; a descoberta da dimensão política da fé; o protagonismo dos(as) jovens e a presença do Deus libertador nas lutas do povo. Segundo Khoury (2005), uma característica marcante dessa militância são as propostas de formação/educação nos meios onde se constituem, numa perspectiva de levar a cultura ao povo.

Segundo Santos (2019), em sua dissertação de graduação em Ciências Agrárias, a JAC surgiu em um contexto político bem delicado, pós-Segunda Guerra Mundial com a vitória dos países da “Aliança Democrática”. Este cenário, impulsiona a queda do Estado Novo no Brasil e leva a Igreja Católica, em nível mundial, a uma virada política que culminaria na construção de sua “Doutrina Social”. Nesta conjuntura, foi criado na França o Movimento Internacional da Juventude Agrícola e Rural Católica (MIJARC).

Nesse contexto pós-guerra a Organização das Nações Unidas (ONU), em 1948, criou a Declaração Universal dos Direitos Humanos para a promoção e respeito dos direitos fundamentais da pessoa humana no mundo. No Brasil, que havia tomado parte da guerra, ocorreu a queda do Estado Novo, autoritário e nacionalista, implantado por Getúlio Vargas, e o início de um novo regime político baseado na Constituição Democrática de 1946. Ao mesmo tempo, o país precisava enfrentar os obstáculos que se opunham ao seu desenvolvimento como: a necessidade de modernizar sua infraestrutura de transporte, energia, telecomunicações, habitação, saúde, educação e saneamento básico. O Brasil rural continuava marcado por cinco séculos de latifúndio nele implantado pelas oligarquias fundiárias. De acordo com Baptista (2012, p. 8), foi nesse contexto que a Juventude Agrária Católica começou a se expandir no território brasileiro, como uma organização que através de sua existência foi tomando características diferenciadas, iniciando o trabalho de evangelização nas paróquias, passando pelo momento em que adquire um tom desenvolvimentista, incentivando as melhorias

pelos militares durante a ditadura militar. Após escrever um manifesto de apoio à ação católica operária, foi acusado de comunista, sendo proibido de se manifestar publicamente.

tecnológicas na produção agrícola por parte dos(as) jovens, até transformar-se em movimento de conscientização, denúncia e resistência frente às injustiças sociais.

A JAC também se relacionava com as ideias de movimentos sociais e políticos da época, como a luta pela reforma agrária e pela democracia. A influência de pensadores como Marx e Engels era perceptível na análise que os jovens jacistas faziam da realidade rural, especialmente no que diz respeito à crítica à concentração de terras e à exploração dos trabalhadores.

Essa juventude que aqui menciono foi se organizando aos poucos, começando pelos Núcleos de Base, onde jovens com capacidade de liderança apoiados pelo pároco local se organizavam para dar início à formação desses espaços. Esses(as) jovens eram chamados de *militantes* e todo trabalho era voltado para a juventude rural. A eles(as) cabia a missão de conquistar simpatizantes, recrutar aqueles(as) que tinham potencial de liderança, acompanhá-los(as) e instruí-los(as) para assumirem um compromisso nas comunidades.

A formação das seções se dava pela participação dos(as) militantes. Um(a) militante de cada localidade era então escolhido(a) para ser o(a) dirigente a fim de coordenar o grupo. As reuniões aconteciam em localidades rurais (sítio, fazenda, vila, povoado). Cada núcleo era coordenado por uma equipe pastoral, que por sua vez, seguia orientação da equipe Nacional, tendo as paróquias como base de apoio e o pároco como agente de mobilização, acolhimento e orientação.

Tudo era pensado, programado e executado em função das bases do movimento e as estruturas existentes, desde o nível local, paroquial até o diocesano, estadual, regional, nacional e internacional. A medida em que a JAC se firmava, dava-se andamento aos cursos palestras, campanhas, estágios, e seminários para atender as necessidades das bases a partir da conjuntura do momento (LUCCHETTI, 2012, p. 135).

Assim, precisamos pensar como esses(as) jovens dentro de um espaço rural com pouco acesso à educação formal puderam em tão pouco tempo desenvolver espírito de liderança e forte atuação para que esse movimento desse tão certo a ponto de reunir cada vez mais jovens em prol de uma mesma causa, levantando uma mesma bandeira sendo agentes transformadores do meio em que viviam.

Michel Foucault, com sua análise das relações de poder e resistência, oferece uma perspectiva essencial para compreender a atuação da juventude rural da década de 1960 em prol de seus direitos. Ao considerar suas ideias, podemos perceber que os jovens rurais não apenas reagiram às estruturas de poder existentes, mas também buscaram transformar essas relações. Foucault argumenta que o poder não é apenas repressivo, mas também produtivo, pois as

resistências individuais e coletivas podem gerar novas formas de organização social e novas identidades (FOUCAULT, 2010).

Nesse sentido, a atuação da Juventude Agrária Católica no Brasil pode ser vista como um exemplo de como os(as) jovens rurais utilizaram estratégias de resistência para reivindicar seus direitos. A JAC não apenas contestou as estruturas de poder vigentes, mas também propôs uma nova visão de sociedade, baseada na justiça social e na solidariedade ao mobilizar os(as) jovens rurais em torno de questões como a reforma agrária e a valorização da cultura local, demonstrando como a resistência pode ser um instrumento de transformação social e política.

2.4 A Juventude Agrária Católica em São Miguel das Matas e sua atuação

Cai o trabalho
Tomba o suor
Sobe no galho
Abre na flor
Torna-se bago
Torna-se grão
Suave afago
Da rude mão
Estrebilho:
Reza e trabalha
Nutre e agasalha
A terra e o céu

(Hino da Juventude Agrária Católica – JAC).

A JAC se instalou na cidade de São Miguel das Matas no ano de 1956, centralizando seus discursos na valorização das pessoas do campo. Esse Movimento, ligado à Igreja Católica e aos movimentos eclesiais de base, tinha o objetivo de melhorar as condições de vida e de trabalho da população rural local. O método de ação que a JAC se baseava estava ligada aos princípios da Ação Católica (AC): Ver, Julgar e Agir. Esse método influenciou profundamente a pastoral da Igreja Católica no século XX, especialmente no contexto do Concílio Vaticano II, que reforçou a importância da participação ativa dos leigos na transformação social (LIBANIO, 2000, p. 127). Ele foi amplamente adotado em movimentos sociais e organizações que buscavam não apenas um aprofundamento espiritual, mas também uma intervenção prática na

realidade social. Serviu como uma ferramenta eficaz para a análise social, o desenvolvimento da consciência crítica e a ação social, em linha com os princípios da justiça social e do bem comum. Khoury (2005, p. 31) complementa:

A participação desses militantes cristãos, sobretudo jovens estudantes e trabalhadores, na vida social brasileira e, principalmente, na prática política que agitou os anos 1950 e 60, é um fenômeno razoavelmente conhecido. Profundamente imbuídos de uma intenção de apostolado e procurando atuar em seu meio social, através do método “ver-julgar-agir”, o olhar próprio que lançam sobre a realidade social, que se dispõem a transformar, moldar os abundantes registros que produzem ao longo de sua militância. Sua prática muito metódica, planejada, detalhada e amplamente repertoriada contribuiu para deixar um patrimônio documental muito expressivo, do qual emergem facetas da realidade social marcadas pelos modos de ser e de agir da Igreja Católica e de setores da juventude, através das problemáticas vividas nos anos em questão.

A ênfase na produção de registros documentais como um "patrimônio documental muito expressivo" destaca a relevância da memória histórica na construção da identidade e na luta social. Os documentos servem como instrumentos de resistência, permitindo que as experiências e vozes dos(das) militantes sejam reconhecidas e preservadas. Contudo, é crucial considerar que essa produção não é isenta de vidas; ela é influenciada por interesses particulares e narrativas dominantes. Essa perspectiva crítica requer uma análise das omissões e silenciamento que podem ocorrer, evidenciando como certas vozes podem ser marginalizadas ou ignoradas na construção desse patrimônio. Assim, a documentação não apenas registra a história, mas também participa ativamente da luta por reconhecimento e justiça social, tornando-se uma ferramenta poderosa para questionar narrativas hegemônicas que moldam a memória coletiva e destacando a necessidade de uma abordagem mais crítica sobre o assunto.

Foi nessa efervescência de descobertas e experimentos que o pensamento da Ação Católica se expandiu pelo Brasil. No ano de 1956, a concepção de criar subsídios para a melhoria da vida do homem e da mulher do campo chega à Bahia trazida pelo padre Gilberto Vaz Sampaio na paróquia de São Miguel das Matas. Isso se deu, através de vários contatos do pároco com a líder nacional Ângela Neves, do Rio de Janeiro. Iniciou-se, assim, a Juventude Agrária Católica em São Miguel das Matas, sendo o primeiro núcleo da JAC na Bahia²³.

²³ Informação contida no Livro de Tombo da diocese de São Miguel das Matas -Ba, 1982, p. 83.



FIGURA 5: Encontro da JAC com a presença do padre Gilberto Vaz (terno escuro).

John Berger, em *Modos de Ver* (1972), enfatiza que a forma como vemos uma imagem é influenciada por contextos culturais e sociais. A presença do Monsenhor Gilberto Vaz Sampaio, destacada pelo terno escuro, guia o olhar do espectador para ele, fazendo dele o ponto focal da imagem. Berger argumenta também que a fotografia serve para perpetuar a memória e a importância histórica das figuras retratadas. Neste caso, a imagem não apenas documenta um momento específico, mas também solidifica o papel do Monsenhor na memória coletiva da comunidade. A fotografia, ao destacá-lo, oferece uma rica fonte de análise sobre capital social, na apresentação do eu e memória histórica. Utilizando as perspectivas teóricas de Berger, podemos compreender a profundidade e a complexidade da imagem. Monsenhor Sampaio não é apenas uma figura central na fotografia, mas também um símbolo de liderança, respeito e influência na comunidade de São Miguel das Matas durante as décadas de 1950 e 1960. Contudo, vale destacar também a presença dos(as) jovens, observando para isso, o estilo de vestimenta que reflete a época e as condições de vida mais simples, típicas do contexto em que a JAC atuava. A fotografia também capta um aspecto de pertencimento e coletividade, que são marcas fundamentais de movimentos como a JAC, que buscavam não apenas o desenvolvimento individual, mas também a construção de uma consciência social coletiva, especialmente voltada para as realidades do campo e da vida comunitária. A imagem, portanto,

reflete um registro visual da experiência vivida pelos(as) jovens e da forma como esse movimento se fazia presente em suas vidas cotidianas.



FIGURA 6: Reunião da JAC realizada em São Miguel das Matas – 1958. Fonte: arquivo pessoal de Aricelma Araujo dos Santos.

Em seu manuscrito, o padre Gilberto relata ter tomado conhecimento sobre a atuação da Juventude Estudantil Católica (JEC) na diocese de Amargosa – Ba²⁴, através do Pe. José Clarêncio Vieira. O vigário, então, constatou que a paróquia de São Miguel das Matas²⁵ era estritamente rural, e já conhecendo o movimento da Ação Católica planejou iniciar um movimento com a juventude campesina. Com orientação do padre e o apoio da professora Odelita Caldas, um grupo de jovens passou a se reunir semanalmente. No início, as reuniões da JAC eram semanais e contavam com cerca de 25 jovens²⁶. Em sua tese de mestrado, Macêdo complementa a informação: “As reuniões da JAC aconteciam todo primeiro domingo de cada mês, após a missa dominical, no prédio do grêmio estudantil que recebeu o nome de Juventude em Ação, localizado na rua J.J Seabra, na cidade de São Miguel das Matas” (MACÊDO, 2022, p. 60).

²⁴ Importante destacar que na época o primeiro bispo de Amargosa foi Dom Florêncio Sisínio Vieira nomeado em 15 de abril de 1942 pelo papa Pio XII. Segundo relatos, ele apoiava os movimentos eclesiais de base e em 31 de janeiro de 1969 (em plena ditadura) sua renúncia foi aceita pelo Papa Paulo VI.

²⁵ Tinha na época aproximadamente 1.200 habitantes.

²⁶ Relatório anual da JAC, datado de 1958.

Desta forma, a JAC se difundiu e teve forte atuação em diversos núcleos rurais, como: Riachão, Rio Vermelho, Ponto da Serra, São Roque dos Macacos e, posteriormente, expandindo-se para outras cidades do interior, como Amargosa, Mutuípe, Laje, Jequiú, Jequié, Riachão do Jacuípe, Iaçu, Milagres, Varzedo, Elísio Medrado, Engenheiro Pontes, Itaquara, Nova Itarana, Jaguaquara, Santo Antônio de Jesus e Corta-Mão²⁷; englobando as dioceses de Amargosa e Salvador²⁸. Muitos(as) jacistas foram se deslocando para outras regiões a fim de expandir o movimento, assim, a JAC foi atingindo outros estados, expandindo-se pela região nordestina²⁹, como consta abaixo:

Bahia - A JAC teve início em 1956, na comunidade Ponto da Serra, com Odelita Oliveira Caldas. O movimento brotou forte depois de realizadas várias reuniões e encontros, com jovens nas comunidades. Na Paróquia de São Miguel das Matas surgiram várias militantes: em Ponto da Serra, Odelita Caldas, Eunice Andrade, Zorilda Andrade, Filó Barreto e Terezinha Souza; no Rio Vermelho: Maria Júlia de Souza Santos; em Riachão, Aquilina Nunes; na sede do município, Leda Andrade e Júlia Souza; em Corta Mão, Maria do Carmo Santos. A JAC de São Miguel não se restringiu a este município. Alcançou os municípios de Amargosa, Paraíso, Laje, Mutuípe, Jaguaquara, Jequiú, Nova Itarana, Brejões, Santo Antônio de Jesus, Milagres, Conceição do Almeida. Tinha, então, como assistente diocesano o Padre Gilberto Vaz Sampaio que sempre contava com a ajuda do Padre José Clarêncio. (BAPTISTA, 2012, p. 38)

O trecho apresentado destaca a expansão do movimento da Juventude Agrária Católica para além dos limites territoriais, alcançando uma diversidade de municípios na Bahia. Essa dinâmica de crescimento pode revelar não apenas a capacidade de articulação e organização do movimento, mas também a centralidade de São Miguel das Matas como um ponto de irradiação para uma rede de comunidades vizinhas. A expansão revela um duplo movimento: de um lado, fortalecer a relevância de São Miguel como um núcleo de inovação social e, de outro, inserir a JAC em um contexto mais amplo de integração regional, transformando-a em uma força mobilizadora que transcende o espaço territorial. Mostra também como o movimento citado não se restringiu ao espaço geográfico de sua origem, mas se ramificou para formar uma rede de militância em várias localidades. Esse processo sugere que São Miguel das Matas, ainda no

²⁷Distrito de Amargosa com aproximadamente 700 habitantes. Nessa localidade, a JAC se estruturou no ano de 1959. Atualmente, entre os três Distritos do município de Amargosa, Corta-Mão se destaca como o maior em extensão territorial, como também, economicamente. Localizado totalmente na zona da mata a uma distância de 18KM da sede de Amargosa rodeado de rios como: o Corta-Mão, Ribeirão e Capivara e seus afluentes. Possui terras produtivas que produz a maioria dos alimentos que abastece a feira de Amargosa. Limita-se com o município de São Miguel das Matas, Laje e Elísio Medrado. Texto de Ivanildo Silva de Jesus, Professor de História e Geografia, Corta-Mão - Amargosa 2009.

²⁸ Relatório anual da diocese de São Miguel das Matas-BA, datado de 1958.

²⁹ A JAC atuou em 15 estados brasileiros diferentes, encerrando seu ciclo no ano de 1972 decorrente das fortes repressões sofridas pelo golpe civil militar.

ponto de partida, desempenhou um papel crucial como experimentação do movimento. Ao tornar-se um polo de formação e difusão das atividades da Juventude Agrária, a comunidade miguелense consolida-se como referência de organização juvenil no meio rural, exportando suas práticas para outras localidades.

O mapa abaixo ilustra os locais de atuação da JAC (Juventude da Ação Católica), destacando os estados nos quais o movimento teve maior presença e desenvolveu suas atividades, oferecendo uma visão geográfica das áreas mais impactadas pela atuação desse grupo.



Estados onde a JAC atuou

FIGURA 7: Mapa indicando os locais onde a JAC atuou. Fonte retirada do livro *História e Organização de Jovens Camponeses*, p. 10.

O mapa nos mostra a expansão da JAC, que chegou a atuar em 15 estados brasileiros. Essa representação geográfica é uma importante ferramenta para compreender a disseminação de um movimento que, focado em questões rurais, teve uma influência significativa na mobilização política de jovens em várias partes do país. Nesse contexto, a JAC se posicionou como um movimento que, ao lado de outros movimentos populares, defenderam a justiça social, a reforma agrária e uma maior participação política dos(as) jovens, especialmente nas zonas rurais.

A presença da JAC em estados como Pernambuco, Bahia e Minas Gerais, por exemplo, pode ser interpretada como uma resposta à realidade de desigualdade e repressão viva dos(as) trabalhadores(as) rurais, que se sentiam marginalizados(as) nas políticas do governo da época. Nesse sentido, a atuação da JAC nessas regiões não reflete apenas o desejo de democratização das estruturas de poder, mas também uma busca pela inclusão social.

Outro ponto relevante é que, ao marcar sua presença nos estados do Norte e do Nordeste, regiões historicamente marginalizadas no cenário político e econômico do Brasil, a JAC ajudou a divulgar suas ideias e valores de maneira mais ampla. Sua atuação nesses estados pode ser vista como uma tentativa de engajar a paisagem rural em um movimento de contestação, impulsionando a conscientização política e social em locais que estavam à margem do debate político nacional.

Por fim, a disseminação da JAC por 15 estados brasileiros durante as décadas citadas também reflete um movimento de fortalecimento das redes sociais de juventude em todo o país, que buscavam se contrapor ao autoritarismo crescente e ao conservadorismo da época. A ilustração, portanto, não apenas mapeia a geografia dos locais onde a JAC atuou, mas também funciona como um retrato de um Brasil em transformação, onde a mobilização de jovens, mesmo em regiões distantes e afastadas dos grandes centros, desempenhou um papel crucial nas disputas políticas e sociais daquele período.

Ao entrevistar a ex-jacista Maria Júlia de Souza Santos, ela reafirmou e complementou a forma de expansão da JAC a partir do núcleo de São Miguel:

Eu ficava no núcleo do Garapa, e lá formamos uma equipe. O padre Gilberto comprou uma casa para realizarmos as reuniões aos sábados, depois precisou criar a equipe diocesana porque outras paróquias queriam também formar a JAC. Começamos um trabalho de fundar nas paróquias, passamos por Santa Inês, Brejões, Nova Itarana, Itaquara, Jaguaquara, Jequié, Riachão do Jacuípe e depois criamos uma equipe em Feira de Santana. Fazíamos um trabalho junto com a equipe estadual e nacional onde eles vinham preparar os encontros de fim de ano no seminário de Amargosa, e foi desenvolvendo até que eu fui para equipe nacional, minha mãe e meu pai não queriam que eu fosse, mas depois eles deixaram com a condição que todos fôssemos para Feira de Santana³⁰.

No depoimento podemos observar que a criação da equipe diocesana surge da necessidade de expandir as atividades da JAC para outras paróquias que demonstraram interesse. Esse processo de expansão para as cidades mencionadas, demonstra um esforço estratégico de organizar e difundir o movimento em diferentes localidades, garantindo uma

³⁰ SANTOS, Maria Júlia de Souza, [Entrevista concedida a Emiriene Costa Santos] em 14 de março de 2023, via WhatsApp.

articulação mais ampla e um fortalecimento regional. A atuação junto à equipe estadual e nacional, especialmente com os encontros de fim de ano no seminário de Amargosa, evidencia a integração do movimento local com as iniciativas em nível mais elevado, fortalecendo a rede de trabalho e formação de jovens no contexto rural.

A narrativa também revela aspectos culturais e sociais da época, especialmente em relação ao controle familiar sobre as jovens mulheres. Na década de 1960 havia uma visão tradicional sobre o papel da mulher, em que muitas famílias, sobretudo no interior e em contextos rurais, viam com receio a ideia de uma jovem sair de casa, seja para estudar, trabalhar, ou se engajar em atividades sociais. Essa resistência dos pais pode ser interpretada como um reflexo da preocupação com a segurança da filha, mas também da preservação das normas sociais que atribuíam à mulher um papel mais restrito ao ambiente doméstico.

O movimento então continuou, estabeleceu-se, cresceu progressivamente, tendo a participação de seus integrantes em congressos, seminários, reuniões, cursos e encontros no Brasil e no exterior. Essa participação efetiva, segundo atas e relatórios³¹ da época, contabilizou em 1957 cerca de 500 jovens participando do movimento jacista no município de São Miguel das Matas.

Em paralelo, no ano de 1958, fundou-se a pré-JAC, composta por adolescentes com faixa etária de até 14 anos, em fase de nucleação, com o objetivo de preparar esses(as) iniciantes para um movimento mais fundamentado e atuante, usando, para isso, a base da Ação Católica. Embora a pré-JAC fosse um movimento pequeno e pouco conhecido, ela se desenvolveu, mas não se fixou em todas as regiões³².

Em entrevista concedida na manhã do dia 19 de julho de 2024, Ignez Ana da Silva Santaana contou sua experiência:

Particpei da JAC como adolescente, minhas irmãs contribuíram também. Eu participava como intrometida porque sempre gostei. Lembro de muita coisa, lembro dos encontros em São Miguel que eram na sede, em um salão perto da casa do padre. Jandira era quem coordenava o grupo e ela também era adolescente. O método ver-julgar e agir era o mesmo, mas as atividades voltadas para nós eram diferentes, voltadas mais para recreação, piquenique, apresentação e outros. As reuniões eram separadas quando havia um grupo maior, quando não se tinha ficávamos juntos. Havia bibliotecas em algumas localidades e os livros que liamos eram adaptados para nossa idade. E a partir dos 18 anos se passava para o grupo dos jovens³³.

³¹ Informação retirada do relato memorialista do padre Gilberto Vaz Sampaio: *Paróquia de São Miguel Arcanjo*: no primeiro período da diocese de Amargosa. São Miguel das Matas, BA, [19--] [sem publicação e sem data de produção.]

³² Relatório anual escrito pelo Mons. Gilberto Vaz Sampaio, 2006.

³³ SANTAANA, Ignez Ana da Silva [entrevista presencial concedida a Emiriene Costa Santos] em 19 de julho de 2024.

O relato pessoal sobre a participação da JAC adolescente, enfatiza a vivência em atividades recreativas e sociais. O ponto mais importante aqui é a adaptação do método "ver-julgar-agir" ao público citado. Esse método, tradicionalmente usado em movimentos sociais e comunitários para promover a reflexão crítica e a ação transformadora, é mencionado como um pilar, mas adaptado ao contexto e às necessidades dos adolescentes, com atividades voltadas para recreação e socialização. Isso revela como a abordagem pedagógica era flexível, buscando envolver e engajar pessoas de diferentes idades de acordo com sua maturidade e interesses, o que poderia ser considerado um diferencial na formação e desenvolvimento dos(as) participantes.

A JAC em São Miguel atuou de forma a conscientizar e mobilizar os(as) jovens do campo em torno de questões como a reforma agrária, a educação rural e a organização comunitária. Segundo Santos (2008), a JAC promovia encontros, palestras e atividades educativas que visavam despertar nos(as) jovens a consciência de sua realidade e o desejo de transformação.

Trago a narrativa de Maria do Carmo ou Duninha, como gosta de ser chamada. A ex-jacista me recebeu em sua casa na cidade de Santo Antônio de Jesus – Ba, na tarde do dia 18 de maio de 2023. Gentil, muito ativa e bem lúcida aos seus 89 anos de idade, ela me contou um pouco da sua história e aprendizados com o movimento. Nascida e criada na zona rural de São Miguel das Matas, ela também esteve à frente da JAC onde fazia parte do núcleo em Ponto da Serra. Seu relato me chamou bastante atenção, pois ela iniciou, dizendo: “A gente da roça não era ninguém, éramos muito atrasados, não tínhamos cultura, a JAC nos ensinou a andar, e nos educou em tudo, depois da JAC tivemos mais educação, éramos todos irmãos”.

A partir do relato, podemos explorar várias dimensões críticas, tanto no que se refere à própria percepção dos sujeitos envolvidos quanto ao papel da JAC na educação e organização dessas comunidades. Ela também reflete uma visão de si mesma e de sua comunidade marcada por uma forte desvalorização. Esse tipo de percepção é comum em contextos em que as elites urbanas e os discursos dominantes depreciam as culturas rurais e tradicionais, tratando-as como "atrasadas" ou "incultas." A narrativa demonstra como essas ideias podem ser internalizadas pelos próprios indivíduos, levando-os a acreditar que sua forma de vida é inferior.

Quando Maria do Carmo diz que "a JAC nos ensinou a andar, e nos educou em tudo," ela reconhece o impacto profundo que a JAC teve em sua vida e na de sua comunidade. A afirmação sugere que o movimento atuou como um agente de conscientização oferecendo às

pessoas do campo ferramentas de educação e organização que lhes permitiram transformar sua própria realidade. Contudo, essa visão também pode ser analisada criticamente. O uso da expressão "nos ensinou a andar" implica uma certa dependência, como se a comunidade rural fosse passiva e precisasse de um agente externo para se mover ou evoluir. Isso pode refletir a forma paternalista como muitas vezes as iniciativas da Igreja ou de movimentos sociais eram implementadas. A narrativa da depoente é uma valiosa fonte para entender a complexidade das relações entre os movimentos sociais, como a JAC, e as comunidades rurais. Ela nos leva a reconhecer o impacto positivo da JAC na vida das pessoas, mas também a questionar os possíveis aspectos paternalistas dessa intervenção.

Duninha também contou que naquela época só existiam duas alternativas para as mulheres, ou o casamento, ou os estudos. “Éramos criados de uma forma muito regrada, eu só estudei até o terceiro ano³⁴, queria muito fazer um curso de enfermagem, mas em maio de 64 eu comecei a namorar, pois vi que Miguel tinha boas intenções. Me casei com 27 anos, casei já velha”.

O relato traz à tona questões relacionadas à educação, papéis de gênero, e as expectativas sociais que moldavam a vida das mulheres em determinados contextos históricos, especialmente em comunidades rurais do Brasil na década de 1960. Analisando criticamente, podemos explorar as várias camadas de significados do depoimento.

A afirmação "Éramos criados de uma forma muito regrada" sugere que havia normas sociais estritas que regiam o comportamento das pessoas, especialmente das mulheres. Essas regras muitas vezes limitavam as oportunidades e as escolhas disponíveis para elas, reforçando papéis tradicionais de gênero. Nesse contexto, a ideia de "ser criada de forma regrada" provavelmente inclui restrições quanto à educação, ao trabalho e às expectativas sobre o casamento e à família.

O discurso revela questões profundamente enraizadas nas normas sociais da década, especialmente em áreas rurais. Ele ilustra como as expectativas de gênero, a educação limitada e as normas em torno do casamento moldavam a vida das mulheres. A análise crítica dessa fala nos permite perceber como as normas sociais e as estruturas de poder operavam para controlar e definir o papel feminino, muitas vezes em detrimento de suas aspirações e autonomia.

Muito antes e durante o período estudado, o casamento era amplamente visto como um compromisso social para as mulheres, sendo imposto tanto pela família quanto pela sociedade. O período foi marcado por expectativas rigorosas sobre os papéis de gênero, onde a mulher era

³⁴ Terceiro ano refere-se ao ensino primário.

frequentemente relegada ao espaço doméstico e seu valor social estava fortemente associado à sua capacidade de se casar e formar uma família. No artigo intitulado *Meninas “malcomportadas” e seus romances proibidos no sertão da Bahia: entre a rebeldia e a armadilha do casamento (1942-1959)*, Tânia Vasconcelos (2021, p. 257) discute esse tema. Ao analisar uma matéria de jornal que dava conselhos a mulheres sobre o casamento, a autora argumenta:

Mesclando argumentos religiosos a uma suposta racionalidade científica, os conselhos destinados às mulheres tinham em vista uma pedagogização dos sentimentos, valorizando atitudes de resignação e autocontrole, dissimulados sob uma capa de altivez e superioridade: “A mulher, que o sabe ser, é em alma mais forte que o homem”. A responsabilidade da manutenção do casamento recaía apenas sobre ela, que além de ter uma “conduta honrada” deveria ser responsável por influenciar positivamente no comportamento do marido, uma vez que nele qualquer falta era justificada.

Em seguida, a autora complementa trazendo a seguinte análise: “No centro dessa pedagogia estava o casamento como uma dádiva, o único destino digno para uma mulher, que não deveria medir sacrifícios para mantê-lo” (VASCONCELOS, 2021, p. 257). Ainda destaca que a ideia do casamento como “uma dádiva” e o único destino digno para uma mulher, reflete uma visão tradicional e conservadora da sociedade, especialmente no contexto das normas de gênero e da estrutura familiar que prevaleceu em muitas culturas, incluindo a brasileira, ao longo do século XX.

Simone de Beauvoir, em *O Segundo Sexo* (1949), analisa o casamento como uma das principais instituições através das quais o patriarcado perpetua o controle sobre as mulheres. A autora argumenta que o casamento, servia como um meio de controlar a sexualidade feminina e garantir a legitimação da prole, essencial para a continuidade das estruturas patriarcais. Ela também discute como a educação e a cultura preparavam as mulheres para aceitar e até desejar esse destino imposto.

Apesar das pressões, o período em estudo aqui foi marcado por sinais de resistência significativa contra essas normas. A entrada gradual de mulheres de classe média no mercado de trabalho e o fortalecimento de movimentos feministas começaram a desafiar a noção de que o casamento era o destino inevitável para todas as mulheres. No entanto, essa transição foi lenta e enfrentou muita resistência por parte de diversas instituições da sociedade.

Ainda dentro das normas da época a ex-jacista Ignez Ana da Silva Santaana nos conta sobre o fato da mulher não poder fazer uso de calças³⁵, naquele contexto.

Meu pai me carregava de cavalo para as missas nas comunidades com as outras meninas da JAC, mas eu tinha que vestir um vestido por cima da calça comprida senão ele não me levava, as outras já tinham se libertado porque eram de maior, mas calça só não podia vestir não. Quando todas nós chegávamos na capela, tínhamos que vestir o vestido, pois não se podia assistir à missa de calça não³⁶.

O uso de calças por mulheres, por exemplo, era visto como algo "inapropriado" para muitas ocasiões, incluindo atividades religiosas. As missas eram espaços onde as normas sociais eram rigidamente seguidas, sendo um reflexo de um sistema patriarcal e de uma moralidade cristã que impunha restrições, particularmente para o público feminino.

A exigência do uso de um vestido por cima da calça comprida ilustra uma imposição de conformidade com a moral vigente. O vestido, símbolo da feminilidade tradicional, representava a aceitação das normas de gênero. Já as calças, ao serem associadas à liberdade ou transgressão, funcionavam como um marcador de subversão. O fato de que, ao chegarem à capela, as meninas precisavam trocar por um vestido, reforça a ideia de que a aparência externa deveria corresponder aos padrões esperados, independentemente de questões individuais de conforto ou preferências pessoais.

A fala também revela a diferença geracional entre as jovens da época. A menção de que "as outras já tinham se libertado porque eram de maior" aponta para uma divisão entre as mais velhas, que provavelmente já haviam alcançado um grau de autonomia (em parte simbolizado pela liberdade de vestir o que quisessem), e as mais novas, que ainda precisavam seguir as regras impostas pelos pais ou pela sociedade. Esse contraste entre as gerações também reflete o movimento de mudança cultural dos anos 1960, quando jovens começaram a questionar as normas estabelecidas, especialmente no contexto de movimentos sociais e culturais que estavam emergindo.

Ao relatar essa experiência do passado, o depoimento parece carregar uma crítica velada à rigidez daquele tempo, mas também a uma certa nostalgia ou reflexão sobre aquele período.

³⁵ A mudança trazida pelas calças femininas vai muito além dos limites da moda, refletindo as transformações sociais, os novos costumes e a luta pelos direitos das mulheres que marcaram o início do século 20. Com o auge da Segunda Guerra Mundial, em 1939, as mulheres assumiram papéis mais intensos no mercado de trabalho, fazendo da calça uma peça essencial no uniforme.

³⁶ SANTAANA, Ignez Ana da Silva [entrevista presencial concedida a Emiriene Costa Santos] em 19 de julho de 2024.

A rememoração de como as normas sociais e familiares eram encaradas na infância pode ser vista como uma tentativa de compreender o peso que essas normas exerceram sobre a formação da identidade e da liberdade das mulheres. Ao lembrar-se da imposição da vestimenta, a fala traz à tona o contraste entre o passado e as mudanças de comportamento que se sucederiam nas décadas seguintes, especialmente com o avanço da luta feminina por liberdade e igualdade de direitos.

A imposição de padrões comportamentais através da vestimenta e a divisão entre as gerações no que tange à liberdade pessoal, revelam as tensões de um período em que as mulheres ainda estavam lutando por sua autonomia e por um lugar de maior liberdade na sociedade. Essa rememoração também destaca o contraste entre as normas conservadoras de uma época e os movimentos de mudança que viriam a redefinir os papéis de gênero e a liberdade individual nas décadas seguintes.

Nos anos de 1950 e 1960, o uso de calças pelas mulheres representava um ato profundamente simbólico e, muitas vezes, controverso, refletindo mudanças sociais e culturais significativas. As mulheres eram amplamente associadas a um modelo de feminilidade que privilegiava vestidos e saias, simbolizando a conformidade com um ideal de mulher doméstica e submissa, atrelada ao papel tradicional de esposa e mãe. Nesse cenário, a calça, associada ao vestuário masculino, era vista como um símbolo de rebeldia e desconformidade com os padrões estabelecidos.

Mas, com o avanço dos movimentos sociais, como a luta pelos direitos civis, o feminismo e a contestação dos valores conservadores, as mulheres começaram a desafiar essas convenções. O uso de calças tornou-se um dos símbolos dessa revolução cultural, sinalizando a busca por liberdade e igualdade. A calça passou a ser associada à emancipação feminina, sendo imposta tanto no ambiente de trabalho quanto em espaços de lazer e públicos, antes dominada por vestuário considerado "masculino".

Em conclusão, o uso de calças pelas mulheres transcendeu a mera escolha de vestuário, funcionando como um símbolo poderoso de resistência e transformação social. Ainda enfrentaram resistência e estigmatização, as mulheres que romperam com os padrões tradicionais ajudaram a pavimentar o caminho para a construção de uma sociedade mais inclusiva e igualitária, onde a expressão individual e a liberdade de escolha se tornaram elementos centrais na busca por justiça e equidade. Embora Beauvoir (2016) não tenha abordado diretamente o uso de calças, ela argumenta que o vestuário e os comportamentos femininos fazem parte dessa construção social. O fato de as mulheres, ao longo da história,

terem sido associadas a roupas como vestidos e saias está diretamente relacionada à ideia de que elas devem ser "delicadas", "submissas" e "reconhecíveis" dentro de um papel que reforça sua inferioridade em relação ao masculino. A autora em sua análise da opressão feminina, também enfatiza que a liberdade da mulher está intrinsecamente ligada à possibilidade dela redefinir sua identidade e seu papel na sociedade. Assim, ao adotar calças, as mulheres estavam, de certa forma, começando a afirmar uma identidade própria que não era determinada pelas expectativas sociais limitantes, mas por uma nova visão de feminilidade.

Outro dado relevante evidencia que a maioria dos(as) integrantes tinha apenas o ensino primário, outra parte era composta por analfabetos(as). Os(as) chamados(as) militantes eram os(as) jacistas que tinham uma melhor escolaridade e, por isso, se ligaram ao Movimento de Educação e Base a fim de alfabetizar os(as) camponeses(as), tendo como assistentes os(as) engajados(as), já alfabetizados(as).

Entrevistei pela segunda vez, a ex-jacista Maria do Carmo Santos Dias, que apesar de seus 89 anos e do seu frágil estado de saúde, mantinha o brilho, vigor e paixão ao falar da JAC como da primeira vez que conversamos há 20 anos. Carminha da farmácia, como é popularmente conhecida, me recebeu em sua casa no município de São Miguel das Matas, em uma tarde de sexta-feira, acamada, ela não hesitou em me mostrar aquilo que sua memória havia guardado. Com uma lucidez invejável, contou:

Eu ia a pé de Corta-Mão à São Miguel, meus pais me apoiavam e sempre diziam para eu fazer meu trabalho direito. Era como se eu bebesse água da fonte e despejasse em outra, pois tudo o que eu aprendia na JAC eu ensinava lá no núcleo de Corta-Mão. Dei aula para crianças e adultos e dei aula para jovens pelo MEB na sala da minha casa³⁷.

O depoimento de dona Carminha refere-se à trajetória de uma militante, cuja atuação transcende os limites geográficos e sociais de sua comunidade, ao mesmo tempo em que revela a importância do movimento na formação e disseminação de saberes. Ela descreve a rotina de ir a pé fazendo um trajeto de 8 km e reforça o papel dos pais como incentivadores de seu engajamento. Essa narrativa evidencia o caráter de pertencimento e responsabilidade com o qual ela enfrentaria sua participação na JAC.

O uso da metáfora “beber água da fonte e despejar em outra” é particularmente significativo, pois ilustra o movimento de apropriação e difusão do conhecimento adquirido na

³⁷ DIAS, Maria do Carmo Santos [entrevista presencial concedida a Emiriene Costa Santos] em 16.02.2024.

JAC. Esse processo de aprendizagem e partilha se revela como uma dinâmica intrínseca ao funcionamento desse movimento rural, na qual as lideranças formadas em um núcleo disseminavam os saberes adquiridos para suas comunidades de origem. Assim, a formação recebida em São Miguel das Matas não era uma experiência individual ou restrita a uma localidade, mas um recurso que deveria ser multiplicado, alcançando outras regiões e impactando positivamente o desenvolvimento social e educacional.

O depoimento de Carminha também nos oferece, portanto, uma visão particular de como a JAC influenciou a trajetória de jovens militantes, formando sujeitos ativos e comprometidos com a transformação de suas realidades locais. A partir da formação recebida, ela atuou como uma multiplicadora de saberes em Corta-Mão, reafirmando a função da Juventude Agrária enquanto movimento educacional e político. O ato de transportar o aprendizado para a sala de aula na própria casa também simboliza a criatividade e resiliência dos(as) militantes, que encontraram meios de adaptação e resistência frente às carências estruturais e à ausência de políticas públicas externas à educação no campo. Dessa forma, o depoimento sintetiza a potência do movimento como agente transformador, capaz de conectar e capacitar indivíduos e comunidades a partir do engajamento consciente e da disseminação de saberes.

A atuação da JAC em São Miguel das Matas contribuiu para o desenvolvimento local de diversas formas. Segundo Silva (2010), a mobilização dos(as) jovens do campo promovida pela juventude agrária resultou na melhoria das condições de trabalho no campo e na promoção da educação rural, através da construção de escolas e da oferta de cursos, além de uma conscientização mais ampla sobre situação e a importância do(a) trabalhador(a) rural. as ações do movimento ajudaram também na formação de lideranças locais e para a consolidação de práticas comunitárias que fortaleceram o tecido social do município.

2.5 Método VER-JULGAR-AGIR

Nenhuma revolução social pode ter êxito sem uma revolução conscientemente espacial.

(Amélia Luísa Damiani)

Que método era esse, tão utilizado, tão seguido e adotado pela Juventude Agrária Católica, sendo seu principal lema de militância?

O método ver-julgar-agir teve suas raízes na doutrina social da Igreja Católica, que enfatiza a importância da reflexão, do julgamento ético e da ação prática na busca da justiça social e do bem comum.

O modelo que se tornou conhecido nasceu no ano de 1920 pelo idealizador padre belga, Joseph Léon Cardijn³⁸. A princípio, essa metodologia era denominada como *conhecer, julgar e querer*. Posteriormente, num escrito de 1926, o método foi traduzido para *aprender a ver, a julgar e a agir*. Somente em 1930 que os três termos foram estabelecidos como Ver- Julgar- Agir.

Depois disso, o método passou a ser aplicado às situações concretas, mas seguindo sempre as mesmas bases orgânicas. De fato, ele se tornou amplamente conhecido no ano de 1950 no seio da Ação Católica, na Bélgica, a partir das reflexões feitas no núcleo da JOC (Juventude Operária Católica) e encontrou espaço para seu desenvolvimento na Igreja da América Latina. Em muitos lugares esse modelo é chamado de "método participativo", colocando em destaque o aspecto "comunhão e participação" (CASTELHANO, 2017).

A Encíclica *Mater et Magistra*³⁹ utilizou-se dessa metodologia e justificou que “para levar a realizações concretas os princípios e as diretrizes sociais, passa-se ordinariamente por três fases” (n. 235). Portanto, o Papa João XXIII reconheceu formalmente o método ver-julgar-agir publicada no dia 15 de maio de 1961.

Segundo Brighenti (2022), a trilogia ver-julgar-agir foi apresentada por Cardijn querendo contrapor a dialética materialista do marxismo à dialética jocista. Assim, o estudo se refere ao método como revisão de vida, uma noção que se adquiriu da Juventude Agrária Francesa. O ponto de partida de sua metodologia passa a ser a pessoa humana e seu meio de vida, ou seja, o real e não o ideal apontado pela doutrina: uma espécie de “ciência pessoal”.

Na década de 1960, o método ver-julgar-agir ganhou uma nova relevância devido ao contexto de agitação social e política que caracterizou o período. Em muitos países, incluindo o Brasil, essa década foi marcada por movimentos de resistência contra regimes autoritários e

³⁸ Fundador da Juventude Operária Católica (JOC). Realizou atividades clandestinas na primeira guerra mundial em prol dos trabalhadores operários, foi preso pelos alemães e obrigado a fazer trabalhos forçados. Foi ele o fundador da Ação Católica, teve uma vida de militância e dedicação às classes menos favorecidas.

³⁹ *Mater et Magistra* (Mãe e Mestra) é uma carta encíclica do Papa João XXIII "sobre a recente evolução da Questão Social à luz da Doutrina Cristã". Foi publicada em 15 de maio de 1961, no septuagésimo aniversário da encíclica *Rerum Novarum* e no terceiro ano do pontificado de João XXIII. Esta encíclica é considerada um marco importante da Doutrina Social da Igreja, porque, através de uma profunda leitura dos novos "«sinais dos tempos»", atualizou as orientações das encíclicas sociais anteriores (a partir da *Rerum Novarum* de Leão XIII), dando assim a resposta católica para os problemas temporais da época. (informação retirada do site Wikipédia 18.09.2024)

lutas por direitos civis e sociais, como exemplo da JAC. Com isso, a trilogia foi utilizado como uma ferramenta para a conscientização, a mobilização e a organização dos militantes.

Assim, todo movimento de ação católica especializada adotou o método, e a partir do ano de 1964 ele foi encarado como mais uma linha de tomada de consciência, introduzindo-se mais decisivamente a questão da revisão/avaliação, instrumentos rudimentares de análise da realidade social, iniciação a percepção do funcionamento do sistema capitalista, e mais especificamente, a discussão sobre o caráter evangélico dos valores humanos.

É importante salientar que a indicação de aplicação desse método normalmente acontecia de forma coletiva, já que ele é fruto de um longo processo de ação e reflexão conjunta em diferentes espaços, podendo ser direcionado a questões sociais, étnicas, culturais, de gênero, geração e a própria relação com a terra. Uma ótica libertadora e um olhar mais apurado para as classes menos favorecidas.

Frei Betto, em sua obra intitulada *A Opção pelos Pobres: Teologia da Libertação* (1979), discute o método ver-julgar-agir como uma ferramenta teológica e pastoral para a promoção da justiça social e da solidariedade com os mais pobres e marginalizados da sociedade. Ele destaca a importância do método na articulação de uma práxis transformadora que integre reflexão e ação em prol da justiça e da dignidade humana.

O método não funciona de modo linear, como se cada momento estivesse separado do outro ou em sequências estanques que provocariam, na sucessão de reuniões, uma espécie de eterno retorno ao ver-julgar-agir. O método funciona, na prática, de modo dialético. O ver já traz no seu bojo elementos para o julgar e exigências para o agir. Cada momento se inter-relaciona com os demais. A avaliação de agir nas reuniões seguintes não é um recomeçar tudo de novo, mas a continuidade da ação, retomada sob a consciência crítica de suas falhas e erros e de suas implicações pastorais. (BETTO, 1981, p. 10)

Ao discutir a metodologia do ver-julgar-agir, Frei Betto propõe uma visão que transcende a linearidade convencional e se aproxima de um modelo dialético. Sua crítica ao entendimento linear do método se ancora na compreensão de que a realidade social é complexa e multifacetada, demandando um olhar que considere a inter-relação entre os momentos do ver, julgar e agir. Nesse sentido, ao afirmar que o método “funciona, na prática, de modo dialético”, o autor se refere a um movimento interativo e interdependente, em que cada estágio é simultaneamente causa e efeito dos demais. A dialética, enquanto categoria filosófica, implica uma dinâmica de contradição e superação contínua. Assim, o *ver* já contém pressupostos normativos do *julgar* e direcionamentos iniciais para o *agir*. Não se trata, portanto, de uma

observação neutra ou desprovida de intenção transformadora, mas de um olhar crítico e engajado, que antecipa a avaliação e a ação.

Além disso, Frei Betto enfatizou que a continuidade do processo se dá pela crítica consciente dos erros e falhas identificadas na prática. Essa concepção está intimamente relacionada ao pensamento dialético de Hegel e Marx, em que a negação de determinado estágio da realidade conduz à superação (*aufhebung*), não no sentido de uma simples anulação, mas de uma incorporação crítica dos elementos anteriores para um patamar superior de compreensão e ação. No caso do método pastoral, a avaliação do “agir” nas reuniões subsequentes não representa um recomeço, mas a continuidade de uma prática crítica, na qual a análise das implicações pastorais e sociais do “agir” passado serve como base para um novo ciclo, agora mais amadurecido.

Portanto, ao reinterpretar o método ver-julgar-agir sob uma perspectiva dialética, Frei Betto sugere que a transformação social não pode ser concebida como uma série de intervenções pontuais ou desconectadas. Ao contrário, o processo transformador deve ser contínuo e retroalimentado, em que cada ação é constantemente revista e reorientada. Esse entendimento evita a armadilha do que ele chama de “eterno retorno”, em que a prática pastoral cairia numa repetição sem avanços, e enfatiza uma abordagem crítica e dinâmica da práxis. Logo, a metodologia proposta pelo autor reflete um compromisso com a transformação integral do indivíduo e da sociedade, ancorado em uma epistemologia que reconhece a historicidade e a complexidade das relações sociais e eclesiais.

O método propõe uma abordagem integrada para a compreensão dos problemas sociais. O primeiro passo, “ver”, consiste em observar a realidade social com os olhos da fé, identificando as injustiças e desigualdades presentes. Em seguida, no passo “julgar”, busca-se analisar essas realidades à luz dos ensinamentos cristãos, fazendo uma leitura crítica das estruturas de opressão e exclusão. Por fim, no passo “agir”, busca-se a transformação da realidade, através de ações concretas e comprometidas com a justiça e a solidariedade.

Na cidade de São Miguel das Matas esse método chegou com a ajuda do padre Gilberto Vaz Sampaio e da professora Odelita Caldas, que estavam sempre em contato com os líderes de outros movimentos da ação católica. Em entrevista concedida, a ex-jacista Maria Júlia de Souza Santos diz:

Nós sentimos a transformação a partir desse método, ficamos mais conscientes do nosso papel enquanto jovens. Ele foi muito usado por outros setores além da JAC, nele procurávamos ver e julgar a realidade não no nosso ponto de vista, mas a partir do evangelho, e o agir era o planejamento das atividades, seria nossa forma de

conduzir nossos passos pensando sobre nossa missão no mundo de acordo com a realidade em que vivíamos⁴⁰.

O depoimento de Júlia sobre o tema destaca a transformação na percepção dos(as) jovens sobre seu papel social. A menção ao "ver e julgar a realidade a partir do evangelho" reflete uma abordagem de formação que busca integrar a fé e a prática social. Este aspecto é relevante em um período em que a teologia da libertação começava a ganhar força na América Latina, enfatizando a importância de um engajamento ético e político dos cristãos. A ideia de que o "agir" deve ser orientado por um planejamento consciente das atividades indica uma mudança na forma como os(as) jovens viam a relação entre sua fé e sua atuação na sociedade, promovendo uma ação fundamentada e reflexiva em resposta aos desafios da realidade social da época.

O método continua sendo usado por setores sociais, especialmente ligados à estrutura da igreja católica. Sua utilização não conduzia necessariamente a uma consciência social capaz de produzir um engajamento pró-mudanças na sociedade. De qualquer modo, esse modelo foi importante na vida da JAC e dos(as) militantes miguélenes, especialmente no período de 1960 a 1967.

2.6. Mulheres à frente do Movimento:

“Mulheres, mulheres...
De tantas formas, tantas cores, tantas peles
divinas, amadas
quero acordar num mundo em que seremos todas
respeitadas”.

Antônia Medeiros

⁴⁰ SANTOS, Maria Júlia de Souza, [entrevista concedida a Emiriene Costa Santos] em 14.03.2024, via WhatsApp.



FIGURA 8: Juventude Agrária Católica Feminina em São Miguel das Matas – Ba, acervo pessoal de Emiriene Costa Santos

Susan Sontag, em seu livro *Sobre Fotografia* (1977), argumenta que as fotografias servem como um testemunho poderoso e duradouro de momentos específicos. Ela fala sobre a capacidade da captura de preservar a moda, os papéis de gênero e as relações sociais do passado, o que permite registrar um momento que pode ser analisado e lembrado por gerações futuras. A imagem acima, retrata um grupo de mulheres, que pode ser visto como um testemunho da vida social e cultural da época. Utilizando as perspectivas de Sontag, esta análise demonstra a profundidade e a complexidade que uma fotografia pode oferecer. Segundo ela, a imagem não é apenas um registro visual, mas um objeto rico em significados culturais, históricos e emocionais. O registro fotográfico de um grupo de mulheres não só documenta um momento específico, mas também oferece uma janela para a compreensão das dinâmicas sociais, culturais e emocionais daquela época.

A participação feminina nos movimentos eclesiais de base foi ampla e diversificada. Sua presença ativa nos movimentos contribuiu para a construção de uma visão mais inclusiva

e democrática da sociedade⁴¹. Ao longo das décadas de 1950 e 1960, elas conseguiram conquistar espaços cada vez mais importantes e influentes dentro desses grupos, demonstrando sua capacidade de liderança e sua contribuição valiosa para a causa. Segundo Braga (2021), as mulheres entendiam que a sua liberdade social e histórica passava antes por uma liberdade pessoal e assumiam na luta feminista essa prerrogativa.

Era preciso transformar a sociedade no que dizia respeito às expectativas de direitos. Mas, além disso, era preciso especialmente romper as barreiras da identidade de gênero que as limitava em seus comportamentos e escolhas e as entendiam como frágeis e menos capazes. (BRAGA, 2021. p. 31)

A autora aborda a identidade de gênero como uma “barreira” que limita os comportamentos e escolhas das pessoas. Isso reflete a visão de que a sociedade impõe regras e expectativas relacionadas aos papéis de gênero, que restringem as possibilidades individuais e não confirmam a pluralidade de experiências dentro dessa abordagem. O uso do termo "barreiras" sugere que esses estereótipos e normas não são apenas simples diferenciações, mas obstáculos significativos ao desenvolvimento. Esse argumento se alinha com as ideias contemporâneas sobre justiça social e direitos humanos, que buscam garantir a liberdade e a igualdade para todas as pessoas, independentemente de suas escolhas.

Khoury (1998, p. 42), explica que entre 1949 e 1958, o setor feminino da JAC, em âmbito Nacional, comandou o Movimento, efetuando um trabalho predominantemente de base, “já que os rapazes, num primeiro momento, não se entusiasmaram”. Contudo, a autora destaca o ano de 1958 como um período significativo para o referido grupo. De acordo com ela, a JACB (Juventude Agrária Católica Brasileira) se estruturou melhor com o setor feminino à frente das atividades, em meio aos eventos promovidos e às perspectivas de atuação delineadas. Assim, houve a divisão dos grupos em JACF (Juventude Agrária Católica Feminina) e JACM (Juventude Agrária Católica Masculina). Essa divisão atendeu à necessidade de uma organização mais eficiente das atividades, incluindo a valorização das atitudes morais, a prática religiosa, o trabalho comunitário, a educação e a recreação. Uma revisão do programa adotado nacionalmente atribuiu atividades distintas aos setores masculino e feminino. O Movimento, nessa fase, foi se organizando da seguinte maneira: conselho nacional, secretariado ou equipe nacional, equipes regionais, comitês estaduais, comitês diocesanos e seções de base, cada um com suas funções específicas.

⁴¹ Ver: Andrioli, L. A. (2022). *Religiosidade e mística no movimento de mulheres agricultoras*. Editora Appris. Ele fala sobre a identidade e faz uma comparação sobre a mulher e a terra.

A divisão da Juventude Agrária Católica Brasileira em setores feminino (JACF) e masculino (JACM), conforme descrito por Khoury, reflete uma estratégia organizacional que visava não apenas uma estrutura mais eficiente, mas também a conformidade com os padrões socioculturais e religiosos da época. Ao adotar essa segmentação, a JACB buscava atender às exigências de uma atuação moralmente distinta para homens e mulheres, alinhada à doutrina social da Igreja e aos valores tradicionais católicos. Tal abordagem, no entanto, pode ser criticada por reforçar as normas de gênero vigentes, limitando a possibilidade de um protagonismo igualitário entre os sexos e restringindo a atuação feminina à esferas específicas, como a prática religiosa e o trabalho comunitário, enquanto o setor masculino era muitas vezes mais envolvido nas questões políticas e econômicas, em um contexto de disputas agrárias e reformas sociais.

Nesse sentido, a divisão de atividades entre os setores não apenas reflete a organização administrativa do movimento, mas também reproduz uma divisão sexual do trabalho e de responsabilidades que perpetua a subordinação das mulheres. Ainda que a participação das jovens na JACF fosse valorizada, sua atuação era confinada a espaços considerados apropriados para o gênero feminino, como a educação moral e a caridade, em detrimento de um envolvimento mais amplo nas questões agrárias e políticas que marcavam a atuação masculina na JACM. Essa configuração sugere que a eficiência buscada na organização do movimento se dava a partir de um prisma hierárquico e de controle, que não apenas mantinha a distinção entre os sexos, mas também limitava a potencialidade transformadora e emancipatória da atuação feminina no campo eclesial e social. Assim, a crítica a essa estrutura reside no fato de que, ao invés de promover a equidade, a JACB acabava por reforçar uma lógica de separação e desigualdade, limitando o alcance e a profundidade da contribuição das mulheres em um movimento que se propunha a ser transformador e inclusivo.

Contudo, a separação em JACF e JACM reflete uma prática comum em organizações religiosas e sociais da época, que tendiam a segregar atividades e responsabilidades por gênero. Essa divisão, enquanto pode ter sido justificada pela "necessidade de uma organização mais eficiente das atividades," também reforça estereótipos conforme o sexo, ao atribuir papéis específicos a homens e mulheres. A separação dos grupos sugere que as atividades, atitudes morais, e a prática religiosa eram vistas de maneira diferente para cada um, o que levanta questões sobre a perpetuação de normas tradicionais de gênero dentro do movimento.

No entanto, é importante pensar se essa eficiência realmente resultou em benefícios tangíveis para todos os membros, ou se acabou por reforçar estruturas de poder desiguais dentro

da JACB. A eficiência organizacional não deve ser analisada apenas em termos de estrutura e hierarquia, mas também em termos de inclusão, equidade e justiça social. A divisão pode ter levado a uma duplicação de esforços ou à criação de barreiras adicionais para a cooperação e troca de experiências entre os dois grupos.

Essa análise ao descrever a divisão organizacional da JAC e a separação entre homens e mulheres, levanta questões importantes sobre a eficiência organizacional e a perpetuação de normas tradicionais de gênero. Embora a divisão possa ter sido vista como necessária para uma "organização mais eficiente," ela também pode ter reforçado estereótipos de sexo e limitado as oportunidades de inclusão e participação equitativa dentro do movimento. A análise crítica sugere a necessidade de considerar não apenas a eficácia organizacional, mas também as implicações sociais, culturais e de poder dessa estrutura.



FIGURA 9: Primeiro Encontro Nacional da JACF em 1961. Fonte: Arquivo Pessoal de José Alai

Em 1961 houve a realização do Encontro Nacional de JAC e JACF, o que indica que, na ocasião, já havia um setor masculino. Contudo, Khoury (1998, p. 43) pontua: “em 1961 ainda é evidente a maior organização feminina, destacando-se nos procedimentos de cooptação de novos membros e de formação dos militantes”. Assim, ela complementa: “O próprio Movimento, na vivência diária, vai entretecendo uma aproximação entre os sexos. Somente em fins dos anos 1950 a militância passa a ser conjunta”, isso devido ao aumento do setor masculino.

Em outras fontes encontrei a informação de que a partir de 1949, com o sucesso da

experiência feminina e adotando as mesmas atividades para reunir jovens do meio rural, os padres, sobretudo do Nordeste, tentaram aproximar o setor masculino da população aos grupos de militância católica e isso deu muito certo, engajando assim os homens nas atividades a serem desenvolvidas. Diante das pesquisas e entrevistas coletadas, fica evidente que o setor masculino era menos numeroso e a eles cabiam uma função diferenciada das mulheres, como estar à frente na formação dos sindicatos, entre outras.

Coletando informações do livro *Inventários dos Fundos* de Yara Khoury (1998, p. 36), um documento da JAC de 1951 é expressivo em relação à proposta de valorização da mulher no campo, ao trazer referências sobre um curso de especialização agrícola ao lado de discursões sobre as lutas por reforma agrária e de debates em torno de formas de articulação dos jacistas com sindicatos rurais e com organizações camponesas.

Para Khoury, o tratamento que a Igreja oferecia a rapazes e moças era diferenciado. Ela afirma que a separação entre organização e prática, os temas de estudo e reflexão destinados a cada sexo, assim como as formas pelas quais eram transmitidos, compõem um vasto campo de estudo sobre as relações de gênero em diferentes regiões do Brasil, bem como o papel dos movimentos e da própria Igreja na construção dessas relações. E nos faz pensar como a doutrina católica estava profundamente enraizada em uma interpretação tradicional das Escrituras, que frequentemente sublinhava a diferença de papéis entre homens e mulheres. No contexto social, as normas de gênero eram claramente definidas, com as mulheres sendo predominantemente vistas como responsáveis pelo lar e pela educação dos filhos, enquanto os homens eram considerados os provedores e líderes públicos. A diferenciação do tratamento de homens e mulheres pela Igreja Católica é uma reflexão das interpretações teológicas tradicionais, das normas sociais vigentes e da estrutura institucional da Igreja. A subordinação das mulheres e a manutenção de um sistema patriarcal eram práticas profundamente enraizadas, influenciadas tanto pela tradição religiosa quanto pelos valores culturais da época.

A estrutura patriarcal no Brasil durante o período da ditadura militar esteve profundamente arraigadas em diversas esferas sociais, políticas e culturais, refletindo-se especialmente nas áreas rurais e no campo. Essa estrutura não era apenas uma organização social, mas uma ideologia que regulava e limitava as relações de poder, subordinação e acesso a direitos. Dentro desse contexto, a mulher, em particular a mulher do campo, estava inserida em um sistema de opressão que, além de ser politicamente repressivo, também estava fortemente enraizada na cultura.

O modelo patriarcal se aprofundou ainda mais em contextos de pobreza extrema, como

os encontrados nas regiões do Nordeste, onde a seca, a miséria e a desigualdade eram ainda mais exacerbadas. Nesses espaços, as mulheres, apesar de desempenharem um papel fundamental na sobrevivência das famílias, eram vistas como “coadjuvantes” na estrutura de poder. Sua contribuição era tida como “natural” e invisível, o que gerava uma invisibilidade tanto na vida doméstica quanto nos movimentos sociais.

O alinhamento entre Igreja e patriarcado foi um dos fatores que dificultou a mobilização das mulheres em algumas fases da história. No entanto, ao mesmo tempo, a Igreja Católica também se tornou um campo de disputa. A Teologia da Libertação, que ganhou força nas décadas de 1960 e 1970, representou uma ruptura com o modelo tradicional de controle social imposto pela Igreja. Influenciadas por essa corrente de pensamento, muitas mulheres do campo passaram a questionar as estruturas de poder, não apenas no plano político, mas também no plano religioso e social.

Contudo, apesar da diferenciação entre os sexos, a JACF se posicionava para tentar se impor enquanto movimento participativo, ativo e dinâmico, visto que seu papel ali era muito mais numeroso e atuante. Anjos (2008) observa que entre as “líderes”, a atividade militante está associada à busca de satisfações morais e ao reconhecimento das populações que elas atendem. Em particular, essas “líderes” consideram o espaço comunitário como incompatível com qualquer ganho material.

Segundo Anjos (2008), o engajamento das mulheres nas comunidades e pastorais permite que elas adquiram os recursos necessários para investir em uma “carreira militante”. A “caminhada de comunidade” é essencial para toda “líder”. Com o estímulo inicial ao trabalho comunitário, proporcionado pelos agentes religiosos através de convites para participar de atividades da igreja (como cursos de catequese, fornos comunitários e grupos de reflexão), as mulheres começaram a se descobrir como líderes e a assumir novas atribuições na Igreja. Este período inicial de engajamento também coincide com a exclusão de outras esferas, como o mercado de trabalho e a escola, mas é compensado por convites para coordenar grupos e participar de cursos. Nesse ambiente, as mulheres se sentiam valorizadas e reconhecidas, conseqüentemente, sua atividade comunitária pôde se expandir para várias pastorais, como a da Criança, da Mulher, Operária, além de outros movimentos e até partidos políticos.

Diante dessas reflexões, fica claro que a contribuição das mulheres para os movimentos eclesiais de base vai muito além de uma simples participação. Elas foram agentes ativas na promoção da justiça social, na defesa dos direitos humanos e na construção de uma igreja mais inclusiva e comprometida com os(as) mais pobres e marginalizados(as). É fundamental,

portanto, reconhecer e valorizar essa contribuição, promovendo uma maior participação das mulheres nos espaços de decisão e liderança dentro da igreja e da sociedade.

A bibliografia consultada sobre a JAC no contexto geral, evidencia o setor feminino frente à liderança desse Movimento. Eram elas, na maioria das vezes, as responsáveis pelas ações realizadas. Em São Miguel, o setor feminino foi muito atuante, eram as mulheres quem mais estavam à frente ajudando na organização e na maioria das ações coordenadas pelo padre Gilberto. Foi através desse engajamento delas que surgiu a possibilidade de Zorilda Andrade Santos⁴² ser escalada como representante estadual para fazer um estágio de três meses na França, no ano de 1960. De acordo com seu relato:

Antes de ir à França eu já tinha sido escalada para ir a Fortaleza como representante baiana da JAC. Foi no dia 1º de Maio, que eu parti para Europa. Eu fui até o Rio de Janeiro sozinha de avião sem conhecer ninguém, uma menina que muito mal tinha o curso primário. Lá aprendi e vivi muitas coisas, ficávamos no meio rural junto com os outros jovens aprendendo e fazendo orações. Fiquei sem me comunicar com minha família por três meses⁴³.

Zorilda nos oferece um relato pessoal sobre a experiência de uma jovem baiana que, apesar de sua origem humilde e pouca educação formal, foi escolhida para representar a Juventude Agrária Católica em eventos significativos tanto no Brasil quanto na Europa. Isso indica que ela possuía um envolvimento significativo e uma liderança reconhecida dentro do movimento, mesmo com um nível de escolaridade limitado⁴⁴.

A estadia na Europa, especificamente no meio rural junto a outros jovens, combina aprendizado prático e espiritual, evidenciando a pedagogia da JAC, que integrava ação e reflexão. A experiência de estar imersa em uma cultura diferente, aprendendo novas formas de organização e oração, teria sido transformadora para uma jovem com pouca experiência fora de sua comunidade de origem.

Já a ausência de comunicação com a família por três meses sublinha o sacrifício pessoal que essa experiência representou. Para quem estava acostumada a um ambiente familiar e comunitário, essa desconexão teria sido difícil, mas também potencialmente fortalecedora, à

⁴² Nascida na comunidade de Ponto da Serra, hoje reside na cidade de Vitória da Conquista onde é conhecida como “A Mãe do Encontro dos Miguelenses”, que acontece todos os anos em Vitória da Conquista desde o ano de 1996.

⁴³ SANTOS, Zorilda Andrade. [Entrevista concedida por telefone a Emiriene Costa Santos], Vitória da Conquista, 17 de janeiro de 2014.

⁴⁴ Segundo sua irmã Maria do Carmo, Zorilda foi à escolhida para representar a JAC na França por ser muito eficiente e por ter disponibilidade na época.

medida que ela se afirmava em um novo contexto e ampliava sua visão de mundo. Em resumo, sua narrativa é um testemunho poderoso de superação e crescimento pessoal no contexto de um movimento social que valorizava a participação de jovens, independentemente de suas origens. A experiência descrita reflete a transformação em uma líder comprometida, disposta a atravessar fronteiras geográficas e culturais em busca de aprendizado e de um compromisso maior com as causas defendidas pela JAC. A narrativa também revela a importância do apoio coletivo e da fé como elementos centrais para enfrentar desafios pessoais e sociais.

O Primeiro Congresso Internacional da Juventude Agrária Católica ocorreu em Lourdes, França, entre os dias 24 a 26 de maio de 1960. Este evento foi um marco significativo para o movimento, reunindo jovens católicos(as) rurais de diversos países para discutir questões de desenvolvimento rural e o papel deste público na promoção da justiça social e do progresso agrícola. O congresso destacou a importância da organização comunitária e da formação de lideranças juvenis no contexto rural, refletindo as preocupações sociais e espirituais da Igreja Católica no período pós-guerra. O evento também serviu como plataforma para o intercâmbio de experiências e a formulação de estratégias para enfrentar desafios comuns nas áreas rurais. Para entender como esse evento ocorreu, recorri às entrevistas de Zorilda e as publicações do jornal Correio Rural. Embora se tenha poucas informações sobre o assunto, fica claro que as discussões focaram no desenvolvimento rural, justiça social e na integração da fé com a vida cotidiana. Os participantes compartilharam suas experiências e estratégias para enfrentar os desafios existentes pelas comunidades rurais, promovendo um senso de solidariedade e cooperação global. Os resultados deste congresso influenciaram as atividades subsequentes e as estratégias do movimento.



FIGURA 10: Zorilda Andrade na França – Fonte: acervo pessoal de Zorilda

Referente à fotografia acima, utilizo o pensamento de Maurice Halbwachs em *A Memória Coletiva* (1950), onde ele argumenta que a memória é um fenômeno social que é construído e mantido através das interações e práticas sociais. O registro, como um artefato visual, serve como um veículo de memória coletiva, capturando e preservando um momento significativo na vida da comunidade. As bandeiras e os trajes tradicionais podem simbolizar a identidade cultural e a herança da comunidade, reafirmando a continuidade das tradições e valores compartilhados.

Assim, a fotografia pode ser vista como um testemunho visual da dinâmica social, cultural e religiosa. Através das lentes teóricas de Halbwachs, é possível compreender como a religião, os rituais comunitários, os papéis de gênero e a memória coletiva se entrelaçam para formar e reforçar a estrutura social da época. As figuras de autoridade, as roupas tradicionais e a organização espacial dos indivíduos na fotografia refletem as normas e valores que moldavam a vida comunitária, oferecendo uma rica fonte de análise sobre as relações sociais e culturais do período.

No emaranhado de documentações que guardo, esse foi um dos presentes que o padre Gilberto me confiou, uma carta de Zorilda para ele, escrita quando ela estava em passagem por Lisboa. A carta é um lindo registro das coisas que ela vivenciou⁴⁵:

⁴⁵ Vide anexo.

Isto que estou passando hoje não é realidade é um sonho, saltamos aqui às 10h de hoje. Havia vários jacistas ao ponto nos esperando. Eles nos conduziram a um alojamento formidável onde estamos (...)

Já fomos à Basílica do Sagrado Coração de Jesus (...) estive até no quarto em que Santo Antônio nasceu (...) é tanta novidade que nem sei explicar, estou fazendo um diário vou vê se consigo anotar tudinho.

A quem devo tanta coisa? primeiramente ao Cristo, segundo a JAC, já sei o que a JAC não fizer ninguém mais fará.

Agora vou entrar no principal: o termino do nacional foi ótimo. No último dia preparamos a despedida de Ângela do nacional para o internacional (...)

Fizemos o planejamento, o regional será dia 08-16 para os assistentes.

Em Dakas a coisa mais interessante é que só vimos negros daqueles tipo São Benedito⁴⁶.

Que tal a turma fez o mapa da JAC? E o levantamento do meio? É preciso o levantamento, pois a Equipe Nacional precisa para enviar para o governo. Não deixem de fazer para enviar logo.

O nosso dia de recolhimento foi segunda feira (16). Me acordou para muita coisa que até aqui dormia.

Sábado (21) sairemos para Fatima, serão 30 horas de trem (...) depois uma turma vai para Alemanha, isto após o congresso e outra fica na França. Eu vou ficar na França com a turma do Nordeste e nacional (...)⁴⁷

A correspondência apresenta um tom de saudade, indicando uma separação geográfica. É um relato profundamente simbólico e pessoal que revela a experiência de uma jovem imersa em um momento de fé, descoberta e crescimento. A análise da carta pode ser abordada sob várias perspectivas, como o contexto histórico da época, a relação de Zorilda com a JAC, e as emoções expressas por ela, além de sua visão de fé e a relação com o sagrado. Nesse contexto a proponente, como membro da JAC, provavelmente sentia-se parte de uma juventude engajada na mudança social através da fé, e a experiência no Congresso Internacional foi, sem dúvida, um marco importante para sua formação, tanto religiosa quanto pessoal.

Escrita em 1960, o documento é um retrato do pensamento de uma época marcada por tensões sociais e políticas profundas. A menção aos negros, ainda que breve, abre espaço para refletir sobre como questões raciais eram abordadas por indivíduos comuns em um contexto de colonialismo tardio e hegemonia religiosa.

Ao afirmar: "a quem devo tanta coisa, primeiramente ao Cristo, segundo a JAC", Zorilda revela o papel central da Juventude Agrária em sua vida. O movimento, para ela, não era apenas uma organização, mas uma instituição transformadora, que proporcionou a oportunidade de acesso a uma experiência internacional, educacional e espiritual. A carta não

⁴⁶ São Benedito foi um homem preto, filho de pais escravizados provenientes do norte da África, nasceu na região italiana da Sicília por volta de 1520. Conquistou a alforria mediante a libertação de seus pais e, por isso, conseguiu ser livre a maior parte de sua vida. Trabalhou como pastor de rebanho de ovelhas e seguiu o ofício de Irmão dentro da Ordem Franciscana, lá trabalhou como cozinheiro e faxineiro nos conventos, se destacou por seu trabalho e galgou seu lugar entre a Santidade, tornando-se um dos mais cultuados Santos Negros do mundo. Ele era analfabeto, mas dava conselhos a teólogos.

⁴⁷ Carta de Zorilda Andrade ao Padre Gilberto Vaz Sampaio. Lisboa, 19-05-1960.

apenas é uma narrativa de uma experiência religiosa, mas também uma manifestação de como as vivências pessoais, podem moldar uma nova percepção sobre a vida, e o compromisso social.

Outra observação importante é que o documento revela, de maneira simples e direta, a preocupação com a organização e com a execução de tarefas importantes dentro do movimento. A solicitação de um "levantamento do meio" é uma instrução clara sobre a necessidade de obter informações fundamentais para serem enviadas ao governo, indicando que a documentação e o planejamento estratégico são vistos como etapas essenciais para o fortalecimento da atuação da JAC.

Em resumo, a carta transmite um senso de urgência, reflexão pessoal e um forte engajamento com o trabalho da JAC, evidenciando a importância das ações coletivas e da conscientização individual no movimento. Zorilda não apenas se preocupa com as tarefas logísticas, como o levantamento de informações para o governo, mas também compartilha um processo de transformação pessoal, que impulsiona a se dedicar ainda mais ao fortalecimento da juventude católica. Ao mesmo tempo, sua disposição para participar de encontros internacionais reflete seu compromisso com a ampliação das fronteiras do movimento, promovendo a troca de experiências e a união entre diferentes regiões.

No livro *História e Organização de Jovens Camponeses Cristãos (1947-1972)*, Lucchetti (2012, p. 126) menciona como se deu a aquisição de recursos financeiros para essa viagem. Segundo ela, foram selecionados e enviados 30 brasileiros(as) de localidades diferentes à França e para tal ação eram organizados vários eventos, como festas populares para angariar fundos, rifas, vendas de produtos agrícolas, entre outros.

Em entrevista, a ex-jacista Maria Júlia de Souza Santos relembrou a campanha e o empenho de todos os miguelenses para mandarem uma representante de São Miguel à França. "A ida de Zorilda Andrade para a França foi um marco na cidade, para tal viagem foram feitas campanhas a fim de custearem sua ida"⁴⁸.

Analisando o relato acima podemos destacar a expressão "um marco na cidade", isso sugere que a ida de Zorilda para a França teve um impacto significativo na comunidade. É importante considerar o contexto histórico e social em que essa viagem ocorreu, podendo representar uma abertura cultural, uma valorização do movimento rural e a busca por novos horizontes para a cidade, especialmente em um período de transformações. Além disso, a menção às "campanhas" para custear a viagem indica uma mobilização da comunidade,

⁴⁸ SANTOS, Maria Julia de Souza. [Entrevista concedida a Emiriene Costa Santos], via What up, 14 e 16 de março de 2024.

refletindo um esforço coletivo em prol de um objetivo comum. Isso pode ser interpretado como um exemplo de cidadãos(ãs) que se uniram em torno de um projeto que visava não apenas a promoção individual de Zorilda, mas também a potencial elevação do status da cidade e de suas oportunidades de desenvolvimento. Essa dinâmica pode ser analisada sob a perspectiva do engajamento social e da solidariedade comunitária.

Mas, além de Zorilda, Maria Júlia de Souza Santos também desempenhou um papel de forte atuação e liderança jacista. Hoje com 85 anos, reside na cidade de Feira de Santana. Ela relatou que, na década de 1960, saiu da casa de seus familiares em São Miguel para participar da coordenação da equipe nacional da JAC.

Fui para a equipe nacional através de um convite. Fiquei de 69 a 70 morando na sede da CNBB no Rio de Janeiro, no bairro Santa Tereza, esse prédio tinha 5 andares, cada andar fazia parte de um núcleo da Ação Católica. Tinha a JAC, JEC, JIC, JOC e JUC. Era escolhida uma pessoa de cada estado para fazer parte. Os escolhidos eram as pessoas que tinham mais visão do que era o movimento de JAC. Além de nós, também ficavam nessa sede os padres dominicanos e a equipe latino-americana. Nós implantamos na nossa consciência um compromisso de justiça, justiça por um mundo melhor⁴⁹.

A narrativa de Dona Júlia nos oferece uma perspectiva rica sobre a experiência de alguém que esteve profundamente envolvido na Juventude Agrária Católica, durante um período crucial da história brasileira. A narrativa destaca a interconexão entre fé, justiça social e ativismo político, elementos que foram fundamentais na resistência ao regime militar e na construção de uma consciência crítica entre os(as) jovens católicos(as) da época.

Segundo a entrevistada, o objetivo da JAC era de evangelização e conscientização. Ela relata que ajudou a fundar o movimento em Conceição do Almeida e, após, assumiu a equipe Nacional. “Fui a Pernambuco fazer visitas, tive reuniões com Dom Helder Câmara e ele sempre nos avisava para termos cuidado por que estavam torturando pessoas”⁵⁰.

A advertência de Dom Hélder Câmara sobre as torturas praticadas pelo regime militar sublinha o contexto de repressão violenta em que esses movimentos operavam. A JAC, como outros grupos ligados à Igreja Católica, estava ciente dos riscos envolvidos em sua atuação, especialmente na mobilização de jovens que podiam ser vistos como ameaças pelo governo.

⁴⁹ SANTOS, Maria Júlia de Souza, [Entrevista concedida a Emiriene Costa Santos], via What up, 14 de março de 2024.

⁵⁰ SANTOS, Maria Júlia de Souza, [Entrevista concedida a Emiriene Costa Santos], via What up, 14 de março de 2024.

Essa fala, portanto, não só evidencia a relevância da Juventude Agrária no cenário de resistência durante a Ditadura Militar, mas também ilustra a interconexão entre líderes religiosos e movimentos sociais na luta por justiça social e direitos humanos. Assim, imersos na realidade do campo, esses(as) jovens passaram por uma profunda transformação durante o período estudado, transformação esta que redirecionou sua visão de mundo e ampliou sua consciência política e social.

Confrontados com a repressão estatal e a violência sistemática contra os movimentos populares, os(as) jovens católicos do campo começaram a articular-se em torno de uma agenda de resistência e luta pelos seus direitos. A brutalidade do regime não apenas desafiou suas convicções religiosas, mas também solidificou uma nova compreensão da fé como uma força ativa na defesa dos direitos humanos e na promoção da dignidade dos trabalhadores rurais. Assim, a Juventude Agrária Católica emergiu desse período não apenas mais politizada, mas também profundamente comprometida com a transformação das estruturas sociais, tornando-se um pilar na luta pela democratização e pelos direitos agrários no Brasil.

A participação ativa das mulheres rurais nos movimentos de esquerda no período da ditadura civil-militar evidencia a sua força e coragem dentro de um contexto marcado por grande desigualdade entre homens e mulheres, sendo assim, é importante destacar, sobretudo a busca pela igualdade por meio da afirmação da diferença, o que sustenta a construção da sua identidade, e que assim possibilitou o acesso a determinados direitos sociais.

Memória, Território e Poder: A Dinâmica da Juventude Agrária Católica

“A memória do pobre é sempre subversiva para a ordem que o explora e marginaliza.” (GUTIÉRREZ, 1981, p. 133).

Pensar na Juventude Agrária Católica – JAC é ousar escavar destroços de um passado marcado por memórias muitas vezes silenciadas, é pensar como essa juventude agrária se manteve forte e firme em seus princípios e ideais políticos contra as armadilhas de grupos politicamente conservadores.

Para Pollack (1989), o longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento é a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais e que a sobrevivência durante anos de situações traumatizantes forma lembranças que esperam o momento propício para serem expressas. Pois, segundo ele, esse passado não é meramente uma ausência de discurso, mas um fenômeno ativo e dinâmico, resultante de complexas interações sociais, políticas e psicológicas. Pollack sugere que o silêncio pode ser imposto por forças externas, como regimes autoritários que censuram narrativas discordantes, ou por mecanismos internos, como o trauma coletivo que impede a articulação do sofrimento.

Recuperar essas histórias silenciadas é essencial para uma compreensão mais completa e justa do passado. O pensamento de Pollack incentiva os(as) historiadores(as) a explorar as margens da historiografia, a ouvir as vozes que foram caladas e a questionar as narrativas dominantes. Ele destaca que a recuperação dessas narrativas não é apenas um ato de justiça, mas também uma forma de enriquecer nossa compreensão do presente: "Reconhecer e integrar as histórias silenciadas é crucial para a construção de uma memória coletiva mais inclusiva e representativa" (POLLACK, 2009, p. 87).

A discussão sobre histórias silenciadas, como elucidada por Pollack revela a complexidade dos processos de memória e esquecimento. O texto "Memória, Esquecimento,

Silêncio (2009)", nos convida a questionar as narrativas estabelecidas e a buscar uma compreensão mais profunda das forças que moldam o que lembramos e o que esquecemos. Em última análise, o trabalho de Pollack nos desafia a considerar como podemos dar voz aos silenciados e, assim, construir uma história mais completa e inclusiva.

A análise do autor me levou a refletir sobre o silêncio daquelas que preferiam esquecer o passado para ter memórias dolorosas de um momento cheio de pobreza e repressão. Ao entrevistar a ex-jacista Dona Edite Silva, 92 anos, ela diz: “eu não lembro mais nada da JAC, me entreguei à costura para esquecer tudo aquilo que vivi”. Assim como ela, muitos se recusaram a lembrar, o que me levou à questão: quantas lembranças caíram no esquecimento, dentro de um silêncio que não quer ser costurado, reemendado?

O Filósofo Paul Ricoeur (2007) também aborda a complexa relação entre memória, história e esquecimento, como lembramos, registramos e esquecemos o passado, fornecendo uma análise profunda e detalhada desses processos. Ele analisa a memória, diferenciando entre individual e coletiva, e discute como ambas são essenciais para a formação da identidade, pois ela não é apenas um repositório passivo de informações, mas um processo ativo de construção e reconstrução do passado. No contexto da história, o autor discute como o esquecimento pode ser um obstáculo à justiça e à verdade.

Seus pensamentos abordaram muitas inquietações entre a dialética histórica e a memória, como, por exemplo, a rememoração, a manipulação da memória e, especialmente, o quesito esquecimento, que foi considerado sua marca nesse debate. Ao reconhecer a natureza falível e construtiva da memória, a narrativa interpretativa da história e o papel paradoxal do esquecimento, Ricoeur (2007) nos proporciona uma compreensão mais completa de como indivíduos e sociedades lidam com seu passado.

Por isso, escavar esse passado tem sua relevância diante da História a fim de que ele não seja esquecido. Dessa forma, tento compreender como um movimento rural conseguiu atuar diante da repressão política dos poderes constituídos em São Miguel das Matas durante o período aqui analisado.

3.1 Território e poder: a criação do sindicato rural

“Se foi Deus quem nos criou
Fez o solo e a serra
Se foi Deus quem fez a terra

Por que o homem a tomou?
Por que a expropriou?
Se é de Deus a criação
Por que tanta judiação?
Se é de Deus e mais ninguém
Por que cada um não tem
O seu pedaço de chão?"

Rômulo Bourbon⁵¹

O governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961) foi um período de grandes transformações econômicas e sociais no Brasil, marcado por um ideal desenvolvimentista que dava ênfase ao desenvolvimento urbano e industrial. No entanto, essa ênfase acabou por deixar questões rurais e agrárias em segundo plano, resultando em desafios significativos para os trabalhadores rurais. O Plano de Metas, principal programa de desenvolvimento de JK, focou em áreas como energia, transportes e a construção de Brasília.

A estrutura fundiária brasileira na época era caracterizada pela concentração de terras nas mãos de poucos grandes proprietários (latifúndios), enquanto a maioria dos(as) trabalhadores(as) rurais e pequenos(as) agricultores(as) (minifúndios) tinha acesso limitado a terras aráveis. Esse cenário gerou tensões sociais e conflitos agrários, já que muitos viviam em condições precárias, sem direitos trabalhistas assegurados e com acesso limitado a serviços básicos. Esses(as) trabalhadores(as) enfrentavam desafios significativos, como a falta de regulamentação trabalhista específica para o campo. As condições de trabalho eram geralmente precárias, com baixos salários, longas jornadas e falta de acesso a benefícios como aposentadoria e assistência médica. A falta de uma reforma agrária eficaz durante o governo de JK contribuiu para a perpetuação dessas desigualdades.

O contexto de desigualdade fundiária e a marginalização dos(as) trabalhadores(as) rurais durante o governo de JK e os subsequentes levaram a um crescente movimento de reivindicação por reformas agrárias. No início dos anos 1960, o governo de João Goulart (1961-1964) buscou reparar essa questão propondo as "Reformas de Base", que incluíam a reforma agrária como uma das principais demandas. As "Reformas de Base" visavam redistribuir terras improdutivas para esses(as) trabalhadores(as) e modernizar a agricultura, promovendo justiça social e econômica no campo. No entanto, essas propostas enfrentaram forte oposição de setores conservadores, incluindo grandes proprietários de terras, militares e segmentos da elite

⁵¹ Rômulo Bourbon Nava de Oliveira nasceu em Recife (Estado de Pernambuco, Brasil), no ano de 1976. Desde cedo, costumava escrever poemas, histórias e contos.

econômica. A tensão política em torno das reformas agrárias e outras mudanças propostas pelo governo Goulart culminou no Golpe Militar de 1964, que interrompeu os esforços de reforma agrária e instaurou um regime autoritário. Durante a ditadura civil militar (1964-1985), as questões agrárias foram novamente marginalizadas, e as reivindicações do homem e da mulher do campo foram reprimidas de forma violenta. Na monografia, intitulada: *Trabalhador Rural e Previdência Social: o acesso aos benefícios previdenciários pelos trabalhadores rurais no Município de São Miguel das Matas – BA*, Joseane Duarte de Santana (2018, p. 18), traz a seguinte informação:

Os trabalhadores rurais, embora livres, não possuíam condições reais e nem legais para exercer o direito de venda de sua força de trabalho, uma vez que, sem a posse de terras para o cultivo e promoção da sobrevivência, não tinham escolhas, senão submeterem-se as condicionalidades impostas pelos latifundiários e representantes das oligarquias agrárias. Estes representantes, apesar de estarem em posse dos poderes político e econômico, pouco se interessaram em regularizar o trabalho rural, já que a situação social era bastante favorável à acumulação de capital. Essa instabilidade vivida pelos trabalhadores rurais deveu-se primeiramente à ausência do amparo legal, secundamente pela dispersão comum ao campo, considerando aqui as grandes propriedades agrícolas que pela vastidão acabavam impedindo que houvesse a formação de forças organizacionais reivindicantes e terceiroamente, por serem os trabalhadores rurais na época, incapazes de abalar o andamento da industrialização, já que não estavam a ela diretamente vinculados.

Os sindicatos rurais se formaram em resposta às condições extremamente precárias em que viviam os agricultores e trabalhadores rurais. Antes da década de 1960, a organização sindical no campo era quase inexistente, em grande parte devido ao controle dos grandes latifundiários e à repressão estatal. No entanto, com o aumento da consciência social e política, bem como, o apoio da Igreja Católica através das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), os trabalhadores rurais se organizam para reivindicar melhores condições de trabalho e direitos.

A formação dos sindicatos regionais foi facilitada pela legislação trabalhista. A Lei n.º 4.214 de 1963, conhecida como Estatuto do Trabalhador Rural, foi um marco importante, pois conquistou oficialmente os direitos trabalhistas dos rurais, incluindo a possibilidade de se organizarem em sindicatos. Além disso, a criação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) em 1963 proporcionou um suporte organizacional e político crucial para a fundação de sindicatos rurais em todo o país.

Os sindicatos rurais também foram fundamentais na mobilização e conscientização política dos(das) trabalhadores(as) do campo. Eles proporcionam um espaço onde os(as) camponeses(as) puderam se reunir, discutir suas condições e articular estratégias de ação

coletiva. Isso ajudou a desenvolver uma consciência política entre esses(as) trabalhadores(as), fortalecendo sua capacidade de lutar por seus direitos e interesses e pela democratização do acesso à terra. O surgimento dos sindicatos rurais na década de 1960 foi um marco importante na história das lutas sociais no Brasil. Eles não apenas melhoraram as condições de trabalho e de vida desses trabalhadores, mas também desempenharam um papel crucial na mobilização política e na luta pelos direitos sociais e econômicos.

Bernardo Mançano Fernandes, em suas obras⁵², analisa a formação dos sindicatos rurais e sua importância na luta pela reforma agrária e pela democratização do acesso à terra, enfatizando que a organização sindical é vital para a resistência e mobilização dos(as) trabalhadores(as) rurais contra a exploração e a exclusão social. Seu trabalho explora como o desenvolvimento capitalista influencia a organização do espaço rural e a vida desses(as) trabalhadores(as). O pensamento desse autor é essencial para entender a complexa relação entre o desenvolvimento capitalista e a estrutura agrária no Brasil. Sua análise detalhada e crítica dos movimentos sociais fornece uma base sólida para a discussão no campo brasileiro.

Fernandes (2003) também destaca que os sindicatos rurais surgiram como uma resposta à necessidade de representação e defesa dos interesses dos(as) trabalhadores(as) do campo, que eram frequentemente explorados e marginalizados pelo modelo agrário capitalista predominante. Para ele, a sindicalização dos(as) trabalhadores(as) rurais não só fortaleceu a luta por melhores condições de trabalho e salários, mas também desempenhou um papel crucial na promoção de mudanças estruturais no campo brasileiro.

O conceito de sindicato rural está inteiramente correlacionado com a conscientização e necessidade da reforma agrária, ideal que o movimento da Juventude Agrária Católica levava consigo como bandeira de luta pela valorização do homem e da mulher do campo. É nessa vertente que trago o pensamento de mais um estudioso no assunto. José de Souza Martins, em sua obra "*A militarização da questão agrária no Brasil: terra e poder - o problema da terra na crise política*", analisa a complexa relação entre a questão agrária e o poder político no Brasil. Publicado em 1985, o livro oferece uma crítica profunda ao modo como o Estado brasileiro lidou com a questão da terra, especialmente durante o regime militar.

Martins contextualiza a militarização da questão agrária no Brasil dentro de um cenário mais amplo de crise política. A partir do golpe militar de 1964, o governo brasileiro adotou uma

⁵² Vê: FERNANDES, B. M. Brasil: 500 anos de luta pela terra. Cultura Vozes, VOZES, v. 93, n.2, p. x-xi, 1999; FERNANDES, B. M.; PORTELA, F. Reforma agrária. 2ª. ed. São Paulo: Ática, 1990. 32p; FERNANDES, B. M.; COSTA NETO, C. Das ocupações de terra à reforma Agrária. Margem Esquerda, São Paulo, v. 2, p. x-xx, 2003.

série de medidas que visavam consolidar o poder dos militares e das elites agrárias. Essa aliança entre militares e grandes proprietários de terras resultou na repressão dos movimentos sociais e na criminalização das lutas pela reforma agrária.

A obra argumenta que essa militarização não foi apenas uma estratégia de controle social, mas uma forma de perpetuar as desigualdades estruturais existentes no campo. Assim, o autor explica como o aparato repressivo do Estado foi utilizado para sufocar qualquer tentativa de reestruturação agrária que ameaçasse os interesses dos grandes latifundiários. Para Martins, a terra no Brasil sempre foi um símbolo de poder. Ele explica que a concentração fundiária é um dos principais fatores de desigualdade social no país. A luta pela reforma agrária, portanto, é também uma luta pelo poder político e econômico. O autor critica a falta de vontade política para implementar uma política agrária verdadeira, sugerindo que a militarização serviu para manter o *status quo*⁵³.

A análise de Martins é fundamental para entender a relação entre Estado, poder militar e questão agrária no Brasil. Sua crítica ao papel das Forças Armadas na repressão aos movimentos sociais é contundente e revela a profundidade da aliança entre militares e elites agrárias. No entanto, alguns críticos argumentam que Martins poderia ter explorado mais a perspectiva dos movimentos sociais e suas estratégias de resistência.

As militâncias de diferentes setores de trabalhadores rurais e movimentos sociais no final da década de 1950 e início de 1960 começaram a ganhar força lutando contra as desigualdades sociais, concentração de terras e pressionando o governo para realizar uma ampla reforma agrária. Com o apoio da JAC, esses sindicatos encontravam maior sustentação para reivindicar os seus direitos, uma vez que o movimento jacista já possuía nessa época um espaço respeitado nas pequenas cidades rurais. De acordo com o relatório anual da JAC:

O movimento da JAC preocupou-se com a formação dos trabalhadores rurais. Formando parceria com as Frentes Agrárias, difundiu o sindicalismo, além de defender os movimentos de cultura popular, programas de alfabetização, o cooperativismo e a criação de comunidades de trabalhadores autônomos. Conforme Botas (1983), o instrumento para atingir os objetivos das Frentes Agrárias e da JAC era o programa da Educação de Base, integrando o agricultor na luta, principalmente

⁵³ *Status quo* é uma expressão em latim que significa "estado atual" ou "estado das coisas". No contexto social, político e econômico, refere-se à manutenção das condições existentes, sem mudanças significativas. Quando se fala em manter o status quo, está-se referindo à preservação da situação atual, das estruturas de poder, das normas e práticas estabelecidas. O status quo aqui refere-se à manutenção da concentração fundiária e das desigualdades sociais no campo brasileiro. A militarização da questão agrária, conforme argumenta Martins, serve para manter essa situação inalterada, protegendo os interesses dos grandes proprietários de terra e reprimindo movimentos que buscam reformas agrárias.

pela Reforma Agrária⁵⁴.

A parceria com as Frentes Agrárias e a defesa de iniciativas como o sindicalismo, a cultura popular e o cooperativismo refletem uma abordagem para a transformação social. O programa de Educação de Base, conforme mencionado, funcionava como um instrumento essencial para integrar os agricultores na luta pela Reforma Agrária, revelando a interconexão entre educação, mobilização social e mudança estrutural no campo. Essa estratégia evidencia a importância da conscientização e da organização coletiva na busca por justiça social e equidade.

Sendo assim, a JAC intervinha nas questões sociais e políticas locais, muitas vezes indo contra as práticas políticas adotadas pelas autoridades, como a compra de votos por parte do poder político local. Nesse sentido, os(as) jacistas em São Miguel das Matas atuavam junto aos trabalhadores rurais, oferecendo formação sobre questões que abrangiam desde as melhores formas de adubação da terra, até a discussão dos direitos políticos, como o direito ao voto livre e secreto, bem como a importância do sindicato rural, entre outros temas.

Kadt, em sua obra *Católicos Radicais no Brasil* (2000), afirma que em muitas localidades os(as) camponeses(as) não enxergavam mais como legítima a determinação do patrão ou “coronel” de que seus votos deveriam ser dados a ele como parte de uma obrigação generalizada do dependente para com o patrão, apesar do poder que os proprietários de terra e os coronéis detinham para “punir” aqueles que não votavam conforme suas vontades.

Os homens e mulheres do campo aprenderam que o voto é uma mercadoria valiosa e que um(a) cidadão(ã) pode servir-se de sua possibilidade de ser eleitor para, ao menos tacitamente, exigir um preço pelo voto que o patrão queria. Na maioria das áreas tradicionais rurais, este poder recém-descoberto pode ter significado muito pouco, porque estava baseado em nada mais que uma vaga agitação da consciência do lado dos camponeses. Mas isto poderia fazer com que, além do transporte para os locais de votação e a oferta de alguma forma de divertimento, os(as) eleitores(as) recebessem também refeições, sapatos, roupas ou até dinheiro. Isto poderia, ainda, fazer com que, em períodos de eleição, os indivíduos ou comunidades camponesas contassem com maior possibilidade de obter sucesso em suas reivindicações de “favores”.

Dentro desse contexto, especialmente em ambientes rurais e de extrema desigualdade,

⁵⁴ Trecho do relatório anual da JAC.

onde as relações de poder se dão de forma mais direta e pessoal. O fortalecimento da identidade e a organização dos(as) trabalhadores(as) por meio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) tornava-se uma ameaça para as elites locais, que viam a conscientização política dos(as) camponeses(as) como uma coação ao seu poder. Ao se filiarem ao sindicato, os(as) trabalhadores(as) passavam a perceber que sua cidadania ia além do simples trabalho na terra, implicando direitos, inclusive políticos, como o voto livre.

No entanto, o controle que os patrões exerciam sobre esses(as) trabalhadores(as) muitas vezes incluía a manipulação ou coerção do voto. Em um ambiente onde os(as) trabalhadores(as) rurais eram dependentes dos fazendeiros para subsistência, o voto era tratado como uma mercadoria, frequentemente trocada por favores, proteção ou até pela manutenção de seus empregos e terras. A filiação sindical não apenas ameaçava o controle que os patrões tinham sobre a força de trabalho, mas também sobre o poder político local, uma vez que a conscientização promovida pelo sindicato poderia resultar em um voto mais autônomo e desvinculado da influência patronal.

Nesse sentido, o STR também desempenhava um papel fundamental na politização deles, ajudando-os a entender que o voto era um direito, e não uma obrigação de submissão aos interesses dos patrões. Esse processo de politização se mostrava extremamente perigoso para as elites, pois, à medida que os(as) trabalhadores(as) rurais adquiriam consciência de seu papel como cidadãos(as), eles(as) se tornavam menos suscetíveis às práticas de troca de favores e coerção eleitoral. As elites locais compreendiam que, ao permitir que os(as) trabalhadores(as) organizados votassem livremente, eles poderiam perder o domínio que exerciam sobre as eleições e, por consequência, sobre o poder político local. O voto, então, transformava-se em uma mercadoria altamente valiosa, cujo controle era disputado entre patrões e trabalhadores(as) organizados(as).

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Miguel das Matas, em suas primeiras iniciativas, promoveu diversas ações e mobilizações voltadas para a organização dos(as) trabalhadores(as), utilizando encontros de jovens e festas dos agricultores como estratégias para fortalecer a identidade e os laços de solidariedade entre si. Esse processo era fundamental para a construção de uma consciência coletiva, pois, além de integrar socialmente os(as) trabalhadores(as), as atividades sindicais incentivavam a troca de experiências e a compreensão dos direitos, criando um espaço para o debate sobre questões políticas e sociais.

Informações contidas no livro intitulado *Monsenhor Gilberto: O retrato de corpo inteiro da Diocese de Amargosa*, Sampaio (2002, p. 42) reafirma:

Diante dessas articulações que a JAC fazia desdobrou-se na criação do primeiro Sindicato de Trabalhadores Rurais em São Miguel das Matas, em 1962⁵⁵, mesmo não assumindo diretamente, Pe. Gilberto expunha abertamente suas opiniões sobre a importância deste, e os direitos dos homens e mulheres do campo. Assim, quando explodiu o Golpe Militar, em 1964, alguns fazendeiros e políticos de São Miguel e de Santo Antônio de Jesus denunciaram o vigário por considerá-lo um perigoso comunista. O padre não foi preso pela ditadura, apenas convocado para esclarecimentos.

Importante analisar o parágrafo acima para entendermos algumas questões. A fundação do primeiro Sindicato de Trabalhadores Rurais em São Miguel, em 1962, simbolizou uma conquista significativa na organização e mobilização dos(as) trabalhadores(as) rurais. Esse desdobramento das articulações da JAC demonstra um avanço na luta por direitos e melhores condições de vida no campo, refletindo um contexto mais amplo de reivindicações sociais durante os anos 1960; a atuação de Pe. Gilberto, mesmo sem um envolvimento direto, destaca a importância de lideranças comunitárias na promoção de mudanças estruturais. Além disso, a denúncia contra o Pe. Gilberto por parte dos fazendeiros e políticos como um "perigoso comunista" durante o Golpe Militar de 1964, ilustra a tensão entre movimentos sociais e a elite agrária, bem como a repressão política que se intensificou nesse período; a reação do regime militar às práticas e opiniões de figuras como o vigário revela o clima de medo e controle que permeou a sociedade, onde vozes críticas eram frequentemente silenciadas. O fato dele não ter sido preso, mas apenas convocado para esclarecimentos, pode indicar tanto a relevância de sua posição quanto a necessidade do regime de monitorar potenciais focos de resistência.

Nessa época, o movimento agrário discutia tais questões, o que posteriormente causou atritos entre as autoridades religiosas e as autoridades políticas locais. Com o apoio da JAC, o sindicato em São Miguel encontrou maior sustentação para reivindicar os seus direitos que, naquele período, já possuía um espaço respeitado nas outras pequenas cidades rurais mais próximas. O relatório anual da JAC contém as seguintes informações:

O movimento da JAC preocupou-se com a formação dos trabalhadores rurais. Formando parceria com as Frentes Agrárias, difundiu o sindicalismo, além de defender os movimentos de cultura popular, programas de alfabetização, o cooperativismo e a criação de comunidades de trabalhadores autônomos. Conforme Botas (1983), o instrumento para atingir os objetivos das Frentes Agrárias e da JAC era o programa da Educação de Base, integrando o agricultor na luta, principalmente pela Reforma Agrária.⁵⁶

⁵⁵ Na dissertação de SOUZA, a data da fundação do STR está como 08 de setembro de 1963. (SOUZA, 2016).

⁵⁶ Trecho do relatório anual da JAC.

Ao formar parcerias com as Frentes Agrárias e promover o sindicalismo, a JAC não apenas buscou a melhoria das condições de vida dos(as) agricultores(as), mas também fomentou um ambiente de solidariedade e coletividade, essenciais para a luta por direitos. Assim, a Juventude Agrária, ao se posicionar como uma força de mobilização, se expunha não apenas às críticas, mas também às ameaças reais à sua atuação e à segurança de seus membros. Essa análise revela não apenas a importância da JAC no processo de organização dos(as) trabalhadores(as) rurais, mas também a complexidade e os riscos envolvidos na luta por direitos em um contexto histórico marcado pela desigualdade e pela repressão política. O legado desse movimento pode ser visto como uma semente para futuras mobilizações sociais, destacando a necessidade de educação e organização como pilares fundamentais para a transformação social.

Macêdo (2022, p. 61) também traz informações que exemplificam a importância desse movimento:

A juventude agrária tornou-se o movimento de maior expressão de luta dos trabalhadores rurais na região, seus líderes colaboraram para a abertura de sindicatos, formaram associações e uma delegacia sindical entre os anos de 1962 e 1963. A delegacia sindical, aberta em 1962, funcionou no vilarejo de São Miguel das Matas; após analisar os documentos observamos que a delegacia sindical citada no relatório e nas entrevistas é na verdade o sindicato rural de São Miguel das Matas, primeiro sindicato rural fundado na região, que logo se transformou em exemplo para outras comunidades. As lideranças do sindicato de Santo Antônio de Jesus tinham como modelo de organização e de luta o sindicato do município vizinho, fechado também em 1964. A história do STR SAJ nasce atrelado ao movimento rural de São Miguel das Matas, uma vez que os trabalhadores rurais tinham como principal liderança o padre Gilberto Vaz Sampaio, que orientava e dava suporte às demandas dos trabalhadores rurais na região.

O Sr. Manoel Acúrcio Figueiredo, membro do sindicato rural em São Miguel, se sentiu tão tocado por aquele momento de descobertas, renovações e possibilidades, que decidiu voltar a estudar, “para melhor servir” na organização de seus pares. Mas, por falta de tempo ficou “apenas como ouvinte, já que não podia frequentar a escola regularmente” (SOUZA, 2016, p. 29).

Havia entre essa juventude rural alguns jovens com pouco letramento, mas com vontade de adquirir conhecimento. É o caso do Sr. Manoel Francisco dos Santos e seus companheiros que participavam das iniciativas de alfabetização ligadas à JAC e depois experimentaram a mobilização e a luta coletiva para a criação do seu sindicato em 1963, reflexo do contexto de intensa mobilização para organização de sindicatos em vários cantos do país. (MACÊDO, 2022, p. 33)

De acordo com Souza (2016, p. 29), alguns patrões reagiram a esse movimento expulsando de suas fazendas os(as) trabalhadores(as) que ousaram se filiar ao sindicato. Essa

atitude dos patrões deve ser vista como uma tentativa de controle social, uma medida que visava não apenas desorganizar o movimento sindical, mas também manter o controle sobre o voto.

Diante do clima de tensão e medo que rondava todo o território brasileiro na época, as perseguições começaram a ser constantes, com isso, os diretores sindicais de São Miguel foram presos, dentre eles Otaciano Barbosa Moura⁵⁷, Leonel Oliveira Nazaré e Acúrcio Figueiredo. No Trabalho de Conclusão de Curso intitulado *Sociedade e política em São Miguel das Matas no contexto do golpe civil-militar de 1964*, Antônio Meilson Souza (2016, p.20) descreve:

No município de São Miguel, Ademário sempre buscava impedir qualquer movimento de trabalhadores, para assim atender aos interesses de seus aliados. Ou seja, a relação entre o grupo político dominante e os fazendeiros foi decisiva em vários pleitos, visto que cada fazendeiro tinha em média oitenta pessoas trabalhando em suas propriedades, que conseqüentemente deveriam votar no candidato indicado pelo patrão, isso favoreceu a disseminação do anticomunismo na comunidade miguelense. A propósito do que as pessoas entendiam por comunismo, Otaciano Moura Barbosa quando foi preso e levado ao interrogatório em Salvador, perguntado se sabia o que era comunismo, ele respondeu: “Ouço falar, mas não sei o que significa”. Para aquele povo simples, a luta na qual havia se engajado para a formação do sindicato consistia tão somente no sentido de alcançar uma vida melhor para os trabalhadores.

A relação entre o grupo político dominante e os fazendeiros, como descrito, é central para compreender como o poder local funcionava em São Miguel. Ao manter um controle sobre a força de trabalho dos fazendeiros – com cada um empregando cerca de oitenta trabalhadores – Ademário e seus aliados garantiam um poder de barganha decisivo nas eleições. Isso porque, ao ter influência direta sobre os votos dos trabalhadores, que eram obrigados a votar nos candidatos indicados pelos patrões, ele assegurava uma base eleitoral sólida para seus aliados. Esse tipo de controle político sobre os trabalhadores rurais não era incomum em regiões de forte desigualdade social e econômica, onde os patrões detinham o monopólio sobre a sobrevivência das famílias trabalhadoras.

Já a fala de Otaciano Moura Barbosa reflete a complexidade da experiência política dos trabalhadores e a natureza pragmática das lutas sociais. Ele não sabia o que era o comunismo no sentido teórico, mas sabia muito bem o que significava lutar por uma vida melhor para os trabalhadores. Essa resposta demonstra como as mobilizações populares muitas vezes transcendem as ideologias formais e são alimentadas por necessidades concretas de justiça social. Além disso, a declaração do diretor sindical também ilustra como o regime militar procurava deslegitimar as lutas sociais, reduzindo-as a uma luta ideológica estigmatizada,

⁵⁷ Otaciano Barbosa de Moura foi dirigente do Sindicato Rural de São Miguel das Matas, monitor do Movimento de Educação de Base (MEB), no contexto do golpe de 1964.

enquanto o que realmente importava para os trabalhadores era a transformação das condições de vida.

Ele, ao ser questionado sobre o comunismo⁵⁸ durante seu interrogatório, revela um aspecto profundamente significativo da relação entre a consciência política, a mobilização popular e a luta de classes, especialmente em contextos de repressão política e social. Ao afirmar “Ouço falar, mas não sei o que significa”, Otaciano expressa, de maneira simples e direta, a desconexão entre a ideologia comunista como um conceito abstrato e as condições de vida concretas dos trabalhadores que representava. Essa declaração pode ser interpretada em várias camadas, refletindo a experiência de muitos trabalhadores e líderes populares no Brasil durante os períodos de ditadura e repressão política, onde a luta por direitos básicos era muitas vezes confundida ou associada a ideologias políticas complexas.

Por outro lado, a resposta de Otaciano também pode ser vista como um reflexo da repressão que vigia as mobilizações populares. Durante os períodos de regime militar no Brasil, as forças repressivas procuravam, de forma sistemática, associar a luta dos trabalhadores a um "perigo comunista", criando um estigma ideológico. A prisão do sindicalista e a interrogação sobre o comunismo ilustram como a ideologia do regime procurava moldar e controlar as narrativas políticas, não apenas deslegitimando as ações dos movimentos populares, mas também impondo uma visão maniqueísta e caricaturada das lutas sociais.

Dessa forma, a análise das relações de poder no município de São Miguel revela como uma aliança entre elites políticas e fazendeiros trabalhava para perpetuar uma estrutura de dominação que silenciava as vozes dos(as) trabalhadores(as) e impedia o surgimento de movimentos independentes. A disseminação do anticomunismo, mais do que um reflexo de uma postura discursiva serviu como um planejamento estratégico para fragilizar a organização sindical e fortalecer um estado de desinformação. Ainda que a população local não compreendesse plenamente os contornos do debate político-ideológico, sua mobilização a partir de uma experiência empírica de desigualdade representa uma forma de resistência ativa. Nesse sentido, a luta dos(as) trabalhadores(as) de São Miguel transcende rótulos ideológicos, posicionando-se como um ato legítimo de busca por direitos e melhores condições de vida. Assim, mesmo diante de um cenário adverso de controle e repressão, uma tentativa de organização sindical deve ser entendida como uma expressão autêntica do desejo de transformação social.

⁵⁸ Recomendo a leitura: *Ousar lutar, ousar vencer: história da luta armada em Salvador (1969 – 1971)*. (SOUZA, 2013).

A manipulação do voto, portanto, não era apenas uma questão de coerção direta, mas também de criação de uma dependência econômica e social. Os trabalhadores, que muitas vezes viam sua subsistência atrelada ao favor de seus patrões, se viam forçados a seguir as orientações políticas do empregador, sob pena de perderem o emprego ou serem marginalizados. Nesse cenário, as eleições e os pleitos políticos se tornavam uma extensão das relações de poder dentro da fazenda e do município, consolidando a dominação de uma elite local.

A disseminação do anticomunismo na comunidade miguelense também é uma consequência dessa relação de poder. O termo, como ideologia, sempre foi usado como uma ferramenta eficaz para neutralizar qualquer movimento de resistência, especialmente em contextos de regimes autoritários ou de forte controle social.

No caso de São Miguel, a construção de uma narrativa anticomunista serviu para consolidar o poder dos fazendeiros e aliados políticos de Ademário, ao associar qualquer movimento de trabalhadores, por mais legítimo que fosse, à ameaça de uma ideologia externa e perigosa. Nesse contexto, não era apenas uma posição ideológica, mas uma estratégia para evitar que os trabalhadores tomassem consciência de sua condição social e política. A ideia de que o comunismo representava um risco para a ordem social e econômica servia para deslegitimar qualquer tentativa de organização sindical ou de reivindicação de direitos. Dessa forma, a ideologia anticomunista era alimentada e reforçada entre a população local, especialmente entre os trabalhadores, que eram constantemente bombardeados com essa visão distorcida.

A forma como as pessoas de São Miguel entendiam o comunismo está profundamente ligada à como ele era apresentado pelos poderosos e pelas elites locais. O termo, nesse contexto, era muitas vezes visto como uma ameaça abstrata e distorcida, associada a conceitos de violência, repressão e desordem. A utilização da retórica comunista visava criar uma imagem de um inimigo que não só era externo, mas também representava uma ruptura com a ordem natural das coisas. Para os fazendeiros e seus aliados políticos, qualquer movimento que pudesse questionar a estrutura de poder local ou a subordinação dos trabalhadores à figura do patrão era automaticamente rotulado de comunista, com o intuito de afastar a população das ideias de organização sindical, coletividade ou luta por melhores condições de trabalho. De acordo com Macêdo (2022, p. 52):

A associação das lideranças rurais atuantes no sindicato, com a palavra comunismo, movimentou no município, sobretudo na cidade de São Miguel Matas, que uma série de denúncias, muitas delas sem fundamentos. Apontados como vermelhos, os trabalhadores passaram a compor a lista de inimigos da pátria, que deveriam ser

aniquilados. Conseqüentemente o padre e os lavradores mais atuantes foram proibidos de organizar e participar de movimentos em defesa dos trabalhadores.

Por outro lado, é possível que os trabalhadores, sem uma educação política mais aprofundada, passassem a entender o "comunismo" não como uma ideologia com uma teoria complexa, mas como uma palavra vazia, usada para descrever qualquer movimento que se opusesse à ordem vigente ou à autoridade dos patrões. Nesse caso, esse termo seria visto, em sua maioria, como algo "ruim" e ameaçador, sem que houvesse uma verdadeira compreensão sobre suas raízes ideológicas e seus objetivos.

Além disso, o uso do anticomunismo como ferramenta de controle político tem o efeito de dividir a comunidade e enfraquecer os movimentos populares. Ao criar um "inimigo comum" em forma de ideologia política, as elites procuravam deslegitimar qualquer tipo de luta social, reduzindo a complexidade da mobilização popular a um simples jogo de "nós contra eles". Essa dinâmica reforça a alienação dos trabalhadores, que passam a internalizar o medo e a desconfiança em relação a qualquer movimento de mudança. A resposta da comunidade miguelense, provavelmente desinformada sobre essas complexidades ideológicas, era resultado de uma manipulação sistêmica da realidade social e política, em que a luta por direitos e melhorias nas condições de vida era frequentemente associada a uma ameaça, que precisava ser evitada a todo custo.

Dentro desse cenário, a propagação do anticomunismo emerge como uma ferramenta fundamental para inibir o surgimento de movimentos de contestação e reivindicação. O comunismo, utilizado como um discurso alarmista e de caráter pejorativo, buscava associar qualquer tentativa de organização sindical ou busca por direitos a uma ideologia externa e ameaçadora, que, no imaginário da comunidade miguelense, remetia à desordem e ao conflito.

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Miguel das Matas foi fechado, dois anos após sua abertura, algumas pessoas foram presas, outras perseguidas. Padre Gilberto, incentivador e criador do sindicato dessa região, juntamente com seus amigos coordenadores naquela época, os senhores Otaciano e Acúrcio, sofreram as conseqüências dessa repressão. O líder religioso foi perseguido, tendo que fugir do município. Acúrcio e Otaciano acabaram sendo presos; o primeiro ficou detido por apenas alguns dias, enquanto o segundo ficou preso por cerca de dois meses.

Foi na manhã de 29 de setembro de 2023 (festa do padroeiro São Miguel) que conheci Laurentina Britto Figueredo, esposa de Acúrcio (*in memoriam*). Com 91 anos ela relatou.

Foi uma época de muito trabalho e muita preocupação, não se tinha hora para chegar nem para sair, depois veio a revolução de 64 aí foi a coisa pior que já passei na minha vida. Meia noite chegou a polícia na minha porta para levar ele preso e ficamos sem sabermos o motivo porque não explicaram nada. Então Enock foi ajoelhar e pedir aos pés de prefeito Ademário para soltar o pai.

Soltaram Acúcio e Leonel. Otaciano desceu para Salvador. Então eles que ficaram dormindo no mato toda noite, cada noite dormiam em um esconderijo diferente com medo de serem presos novamente. Depois de 15 dias que ele começou a dormir em casa, mas muito assustado.

Otaciano foi ameaçado de morte, ficou quase 4 meses sofrendo maus tratos e discriminações na prisão, a polícia toda noite dizia: “você só amanhece o dia, amanhã quem vai descer é você”. Até o dia que resolveram soltar Otaciano, mas ele disse que viu a morte no olho e todos os que foram morreram não ficou um, essa revolução foi uma chacina das pessoas que trabalharam no sindicato⁵⁹.

O relato é profundamente pessoal e angustiante sobre os impactos da repressão política durante a Ditadura Militar no Brasil, especialmente no contexto do golpe de 1964. Ela revela as dificuldades e os traumas enfrentados por aqueles que foram perseguidos pelo regime, assim como as estratégias de sobrevivência e resiliência adotadas por essas pessoas. A narrativa de Dona Laurentina começa destacando o contexto de trabalho árduo e preocupação constante, sugerindo que a vida já era desafiadora antes mesmo do golpe.

A referência que ela faz à época, como "a coisa pior que já passei na minha vida" demonstra o impacto devastador de um período marcado pela repressão militar. A chegada da polícia à meia-noite para prender as pessoas sem fornecer explicações é um reflexo das práticas arbitrárias e violentas do regime, que frequentemente utilizava prisões e torturas sem devido processo legal. Em resumo, a narrativa é um testemunho doloroso da repressão política durante a Ditadura Militar no Brasil, capturando a violência do regime, o sofrimento das famílias, e a determinação dos perseguidos em sobreviver. A narrativa também serve como uma lembrança das consequências humanas da perseguição política e da importância da resistência em face da opressão.

Laurentina teve 6 filhos e na época estava em companhia de um deles, com dois meses de idade. Ela conta que até hoje sente a dor pela qual passou naquela noite:

Com o tempo aquela crise de pobreza né, porque a gente sempre foi assim lutando para viver. Meu marido não me contava nada, ele era uma pessoa muito segura das coisas dele, dentro de casa ele era muito reservado, ele não me explicava, só sei que eles estavam fundando o sindicato. Eles precisaram parar com o sindicato porque senão iam morrer todos, foi o fim de mundo para muitos. O padre Gilberto foi muito

⁵⁹ FIGUEREDO, Laurentina Britto, [Entrevista presencial concedida a Emiriene Costa Santos], 29 de setembro de 2023.

massacrado, ele sofreu demais, quase ia preso, pois ele também ajudava o sindicato⁶⁰.

Esse depoimento reflete uma narrativa pessoal que expressa tanto a experiência de uma vida marcada por dificuldades econômicas quanto a tensão social e política envolvida na organização sindical em uma determinada comunidade. Ela começa reconhecendo uma situação de crise econômica persistente, uma realidade de pobreza que exigiu luta constante para sobreviver. Essa introdução já posiciona o ouvinte na perspectiva de quem vivenciou privações e que a sobrevivência era uma batalha diária. A crise de pobreza não é descrita como um evento isolado, mas como uma condição prolongada.

Já na segunda parte da narrativa ela menciona o relacionamento com seu marido, destacando a característica de reserva dele em relação a assuntos importantes, como a organização do sindicato. Essa dinâmica reflete um possível contexto cultural em que as questões políticas e sindicais eram tratadas com sigilo, talvez para proteger a família ou para evitar preocupações, pois se sabia das consequências daquela prática de organizar uma entidade de trabalhadores rurais.

Assim, o relato oferece uma visão íntima e pessoal das tensões e dificuldades enfrentadas por uma comunidade pobre que tentou se organizar através de um sindicato, bem como a repressão severa enfrentada por aqueles que apoiaram essa causa, incluindo figuras religiosas. Ela abarca o sofrimento e o medo vividos pelas pessoas que participaram de movimentos sociais em contextos de opressão.

3.2 As asas invisíveis do Padre Gilberto⁶¹

“Como escola de vida traz-nos sempre conhecimento novos e úteis à nossa vida. Fazendo a vida rural ser digna de ser vivida, o que é necessário ao cumprimento de nossa vocação que é a missão de cumprir o que nos é imposto para alcançar a salvação. Como corpo representativo reivindica os direitos dos trabalhadores do campo ainda tão abandonados”⁶².

Padre Gilberto Vaz Sampaio

⁶⁰ FIGUEREDO, Laurentina Britto, [Entrevista presencial concedida a Emiriene Costa Santos], 29 de setembro de 2023.

⁶¹ Referenciando o livro *As asas invisíveis do Padre Renzo* (JOSÉ, 2002).

⁶² Contido no texto “Monsenhor Gilberto: uma opção pelos pobres do campo!” (OLIVEIRA, 2017, p. 140).



FIGURA 11: Padre Gilberto montado na mula Beija-Flor em uma de suas primeiras viagens a São Miguel das Matas. Fonte: Arquivo Pessoal de Dona Hilda Vaz.

De acordo com o Dicionário Aurélio, "trajetória" é definida como o caminho ou percurso que um objeto, pessoa ou corpo em movimento segue sob a influência de forças. Este termo – empregado no título dessa pesquisa - é frequentemente utilizado para descrever a trajetória de qualquer corpo em movimento, mas também pode ser aplicado metaforicamente para descrever o curso da vida de uma pessoa ou a evolução de um processo ou fenômeno. O conceito da palavra é fundamental para compreender os caminhos que os indivíduos percorrem em diferentes contextos sociais e temporais, o qual cito no título dessa pesquisa.

A análise das trajetórias permite uma compreensão mais profunda das dinâmicas sociais e das experiências humanas ao longo do tempo. Mas, enquanto o dicionário nos dá uma definição técnica, a visão literária nos convida a contemplar a profundidade e a beleza da trajetória humana, onde cada instante vivido contribui para o desenho de uma história singular e contínua. Assim, penso que esta palavra é mais do que apenas um caminho traçado, ela é também um curso marcado por escolhas, encontros, perdas e conquistas. Cada curva e desvio carregam histórias, memórias e aprendizados, compondo a narrativa única de uma existência.

A trajetória pode ser vista então como um fio invisível que liga o passado, o presente e o futuro, tecendo uma tapeçaria rica em experiências. É o rastro deixado pelos passos firmes ou

vacilantes, as marcas de uma caminhada que se faz ao andar. Em cada trajetória, há uma mistura de destino e vontade, de circunstâncias imprevistas e decisões deliberadas. Ela revela a essência do(a) viajante, refletindo seus sonhos, desafios e a força com que enfrenta o desconhecido.

Pierre Bourdieu em seu trabalho *A Distinção: Crítica Social do Julgamento* (1984), utiliza o termo para descrever como os indivíduos ocupam diferentes posições no espaço social ao longo do tempo, dependendo de seu capital econômico, social e cultural. Ele vê a trajetória como um produto das interações entre a estrutura social e as ações individuais, onde as condições sociais influenciam as possibilidades de movimento e ascensão social. Segundo esse sociólogo, o termo é visto como um processo dinâmico e contínuo, onde as ações individuais e as mudanças nas estruturas sociais se interagem constantemente. As trajetórias não são pré-determinadas, mas são moldadas por uma série de escolhas e oportunidades ao longo da vida.

Na obra citada acima, Bourdieu ilustra como as trajetórias individuais são influenciadas pelo gosto e pelas práticas culturais, que são, por sua vez, condicionadas pelo capital cultural e pelos hábitos. Ele mostra como as preferências e os estilos de vida estão relacionados às posições sociais, e como essas preferências reforçam a posição de um indivíduo dentro de um campo social específico.

Os caminhos percorridos pelo Monsenhor⁶³ Gilberto dentro das pesquisas feitas evidencia um homem determinado e cheio de vontade de mudança, com espírito de justiça e liderança. Desde jovem ele enfrentou as dificuldades em prol dos menos favorecidos. Utilizando da sua posição de vigário para promover a ajuda de forma coletiva.

Conheci o padre Gilberto quando criança, 15 anos depois, recorri a ele para que me contasse⁶⁴ mais sobre esse movimento especializado da igreja católica. O líder religioso se tornou um grande amigo. Já bem idoso, me ajudou nas pesquisas, compartilhando fotos, livros e algumas documentações. A memória da JAC estava viva na mente dele e, com muita lucidez, foi me apresentando um pouco do que aqui relato. Sua visão era de uma juventude consciente, participativa e comprometida com a transformação social, e suas ações refletiam esse ideal. Mesmo que essa história esteja ligada a mim ou a quem sou, hoje falar sobre esses caminhos percorridos, denominados de “trajetórias”, refere-se a ele, exclusivamente a ele, esse homem que de certa forma fez a diferença dentro desse movimento tão significativo para uma pequenina cidade do interior da Bahia.

⁶³ É um título eclesiástico de honra conferido pelo Papa a sacerdotes da Igreja Católica por serviços prestados à Igreja ou pelo exercício de funções eclesiásticas de governo ou de diplomacia. Informação retirada no portal: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Monsenhor> (29.08.2024)

⁶⁴ Não pude utilizar as entrevistas do Padre Gilberto, pois em seu tempo de vida eu não sabia que precisaria pedir sua autorização por escrito e segundo as normas do comitê de Ética fiquei impossibilitado de usá-las.

Padre e educador, Gilberto Vaz Sampaio nasceu em Amargosa, em 6 de janeiro de 1927. Ele concluiu os estudos primários na Escola Almeida Sampaio. Continuou sua formação no Seminário Menor de São José, em Salvador, até ser ordenado padre em 15 de junho de 1952, na cidade de Amargosa. Em 1º de janeiro de 1953, assumiu as paróquias dos municípios de São Miguel das Matas, Laje e Mutuípe.

A partir de sua ordenação, em 1952, até sua morte, em maio de 2008, é possível observar a emergência de importantes movimentos sociais na região, conforme discutido por Caldas. A autora destaca o paralelismo entre a biografia do padre e as questões contextuais da época, evidenciando a memória de um homem marcante como evangelizador, cidadão e educador. A compreensão dessa trajetória é aprofundada pelas narrativas daqueles que conviveram com o padre e pelos numerosos registros escritos que ele deixou. Caldas (2024, p. 5) discute a influência do Monsenhor nesse contexto, sua atuação e iniciativas que promoveram a união e organização das comunidades locais, incentivando a educação e o desenvolvimento social da época.

Foi na cidade de São Miguel das Matas que Monsenhor Gilberto iniciou sua contribuição na organização de movimentos sociais, principalmente entre trabalhadores rurais, notadamente na década de 60, nos movimentos de organização do povo, quando então passou a ser visto como comunista, tendo sido inclusive perseguido pela polícia. Fato que o obrigou a refugiar-se numa fazenda do município, para não sofrer as repressões impostas àquela época pelo regime militar. (CALDAS, 2024, p 5, 6)

O parágrafo acima destaca a relevância de Monsenhor Gilberto na articulação de movimentos sociais em São Miguel, especialmente entre trabalhadores(as) rurais, evidenciando seu papel como liderança comunitária e defensor das causas populares. Sua atuação na década de 1960 o colocou em confronto com as estruturas de poder da época, sendo rotulado como comunista e alvo de perseguição. O estigma e a consequente repressão policial refletem a intolerância do regime militar a qualquer tipo de mobilização que desafiasse a ordem imposta e a dominação das elites. A necessidade do Monsenhor Gilberto de se refugiar em uma fazenda para escapar da violência do Estado evidencia o clima de repressão vívido no Brasil durante o período, onde uma simples organização de trabalhadores era vista como ameaça à segurança nacional. Sua trajetória, assim, pode ser interpretada como um exemplo de enfrentamento das lideranças locais às forças repressivas, sublinhando a complexidade da luta por direitos e a resistência.

Monsenhor Gilberto foi uma figura central dentro do contexto agrário, exercendo uma liderança comprometida com a causa da juventude rural. Segundo Silva (2015), Padre Gilberto foi um dos principais articuladores da JAC em São Miguel das Matas, promovendo encontros, formações e atividades que estimulavam a participação e o engajamento dos jovens, tornando assim, a cidade pioneira desse movimento na Bahia.

Padre Gilberto costumava participar ativa e assiduamente de muitos encontros em diversas Dioceses, lá ele ouvia e aprendia novos conceitos e os aplicava na Diocese de Amargosa, a qual o município de São Miguel das Matas pertence. Por vezes, os paroquianos não entendiam os conceitos e a amplitude da renovação proposta, porquanto, do ponto de vista católico, as ideias apresentadas buscavam ações transformadoras a partir de uma compreensão crítica da realidade. Estas, por sua vez, implicavam em rupturas, reaprendizagens e enfrentamentos. Ainda que criticado ou incompreendido muitas vezes, Padre Gilberto foi fundamental na divulgação e disseminação da nova moral Cristã Católica e suas práticas em todas as paróquias vinculadas à diocese de Amargosa, tanto no meio rural como no meio urbano. (CALDAS, 2011, p. 96)

O que se pode entender sobre o papel do Padre Gilberto foi a disseminação de novos conceitos e práticas dentro da Diocese de Amargosa. Ele destaca sua participação ativa em encontros diocesanos, onde adquiriu conhecimentos que aplicou em sua região. O texto ressalta a dificuldade de compreensão, por parte dos paroquianos, das mudanças propostas, que visavam uma transformação social e religiosa a partir de uma visão crítica da realidade. Apesar das críticas e incompreensões, Padre Gilberto foi essencial para a propagação da nova moral cristã católica, tanto nas áreas rurais quanto urbanas.

Ele ajudou a reestruturar a realidade local através da união e organização, liderando diversas lutas em prol do desenvolvimento miguelense. Entre suas realizações, está a fundação do Colégio Normal - Ginásio Oito de Dezembro (1964), a Congregação Mariana (1952), incentivou e organizou festas e movimentos populares como a JAC e o MEB, ajudou na abertura do sindicato rural, entre outros. Incentivo este que o levou a ser considerado um comunista pelos poderosos locais. Sem se acovardar com as ameaças sofridas, o pároco sempre estava ao lado dos(as) trabalhadores(as) rurais (SANTOS, 2019, p. 27).

Durante o período de intensa atividade política e social, Monsenhor Gilberto enfrentou perseguições por parte do regime militar, devido à sua atuação. Em resposta a essa repressão, ele teve que se refugiar para evitar represálias, mas em 1962, ao conduzir uma palestra para os(as) jovens sobre técnicas agrícolas, enfocando a melhoria do plantio por meio de métodos adequados de irrigação e adubação - práticas pouco conhecidas na época - foi convocado ao Quartel General e à Secretaria de Polícia para prestar depoimentos por ser considerado

comunista por políticos locais e alguns fazendeiros da região. Essa perseguição, no entanto, não diminuiu seu compromisso com a justiça social e a defesa dos direitos dos menos favorecidos, pois, sem se intimidar, continuou lutando junto ao movimento agrário até ser transferido de paróquia.

Em uma entrevista concedida no ano de 1996, a ex-jacista Margarida Maria da Silva relatou:

O líder político da situação aproveitou para denunciar o vigário padre Gilberto Vaz Sampaio. Fez denúncia junto ao comando militar, como se o padre fosse comunista, dando como provas que este lutava em favor dos pobres, apoiava o sindicato rural e era favorável à reforma agrária. No dia 4 de abril de 1964, a cidade ficou ocupada por um capitão do exército. Com o pelotão dizendo que a sua missão era prender o vigário, o que não ocorreu, levando apenas um agricultor, inimigo do tal chefe político, Ademário Vilas Boas. Mesmo não citando nomes, todo povo consciente sabe quais os agricultores mais perseguidos da época. E isto não parou por aí. Dois anos depois, o mesmo chefe político continuava a criar dificuldades com a igreja, desmoralizando novamente o vigário Gilberto que, diante disso, resolveu ir ao comando do exército e relatar as atitudes do político referido que agia ocultamente. Em face do ocorrido, o padre Gilberto deixou essa paróquia, cujo povo era muito querido, transferindo-se para Santo Antônio de Jesus, voltando a São Miguel 14 anos depois⁶⁵.

A narrativa da ex-jacista remete ao período imediatamente posterior ao golpe militar de 31 de março de 1964, quando o Brasil entrou em um regime ditatorial. Durante esse período, houve uma intensificação da perseguição política contra indivíduos e grupos que eram percebidos como ameaças ao novo regime. A narrativa apresentada reflete a repressão não apenas contra políticos e militantes de esquerda, mas também contra figuras religiosas que se posicionavam ao lado das classes trabalhadoras e defendiam reformas sociais, como a reforma agrária. A igreja católica, em particular, teve membros que se aliaram às causas populares, o que frequentemente os colocava em conflito com as autoridades militares e as elites conservadoras. O texto menciona dois atores principais: o líder político da situação e o vigário Padre Gilberto Vaz Sampaio. O líder político, que não é nomeado diretamente, utilizou o aparato repressivo do Estado para perseguir o padre, acusando-o de ser comunista. Essa acusação, típica da época, era uma estratégia comum para deslegitimar e neutralizar qualquer pessoa ou movimento que defendesse mudanças sociais que contrariassem os interesses das elites e do regime militar. Por outro lado, o Padre Gilberto é retratado como uma figura comprometida com as causas dos pobres, como o apoio ao sindicato rural e à reforma agrária, posições que o colocavam em rota de colisão com as autoridades conservadoras.

⁶⁵Da SILVA, Margarida Maria, [Entrevista presencial concedida a Emiriene Costa Santos], 12 de março de 1996.

A denúncia contra o Padre Gilberto como comunista, com base em seu apoio aos pobres e à reforma agrária, reflete a lógica da guerra fria que permeava o discurso político da época. No contexto da ditadura militar brasileira, o termo "comunista" era amplamente utilizado para justificar a repressão de qualquer forma de dissidência. A militarização da cidade e a tentativa de prender o vigário ilustram a instrumentalização das forças armadas para reprimir não só os opositores políticos diretos, mas também os líderes religiosos que defendiam causas sociais. A captura de um agricultor, inimigo do chefe político, demonstra como a repressão também foi usada para resolver rivalidades pessoais e fortalecer o poder local de figuras políticas alinhadas ao regime.

As consequências para o Padre Gilberto foram duras, resultando em sua decisão de deixar a paróquia para evitar mais conflitos e, possivelmente, preservar sua própria segurança. O depoimento evidencia as tensões entre a Igreja Católica progressista e o regime militar, que via qualquer apoio às causas populares como uma ameaça comunista. A manipulação das forças armadas por políticos locais para perseguir adversários e consolidar o poder é um reflexo do autoritarismo que permeava a sociedade brasileira na época. A história do Padre Gilberto Vaz Sampaio é um testemunho das dificuldades enfrentadas por líderes religiosos comprometidos com a justiça social em um período de repressão e censura, e exemplifica a complexa relação entre religião, política e poder durante a Ditadura Civil Militar no Brasil.

E apesar de todas as consequências que sua luta fez reverberar, foi com esse espírito altruísta que o Padre Gilberto fez crescer nessa pequena cidade o desejo por melhorias, vendo a realidade em que o homem e a mulher do campo viviam. Seu trabalho de peregrinação foi constante, ele saía pela zona rural de São Miguel das Matas – inicialmente a pé ou com sua mula, posteriormente de jipe e depois de fusca – a fim de trazer a juventude para o evangelho de uma forma diferente, fornecido pela concepção de igreja progressista.

3.3 A Igreja Progressista, a Teologia da Libertação e a JAC: Articulações entre Fé e Luta Social no Campo

Todo Risco
A possibilidade
de arriscar
é que nos faz homens.
Voo perfeito

no espaço que criamos.
Ninguém decide
sobre os passos que
evitamos.
Certeza
de que não somos pássaros
e que voamos.
Tristeza
de que não vamos
por medo dos caminhos.

Damário da Cruz

O conceito de "Igreja Progressista" refere-se a um movimento dentro da Igreja Católica que se alinhou com causas sociais e políticas progressistas. Este movimento teve como base a Teologia da Libertação⁶⁶, uma corrente teológica que emergiu na América Latina e se tornou proeminente durante esse período. Inspirou muitos líderes religiosos e leigos(as) a se envolverem em causas sociais e políticas. Embora tenha enfrentado resistência tanto dentro quanto fora da Igreja, suas ideias e ações ajudaram a moldar o discurso sobre justiça social e direitos humanos.

A Igreja Católica Progressista desempenhou um papel crucial na criação, promoção e apoio a movimentos sociais modernos por todo o Brasil, abrangendo tanto áreas urbanas quanto rurais. Desde os anos 1960, com a formação das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), essa vertente da Igreja esteve na vanguarda das lutas de pequenos agricultores... A Igreja Católica Progressista também se empenhou em organizar comunidades carentes que foram desfavorecidas pela modernização autoritária da economia brasileira, denunciando publicamente as injustiças sociais. Seu objetivo era influenciar as decisões da elite política brasileira e atrair a atenção internacional para a questão dos direitos humanos no país. (MAINWARING, 1986, p. 65)

Entre as décadas de 1950 e 1960, a Igreja Católica brasileira passou por um processo de renovação e atualização institucional, estimulado por fatores endógenos e externos, ligados à especificidade da conjuntura sociopolítica e econômica do período, que afetou profundamente suas instituições eclesiais e seus modelos pastorais. Esse processo de atualização institucional vivenciado no plano mais global como resposta aos dilemas colocados pelo mundo

⁶⁶ A Teologia da Libertação é um movimento sócio eclesial que surgiu dentro da Igreja Católica na década de 1960 e que, por meio de uma análise crítica da realidade social, buscou auxiliar a população pobre e oprimida na luta por direitos. (CAMILO, 2011)

contemporâneo, que ficaria conhecido por *aggiornamento*, adquiriu traços particulares à medida que foi sendo implementado nos mais variados lugares⁶⁷.

A Teologia da Libertação por sua vez buscava reinterpretar o evangelho a partir da realidade dos pobres e oprimidos(as), promovendo uma leitura crítica da Bíblia que instigava a ação social. No Brasil, essa vertente teológica encontrou eco em setores progressistas da Igreja Católica, que, a partir do Concílio Vaticano II (1962-1965) e da Conferência de Medellín (1968), passou a atuar diretamente nas questões sociais, sobretudo no meio rural.

Gustavo Gutiérrez⁶⁸ é uma figura central nos estudos sobre a Teologia da Libertação, sendo amplamente reconhecido como seu principal formulador. Segundo ele, essa corrente teológica surge como uma resposta histórica, pastoral e teológica à realidade de pobreza, opressão e desigualdade estrutural na América Latina, especialmente a partir das décadas de 1960 e 1970. Sua proposta insere a fé cristã em diálogo direto com os contextos sociais concretos, defendendo uma teologia comprometida com a justiça e a libertação dos pobres.

No entanto, essa interpretação não está isenta de críticas. Alguns estudiosos, inclusive dentro da própria Igreja, questionam a originalidade cronológica da Teologia da Libertação e sua motivação principal. Para esses críticos, o movimento não seria propriamente um desdobramento orgânico da teologia cristã, mas uma resposta mais política e sociológica — fortemente influenciada por categorias marxistas — às condições sociais da época. Nesse sentido, argumenta-se que a Teologia da Libertação representa uma reinterpretação de valores cristãos tradicionais sob uma nova chave ideológica, e não exatamente o nascimento de algo inédito.

Esse contraponto levanta questões importantes sobre a natureza e a origem do movimento: trata-se de uma continuidade radical da tradição cristã em novos moldes contextuais, ou de uma ruptura impulsionada por demandas políticas urgentes? A tensão entre essas leituras segue sendo um ponto central no debate teológico contemporâneo.

A Igreja Progressista, amparada por essa vertente, via no evangelho um instrumento de transformação social. Esse movimento defendia que a fé não podia ser dissociada da prática

⁶⁷ (Autor: SANTOS, LUCIANO ACIOLLI RODRIGUES DOS. Informação retirada do site: https://repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/32660/1/Cruzetarevolucaojuventude_Santos_2021.pdf em 14-12-2024)

⁶⁸ A obra mais emblemática de Gutiérrez, *Teologia da Libertação: Perspectivas* (1975), inaugura uma proposta teológica inovadora, que rompe com os moldes eurocêntricos e abstratos da teologia tradicional. Ele propõe uma teologia pensada "a partir dos pobres", fundamentada na experiência concreta dos oprimidos da América Latina. Para Gutiérrez, a libertação cristã não se reduz à salvação espiritual futura; ela deve também ocorrer no aqui e agora, como libertação histórica, econômica e política. A fé cristã, nesse sentido, é inseparável do compromisso com a justiça social.

concreta de justiça social, e que os fiéis deveriam ser agentes de mudança, lutando contra as estruturas opressoras. Nesse contexto, a luta pela reforma agrária, pela dignidade dos(as) trabalhadores (as) rurais e pela superação da concentração fundiária tornaram-se prioridades no campo.

Leonardo Boff, um dos principais expoentes da Teologia da Libertação, desenvolveu uma leitura crítica sobre o papel da Igreja no mundo contemporâneo. Em sua obra *Igreja: Carisma e Poder* (1981), ele propõe uma reflexão profunda sobre a estrutura eclesial e o papel que essa instituição deve desempenhar em meio às desigualdades sociais. Segundo Boff, a Igreja não deve ser apenas um instrumento de evangelização espiritual, mas um agente ativo na transformação social. Essa perspectiva se conecta diretamente à atuação da Igreja Progressista no Brasil, especialmente no contexto rural e na mobilização de movimentos como a Juventude Agrária Católica.

Boff (1981), também argumenta que a Igreja, ao aliar-se aos oprimidos(as), ganha uma nova forma de legitimidade: torna-se uma "Igreja dos pobres", que não apenas prega a fé, mas se posiciona contra as injustiças sociais. Sua crítica central ao modelo tradicional da Instituição religiosa é que, historicamente, essa Organização eclesial reproduziu hierarquias e poderes que colaboraram com estruturas opressivas, muitas vezes alheia às questões de justiça social. O modelo progressista, por outro lado, se funde no princípio de que a fé deve estar comprometida com a libertação das pessoas, especialmente dos pobres.

Na obra citada, o autor destaca o conceito da "opção preferencial pelos pobres", que é um pilar da Teologia da Libertação. Essa opção não é apenas uma escolha pastoral, mas um imperativo teológico, uma exigência da fé cristã. O Jesus histórico, que se colocava ao lado dos marginalizados, deve servir de modelo para a Igreja, que precisa caminhar junto às comunidades oprimidas. A luta social, portanto, é uma extensão da prática cristã.

No contexto da Juventude Agrária Católica, essa opção preferencial pelos(as) pobres se materializou na organização de jovens camponeses(as) para resistirem à opressão das grandes estruturas agrárias e ao abandono estatal. Ao buscar empoderar os(as) jovens rurais, a JAC se alinhava com os princípios defendidos por Boff, em que a fé cristã se tornava um motor para a ação política e social. Os(as) jovens não eram apenas evangelizados, mas conscientizados de suas condições de exploração e incentivados a lutar pela reforma agrária e pela dignidade no trabalho. Um dos pontos centrais da obra de Boff é sua crítica à estrutura de poder dentro da instituição religiosa. Ele argumenta que o poder eclesial tradicional é vertical, autoritário e frequentemente distanciado das reais necessidades do povo. A Igreja Progressista, por sua vez,

propõe um modelo descentralizado, em que a força não está concentrado em uma hierarquia rígida, mas distribuído entre as comunidades de base. Esse modelo permite que as comunidades se organizem autonomamente, priorizando suas demandas específicas, como as questões agrárias, no caso da JAC.

Ainda complementando o pensamento de Boff, a Igreja deve ser carismática, ou seja, movida pelo espírito, que age através dos pobres e marginalizados. O carisma é uma força dinâmica, que se manifesta nas ações concretas de justiça social e na luta contra as estruturas de poder opressoras. A JAC, nesse sentido, representava um exemplo dessa Igreja carismática, já que promovia a organização dos(as) jovens em torno de demandas sociais, e não apenas espirituais. A própria mobilização dos(as) jovens camponeses(as) pela reforma agrária, pela melhoria das condições de trabalho e pela valorização da agricultura familiar era uma manifestação desse carisma libertador.

A Teologia da Libertação, portanto, não é apenas uma reflexão teórica sobre a opressão, mas uma teologia engajada, que busca transformar a realidade. A práxis libertadora é essencial para a realização do Reino de Deus na terra, visto não como uma utopia distante, mas como uma construção cotidiana nas relações humanas e sociais. No contexto da JAC, a práxis se manifestava nas ações concretas de conscientização e organização dos(as) jovens camponeses(as). A formação de grupos de estudo, o incentivo à luta política e a resistência contra as injustiças sociais eram expressões diretas desse conceito. Através de encontros e da vivência comunitária, a Juventude Agrária Católica proporcionava um espaço para que os(as) jovens camponeses(as) discutissem as injustiças que enfrentavam e pensassem em formas concretas de transformá-las. Nesse sentido, a Igreja Progressista, ao apoiar este movimento rural, articulava a fé cristã com a luta por direitos, usando a religião como uma ferramenta de conscientização e resistência. Os(as) jovens não apenas assimilavam o discurso cristão, mas se tornavam agentes de transformação em suas comunidades, mobilizando-se para superar a exclusão social e econômica que marcava suas vidas.

A JAC foi profundamente influenciada pelos princípios da Teologia da Libertação, que sustentavam que a Igreja tinha o dever de estar ao lado dos(as) mais oprimidos(as). Nesse sentido, Monsenhor Gilberto Vaz Sampaio, em São Miguel das Matas, tornou-se um exemplo da ação progressista. Sua atuação junto à JAC foi fundamental para conscientizar os(as) jovens

camponeses(as) sobre suas condições sociais e políticas, promovendo uma luta coletiva por melhores condições de vida e trabalho no campo.

A fé, no contexto da Igreja progressista e da JAC, não era uma mera prática religiosa individual, mas um elemento de mobilização coletiva. O conceito de "opção preferencial pelos pobres", defendido pela Teologia da Libertação, deveria colocar os marginalizados como protagonistas da história, e a Igreja como mediadora de sua emancipação. Essa perspectiva fez com que as ações pastorais fossem direcionadas para a formação de lideranças no campo, incentivando a organização social e política dos(as) trabalhadores(as) rurais.

A articulação entre a Igreja Progressista, a Juventude Agrária Católica e a Teologia da Libertação foi um marco importante na luta por transformações sociais no campo brasileiro. Ao promover uma visão de fé engajada, parte da Igreja rompeu com a tradição de neutralidade diante das questões sociais e colocou-se ao lado dos pobres e marginalizados. A JAC, influenciada por essa visão, desempenhou um papel central na formação de jovens camponeses(as) conscientes de seus direitos e capazes de lutar por uma sociedade mais justa. Dessa forma, a fé, longe de ser um fator alienante, tornou-se um motor de mudança social e política no meio rural.

3.4 Uma ação de protesto: A Festa do Agricultor

...Essa cova em que estás,
com palmos medida,
é a conta menor
que tiraste em vida.
É de bom tamanho,
nem largo nem fundo,
é a parte que te cabe
deste latifúndio.

(Morte e Vida Severina, João Cabral de Melo Neto)



FIGURA 12: Desfile do arroz – 1961. Fonte: Arquivo Pessoal de Maria Inez Sousa

A imagem acima da Festa do Agricultor é uma representação rica da vida comunitária e das tradições culturais e religiosas de São Miguel das Matas. Ela destaca a importância da agricultura para a identidade da comunidade e a influência da Igreja Católica nas celebrações e no cotidiano dos moradores. A fotografia apresentada captura um momento de união e celebração, evidenciando a centralidade do trabalho agrícola e a coesão social em uma cidade rural. As pessoas presentes desde crianças até adultos estão organizadas em filas, segurando cartazes e ramos de plantas. A presença de cartazes com imagens religiosas indica a fusão de práticas religiosas secular do trabalho agrícola, já os ramos simbolizam fertilidade, crescimento e conexão com a terra, elementos centrais para uma celebração comunitária religiosa e cultural.

No dia 1º de maio de 1957, Pe. Gilberto juntamente com a equipe da JAC realizaram a primeira Festa do Agricultor do município de São Miguel das Matas, na comunidade de Ponto da Serra (zona rural do município), a fim de incentivar os agricultores a mostrarem o fruto de seu trabalho. Esse evento além de apresentar para a população o trabalho do homem e da mulher do campo também denunciava as condições que eles viviam; e com o tempo acabou se tornando uma das maiores festas populares de São Miguel, assumindo um caráter político mais voltado para o protesto, atingindo o seu ápice nos anos 60.

Luciane Silva dos Santos, em sua monografia de conclusão de curso intitulada *A Festa do Agricultor no município de São Miguel das Matas-Ba: história e transformações*, destaca a importância de Padre Gilberto na criação e desenvolvimento desse evento.

Padre Gilberto, ao assumir a coordenação da Juventude Agrária Católica (JAC) na Diocese de Amargosa, tomou conhecimento de experiências desenvolvidas por esta organização no estado do Rio Grande do Norte. Assim, participou de evento realizado naquele estado, provavelmente entre 1955 e 1956, ocasião em que tomou conhecimento das chamadas “festas das colheitas”, que foi realizada pela primeira vez no município de Lagoa Nova (RN), em 1954, estendendo-se nos anos seguintes para vários municípios do Rio Grande do Norte e chegando depois a outros estados como a Bahia. Foi este evento, certamente, a inspiração maior para Padre Gilberto propor a organização da *Festa do Agricultor* no município de São Miguel das Matas. (SANTOS, 2019, p. 54).

Os festejos se tornaram parte da cultura popular na cidade. A celebração, não só valorizava o trabalho do agricultor(a), mas também promovia a integração social e cultural da região. Padre Gilberto incentivou a participação ativa dos agricultores(as) e suas famílias, destacando a importância do trabalho agrícola para a economia local e para a coesão social. A festa, segundo Santos, refletia o empenho do padre em fortalecer a identidade rural e a valorização dos trabalhadores(as) do campo. Sua liderança foi crucial para a continuidade e crescimento desse evento ao longo dos anos.

No plano macro, nacional, podemos afirmar que o surgimento da *Festa do Agricultor*, em 1957, coincide com a conjuntura nacional de luta em prol da democratização da sociedade brasileira decorrente da tradição política pós-1945. No final da década de 1950, segundo Ziggatti (1969), intensifica-se o aparecimento de reivindicações dos operários e setores sociais médios da sociedade brasileira, bem como surgem de forma mais orgânicas movimentos de organização de trabalhadores rurais. (SANTOS, 2019, p. 48)

Segundo a tese de Adenilda de Andrade Argolo, intitulada *"Festa do Agricultor em São Miguel das Matas: Memória e Arte"* (2017), foi a partir de 1961 que o evento passou a ser realizado na sede do município, facilitando a participação de um maior número de pessoas de diversas comunidades rurais e municípios vizinhos. Os festejos foram interrompidos após o golpe militar de 1964, mas foram retomados no final da década de 1960, com novas interrupções na década de 1970. Nos anos 1980, no contexto da reabertura democrática, a festa ganhou novo fôlego, apesar de algumas interrupções nos anos 1990.

É importante salientar que, desde sua origem, a Festa do Agricultor enfrentou conflitos entre a Igreja e o poder público municipal, devido às perseguições e ameaças políticas ao pároco

e especialmente aos líderes sindicais e membros da JAC, gerando receio e medo na população. Macêdo (2022, p. 52) nos traz uma abordagem que complementa essa arguição:

A rivalidade partidária e ideológica protagonizada por grupos políticos na região deu base para as denúncias contra os ditos subversivos e evidenciou o município nos relatórios como lugar de guerrilha rural, reduto de atividades subversivas por infiltrados comunistas nos movimentos de educação popular e religiosa (MEB/JAC) e como local de organização de uma célula comunista, denunciando a atuação do partido comunista no município. A partir deste modus operandi, de denunciar o “inimigo do meu amigo”, todo evento que acontecia na região era oportunidade para vigiar os inimigos e gerar novas denúncias. Como por exemplo, a festa do agricultor, realizada todo ano no dia primeiro de maio.

Em última instância, a referida ao ser transformada em um campo de vigilância política, ilustra como a repressão pode invadir até os aspectos mais privados e cotidianos da vida. Em vez de ser um espaço de celebração e resistência cultural, o evento se tornou um reflexo de como um regime autoritário pode usurpar até mesmo os momentos mais essenciais de expressão humana para fins de controle social e político.

Ela representava para os(as) lavradores(as) um período de protagonismo, quando podiam expressar seus modos de viver e ver o mundo, agindo para transformar seu meio, de acordo com seus costumes. Era mais uma estratégia de reivindicação de seus direitos e uma ocasião de festejo e alegria que os(as) trabalhadores(as) começavam a organizar com um mês de antecedência. Macêdo (2022, p. 53) complementa:

A festa do agricultor foi palco de disputas entre a igreja católica e o poder público, ela juntamente com o movimento da Juventude Agrária Católica (JAC) foram os movimentos que mais incentivaram a abertura de sindicatos, a luta pela reforma agrária e por direitos do trabalho na região.

Segundo Argolo (2019, p. 32), a finalização da festa se deu por motivo de ordem política, pois à medida que os festejos foram crescendo e tomando força junto ao povo da roça, a população foi tomando consciência e, em consequência, passando a questionar o poder público local. Incomodados, os governantes começaram a interferir, agregando uma visão exploratória, dando à festa uma conotação mais econômica, visando o lucro e tirando o principal objetivo: a manifestação política.

Em entrevista, a ex-jacista Ignez Ana da Silva Santanna rememora esse evento, pontuando um momento importante a ser destacado:

A festa tinha um caráter político, essas manifestações eram feitas através de cartazes, faixas, teatro, poesia e cantos ali apresentados, que ocorriam sempre depois da missa.

Em 1964, as autoridades locais quiseram impedir o evento, anunciando que os militares viriam de avião soltar bombas na cidade, gerando assim tensão na comunidade, mas, no dia da festa, apareceu um teco teco voando pela cidade organizado pelo MEB, jogando panfletos apoiando a festa e homenageando o trabalhador rural⁶⁹.

Ignez afirmou que as interrupções sofridas pela Festa do Agricultor em São Miguel ao longo de sua história expressam as lutas entre capitalistas, representados pelos latifundiários que detinham o poder político, e os trabalhadores rurais, estes últimos em sua busca por reconhecimento do poder público enquanto sujeitos de direitos.

A tentativa das autoridades locais de impedir o evento, com a ameaça de bombas evidencia o clima de repressão que tomou conta do país. Esse episódio demonstra o temor do regime militar em relação às manifestações populares, considerando-as subversivas e perigosas para a ordem estabelecida. Segundo Santos (2019) a Festa do Agricultor sofreu os impactos da repressão e a JAC foi extinta por ser considerada apoiadora do comunismo, justificando assim o final da atuação desse movimento nessa localidade.

3.5 Correio Rural: para falar com o povo

"Os jornais são como espelhos do tempo, refúgios de uma memória que se quer presente, que resiste ao esquecimento no papel amarelado pelo vento."

— Desconhecido

Em janeiro de 1951, a Juventude Agrária Católica Brasileira (JACB) iniciou uma publicação intitulada *Correio Rural*, destinada aos párocos rurais, agrônomos(as), médicos(as), professores(as), assistentes sociais, enfermeiros(as) e, sobretudo às famílias rurais. Dessa publicação participaram inicialmente a Ação Católica Rural (ACR), Liga Agrária Católica (LAC) e a Liga Agrária Católica Feminina (LACF) (BAPTISTA, 2012).

No contexto da década de 1950 e 1960, o jornal *Correio Rural* surgiu como um meio de comunicação que buscava atender às demandas informativas e culturais da população rural. Em uma época marcada pela escassez de informações e pela falta de acesso à educação, o jornal desempenhou um papel importante na promoção da cultura e na valorização das tradições locais. Sua linha editorial era pautada pela defesa dos interesses da comunidade rural,

⁶⁹ SANTAANNA, Ignez Ana da Silva, [Entrevista presencial concedida a Emiriene Costa Santos], 19 de julho de 2014.

destacando questões como a agricultura, a educação, a saúde e o desenvolvimento econômico da região. Era, portanto, um instrumento de aprendizagem e estímulo à criação literária já que usava também poesias e paródias em suas publicações.

A criação do *Correio Rural* se deu após uma reunião na Universidade Rural do Rio de Janeiro em 1951 e já no primeiro semestre daquele ano, a primeira publicação foi lançada passando a acompanhar o movimento de Juventude Agrária Católica por 17 anos. Seu lema era: “um jornal do campo, feito pelo homem do campo” e por isso toda sua produção era feita restritamente por pessoas do meio rural e em seguida era distribuído pelos membros do movimento. Em decorrência das publicações desse periódico, as notícias do movimento camponês foram se espalhando pelos estados brasileiros e chegando a várias localidades.

Seu surgimento foi incentivado por Dom Helder Câmara - na época, bispo auxiliar do Rio de Janeiro - junto com Ângela Neves e alguns voluntários como Ana Arruda (estudante de jornalismo na época) e Ligia Barcellos (assistente social). Em 1959, passou a compor a equipe Francisca Maria Carneiro, que era natural de Riachão do Jacuípe e saiu da zona rural da Bahia para cursar faculdade de letras no Rio.

As publicações iniciais eram com folha de papel ofício mimeografadas, com 4, 8 ou 12 páginas. Com o passar dos anos, elas foram aprimoradas e, em 1958, tornou-se uma revista de 20 páginas. Já em 1960, na preparação do congresso internacional de Jovens Rurais em Lourdes, passou a ter formato de jornal com seções específicas. Após o congresso, houve uma publicação especial (n.º 80) dedicada ao evento com notícias e encaminhamentos, como uma forma de prestigiar os 30 brasileiros que se fizeram presentes na França.



FIGURA 13: Jornal Correio Rural n.º 80, edição especial – Fonte: arquivo do CEDIC – PUC

A chamada para a participação na "Semana Internacional da JAC" destaca o papel de unificação da juventude rural no Brasil e no mundo. Este movimento não apenas oferecia orientação religiosa e moral, mas também um espaço de engajamento em questões práticas que afetavam a vida no campo. A participação em congressos como o de Lourdes permitia uma conexão internacional, mostrando que os problemas enfrentados pelos agricultores no Brasil - como o acesso a recursos e a fome - também eram compartilhados por camponeses(as) de outros países.

O segundo texto da página destaca que o congresso contou com 25 mil delegados de 60 países, reforçando a importância da questão agrária como um tema global. A participação de delegados(as) brasileiros(as) levando materiais representativos do território - como o café - e o fato de o Brasil ter uma forte presença com seus 30 delegados(as), demonstra o interesse do país em se engajar nessas questões e encontrar soluções que pudessem ser aplicadas nacionalmente.

Além disso, a JAC trazia uma organização voltada ao empoderamento das comunidades rurais, buscando soluções práticas e unindo o campo e a fé para fortalecer os agricultores. A participação de figuras como Ângela Neves, que dirigiu reuniões importantes, também mostra o envolvimento das mulheres nesse movimento, algo essencial para a compreensão da dinâmica de gênero na vida rural.

Segundo o livro *História e Organização de Jovens Camponeses Cristãos 1947-1972* (BATISTA, 2012, p. 177), a linha editorial do jornal era baseada na metodologia ver, julgar e agir, o que possibilitava aos leitores - além do conhecimento dos acontecimentos - a reflexão convidativa a uma ação. As expedições eram feitas em mutirão, onde todos da equipe nacional colaboravam no empacotamento dos jornais que eram encaminhados via correio, em um trabalho de esforço e ajuda coletiva. Aos poucos o Correio Rural foi se organizando, passou a ser um dos principais materiais de conscientização do movimento rural.

A sede para a elaboração do jornal ficava no prédio do Secretariado Nacional da Ação Católica, no Rio de Janeiro, e chegava gratuitamente às mãos de muitos trabalhadores(as) rurais que se utilizavam dos alfabetizados(as) - letrados(as), como eram chamados na época - para que o conhecimento fosse assimilado. O *Correio* era distribuído para as dioceses de todo o país, especialmente para as regiões agrárias do Nordeste, Norte e Sul. Seu principal objetivo era levar diferentes mensagens a respeito da missão da Igreja Católica no campo: a formação do homem e da mulher quanto a assuntos morais, sociais, econômicos, políticos e culturais. Também proporcionava a formação técnica em assuntos voltados à questão do tratamento da terra, plantio, colheita e circulação da produção que sai da terra, além de discutir aspectos da pecuária e avicultura.

A equipe editorial do jornal, disponibilizava espaços para que matérias, artigos e notícias fossem enviados, e com isso as informações referentes ao campo eram disseminadas. Esse material era analisado em reunião, pelos(as) dirigentes da JAC de cada estado e depois enviados via correio para a sede a fim de serem publicados no número seguinte.

O *Correio Rural* discutia questões sociais e políticas, e a partir de 1968 os temas tornaram-se especializados de acordo com diferentes públicos, como os(as) assistentes, os(as) militantes e a JAC adolescente, além de existirem folhetos volantes, circulares e livros técnicos. A gazeta ganhou força e estrutura de um grande Jornal. Teve mudanças estéticas e de linguagem ao longo dos anos. Editado mensalmente, com exceção de três anos (1957-1960) em que foi publicado bimestralmente, passou a cobrar pela edição avulsa ou pela assinatura do noticiário.

BAHIA:	
Pe Antônio Alberto Carneiro. R Conçalo Alves 86 - Sobradinho - Feira de Santana	1 "
Manoel Lourenço Santos- Faz. Muritiba- Jitaúba- BH	1 "
Antonia Jaime- Faz. Canavial- Ichú- BA	1 "
Antônio Clovis Andrade- R. Rodrigues Ferreira 205 Salvador - BA	8 "
Pe Rogerio Ataíde C. Pinto. Colegio Sta. Eufrasia - Barra - BA	8 "
JAC Casa Paroquial - C. de Almeida- BA	5 "
Maria Julia Santos- S. Miguel das Matas- BA	35 "
Estadual de JAC- Casa Paroquial - S. Miguel das Matas - BA	5 "
Maria Auxiliadora Carneiro- Faz. Canavial- Ichú. BA	1 "
Maria da Conceição- R. Coronel Marculino 13 - Riachão do Jacuípe - BA	20 "
Rosalina Argolo de Moraes - Praça Rio Branco- Itaquara - BA	2 "
D. Antonio Mendonça - Residência Episcopal - Bomfom - BA	1 "
JAC Casa Paroquial - Braçoões- Bahia	2 "
JAC Casa Paroquial - Itarana - BA	1 "
D. Epaminondas Araujo- Palacio Episcopal - Rui Barbosa - Ba	2 "
Dalva Motta -R. Dr Araujo -Pinho 99 - Feira de Santana- BA	20 "
Raimundo Luiz de Oliveira - Fazenda Brejo - Pindobassu- BA	1 "
Bernardete Andrade Leoni - Conceição de Almeida - BA	10 "
Nilza Carneiro - Marculino Mascarenhas 35 - Riachão do Jacuípe - BA	30 "
Miriam Cardoso - Nova Itarana - BA	6 "
Pe Luiz Muller- Cx Postal 192 - Juazeiro- Ba	10 "
Francisca Carneiro -Riachão do Jacuípe - Bahia -	11 "

FIGURA 14: Relação de assinantes do Jornal *Correio Rural* do estado da Bahia, destacando as duas assinaturas pertencente ao município de São Miguel das Matas – Fonte: site do CEDIC - PUC.

Como consta no livro *Inventários dos Fundos* (1998), entre as diversas publicações produzidas pela equipe nacional, o *Correio Rural* passou a ser utilizado pelos responsáveis diocesanos e de base como um meio de militância e de promoção, procurando frisar os aspectos políticos e sociais da realidade brasileira e de outras partes do mundo que se distanciam de reflexões de cunho mais social, econômico e político. Importante destacar que esse jornal foi uma das primeiras publicações da JAC e perdurou durante todos os anos de atuação desse movimento, terminando em 1974 com uma tiragem de 25 mil exemplares. Funcionou mesmo diante da censura, uma vez que os editores usavam algumas estratégias para continuar sua veiculação falando sobre a necessidade da reforma agrária de uma forma diferente, colocando as matérias principais nas últimas páginas e na capa manchetes que não chamassem tanto a atenção dos órgãos repressores. Como consta na imagem abaixo:



FIGURA 15: Publicação (n.º 109) datada de junho de 1964, Fonte: CEDIC-PUC.

A censura, uma prática comum desse regime autoritário, impedia a livre expressão de ideologias consideradas subversivas. Portanto, a produção jornalística da época precisava adotar uma linguagem cuidadosa, muitas vezes empregando metáforas, alusões ou focando em temas sociais e culturais para abordar questões políticas de maneira sutil. A chamada "Trabalho e a União Sindical" demonstra um esforço em destacar o papel dos sindicatos em meio ao controle rígido do governo. O uso da palavra "união" remete a uma tentativa de reforçar a coesão entre os trabalhadores(as), um conceito fundamental em movimentos de resistência. Embora a ditadura tentasse desarticular as lideranças sindicais, a insistência em promover a solidariedade entre trabalhadores(as) indicava uma resistência silenciosa contra a fragmentação promovida pelo Estado.

No entanto, devido à censura, a linguagem provavelmente precisava ser moderada. Termos como "luta", "resistência" ou "confronto" dificilmente apareceriam de forma explícita, sendo substituídos por eufemismos que apelassem para a unidade e a importância do trabalho como valor coletivo. Assim, o uso de expressões como "trabalho" e "união" evidencia um

discurso que, apesar de neutro à primeira vista, sugeria uma resistência velada contra as tentativas do regime de dividir e enfraquecer os sindicatos.

Ao destacar a "União Sindical", o jornal estaria, de maneira estratégica, enfatizando a necessidade de cooperação e solidariedade, sem necessariamente fazer um apelo direto à luta política, uma vez que isso poderia ser visto como subversivo e ser alvo de repressão. Vale destacar que muitos sindicatos durante esse período foram cooptados pelo governo militar ou sofreram intervenções. O discurso de união e solidariedade, portanto, poderia ser uma tentativa de resistir à manipulação estatal e manter a coesão entre os trabalhadores(as), que corriam o risco de serem fragmentados pelo controle estatal sobre os sindicatos.

O jornal *Correio Rural* apresenta uma linguagem moderada, mas carregada de significado no contexto de ditadura civil militar. A chamada em destaque enfatiza a importância da organização dos trabalhadores, mas sem recorrer a um discurso explicitamente político, evitando a intervenção estatal e a censura. Esse periódico, portanto, serve como um testemunho da luta por direitos e pela organização sindical, em um ambiente de repressão, onde cada palavra escrita era cuidadosamente escolhida para não violar os limites impostos pela ditadura, mas ainda assim passar uma mensagem de solidariedade e resistência aos trabalhadores rurais.

A censura fez com que muitas matérias não pudessem ser publicadas e, com isso, assuntos que envolviam as atrocidades sofridas pelo homem do campo não podiam ser veiculados, como as prisões e o fechamento dos sindicatos rurais. Com a ditadura, poucos exemplares sobraram para testemunhar a luta e a ação do homem e da mulher do campo, além de sua real contribuição para a formação de lideranças e de organização da classe rural trabalhadora. Em depoimento, a ex-jacista Duninha relatou que muitos exemplares foram queimados: “A gente também escrevia as notícias e mandava pra lá para serem publicadas, mas a ditadura foi tão forte que eles começaram a queimar”⁷⁰.

O periódico também suscitava questões sobre o papel da mulher no campo, tendo muitos artigos direcionados a elas. O que evidencia que a JAC, de alguma forma, bebia dessa fonte de conhecimento.

⁷⁰ DIAS, Maria do Carmo Santos [entrevista presencial concedida a Emiriene Costa Santos] em 16.02.2024.



FIGURA 16: Edição do Jornal Correio Rural n.º 109 de junho de 1964, Fonte: arquivo do CEDIC – PUC-SP

Na perspectiva contemporânea, especialmente de grupos alinhados com a esquerda, as discussões sobre o papel da mulher na sociedade tendem a valorizar mais a igualdade de gênero, a autonomia, e a diversidade de escolhas de vida, rejeitando a ideia de que a beleza externa deve ser um requisito ou um dever. Essa mudança de paradigma é crucial para o avanço dos direitos das mulheres e para a construção de uma sociedade mais inclusiva. Simone de Beauvoir, em sua obra: *O Segundo Sexo* (2016), oferece uma análise profunda e crítica sobre a condição feminina e a construção social do gênero. Ela argumenta que o “segundo sexo” têm sido historicamente subjugado e definido como "o Outro" em relação aos homens, uma concepção que é central para entender como as expectativas em torno da beleza feminina são impostas e internalizadas.

A autora critica a ideia de que as mulheres devem ser belas e agradáveis para os outros, explorando como essas expectativas são parte de um sistema que subordina as mulheres, limitando-as ao papel de objeto e não de sujeito. Beauvoir introduz a ideia de que, ao longo da história, as mulheres foram posicionadas como "o Outro" em relação ao "Sujeito" masculino. Isso significa que os homens foram vistos como o padrão, o sujeito autônomo e universal,

enquanto as mulheres foram reduzidas a uma categoria que existe apenas em relação ao homem. Essa dualidade cria um sistema em que as mulheres são definidas não por si mesmas, mas pela relação com o masculino. Esse conceito de "Outro" se manifesta na expectativa de que a mulher deve ser bela. A beleza, nesse contexto, não é uma qualidade inerente ou desejada pela mulher para sua própria satisfação, mas uma imposição externa que a define em relação à percepção masculina.

Contudo, o artigo "A Mulher Tem o Dever de Ser Bela", de junho de 1964 traz uma reflexão sobre o conceito de beleza feminina, mas não da forma convencional. Ele reconhece que muitas mulheres têm a pressão de serem belas para se sentirem felizes e aceitas pela sociedade, mas faz um alerta importante: a verdadeira beleza não está na aparência física, mas sim nos valores internos. O texto critica a superficialidade da beleza exterior, enfatizando que essa, por si só, não traz felicidade nem realizações duradouras. A beleza verdadeira, segundo o artigo, vem da gentileza, bondade e virtudes morais que embelezam a alma. Ao se preocupar excessivamente com a aparência física, a mulher corre o risco de perder oportunidades de crescimento pessoal e de contribuir para o bem-estar dos outros. Um ponto importante é a ênfase no altruísmo como uma das principais qualidades que devem ser cultivadas. O artigo também menciona que a beleza exterior deve ser cuidada, mas não pode ser o foco principal da vida de uma mulher. Isso reforça a ideia de que a busca pela beleza física, sem um cultivo das qualidades internas, é uma tarefa infrutífera. Ao final, a publicação conclama as mulheres a refletirem sobre o que realmente é importante em suas vidas, destacando que os valores como caráter, bondade e gentileza são os verdadeiros traços que devem ser apreciados e cultivados. A mulher que foca apenas na aparência externa negligencia seu potencial de crescimento pessoal e social, perdendo de vista o que a tornaria verdadeiramente bela. Essa análise reafirma a ideia central do texto: a beleza não é o fim último da vida de uma mulher; ela deve ser compreendida de maneira mais ampla, como um reflexo dos valores internos que cada mulher pode cultivar e manifestar nas suas relações e ações diárias.

O estudo de Beauvoir (2016), pode enriquecer a discussão, pois ela argumenta que a beleza feminina é uma construção patriarcal, destinada a manter as mulheres em um papel de objeto passivo, já que desde cedo é ensinada a ver-se através do olhar masculino e a considerar sua aparência física como um fator determinante para o seu valor social. Nesse sentido, a sociedade a faz acreditar que seu sucesso pessoal e profissional está atrelado à capacidade de se adequar aos padrões de beleza. Ela ainda defende que para que a mulher possa se libertar dessa prisão imposta pelos padrões de beleza, ela precisa se definir por meio de suas próprias

escolhas, baseadas em seus valores e interesses internos, em vez de se submeter ao desejo externo de ser admirada pela aparência. A autora também sustenta que a liberdade feminina passa pelo rompimento com essa ideia de que a mulher deve se conformar a um ideal físico.

A visão de Beauvoir seria uma crítica mais radical à mensagem do artigo, sugerindo que a mulher não tem o "dever" de ser bela, nem mesmo como complemento aos seus valores internos. Para ela, a liberdade e a emancipação feminina residem em transcender completamente a exigência de beleza, focando-se exclusivamente na autoafirmação e no exercício pleno de suas capacidades e escolhas pessoais. Assim, a obra citada oferece uma perspectiva crítica e bem fundamentada para aprofundar a discussão sobre a pressão pela beleza e o verdadeiro valor das mulheres, em linha com as preocupações levantadas pelo artigo.

3.6 MEB e a busca pelo conhecimento

Camponês, o Sindicato
é a esperança do país.
A escola radiofônica
Traz a luz, o bom senso diz.

Nesta minha poesia
Digo ao povo em geral
Viva a Escola Radiofônica
Viva o sindicato rural.

(Monitora Ada Maria Bezerra da E.R. São domingos,
Cerro Corá, RN).



FIGURA 17: MEB no início em 1961. Fonte: portal: <https://meb.org.br/historia/> (04 de setembro de 2024)

No contexto histórico, a fotografia se afirma como uma ferramenta indispensável para a construção de narrativas, permitindo que eventos, pessoas e movimentos sejam eternizados e analisados por gerações futuras. A imagem apresentada acima está relacionada ao Movimento de Educação de Base (MEB), que foi uma iniciativa importante no Brasil, voltada para a alfabetização de jovens e adultos da educação popular. A fotografia parece ter sido tirada em uma sala de aula improvisada, o que reflete as condições em que muitos desses programas de alfabetização eram realizados, frequentemente em áreas rurais ou comunidades carentes, onde a infraestrutura era limitada. Também podemos observar a figura da mulher em pé no centro, o que sugere a liderança feminina em iniciativas educacionais de base, algo relativamente progressista para a época. Isto pode indicar o papel importante das mulheres como educadoras e líderes comunitárias no MEB.

A imagem comunica não apenas a ação de ensinar, mas também o contexto histórico e cultural de uma luta pela educação em meio a condições adversas. Como registro visual, ela é rica em significado e simbolismo, destacando a importância da educação como ferramenta de empoderamento social. Outra observação importante na foto é a postura ereta da mulher, que parece estar falando ou ensinando, contrastada com as posturas mais relaxadas das crianças e jovens que estão sentados, muitos deles concentrados em livros ou cadernos. Isso sugere uma dinâmica de ensino-aprendizagem, com a mulher desempenhando o papel de educadora e os outros de aprendizes.

O Movimento de Educação e Base foi oficializado em 21 de março de 1961 pelo Decreto n.º 50.370, uma iniciativa importante na história da educação do Brasil. Vinculado à CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), tinha como objetivo promover a conscientização social entre as camadas mais pobres da população. Contribuindo para promoção humana integral e superação da desigualdade social por meio de programas de educação popular libertadora. Foi um dos principais movimentos de formação para jovens e adultos do meio rural. Segundo Souza (2006, p. 13) além das dimensões espaciais e numéricas, o MEB foi o mais longo movimento de educação popular dentre todos os seus pares.

Na obra *Católicos Radicais no Brasil* (2003), Emanuel Kadt explica que o movimento surgiu como uma iniciativa proveniente do catolicismo radical brasileiro, em um cenário onde a revolução no Brasil estava ganhando destaque, enquanto a hierarquia da Igreja Católica permanecia conservadora. O autor ressalta que a militância católica radical, englobada no MEB, desempenhou um papel crucial na formação política das massas populares, enfatizando a necessidade de uma vanguarda para promover a conscientização das classes populares na luta contra o conservadorismo brasileiro. Kadt, ao realizar sua pesquisa em uma fase próxima ao auge das atividades do MEB, disponibilizou um valioso conjunto de entrevistas e dados coletados com os ativistas católicos do movimento. Isso proporcionou aos leitores uma análise aprofundada das atividades dessa militância durante o golpe civil militar de 1964 e os desafios subsequentes, que incluíram perseguições políticas e censura.

Na obra citada, Kadt (2003, p. 139) complementa:

Mas os jovens radicais, os que trabalhavam no MEB, com certeza, reconheciam que essa transformação na mentalidade dos camponeses não seria um processo fácil e que dificilmente se poderia esperar pelo surgimento da consciência de classe da noite para o dia. Muitos passos teriam de ser dados antes que o camponês ou o trabalhador rural pudesse alcançar ao menos o sentido de “cidadania”: até o momento, o Estado tinha significado para ele pouco mais do que o poder armado do proprietário de terras. Esse processo demandaria muita paciência para despertar os camponeses para as possibilidades de mudança que existiam se eles se unissem contra aqueles a quem haviam sempre visto como seus superiores naturais.

A proposta inicial seguia amplamente o conceito tradicional de educação de base da UNESCO, que a Igreja Católica justificava como um requisito para sua missão evangelizadora junto às massas e para a conscientização sobre a miséria do povo e a necessidade de superação dessa situação. Assim, o MEB foi estabelecido, em colaboração com o Estado, para concretizar sua atuação social junto aos pobres e marginalizados por meio de um projeto educativo. Dessa

forma, sua criação reflete a mudança da Igreja Católica em direção às classes populares. Khoury (2005, p. 407) complementa:

O Movimento de Educação de Base (MEB) foi um dos movimentos educacionais mais significativos do início da década de 60, atuando em onze estados brasileiros, concentrando sua atuação junto a grupos políticos da esquerda cristã, imprimindo uma orientação ideológica própria, direcionando a prática educativa para programas de desenvolvimento comunitário e de sindicalização rural. Além de ter sido um dos movimentos educacionais mais marcantes no início da década de 60, principalmente no Nordeste brasileiro, o MEB tornou-se viável graças a ação do Governo Federal que garantia a viabilidade financeira.

Esse movimento educacional surgiu em um contexto de crescente preocupação com a desigualdade social e a falta de acesso à educação básica no Brasil. O movimento buscava não apenas transmitir conhecimentos, mas também promover uma consciência crítica sobre a realidade social e política. Esse modelo de ensino visava educar as pessoas para que pudessem compreender melhor sua realidade e lutar por mudanças. A ideia era criar uma base de conhecimento que permitisse aos indivíduos participar ativamente das transformações sociais. Além da educação formal, o movimento procurava estimular a participação ativa dos indivíduos em suas comunidades, promovendo a autossuficiência e a solidariedade. O MEB utilizava métodos de ensino voltados para a realidade local dos participantes, muitas vezes adaptando os conteúdos para refletir as necessidades e as condições específicas apresentadas. O movimento enfatizava a importância da participação ativa dos alunos no processo educativo, encorajando-os a se envolver em discussões e atividades que fossem relevantes para suas vidas em comunidades.

Conforme indicado por Osmar Fávero (2006, p. 51), um dos diretores do Movimento de Educação de Base, além da alfabetização, o referido implantou cursos de capacitação destinados às comunidades do campo tais como cooperativismo e associativismo. O que faz do MEB radicalmente diferente das ações anteriores era o compromisso explicitamente assumido em favor das classes populares urbanas e rurais, assim como o fato de orientar sua ação educativa para uma ação política.

Segundo Sara Oliveira Farias (2017, p. 2) o MEB estava associado não apenas à educação, mas também à cultura popular, envolvendo para isso, voluntários. Em seu artigo ela pontua:

Teria a princípio a duração de cinco anos (1961-1965) e projeção de instalação de quinze mil escolas radiofônicas no Brasil, nos Estados do Norte, Nordeste e Centro Oeste do país, para isso a CNBB colocava à disposição do Governo Federal a rede de emissoras filiadas à RENECA – Representação Nacional das Emissoras Católicas se comprometendo em aplicar adequadamente os recursos recebidos, para isso mobilizou voluntários que atuaram como monitores, uma vez que o trabalho desenvolvido nas comunidades envolvidas só poderia ser efetivado com a colaboração de monitores que trabalhavam junto às escolas. (FARIAS, 2016, p. 29.)

De cada pequena localidade rural do Nordeste, o MEB recebia dos monitores listas de matrícula em que os alunos, inscritos na escola de rádio, declaravam suas ocupações e/ou profissões. Nestas listas faziam-se repetir recorrentemente as mesmas declarações, ao lado do nome e da idade dos alunos surgiam às inscrições: sitiante, agricultor ou lavrador. (SOUZA, 2009, p. 91).

O objetivo do Movimento consistia em: a) implementar, nas áreas designadas, um programa intensivo de alfabetização, formação moral e cívica, educação sanitária, iniciação profissional, especialmente no setor agrícola, e promoção social; b) fomentar, ao redor de cada escola radiofônica, a organização comunitária, estimulando o espírito de iniciativa e preparando a comunidade para as reformas de base necessárias, como a reforma agrária do país; c) promover o desenvolvimento espiritual da população, preparando-a para o necessário progresso econômico das regiões subdesenvolvidas e auxiliando-a na defesa contra ideologias que não estejam alinhadas com o espírito cristão da nacionalidade. (FÁVERO, 2006, p. 56).

Em entrevista, a supervisora do MEB no núcleo de Amargosa-Ba, que também atuava na região de São Miguel das Matas, Maria Belarmina dos Santos, 81 anos, contou sobre essa proposta de Fávero. Segundo ela, o trabalho coordenado pelo Movimento de Educação e Base não se restringia apenas às aulas, sua proposta era bem ampla, envolvendo: visitas domiciliares, supervisão das aulas, reunião nas comunidades, participação e organização das festas populares (como a festa do agricultor), mutirão para rebocar casas⁷¹, clube de mães, escola radiofônica e campanhas.

⁷¹ Isso fazia parte de uma campanha do MEB para combater o bicho do barbeiro, a ação era realizada através de mutirões de forma voluntária.



FIGURA 18: uma das páginas da cartilha “Viver é Lutar⁷²”, organizada pelo MEB para a campanha do barbeiro –Fonte: site do MEB.

O texto apresentado utiliza uma combinação eficaz de rimas simples, linguagem acessível e ilustrações representativas para passar uma mensagem de conscientização sobre a importância da saúde coletiva e da prevenção. Ao se valer desses elementos, o MEB reforça a proposta de mobilização comunitária em torno de causas fundamentais para o bem-estar social e físico da população rural, como a saúde e a união.

As formações dos monitores incluíam temáticas para desenvolvimento de comunidades, lideranças comunitárias, cooperativismo, sindicalismo, educação política, entre outros. Esse trabalho posteriormente resultou na criação de associações comunitárias e movimentos

⁷² O conjunto didático intitulado “Viver é lutar⁷²”, começou a ser pensando em 1963 para ser de fato implementado no início do ano de 1964, a cartilha foi produzida para auxiliar os monitores no trabalho de educação de jovens e adultos que frequentavam as escolas radiofônicas. A cartilha integrava livros de apoio aos professores “Fundamentação”, “Justificação” e “Mensagem”, e foi elaborada por um grupo de trabalho constituído por membros do MEB Nacional e por professores do movimento que atuavam nos estados da Região Nordeste. Em janeiro de 1964, ficaram prontos os cinquenta mil exemplares - dos cem mil inicialmente contratados, que não chegaram a ser impressos em virtude da apreensão de três mil exemplares pelo regime ditatorial (**Movimento de Educação de Base, 1963a**, p. 01 e 02).

sindicais, destacando-se a ação socioeducativa do MEB junto aos Movimentos Sociais, como complementa Maria Belarmina:

Tínhamos também a identificação de talentos, trabalho com artesanato e repentistas, produção de paródias, captação de novos líderes para atuar na comunidade entre outras. Existia a campanha do filtro de barro, uso da privada, alimentação saudável.⁷³

A narrativa da professora (como é comumente conhecida pelos anos de profissão) está profundamente ligada à ideia de educação popular, defendida por intelectuais como Paulo Freire, que acreditava que a educação deveria ser um processo dialógico, capaz de despertar a consciência crítica e emancipar os sujeitos das estruturas de opressão. O depoimento ressalta como, ao falar sobre a "realidade brasileira", surgia um impacto na população, que tomava consciência de questões que até então não eram percebidas, como a necessidade de filtrar água ou rebocar as casas.

O depoimento dela também menciona as campanhas relacionadas à saúde e condições de vida (filtros de barro, uso da "privada" e alimentação saudável), que faziam parte de um esforço maior de educação sanitária nas zonas rurais. Historicamente, o Brasil rural da primeira metade do século XX era marcado por altas taxas de doenças relacionadas à falta de saneamento básico e às más condições de higiene. Campanhas de saúde pública eram promovidas por organizações não governamentais e pela própria Igreja, com foco em melhorar as condições de vida das populações mais pobres. No entanto, destaca a percepção de que o "estado não quer isso", sugerindo que o governo estava negligenciando essas necessidades básicas da população ou, ainda mais crítico, que tinha pouco interesse em promover uma verdadeira melhoria das condições de vida.

Belarmina continua:

O conteúdo do estudo era voltado para: realidade brasileira, aspecto econômico social político, cultural e religioso. Quando começamos a falar sobre realidade brasileira aí que pegou mais, muitas pessoas não sabiam que precisavam filtrar a água, nem a importância de rebocar a casa e o estado não quer isso. O que incomodou realmente o estado era porque o MEB abria a cabeça para o trabalho e fazer entender que você pode, você merece.⁷⁴

Um dos pontos centrais do relato da professora é a ideia de que o Estado se sentia incomodado com as atividades do MEB porque elas despertavam nas pessoas uma consciência

⁷³ dos SANTOS, Maria Belarmina, [Entrevista presencial concedida a Emiriene Costa Santos] 10.08.2024.

⁷⁴ dos SANTOS, Maria Belarmina, [Entrevista presencial concedida a Emiriene Costa Santos] 10.08.2024.

crítica sobre seus direitos ("você pode, você merece"). O Estado brasileiro, especialmente nos anos 1960 e 1970, era caracterizado por uma forte repressão a movimentos que incentivassem mudanças sociais e políticas, particularmente durante a ditadura civil militar (1964-1985). Movimentos como o MEB e a Juventude Agrária Católica, ao introduzirem noções de direitos e ao revelarem as desigualdades sociais e econômicas, eram vistos como ameaças ao *status quo*, uma vez que fomentavam a organização popular e a contestação das estruturas estabelecidas.

Historicamente, o Estado brasileiro mostrou uma relação ambígua com as iniciativas de desenvolvimento social voltadas para a população rural. Por um lado, houve esforços de modernização e melhoria das condições de vida, como o investimento em infraestrutura durante o governo de Juscelino Kubitschek. No entanto, muitos desses esforços focavam mais em grandes projetos urbanos e industriais, deixando de lado as populações mais marginalizadas, como os trabalhadores rurais. A resistência do Estado mencionada na narrativa pode ser vista no contexto de uma política de controle social, onde o acesso à educação crítica e à melhoria das condições de vida era limitado para evitar o empoderamento das classes mais pobres.

A narrativa também sugere uma análise cultural e religiosa, ao mencionar que o conteúdo educacional abordava o aspecto da realidade brasileira. O papel da Igreja Católica na educação e nas campanhas de saúde era significativo, especialmente em regiões rurais, onde o Estado era menos presente. Movimentos como o MEB eram fortemente influenciados pela Doutrina Social da Igreja, que buscava alinhar a ação cristã com a justiça social. Esse aspecto cultural e religioso ajudava a legitimar a ação educacional e a garantir a sua aceitação pelas comunidades.

A análise histórica da fala nos mostra que ela reflete um momento de grande transformação social no Brasil, no qual a educação de base e as campanhas de conscientização buscavam transformar as condições de vida de uma população marginalizada e invisibilizada. A resistência do Estado a esses movimentos está inserida em uma lógica histórica de controle sobre o acesso à informação e à conscientização política, que potencialmente poderia gerar mudanças estruturais. Além disso, a fala ecoa um conflito mais profundo entre um projeto de desenvolvimento que priorizava grandes reformas econômicas e a luta por melhorias nas condições de vida dos trabalhadores rurais e camponeses.

E para pensar sobre esse movimento de educação aqui discutido é relevante reafirmar a situação a qual o país se encontrava. Mediante pesquisas, fica evidente que na década de 1960, o Brasil enfrentava um cenário significativo de analfabetismo, refletindo desafios profundos no sistema educacional e nas condições socioeconômicas do país. Conforme Manfredi (1981), em

1960 40% da população brasileira era analfabeta. Segundo Censo Demográfico do IBGE, nessa época o Brasil contava com 39,6% de analfabetos entre a população de 15 anos ou mais.

O analfabetismo parecia como uma forma de expressão da manutenção de privilégios econômicos, sociais, políticos, à medida em que impedia 40% da população brasileira de participar do processo de desenvolvimento em curso e principalmente do sistema de decisão política (MANFREDI, 1981, p.41).

O analfabetismo era mais prevalente nas regiões Norte e Nordeste, onde as condições econômicas e sociais eram mais desfavoráveis, tendo a área rural com um percentual maior que a urbana. A desigualdade regional exacerbava o problema, com regiões menos desenvolvidas enfrentando maiores desafios para oferecer educação básica. Assim, o analfabetismo estava fortemente ligado à pobreza e à exclusão social, pois muitas pessoas viviam em áreas rurais com acesso limitado a escolas e recursos educacionais. Com vistas a combater essa situação o trabalho de implementação do MEB e as ideias de Paulo Freire influenciaram na abordagem da educação popular no Brasil, com ênfase na conscientização crítica e no engajamento comunitário.

Freire, em sua obra *Pedagogia do Oprimido* (1970), argumenta que a educação deve ser um processo dialógico e participativo, no qual educadores e educandos colaboram na construção do conhecimento. Sua abordagem se baseia na ideia de que a conscientização é essencial para que os indivíduos reconheçam e questionem as estruturas opressivas em sua vida. O MEB se alinhava com essas ideias ao buscar uma educação que não apenas instrísse, mas também desenvolvesse uma consciência crítica nos participantes. Tanto as práticas do MEB quanto Freire defendem uma pedagogia que valorize a experiência e o contexto dos alunos, promovendo uma educação que respeite e se baseie na realidade vivida pelos educandos.

A metodologia desse autor é caracterizada pelo "método de alfabetização de adultos", que visa conectar o aprendizado a temas relevantes para a vida dos alunos. Freire utilizou um método de "palavras geradoras" para ajudar os alunos a refletirem sobre sua realidade e a desenvolverem uma consciência crítica. O MEB, por sua vez, incorporou elementos dessa abordagem ao adaptar o ensino às necessidades e contextos locais dos participantes, promovendo uma educação que fosse ao mesmo tempo relevante e transformadora.

Freire enfatiza a importância do diálogo e da problematização no processo educativo. Em *Pedagogia da Esperança* (1994), ele reafirma que o ensino deve ser um ato de criação conjunta, onde a troca de ideias e a reflexão crítica são fundamentais. O MEB seguiu essa premissa ao criar espaços de aprendizado participativo, onde os educandos eram incentivados

a contribuir com suas próprias experiências e perspectivas. O impacto do MEB e da pedagogia de Freire pode ser visto na evolução de práticas educacionais que buscam promover a participação ativa e a emancipação. Assim, ambos ajudaram a fundamentar um entendimento mais profundo da educação como um processo social e político, que vai além da mera instrução acadêmica.

O Movimento de Educação e Base e a pedagogia de Paulo Freire convergem na visão de uma educação que busca a transformação social através da conscientização e da participação ativa. Ambos defendem uma abordagem pedagógica que valoriza a experiência e o contexto dos educandos, promovendo uma educação que é ao mesmo tempo crítica e emancipadora.

Importante observar que com a atuação do MEB houve um avanço na alfabetização e na formação de líderes comunitários, que desempenharam um papel crucial na promoção de melhorias nas condições de vida local. O trabalho de educação através do rádio também contribuiu para a organização de movimentos sociais que buscavam reformas e melhorias na região. Esses aspectos oferecem uma visão abrangente da atuação do MEB em São Miguel das Matas, destacando tanto os impactos positivos quanto os desafios enfrentados na implementação do movimento naquela localidade.

De acordo com Farias (2017), o Movimento de Educação de Base nas zonas rurais do Brasil desempenhou um papel crucial ao possibilitar a organização de outros movimentos sociais, como sindicatos e associações comunitárias, em uma época de repressão e controle das reivindicações. O MEB, em conjunto com outros movimentos da Igreja, como a Juventude Agrária Católica (JAC), ajudou a conscientizar as pessoas sobre seus direitos e a organizar a comunidade. Além disso, contribuiu para o surgimento de movimentos de base, como as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), que se desenvolveriam na década de 1970.

Em São Miguel das Matas, a Juventude Agrária Católica, com o apoio do Padre Gilberto, após observar a demanda existente diante do analfabetismo e da pobreza na localidade resolveram implementar o método de educação radiofônica. Macêdo (2022, p. 78) explica:

Na região, a organização e distribuição dos materiais do MEB era de responsabilidade de Dom Alair Vilar Fernandes de Melo, entretanto quem se consagrou como liderança do MEB no município e região foi o padre Gilberto Vaz Sampaio. Sua aproximação com os trabalhadores através da Juventude Agrária Católica possibilitou a atuação de outros militantes, como os da Ação Popular no município.

O MEB então chegou a essa região em um momento em que a necessidade de educação básica e mobilização social era demasiadamente grande, no intuito de fortalecer a organização

comunitária, promovendo a participação dos moradores em atividades educativas e sociais. Isso incluía a criação de espaços de discussão e reflexão sobre a realidade local. Segundo Macêdo, um dos professores atuantes na educação popular foi o professor Enock Almeida Figueiredo, filho do ex-sindicalista Manoel Acúrcio Figueredo e Maria Florinda Almeida, ambos naturais de São Miguel das Matas.

Enock fez um curso seccional de francês e inglês e de organização política quando foi convidado por Gilberto Vaz Sampaio para lecionar no Ginásio 8 de Dezembro e em algumas escolas da zona rural da região.

Nas suas aulas, costumava falar sobre os direitos do trabalhador e a situação política do país. Logo depois foi trabalhar em Santo Antônio de Jesus com Dr. Gorgônio Araújo Neto, no Rotary Club, no qual Gorgônio Neto era presidente. Enock Almeida Figueiredo viajava para assistir cursos e palestras em Salvador e fora do Estado da Bahia, experiências compartilhadas depois com os trabalhadores e os líderes jacistas. Antes de ser denunciado como comunista e preso em 1964, ele atuou como agente da pastoral da JAC. (MACÊDO, 2022, p. 79)

A presença de Enock nessas escolas indica uma tentativa de levar conhecimentos não apenas acadêmicos, mas também ideológicos, especialmente sobre os direitos do trabalhador e a situação política do país. Ele possivelmente orientava seus alunos a refletir sobre os problemas socioeconômicos que afetavam a população mais pobre, como as condições de trabalho e os direitos trabalhistas, temas que eram centrais em movimentos como a JAC.

Em sua dissertação de mestrado Macêdo (2022, p. 84) afirma:

Com a perspectiva de uma educação libertadora, com base na pedagogia freiriana e elementos cristãos, o MEB em atuação em Amargosa, sobretudo os monitores liderados por Gilberto Vaz Sampaio através da JAC, formaram grupos de trabalhadores rurais interessados em abrir sindicatos e formar lideranças para conquistar direitos, relacionados ao trabalho, saúde, educação e desenvolvimento das comunidades. Os objetivos dos militantes que atuavam no movimento não eram meramente educacionais, pois a orientação política permeou todo processo de atuação do MEB na zona rural do município e região, fomentando entre os trabalhadores o desejo de organizar seus sindicatos e associações rurais.

Dessa forma, o MEB não se limitou a uma proposta de ensino tradicional, mas se constituiu como um instrumento de mobilização e transformação social, atuando diretamente no fortalecimento da cidadania e no desenvolvimento das comunidades rurais, especialmente no que tange ao trabalho, saúde, educação e organização política. Por meio de sua abordagem crítica e participativa, o movimento contribuiu para a criação de um ambiente de empoderamento coletivo, onde os trabalhadores passaram a compreender sua realidade e lutar por seus direitos. A integração da pedagogia freiriana com os ideais cristãos e a orientação

política dos militantes forneceram uma base sólida para a construção de uma consciência política e social entre os trabalhadores rurais, que, ao organizarem seus sindicatos e associações, reconheceram-se protagonistas de seu próprio processo de transformação.

Uma das monitoras do MEB em São Miguel das Matas, Maria Júlia de Souza Santos em entrevista relatou: “Nós fundamos o Movimento de Educação e Base acompanhado o movimento da JAC, eu ajudava a administrar essas aulas com a ajuda de um radinho”. Assim como Júlia, Ignez Ana da Silva Santana também relatou sua participação. Ela conta que entre 1962 a 1963 foi monitora em São Miguel das Matas.

Eu dava aula lá em casa no Tabuleiro da Santa. A gente passava dias no seminário de Amargosa tomando curso. Belarmina era uma das minhas professoras, além de supervisora. A metodologia consistia em ouvir o problema do povo e a partir daí se fazia toda a proposta de alfabetização seguindo a experiência de Paulo Freire. As aulas eram transmitidas pela rádio Sociedade que só pegava das 7h às 9h da noite. A rádio dava as perguntas e esperava 10min para os alunos responderem. O MEB falava sobre o cooperativismo, sindicalismo, o trabalho da comunidade, as leis que favoreciam a agricultura, entre outros⁷⁵.

A narrativa de Ignez oferece um relato rico sobre a experiência de alfabetização e educação popular promovida pelo Movimento de Educação de Base, alinhada à metodologia de Paulo Freire. Ela descreveu como a prática educativa estava enraizada nas realidades locais, ouvindo os problemas da comunidade como ponto de partida para a proposta pedagógica. Isso reflete claramente a influência de Freire, que defendia uma educação dialógica e crítica, onde o aprendizado surge do engajamento com as questões concretas e existenciais dos educandos.

A monitora destacou o papel fundamental do rádio, que, no contexto descrito, foi utilizado como uma ferramenta pedagógica inovadora. Ao transmitir aulas pela Rádio Sociedade, o MEB aproveitava a tecnologia disponível para alcançar um público mais amplo, em especial à noite, quando a rádio estava acessível. O aspecto interativo da transmissão, com as perguntas feitas pelo rádio e os alunos tendo 10 minutos para responder, sublinha uma pedagogia que tentava superar as barreiras geográficas e sociais, promovendo a participação ativa dos estudantes, ainda que de forma remota. Ignez revela que o MEB não se limitava à alfabetização convencional. Ele também abordava questões de organização comunitária e cidadania, como cooperativismo, sindicalismo e leis voltadas para a agricultura. Reforça a concepção freiriana de que a educação é um ato político, não apenas voltado para a leitura e escrita, mas para a formação de sujeitos conscientes de seus direitos e capazes de transformar

⁷⁵SANTANA, Ignez Ana da Silva, [Entrevista presencial concedida a Emiriene Costa Santos] 19 de julho de 2024.

sua realidade social. O rádio, nesse sentido, não era apenas um transmissor de informações, mas um meio para promover uma educação libertadora e crítica, que conectava o saber formal com as lutas e desafios cotidianos das comunidades rurais.

Esse Movimento frente aos outros que surgiram com o intuito de valorização do homem e da mulher do campo acabou sofrendo censura na época da ditadura militar. Segundo Farias (2017), em 1964, o cenário no Brasil mudou significativamente. As lideranças do Movimento de Educação e Base enfrentaram uma severa repressão, com os militares e a direita católica restringindo o papel político do movimento. As atividades foram redirecionadas, com foco quase exclusivo na alfabetização dos moradores das zonas rurais, em detrimento de sua abordagem histórica de Educação Popular, que promovia a autonomia dos educandos e os ajudava a se tornar sujeitos ativos em suas comunidades. “O Movimento de Educação e Base acabou no ano de 1964, a própria equipe do MEB teve que buscar tudo. A justificativa era que a educação popular teria que acabar, que estava fazendo mal à burguesia⁷⁶”, disse Ignez.

A ex-monitora Ignez reflete o impacto direto do golpe militar de 1964 no Brasil. A interrupção do MEB naquele ano revela o quanto os projetos de educação popular foram vistos como ameaças ao *status quo*, especialmente pelos setores conservadores e aponta para a percepção de que a educação popular promovida pelo MEB estava conscientizando e politizando as camadas populares, algo que desafiava a hegemonia e os privilégios da burguesia. O golpe de 1964, apoiado por setores da elite econômica e social, buscava reprimir qualquer movimento que pudesse fomentar mudanças na estrutura de poder. Assim, o fim do movimento se alinha à repressão mais ampla contra movimentos progressistas e educacionais que procuravam empoderar as classes populares. O depoimento também reflete um momento histórico em que a educação era vista como uma ferramenta tanto de libertação quanto de dominação já que esse tipo de seguimento, segundo eles, promoviam uma forma de subversão, pois capacitava o povo para a emancipação social. Ao extinguir o movimento, o governo militar tentava garantir que a educação fosse mantida sob controle, moldando-a para perpetuar os valores do regime e evitar o surgimento de uma consciência coletiva crítica que pudesse questionar as estruturas de poder estabelecidas. Fica claro então a imposição abrupta e autoritária, onde os educadores foram forçados a interromper suas atividades. Isso simboliza o silenciamento forçado de iniciativas que promoviam uma visão alternativa de educação,

⁷⁶ SANTANA, Ignez Ana da Silva, [Entrevista presencial concedida a Emiriene Costa Santos] 19 de julho de 2024.

alinhada ao desenvolvimento humano e social, e que se opunham à lógica de uma educação que servisse apenas aos interesses dominantes.

O MEB resistiu ao golpe militar de 1964, mantendo seu funcionamento até 1968. Após o golpe, a escola radiofônica mantida pelo Movimento foi fechada, as revistas de orientação dos alunos foram recolhidas e os envolvidos nesse trabalho enfrentaram grandes dificuldades para continuar suas lutas. Como consta em um dos documentos chamado: relatório da imprensa que são compilações de matérias relatando a censura militar diante do material didático aqui mencionado.

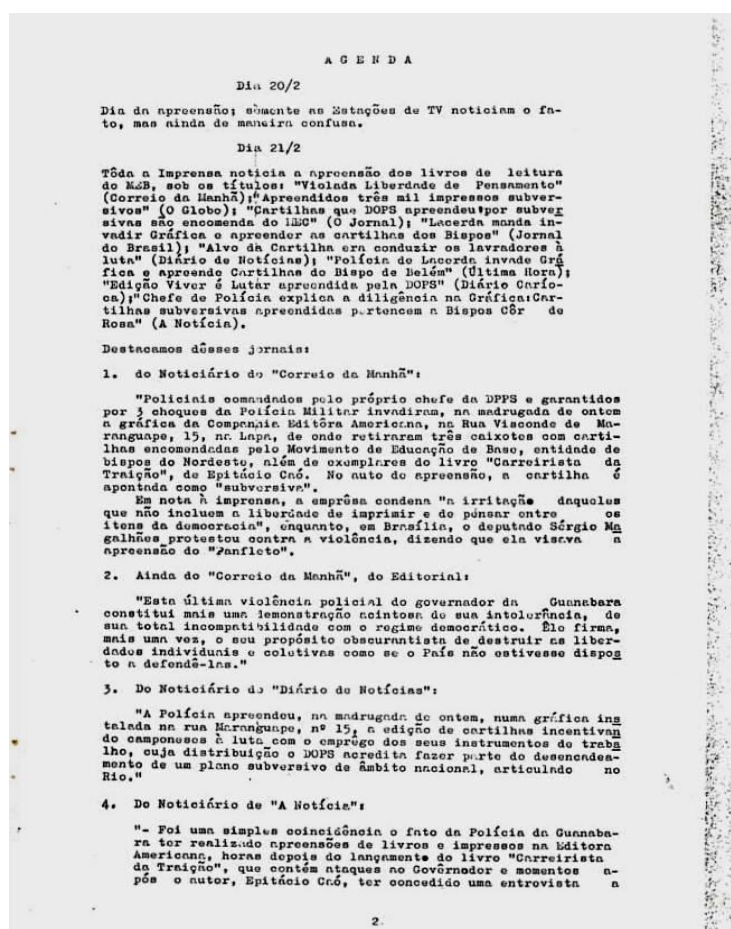


FIGURA 19: Documento retirado do acervo do meb.org.br/apostilas

O documento acima traz elementos que menciona apreensões de livros e cartilhas⁷⁷ por parte do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), órgão de repressão do regime

⁷⁷ No portal do MEB tem uma documentação digitalizada bem abrangente da época estudada. Nela encontramos as cartilhas com animações, de alfabetização, as de treinamento dos líderes rurais, as dos mutirões, o manual de aplicação das aulas, instruções sobre a escola radiofônica, alguns livros de Paulo Freire, documentação com os

militar brasileiro (1964-1985), e a reação de veículos da imprensa em relação a essas ações. As publicações 1 e 3 destacam o caráter autoritário dessas ações e a resistência da imprensa ao controle governamental. Na primeira publicação destacada, do jornal *Correio da Manhã*,⁷⁸ observa-se uma crítica contundente à essa apreensão de todo material didático.

A citação à apreensão de "cartilhas dos Bispos do Norte" também revela a amplitude do controle exercido sobre qualquer material que pudesse ser interpretado como crítico ao governo, incluindo textos ligados à Igreja Católica. O uso do termo "subversivo"⁷⁹ é característico da retórica militar, que enxergava qualquer movimento de base popular, educacional ou político como uma ameaça à ordem estabelecida. A crítica da imprensa, nesse caso, se volta não apenas contra a repressão violenta e arbitrária, mas também contra a falta de liberdade de pensamento e de expressão, valores que o jornal sugere estarem sendo gravemente violados.

Já na terceira publicação, mencionada no *Diário de Notícias*, o tom jornalístico é de indignação diante da operação policial, relatando que a polícia invadiu uma gráfica para apreender materiais subversivos. A menção à Rua Marquês de Abrantes, onde o evento ocorreu, dá ao relato uma especificidade histórica e contextual. Aqui, o ato de apreensão de materiais impressos revela como a ditadura militar se preocupava com a disseminação de ideias que pudessem questionar o *status quo*, mostrando que a censura era tanto ideológica quanto física, com operações coordenadas para eliminar materiais antes que pudessem chegar ao público. A descrição dessa ação remete à forma como o Estado militar brasileiro monitorava e reprimia intelectuais, educadores e movimentos populares, limitando severamente a circulação de ideias.

Ambas as publicações exemplificam o papel ambíguo da imprensa durante a ditadura militar, dividida entre a cumplicidade e a resistência. Enquanto alguns veículos atuaram como defensores do regime, outros, como o *Correio da Manhã*, mantinham uma postura crítica em relação à repressão, denunciando as ações arbitrárias do governo. No entanto, a crítica da imprensa também era alvo da censura, o que limitava a capacidade de veículos independentes de fazer uma cobertura plena dos abusos cometidos pelo regime. A documentação dessas apreensões e o uso da imprensa como veículo de denúncia ilustram a tensão entre o autoritarismo estatal e os setores da sociedade que resistiam à repressão.

objetivos das aulas de forma detalhada, entre outros. Para, além disso, vale apreciar a mostra virtual no site <http://www4.pucsp.br/cedic/meb/> também com uma rica documentação.

⁷⁸Informação retirada do site: <https://www.meb.org.br/apostilas/relatoriodeimprensa>. Acesso outubro de 2023.

⁷⁹A categorização de "subversivo" conferia ao militante, além de um teor depreciativo, uma conotação de periculosidade e de violência carecendo identificação e controle, ultrapassando a barreira política e se adequando, também, a implicações morais. Esta "estigmatização", construída socialmente transcorreu, ainda mais, após a implantação do Ato Institucional nº 5, o AI-5. (SILVA, 2019).

Portanto, as publicações revelam a tentativa do regime militar de controlar o conteúdo ideológico circulante na sociedade, enquanto parte da imprensa resistia a esse controle, expondo a violência do Estado e a falta de liberdade de pensamento. Esse diálogo entre censura e resistência se insere em um contexto mais amplo da história política brasileira, em que o regime militar buscava suprimir qualquer forma de dissidência e legitimar suas ações em nome da "ordem e progresso". A repressão às cartilhas e aos livros do MEB reflete o medo do governo de que iniciativas populares de educação e conscientização pudessem se transformar em movimentos de contestação política, o que tornava esses materiais especialmente ameaçadores aos olhos do regime.

Contudo vale ressaltar que o movimento ajudou a aumentar a conscientização sobre questões sociais e políticas, estimulando uma maior participação da comunidade nas discussões sobre suas condições de vida e possibilidades de mudança. Segundo Pretto e Tosta (2010, p. 17), o MEB realizou um amplo espectro de trabalho de Educação Popular, no campo da alfabetização e das mobilizações sociais dos setores camponeses, nas áreas de sua atuação. Foi o resultado de um Estado em crise, que se acirrava no Governo João Goulart, cujas práticas de alguma maneira estavam ligadas a padrões de consulta política e social postos em vigência pela velha burguesia oligárquica, o que exigia, para sua renovação e mudança, uma ação mais contundente especificamente no campo. Os autores ainda acrescentam:

A importância do rádio no trabalho do MEB incorporou o potencial comunicativo desse instrumento, quando o tornou não apenas um transmissor de sons e vozes, mas lhe deu um novo significado, no qual a própria voz humana assume explicitamente um papel educativo. (PRETTO, TOSTA, 2010, p. 16),

Com a instalação da ditadura civil-militar, houve um endurecimento significativo do regime contra qualquer forma de organização popular que pudesse ser considerada subversiva ou que questionasse o *status quo*. Movimentos como o MEB e a JAC passaram a ser alvo de vigilância e perseguição, sendo acusados de promover ideias consideradas comunistas (como mostra no documento apresentado pela imprensa) ou de inspirar resistência ao regime. O fechamento desses movimentos foi parte de uma estratégia mais ampla de desmobilização dos setores populares e de neutralização de qualquer iniciativa que pudesse fomentar a organização autônoma no campo. A repressão incluía desde a perseguição de lideranças até a destruição de espaços de encontro, como escolas rurais e centros de formação ligados ao MEB. A atuação dos militares procurava eliminar esses focos de conscientização e enfraquecer a organização

política do campo, visto como um espaço estratégico que não poderia ser deixado nas mãos de grupos potencialmente desafiadores da ordem estabelecida.

A repressão ao MEB, à JAC e a outros movimentos semelhantes demonstra como o regime militar enxergava qualquer forma de organização popular como uma ameaça ao seu controle político. Esse contexto repressivo sufocou as possibilidades de ação política no campo, interrompendo temporariamente o processo de conscientização e organização que estava em curso. No entanto, as sementes de resistência plantadas por esses movimentos deixaram um legado importante para as futuras lutas camponesas e para os processos de redemocratização que viriam a se consolidar nas décadas seguintes.

Assim, a análise desse período revela a tensão entre a busca por transformações sociais e a repressão autoritária, mostrando que a luta por direitos no campo esteve sempre intimamente ligada às grandes questões políticas e sociais do Brasil, especialmente naqueles anos de ditadura. Esses movimentos, ao serem reprimidos, evidenciam os limites da participação democrática e o desafio constante de organização das classes populares em contextos de autoritarismo.

Em cidades pequenas, a estrutura social foi mais fechada e a presença do Estado se manifestou de forma direta, com um controle social intenso que partia, muitas vezes, de autoridades locais como prefeitos, delegados e representantes do governo estadual. Durante a ditadura, essas figuras passaram a desempenhar papéis fundamentais na repressão local, atuando como intermediários do regime militar e, muitas vezes, utilizando de sua influência para sufocar quaisquer sinais de resistência política. Diferente das grandes cidades, onde as redes de apoio e resistência podiam ser mais amplas e anônimas, em uma cidade pequena as ações de repressão eram mais pessoais e visíveis. As lideranças de movimentos sociais, como sindicatos de trabalhadores rurais e associações ligadas à Igreja, eram facilmente identificadas, o que facilitava o uso de ameaças diretas, prisões arbitrárias e outras formas de coerção. A vida comunitária mais próxima fazia com que essas ameaças tivessem um impacto ainda mais profundo, pois além de silenciar as lideranças, também criavam um ambiente de medo e desconfiança entre os moradores.

Em cidades pequenas, como São Miguel das Matas, onde o alcance da mídia era limitado e a informação sobre os acontecimentos nacionais era filtrada, as narrativas oficiais dos militares acabavam se impondo com mais facilidade, gerando uma visão de que a repressão era necessária para manter a ordem e evitar uma suposta "desordem social". As ameaças a lideranças locais não eram apenas simbólicas, mas envolviam perseguições. Essas ameaças

poderiam incluir intimidações diretas, como visitas de militares e policiais às casas de lideranças e reuniões, prisões arbitrárias sem mandados, vigilância de atividades e controle sobre os encontros da Igreja ou de grupos sindicais. Além disso, havia a estratégia de difamação pública dessas lideranças, tornando-as vistas como perigosas para a comunidade, o que as isolava socialmente e diminuía o apoio que poderiam receber. Em muitos casos, para evitar retaliações mais severas, os líderes eram obrigados a interromper suas atividades e a se afastar da vida pública, como aconteceu com o sindicato rural de São Miguel, bem como a transferência do padre Gilberto para outra cidade.

O efeito da repressão ocorrida em São Miguel das Matas causou um enfraquecimento das redes de solidariedade e o esvaziamento de qualquer espaço de contestação. O fechamento do sindicato de trabalhadores rurais deixou os camponeses mais vulneráveis a práticas de exploração no trabalho, impedindo a luta por melhores condições de vida e manutenção de suas terras. Além disso, as ações da Igreja que promoviam debates e formação política foram controladas, limitando o acesso a informações que pudessem fortalecer a resistência local.

Essa repressão teve efeitos que perduraram mesmo após a redemocratização do Brasil, deixando cicatrizes profundas nas dinâmicas sociais dessas comunidades e contribuindo para um processo de silenciamento que impediu, por décadas, a plena expressão dos direitos políticos e sociais das populações do campo. A memória desses acontecimentos é fundamental para entender a resistência e a resiliência das comunidades rurais, que, apesar de reprimidas, mantiveram vivas as sementes de luta por um Brasil mais justo.

Capítulo III

Ditadura Militar e o declínio da Juventude Agrária Católica: um Olhar sobre São Miguel das Matas

Cidadão do Infinito

Por escutar uma voz que disse
Que faltava gente pra semear
Deixei meu lar e saí sorrindo
E assoviando pra não chorar

Fui me alistar entre os operários
Que deixam tudo pra te levar
E fui lutar por um mundo novo
Não tenho lar, mas ganhei um povo

Sou cidadão do infinito
Do infinito, do infinito
E levo a paz no meu caminho
No meu caminho, no meu caminho

Eu procurei semear a paz
E onde fui andando, falei de Deus
Abençoei quem fez pouco caso
E espalhou cizânia, onde eu semeiei

Não aceitei condecoração
Por haver buscado um país irmão
Vou semeando por entre o povo
E vou sonhando, este mundo novo

Padre Zezinho

Escrever a história da Juventude Agrária Católica (JAC) é rememorar uma trajetória marcada por lembranças, lembranças essas que a memória se encarrega de guardar ou de esquecer. Contudo, é também um esforço de resgatar as experiências e lutas de uma geração que, apesar das dificuldades e da repressão, buscou transformar sua realidade por meio da fé, da educação e da ação social. Ao revisitar esse passado, é possível não apenas preservar a memória de um movimento fundamental para a história social e religiosa do Brasil e da Bahia, mas também refletir sobre suas lições e legados, que continuam a influenciar as gerações atuantes. É na narrativa dessa história que encontramos a possibilidade de revitalizar os ideais

de justiça social e solidariedade que nortearam a JAC, lembrando-nos da importância de manter viva a memória daqueles que se dedicaram à essa luta no campo.

O período da Ditadura Civil Militar no Brasil, instaurado em 1964, foi marcado por uma repressão política intensa e pela perseguição de movimentos sociais e religiosos que se opunham ao regime. A Juventude Agrária Católica (JAC), movimento de grande relevância no campo, que unia jovens em torno de valores cristãos e causas sociais, também foi impactada por esse contexto autoritário.

Este capítulo se propõe a analisar o declínio da JAC, com um foco específico na cidade de São Miguel das Matas, no interior da Bahia. Através de uma reflexão sobre as tensões vividas pelos membros do JAC durante a Ditadura, será possível compreender como as práticas religiosas e a militância juvenil, antes em crescimento, foram gradualmente sufocadas pelas limitações impostas pela repressão militar. Ao abordar o assunto nessa pequena cidade do interior, este capítulo busca oferecer um olhar aprofundado sobre as implicações políticas, sociais e religiosas que marcaram a trajetória da Juventude Agrária Católica em um dos cenários.

Este capítulo oferece um olhar atento sobre as implicações políticas, sociais e religiosas que marcaram a trajetória do movimento em um dos cenários mais críticos do país, onde a repressão política e a militarização das zonas rurais contribuíram significativamente para o enfraquecimento do movimento.

4.1 Juventude Agrária Católica: Fé, Resistência e Transformação no Tempo Presente.

A História do Tempo Presente é uma vertente da historiografia que se debruça sobre eventos e processos que ocorreram a partir do século XX, com ênfase nos impactos contemporâneos. Sua particularidade está na proximidade temporal entre o historiador e o objeto de estudo, o que implica em desafios específicos, como a relação entre história e memória, e a natureza das fontes disponíveis.

Ao estudar eventos recentes, os historiadores precisam lidar com as memórias individuais e coletivas que influenciam a percepção sobre esses eventos. Pierre Nora, por exemplo, introduz uma noção de "lugares de memória", que são espaços físicos ou simbólicos onde as memórias coletivas se cristalizam e são preservadas, funcionando como pontos de

referência para a identidade coletiva e para a construção da história, especialmente em contextos onde a memória viva está desaparecendo ou é constante (GONÇALVES, 2012).

A memória, diferentemente da história, é subjetiva e seletiva, podendo ser moldada por sentimentos, nostalgias ou traumas. Para a História do tempo Presente, é essencial tratar a memória não como um simples testemunho factual, mas como um campo de disputas simbólicas sobre o passado. O que requer metodologias específicas, como a história oral, que busca captar as narrativas dos que viveram os mesmos eventos, valorizando suas perspectivas individuais e coletivas. As narrativas, contudo, precisam ser analisadas criticamente, considerando as influências do tempo, as condições sociais e culturais, e as lacunas inerentes à memória humana, para que se possa compreender como diferentes grupos são construídos e reivindicam. Para exemplificar essa abordagem apresento a narrativa abaixo.

Entrevistei Maria Catarina de Souza, 80 anos, em uma manhã de sábado na sua residência em São Miguel das Matas, muito solícita, educada e muito vivaz em suas memórias, ela me contou como se deu sua trajetória dentro do movimento:

Me mandaram para Feira de Santana, para fazer o trabalho de evangelização da JAC. Padre Gilberto era como se fosse uma pessoa da família, ele me levou de jipe e me deixou lá no colégio de freiras, lá eu trabalhava com a sobrinha de padre Albertino, Joana Guida, ela que viajava comigo.

Fiquei só um ano lá, pois meus pais adoeceram e tive que voltar. Trabalhei com o padre Demócrito de Serrinha e o bispo Dom Jackson⁸⁰ de Feira de Santana, eu visitava as comunidades rurais, assim eu pude conhecer muitos lugares através do trabalho com a JAC. Na época também conheci Waldick Soriano⁸¹ na casa do padre Demócrito. Minha irmã também viajava para vários estados pela JAC. Na época eu nem tinha 20 anos ainda⁸².

O relato de Catarina descreve uma experiência pessoal significativa de trabalho e convivência no contexto da evangelização, particularmente associada à Juventude Agrária em várias localidades. Ela compartilha diversas memórias, que podem ser analisadas sob alguns aspectos: a narrativa detalha a participação em atividades evangelizadoras, com ênfase no trabalho realizado em Feira de Santana e em Serrinha. O fato de visitar comunidades rurais e conhecer "muitos lugares" revela não apenas a experiência prática, mas também a ampliação do horizonte cultural e social, o que pode ser visto como uma forma de aprendizado e desenvolvimento pessoal, algo incomum para uma mulher jovem do interior naquele contexto.

⁸⁰ Dom Jackson Berenguer Prado foi o primeiro bispo de Feira de Santana, tendo servido de 1962 a 1971.

⁸¹ Eurípedes Waldick Soriano (Caetité, 13 de maio de 1933 - Rio de Janeiro, 04 de Setembro de 2008) foi um cantor e compositor brasileiro, ícone da música classificada como brega.

⁸² De SOUZA, Maria Catarina [Entrevista presencial concedida a Emiriene Costa Santos] em 13 de julho de 2024.

Além disso, a forma como ela descreve os locais, as figuras importantes, e até mesmo o fato de ter conhecido o cantor Waldick Soriano, pode sugerir que a depoente mantém uma conexão afetiva com esses momentos, associando o trabalho na JAC a um marco importante em sua vida. Em resumo, o depoimento de Catarina transmite uma experiência não apenas de formação pessoal e social, marcada pela ação missionária e crescimento, mas também por ser uma oportunidade adquirida de liberdade e autonomia para uma jovem da época, cuja cultura patriarcal era muito opressora para as mulheres. Ela também reflete sobre o equilíbrio entre a vida pessoal, os deveres familiares e o envolvimento em atividades coletivas, com uma visão de juventude engajada e com grande impacto para a pessoa que a viveu.



FIGURA 20: Na foto: Joana Guida, Professora Aurinha (atrás) Maria Catarina e Vozinha (ao meio), No Colégio das Freiras em Feira de Santana ano de 1964. Fonte: arquivo pessoal de Catarina Maria.

Após me mostrar várias fotografias antigas daquela época e rememorar muitas histórias, Catarina continuou:

Eu me lembro como hoje, em 1964 teve a revolução e teve o sindicato rural que o padre Gilberto fundou. A polícia do exército chegou aqui. Padre Gilberto estava dentro da igreja celebrando a missa, muita gente correndo, todo mundo se trancando dentro de casa. Na fazenda de meu pai na Roda D'Água teve um que se escondeu lá, seu Zezito⁸³.

⁸³ de SOUZA Maria Catarina, [Entrevista presencial concedida a Emiriene Costa Santos] em 13 de julho de 2024.

O depoimento de Catarina nos traz as marcas vividas pela repressão ditatorial, sua fala revela o impacto psicológico e social da repressão, assim como a resistência individual e coletiva frente a um regime que buscava silenciar qualquer oposição. O relato não só nos traz a memória histórica, mas também proporciona uma reflexão sobre os efeitos da ditadura nas pessoas e nas comunidades que vivenciaram o terror do regime militar diante do clima de repressão vivido por muitas comunidades brasileiras durante esse período. A presença da "polícia do exército" e a menção ao Padre Gilberto, envolvido com a organização do sindicato rural, sugerem que a repressão estava voltada contra qualquer tipo de mobilização social que eles considerassem que desafiava o regime. Essa tensão política é crucial para entender o papel do movimento sindical e da Igreja Católica em períodos da ditadura de 1964, muitas vezes agindo como agentes de resistência ou de mediação.

Já a reação da comunidade ao se esconder dentro de casa reflete o clima de terror instaurado pelo regime, em que qualquer tipo de organização popular ou oposição política era vista como uma ameaça e tratada com violência. A fuga para esconderijos, como a fazenda e "seu Zezito", é um exemplo de como a vida cotidiana se viu transformada pela repressão, com as pessoas sendo forçadas a se esconder para proteger suas vidas.

Essa narrativa apresentada também é essencial para compreender as experiências cotidianas, as reações individuais e coletivas e as formas de resistência durante a ditadura, elementos fundamentais para um estudo histórico que busca compreender a complexidade dos eventos passados e suas reverberações no presente.

Com isso, a História do Tempo Presente é relevante porque permite uma compreensão aprofundada de como os eventos recentes moldam e são moldados pelas memórias coletivas. Ela revela como as sociedades se relacionaram com o seu passado imediato, especialmente em contextos de transição, como processos de democratização, conflitos armados, revoluções ou mudanças sociais e culturais significativas. Nesse sentido, a História do Tempo Presente busca interpretar a tensão entre memória e esquecimento, identidade e poder, contribuindo para um entendimento crítico das narrativas que orientam o presente e influenciam o futuro.

A História do Tempo Presente e o estudo da Juventude Agrária Católica em São Miguel permite uma análise aprofundada dos processos de mudança social e religiosa que marcaram essa comunidade, bem como das memórias e identidades que se formaram a partir das experiências, pois a vertente pode ser um caminho para entender como as transformações sociais e religiosas desse período continuam a influenciar a memória coletiva e a identidade

local. Ao lidar com a memória dos indivíduos que viveram aquele período, é possível analisar não apenas os fatos históricos, mas também como os fatos foram reinterpretados. Assim, a História do Tempo Presente não é apenas uma análise do que aconteceu, mas também do que o passado recente significa para os atores envolvidos e para a sociedade em que se inserem. Ela oferece uma perspectiva valiosa para compreender a continuidade e as rupturas nas memórias sociais, e como essas memórias afetam a construção de identidades coletivas.

Esse estudo destaca um período de intensas transformações sociais, políticas e religiosas no Brasil e no mundo. A década de 1960 foi marcada pela modernização agrícola, pelo processo de urbanização e pelo impacto das reformas da Igreja Católica advindas do Concílio Vaticano II (1962-1965). Essas mudanças geraram novas dinâmicas no campo e influenciaram a forma como a juventude rural se relacionava com a religião. Esse grupo juvenil estava imerso em um "regime de historicidade" em que a tradição (o passado) ainda desempenhava um papel importante na vida cotidiana, mas em que as mudanças trazidas pelo Concílio Vaticano II e pelas transformações agrárias geravam uma nova consciência social e política.

A História do Tempo Presente permite que se analise, por exemplo, como a repressão aos movimentos sociais no campo durante a Ditadura Civil Militar (1964-1985) ainda repercute nos processos atuais de luta pela terra. Autores como Zander Navarro⁸⁴ discutem as transformações sociais no campo brasileiro e como as memórias de repressão e resistência dos trabalhadores rurais continuam a influenciar a política agrária no Brasil contemporâneo. Essa abordagem é relevante para a análise da reforma agrária, pois permite identificar como certos eventos, como a implementação de políticas de distribuição de terra, se tornam marcos de memória coletiva entre comunidades rurais. Por exemplo, no caso do Brasil, eventos como a criação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) em 1970 e os debates sobre a redistribuição de terras podem ser entendidos como "lugares de memória" que são constantemente revisitados e reinterpretados por diferentes grupos sociais.

A abordagem do Tempo Presente na história da reforma agrária possibilita um olhar mais atento às narrativas dos sujeitos que viveram esses processos e que ainda participam ativamente da luta pela terra. Contudo, essa temática enfrenta desafios, especialmente em relação à subjetividade das fontes e ao caráter "inacabado" dos processos que estuda. As memórias podem ser seletivas e moldadas pelas experiências pessoais e coletivas, o que exige

⁸⁴ Zander Soares Navarro é um sociólogo brasileiro conhecido por suas análises no campo das ciências sociais, especialmente em temas relacionados à agricultura, desenvolvimento rural e questões políticas no Brasil. A discussão sobre o tema citado se dá especialmente na obra: *A agricultura brasileira: desempenhos, desafios e perspectivas* (2010).

do historiador um cuidado redobrado na análise e na interpretação dos relatos orais e documentos contemporâneos. Portanto, a História do Tempo Presente se apresenta como uma abordagem enriquecedora para o estudo da reforma agrária no Brasil, ao considerar as memórias e experiências dos sujeitos históricos, bem como as continuidades e rupturas nas políticas agrárias. Ao conectar o passado com o presente, essa perspectiva nos auxilia na compreensão de como os movimentos de luta pela terra ocorridos em meados do século XX, ainda se manifestam nas reivindicações e conflitos atuais, sendo parte essencial da construção da identidade e da história dos trabalhadores rurais no Brasil.

4.2 O Grito no Nordeste: um periódico em tempos de repressão

"A censura não silencia apenas as palavras, mas a própria liberdade de pensar."

— Autor desconhecido.

O boletim *O Grito no Nordeste* foi um importante veículo da Ação Católica Rural (ACR) durante a década de 1960 e início de 1970, especialmente no contexto da ditadura civil militar brasileira. Fundado em 1967, o periódico buscava dar voz aos trabalhadores(as) rurais marginalizados(as), denunciando injustiças sociais e econômicas e promovendo reflexões inspiradas pela Teologia da Libertação. Publicava questões sobre condições de vida, organização sindical e questões políticas, combinando religiosidade com ativismo social. O boletim foi influenciado pela visão pastoral de Dom Hélder Câmara e outros líderes progressistas da época.

Em 1967, o contexto de repressão às mobilizações sociais era intenso e o uso de um boletim como esse servia tanto para divulgar informações quanto para fomentar um espírito de resistência e organização entre os grupos católicos e a juventude agrária. De caráter inclusivo e resistente ao regime militar, as edições bimestrais procuravam relacionar as dificuldades vividas no campo com mensagens bíblicas, presentes em vários trechos do jornal. Além disso, as publicações assumiram um tom político ao abordar notícias nacionais e denunciar medidas relativas à situação dos(das) trabalhadores(as) rurais, com o objetivo de informar, conscientizar

e mobilizar seus(as) leitores(as). Os abusos e violências da ditadura não se restringiam às questões trabalhistas, mas também envolviam a repressão sistemática de grupos de resistência.

O estilo simples e artesanal, com distribuição de 7 mil exemplares no Brasil e na América Latina (MONTENEGRO, 2019, p. 231), característico de publicações alternativas e de movimentos sociais da época, reforça a ideia de um material de base, voltado para o diálogo direto com as comunidades rurais, sem a sofisticação gráfica das publicações oficiais. Esse tipo de material era fundamental para a difusão de ideias em um período de censura e limitação à liberdade de expressão.

Os abusos e violências cometidos na ditadura não contemplaram apenas do ponto de vista trabalhista, mas também na violência intitucionalizada pelo governo em sua constante repressão aos grupos de lutas. O “Grito” sempre denunciou estas brutalidades. A pretensão da ACR e dos colaboradores do Grito, como expressavam em diversos jornais, era a de se tornar porta-voz do trabalhador rural na perspectiva de corresponder a um veículo de ideais e paradigmas enfrentados pela classe. (SOUZA, 2018)

O *Grito no Nordeste* pode ser visto como um veículo de resistência, usando a linguagem da fé e da organização social para mobilizar os(as) trabalhadores(as) e comunidades do campo. Essa análise permite compreender como o boletim estava inserido em uma rede maior de articulação social e religiosa, que visava desafiar as estruturas agrárias e promover a conscientização política entre os trabalhadores rurais, especialmente em um momento de forte controle governamental sobre as manifestações populares. No site do NuDoc – Núcleo de Documentação sobre Movimentos Sociais da Universidade Federal de Pernambuco – Maria Gabriela Souza nos traz a seguinte informação:

Diante desta conjuntura percebemos o jornal abordando temas ligados à juventude católica, de maneira que aparenta quase como uma releitura das ações de luta e suas estratégias de aproximação. Neste âmbito, ainda ganhando espaço até nas folhas centrais do boletim, também pela preocupação com a falta de empregos na zona rural, exploração nos centros urbanos, êxodo rural, o jornal evolui até criar colunas fixas com estes argumentos. (SOUZA, 2018)

A inclusão de temas como a falta de empregos no campo, a exploração nas áreas urbanas e o êxodo rural nas edições do jornal evidenciam a ampliação de sua pauta, que vai além da esfera religiosa para tratar de questões econômicas e sociais urgentes. Ao dedicar espaços significativos, até mesmo nas folhas centrais, para debater essas questões problemáticas, o periódico fortalece sua função de sensibilizar e envolver os leitores nas questões sociais mais prementes.

Até 1979, o "*Grito*" era um jornal com cerca de 20 páginas, com temas específicos para o interesse camponês, abordando questões como a luta pelos direitos trabalhistas, o que mantinha os militantes atentos para as chamadas dos eventos como as assembleias. O jornal também refletiu sobre as festividades católicas, com edições bimestrais que destacaram dados como Páscoa, Natal e festas juninas. Além disso, registrava casamentos e falecimentos de militantes. Isso trouxe a perspectiva de um jornal feito para o povo.

As expressões no jornal eram sempre familiares e de vocabulário simples, visando a conscientização e a identificação com a luta, mantendo para isso um caráter intimista. Para atingir esse objetivo, o jornal possuía sessões com declarações constantes, escritas pelos leitores, como "*Os Amigos Escrevem*", que acompanham testemunhos de trabalhadores do Nordeste.

Segundo informações do site do NuDoc o boletim passou por diversas mudanças ao longo de sua circulação, sendo a mais significativa em 1979, quando a Ação Católica Rural (ACR) revisou suas diretrizes, abordagens e, por consequência, a estética do jornal, a partir da edição 49. Essa transformação refletiu a abertura política pós-ditadura militar, com isso, a mudança não apenas contemplou o contexto político da época, mas também indicou a adaptação do ACR às novas realidades sociais e políticas do país. A partir desse momento, o jornal passou a incorporar ainda uma linguagem e estética mais alinhadas com as transformações e desafios enfrentados pela sociedade brasileira, ampliando seu alcance e buscando engajar mais a comunidade em questão.

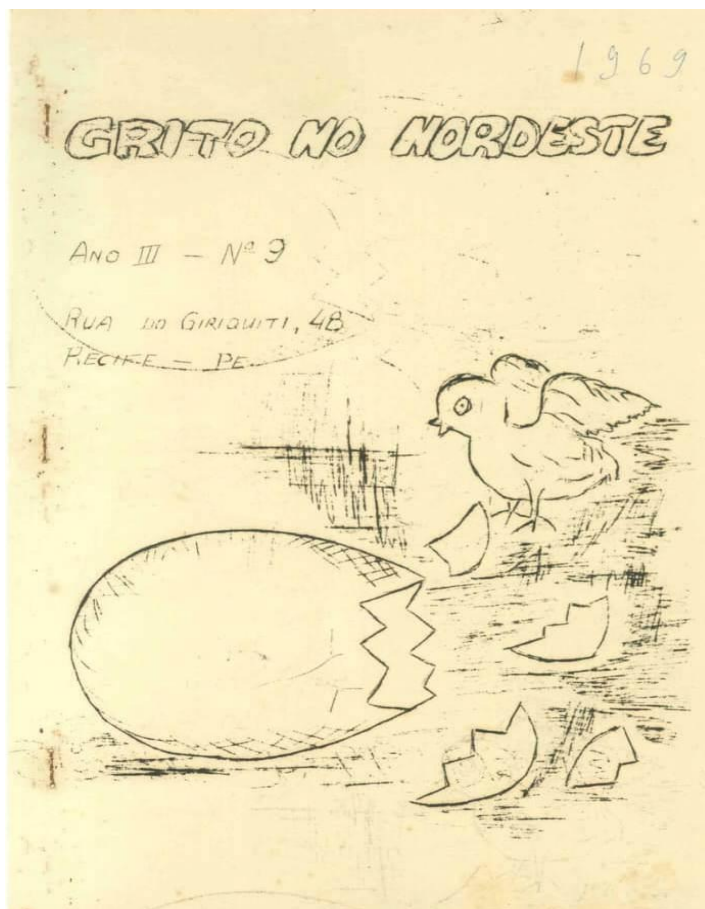


FIGURA 21: Capa do Boletim *Grito no Nordeste*. Fonte: Repositório digital da UFPE⁸⁵ - NUDOC - Núcleo de Documentação sobre os Movimentos Sociais

A capa do boletim *Grito no Nordeste*, de 1969, é um importante documento histórico que reflete o contexto da Ação Católica Rural durante um período de intensos debates sobre a questão agrária no Brasil. A imagem do pintinho e do ovo quebrado pode simbolizar, de forma emblemática, a realidade das classes populares no campo, especialmente os homens e mulheres rurais que viveram as tensões econômicas, sociais e políticas no período da ditadura militar no Brasil.

O ovo quebrado apresentado na capa possivelmente se apresenta como uma representação metafórica da destruição de expectativas e promessas não cumpridas, especialmente no contexto da agricultura e da política nacional. O período da década de 1960 foi marcado pela tentativa do governo militar de implementar políticas econômicas e sociais no Nordeste, mas que falharam em seu propósito de garantir desenvolvimento equitativo ou combater as desigualdades regionais. Essa simbologia pode também pontuar a fracassada

⁸⁵ Universidade Federal de Pernambuco

tentativa de revitalizar a agricultura nordestina, diante de desafios como a seca, a pobreza extrema, a ausência de investimentos e a falta de políticas públicas efetivas. Os agricultores, tanto homens quanto mulheres, enfrentavam condições desumanas que pioravam ano após ano.

O contexto político da época também reforça o significado do ovo quebrado como uma representação da ruptura democrática. O regime militar impôs censura, repressão e exclusão política, resultando em uma perda de direitos e em uma instabilidade social que afetou diretamente os trabalhadores do campo. Assim, a imagem exposta não representa apenas um fracasso agrícola, mas também a quebra estrutural do sonho coletivo de progresso e desenvolvimento, que, sob a ótica do regime militar, deveria aliviar as dificuldades das classes mais baixas. Ao invés disso, houve uma intensificação da exclusão social.

Já o animal representado na capa, muitas vezes associado ao renascimento, na análise tradicional, no caso da imagem em questão deve ser desconstruído como um símbolo de esperança ou progresso, pois ao representar o início de algo positivo, reflete a precariedade, a vulnerabilidade e a fragilidade das condições sociais dos(as) trabalhadores(as) rurais em meio às adversidades da época.

Ao unir os elementos do ovo quebrado e do pintinho, temos uma crítica potente que sintetiza os dilemas da ruralidade no contexto da ditadura militar e suas consequências sociais no Nordeste. Essa dualidade revela uma realidade difícil: a tentativa de reconstruir ou reestruturar algo dentro de um cenário de opressão e exclusão, onde os recursos eram escassos e as oportunidades, ainda mais limitadas. Assim, a imagem do pintinho e do ovo quebrado torna-se uma análise crítica da precariedade e do sofrimento social da população rural nordestina no contexto do regime militar e da censura que tentava silenciá-los. Em suma, a relação simbólica entre esses dois elementos remete à ideia de quebra estrutural, precariedade social e exclusão democrática, em vez de esperança ou renascimento. Eles dialogam diretamente com as tensões sociais, políticas e econômicas do período, evidenciando as falhas nos projetos de desenvolvimento, as consequências da repressão e a luta constante da população rural para resistir no meio de um cenário adverso.

A ditadura civil militar no Brasil foi um período de forte repressão política, onde a censura foi amplamente utilizada para controlar a comunicação e suprimir qualquer forma de resistência ao regime. Durante esses anos, os meios de comunicação, incluindo jornais, revistas e boletins informativos, passaram por uma rigorosa vigilância. O regime militar não hesitava em censurar conteúdos que considerassem subversivos, e muitos meios de comunicação eram

obrigados a adaptar suas publicações para evitar a repressão, muitas vezes usando eufemismos ou mensagens veladas para contornar a censura.

Em 1969, ano do lançamento do *Grito no Nordeste*, o Brasil estava no auge do regime militar, com repressão a movimentos sociais, greves e protestos, além de uma forte ação militar na repressão às guerrilhas e movimentos de esquerda. O governo de Artur da Costa e Silva (1967-1969) ao decretar o Ato Institucional nº 5 (AI-5), em 1968, havia consolidado o autoritarismo e intensificado a censura e a vigilância.

Na década de 1960, a agricultura da parte do Nordeste era marcada por uma série de problemas, incluindo a seca crônica, a pobreza rural e a falta de infraestrutura. O regime militar tentou implementar diversos projetos de desenvolvimento para modernizar a agricultura, mas muitos desses projetos eram voltados para interesses externos e não resolviam os problemas estruturais da região.

O *Grito no Nordeste* foi um boletim que tentava divulgar essas questões e os esforços para a "modernização" da agricultura, mas também se tornou uma espécie de veículo de resistência, embora cuidadosamente limitado pela censura. A imagem de um pintinho e um ovo quebrado pode sugerir a tentativa do regime de reestruturar a agricultura nordestina, mas também a falência ou as contradições desses esforços. A desconexão entre os projetos do governo e a realidade da região poderia ser uma crítica velada, mesmo sob o olhar atento da censura.

A censura não se limitava à eliminação de textos e imagens consideradas subversivas, mas também levava a uma adaptação das mensagens. Em publicações como *Grito no Nordeste*, havia uma pressão para transmitir uma imagem positiva do regime e seus projetos, mas as limitações impostas pela censura exigiam criatividade. A imagem do pintinho e do ovo quebrado poderia ser interpretada como uma maneira sutil de comunicar as falhas do regime ou as contradições do "Milagre Econômico" - uma crítica disfarçada. Os boletins e publicações da época frequentemente utilizavam símbolos e metáforas para contornar a censura. A capa analisada poderia ser uma maneira de expressar o fracasso de um projeto que, ao tentar "reconstruir" a agricultura nordestina, acabava por mostrar uma falta de sucesso real, com a "quebra" do ciclo esperado. Isso poderia representar, de forma velada, as tensões sociais e políticas da época, sem ser explicitamente crítico, mas ainda assim desafiador ao regime.

Portanto, a leitura dessa imagem, dentro do contexto de 1969, nos permite refletir sobre a realidade do Nordeste e a forma como o regime militar usava a agricultura como uma das bandeiras de seu projeto de modernização. Além disso, a censura imposta ao periódico citado

e a outros meios de comunicação faziam com que até mesmo uma crítica indireta, expressa através de símbolos como esse, tivesse de ser cuidadosamente controlada para não incorrer na repressão.

Ao analisar o Boletim *Grito no Nordeste*⁸⁶ encontrei várias publicações com referência à cidade de São Miguel das Matas, cartas e respostas, parecer da situação na localidade e eventos. Mas um evento em especial me chamou a atenção, visto que esse foi o único tipo de documento que menciona o ocorrido: a visita do padre Joseph Servat⁸⁷ (mais popularmente conhecido como José Servat⁸⁸) à cidade miguelense.

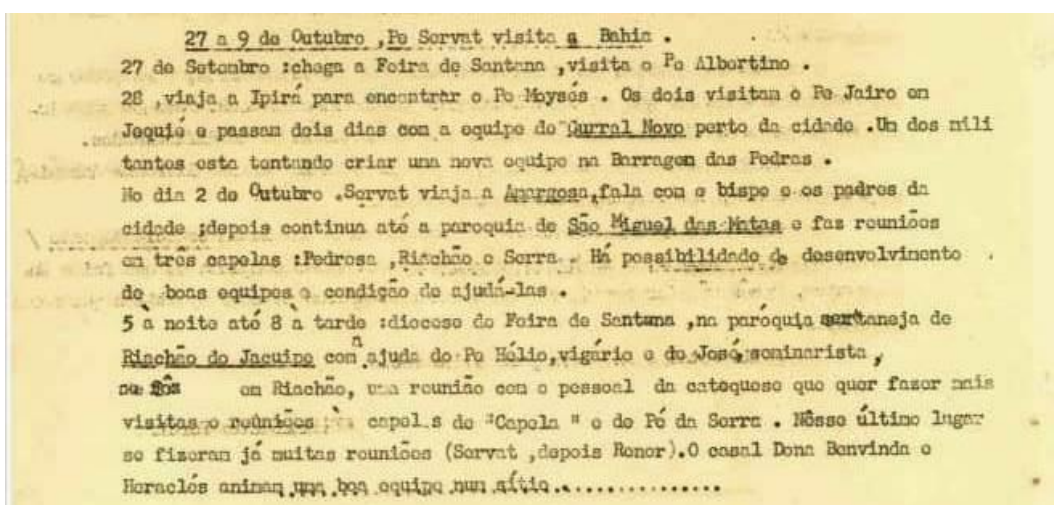


FIGURA 22: Publicação no Boletim Grito no Nordeste n.º 5, 1968, p. 12. Fonte: NUDOC.

Em 1964, Dom Helder Câmara, recém-nomeado arcebispo de Olinda e Recife, viajou à Europa com o objetivo de buscar colaboradores para apoiar o trabalho de acompanhamento e evangelização da classe operária e camponesa no Nordeste do Brasil⁸⁹. Durante essa viagem, ele trouxe o Pe. José Servat, que criou a Ação Cristã Rural (ACR), adaptando a sigla à realidade

⁸⁶ Analisei todas as edições (digitais) publicadas entre os anos de 1967 a 1969.

⁸⁷ Nasceu na França e especializou-se em educação cristã dentro da Ação Católica (modelo francês), levando centenas de militantes à prática do compromisso social da fé cristã, seguindo o método VER-JULGAR-AGIR. Ele foi um importante sacerdote da Igreja Católica no Brasil, especialmente reconhecido por seu trabalho junto às comunidades rurais. Fundou a Animação Cristã no Meio Rural (ACR), uma adaptação local da Ação Católica Rural, com o objetivo de promover a evangelização e organização social de camponeses, alinhando-se com o movimento de renovação social e espiritual da Igreja, impulsionado por Dom Helder Câmara. A ACR teve grande importância no Brasil nos anos 1960 e 1970, principalmente no Nordeste, onde havia uma grande necessidade de apoio às comunidades rurais em termos de fé, educação e ação social.

⁸⁸ Indicação de leitura sobre o assunto: NERIS, Wheriston Silva. *Igreja e Missão: religiosos e ação política no Brasil*. São Carlos/São Luís: Pedro & João Editores/Edufma, 2022.

⁸⁹ Vale a pena conferir a leitura do livro: MONTENEGRO, Antônio Torres. *Travessias: padres europeus no Nordeste do Brasil (1950-1990)*. Recife: Cepe Editora, 2019.

local como Animação dos Cristãos no Meio Rural. Em seu trabalho aqui no Brasil ele se empenhou em plantar novas sementes de resistência à Ditadura Militar, por meio de um plano de atividades organizativas, formativas e de mobilização dos(das) camponeses(as), especialmente na zona canavieira, mas também em várias microrregiões do Nordeste.

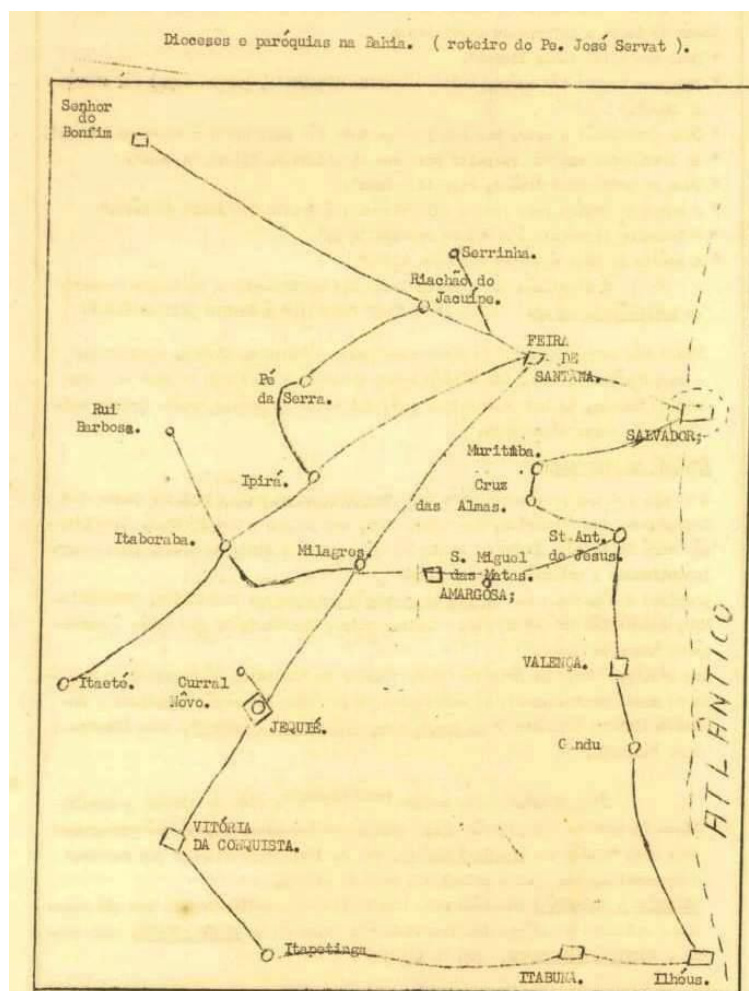


FIGURA 23: Roteiro que o padre José Sevat fez. Publicado no Boletim Grito no Nordeste n.º 5, 1968, p. 18

Atrelado à Teologia da Libertação, o Pe. Joseph Servat organizou uma caravana com o objetivo de realizar um trabalho conjunto com os trabalhadores e trabalhadoras rurais. Juntamente com outros padres, como o Pe. José Maria da Silva, da Diocese de Pesqueira, que foi alvo de um Inquérito Policial Militar (IPM) devido à sua atuação como assistente da Juventude Agrária Católica (JAC). Assim, por meio de um trabalho colaborativo em diversas

dioceses do Nordeste⁹⁰ ele montou um trajeto de viagem chegando então a São Miguel das Matas em 02 de outubro 1968. Na ocasião, ele então visitou três núcleos rurais como: Pedrosa (que deve ser Pedreira), Riachão e Ponto da Serra. O Boletim *Grito no Nordeste* (n.º 5, 1968, p. 19) aponta para a existência de dois núcleos da ACR ligados à JAC em São Miguel. Após a visita ele imprime sua análise no referido periódico: “há possibilidade de desenvolvimento de boas equipes e condição de ajudá-las”, conclui Pe. Servat (n.º 5, 1968, p. 12).

O trabalho de Pe. Joseph Servat, apoiado pela Teologia da Libertação, evidencia a importância da colaboração entre religiosos e trabalhadores rurais na luta por justiça social e direitos humanos. Através da organização de caravanas e visitas às comunidades rurais do Nordeste, como em São Miguel das Matas, ele buscava fortalecer a juventude católica e as bases de movimento de resistência, como a JAC. Sua análise positiva sobre o potencial de desenvolvimento das equipes em cada núcleo rural reflete a confiança no poder transformador dessas iniciativas, destacando o papel fundamental da Igreja no apoio e mobilização das comunidades mais vulneráveis. O relato registrado no *Grito no Nordeste* reafirma o trabalho do referido padre na construção de uma rede de solidariedade entre trabalhadores rurais.

4.3 São Miguel das Matas sob a Lupa do Serviço Nacional de Informações: A Ditadura Militar e a Repressão Local

"Enquanto o silêncio da repressão abafava as vozes nas cidades, as mãos calejadas do homem do campo, que resistiam à violência e ao abandono, continuavam a semear a luta pela liberdade."

Autor desconhecido

O Serviço Nacional de Informações⁹¹ (SNI) foi criado oficialmente pela primeira medida institucional do regime militar, por meio do Decreto-Lei nº 4.341, de 13 de junho de 1964. Esta medida sancionou a criação de um aparato de serviços de informações e assessoramento vinculado ao Conselho de Segurança Nacional (CSN), órgão responsável por coordenar e supervisionar a segurança interna do Brasil no período da ditadura. O SNI passou

⁹⁰ Autor: CALADO, Alder Júlio Ferreira. Informação com base no site: <https://revistaconsciencia.com/discipulado-e-missao-na-diocese-de-pesqueira-a-contribuicao-dos-missionarios-e-missionarias-inculturados/> (21 de dezembro de 2024).

⁹¹ Sistema de Informações do Arquivo Nacional https://sian.an.gov.br/sianex/Consulta/resultado_pesquisa_pdf.asp?v_pesquisa=gilberto%20vaz%20sampaio&v_fundo_colecao=#. (Acesso 29 de dezembro de 2024)

a ser um dos principais instrumentos do regime militar para a vigilância e repressão de movimentos sociais, opositores políticos e entidades civis, sendo fundamental para o controle social e a manutenção da ordem estabelecida pelos militares. Através desse decreto, o SNI teve autorização para criar uma vasta rede de coleta de informações, resultando na produção de um grande volume de dossiês detalhados sobre diversas entidades sociais, ministérios e serviços estatais. Esses documentos, que visavam mapear e monitorar a atuação de grupos considerados subversivos ou contrários ao regime, eram utilizados para justificar a repressão e o cerceamento das liberdades civis, muitas vezes sem a necessidade de evidências concretas de atividades ilegais. Na obra *Serviço Nacional de Informações: uma abordagem histórica*, Carvalho (2003, p. 10) afirmou:

Os novos “donos do poder” não tiveram dúvidas em priorizar a segurança do Estado, em detrimento das liberdades cidadãs. Passou a vigiar e punir, sem critérios político-ideológicos claros, todos os que se mostravam inconformados com o autoritarismo que tomou conta da nação.

A rede de informações não se limitava apenas ao campo político, mas se estendia também a organizações religiosas, movimentos estudantis e até mesmo à vida privada de cidadãos, mostrando o grau de controle a que a sociedade estava submetida. Com a ampliação do seu poder e alcance, o SNI tornou-se um símbolo da repressão do período, cujas práticas se refletiram em inúmeras violações de direitos humanos, como prisões arbitrárias, tortura e desaparecimentos forçados.

A utilização desses dossiês e o poder de persuasão do SNI foram instrumentos essenciais na criação de um clima de medo e autocensura no país, caracterizando a vigilância estatal como um dos pilares da ditadura militar brasileira. Os agentes faziam serviços de escutas telefônicas, levantavam e criavam provas para redigir relatórios de movimentos, grupos, pessoas ou qualquer atividade de protesto ao regime em um período de afluência autoritarismo por parte dos militares (MACÊDO, 2022). Na tese intitulada *Memória, trabalho e sindicalismo rural em tempo de ditadura em Santo Antônio de Jesus/Bahia (1963-1971)*, Macêdo (2022, p. 54) afirmou:

As informações produzidas nos relatórios serviram para desenhar os momentos e personagens emblemáticos que dão corpo à história de abertura e fechamento do sindicato, antes e após o golpe civil e militar. Como os documentos da instituição fechada em 1964 foram confiscados, os documentos da polícia política revelam, de alguma forma, que a trajetória do sindicato foi tolhida em meio a muita luta, negociação e apropriação de discursos de liberdade e cidadania.

Na Bahia, assim como em outros estados, o SNI teve um papel central no monitoramento e repressão de movimentos sociais, políticos e culturais. O serviço estava atento às atividades de sindicatos, movimentos estudantis, organizações de esquerda, e até mesmo às manifestações de trabalhadores rurais e urbanos. Lideranças de partidos políticos de oposição, especialmente os ligados à esquerda, eram constantemente vigiadas e muitas vezes perseguidas. Com isso, o serviço de informação produzia relatórios diários e alimentava uma rede de informações que colaborava diretamente com outros órgãos de repressão, como o DOPS (Departamento de Ordem Política e Social) e o DOI-CODI (Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna).

A autora supracitada nos traz a reflexão sobre o papel do Serviço Nacional de Informações diante do contexto da reforma agrária:

As perseguições políticas, estrategicamente organizadas através do serviço de informações para perseguir os “subversivos”, “agitadores da ordem”, se transformou em um sistema “leviano” produzido por uma ideologia antidemocrática, em nome da universalidade de valores morais, de comportamento e formas de pensamento, contra as reivindicações por melhores condições de existência e outras bandeiras, como a reforma agrária, em pauta na época. (MACÉDO, 2022, p. 57)


A repressão, apresentada sob a justificativa de combater "subversivos" e "agitadores da ordem", era, na verdade, uma manifestação de um sistema autoritário e inescrupuloso, que usava a ideologia antidemocrática para legitimar suas ações. Em nome de uma pretensa universalidade de valores morais e comportamentais, o regime visava esmagar não apenas os movimentos de contestação política, mas também as reivindicações populares por melhores condições de vida e justiça social, como as demandas por reforma agrária. Essa repressão não era apenas física, mas também ideológica, buscando moldar as formas de pensamento e de ação social de acordo com os interesses do regime, silenciando e marginalizando aqueles que lutavam por mudanças na estrutura social e econômica do país. A atuação do SNI, portanto, era uma tentativa de preservar um *status quo* desigual, que negava os direitos fundamentais da população em nome de uma ordem autoritária e excluía qualquer tentativa de transformação social. De acordo com Carvalho (2023, p. 12):


Durante todo o processo de constituição e afirmação da nova ordem, os alvos passaram a ser todos os que pudessem ser catalogados como “inimigos do regime”. Com isso, um número cada vez maior de cidadãos ficou suscetível de cair nas malhas do sistema, embora, a rigor, não pudessem ser identificados, como provas

consistentes, como “corruptos”, “subversivos” ou, muito menos, “comunistas em armas”.

A Bahia, com sua rica tradição cultural, foi um dos estados mais afetados pela censura imposta pelo regime militar e o SNI teve um papel importante nesse controle. A censura atingia não apenas os meios de comunicação, mas também as manifestações culturais e artísticas. Além da capital, Salvador, o interior da Bahia também foi alvo de ações repressivas do SNI. A ruralização da repressão ocorreu principalmente em áreas onde movimentos de trabalhadores rurais e lideranças sindicais tinham maior influência, como em cidades do Recôncavo Baiano e outras regiões agrícolas. Nessas áreas, o SNI, em conjunto com o Exército, realizava ações de controle e perseguição de líderes sindicais, camponeses e outros grupos que se opunham à ditadura. As práticas de repressão eram frequentemente associadas a violência física e psicológica, como interrogatórios e torturas, aplicadas a aqueles que eram considerados “suspeitos” de atividades subversivas.

Na Bahia, a Igreja Católica também foi alvo de vigilância do SNI, especialmente lideranças religiosas progressistas que se alinhavam com movimentos de direitos humanos e justiça social. O serviço monitorava atividades eclesiais, principalmente aquelas que abordavam questões sociais e políticas, como a luta pela reforma agrária ou o apoio aos trabalhadores rurais. Alguns padres, freis e freiras considerados(as) subversivos(as) foram constantemente vigiados(as), como parte da estratégia do regime para garantir o controle sobre todos os aspectos da vida social e política, como aconteceu com o padre Gilberto.

CONFIDENCIAL	O DESTINATÁRIO É RESPONSÁVEL PELA MANUTENÇÃO DO SIGILO DESTA DOCUMENTO. (Art. 62, Dec. n.º 60.417/67 Regulamento para Salvaguarda de Assuntos Sigilosos).
	
SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES AGÊNCIA DE SALVADOR	
INFORME Nº 0040116/ASV/77	
DATA	: 11. Fev 77
ASSUNTO	: Pe. GILBERTO VAZ SAMPAIO - SÃO MIGUEL DAS MATAS/BA
ORIGEM	: ACE Nº 3191/ASV/76
DIFUSÃO	: 2ºDN - 6ºRM - COMCOS - SR/DEF/TA - SSE/BA



1. Esta Agência tomou conhecimento, através de informe não processado, que o Padre GILBERTO VAZ SAMPAIO, antigo vigário da Paróquia de SÃO MIGUEL DAS MATAS/BA, vinha envolvendo-se em movimentos subversivos, notadamente em períodos próximos às eleições de 15 de novembro p/passado, motivo este que levou o Prefeito Municipal da época, Sr. ADEMÁRIO VILLAS-BÓAS, a incompatibilizar-se com o mesmo. Por ocasião da despedida do Pe. GILBERTO, foi lida uma carta do Higro de AMARGOSA/BA, D. ALAIR VILAR DE MELO, que acusava as autoridades locais de perseguição àquele sacerdote, motivo da incompatibilização e conseqüente substituição.

O Pe. GILBERTO foi substituído pelo Pe. WALTER PINTO DE ANDRADE que, após passar algum tempo na paróquia, foi substituído pelo Pe. EDMILSON RIBEIRO, atual vigário.

Durante a última campanha política, o Pe. EDMILSON RIBEIRO, que não apoiava o então Prefeito e o candidato apresentado por este para o suceder na Prefeitura, utilizava-se das missas para convocar os fiéis a encetarem uma campanha destinada a derrubar a ARENA de SÃO MIGUEL DAS MATAS e, em conseqüência, o candidato do Partido à Prefeitura.

Na campanha oposicionista tomaram parte, além do Pe. EDMILSON, o Pe. GILBERTO - ex-vigário, INEZ ANA DA SILVA, MANOEL FRANCISCO DOS SANTOS, ESMERALDO FRANCISCO DOS SANTOS e ANTONIO FRÓES COUTO.

CONFIDENCIAL

continua

FIGURA 24: Relatório elaborado pelo SNI sobre as atividades religiosas do padre Gilberto Vaz Sampaio em 1977. Fonte: arquivo online do SNI

Em pesquisas realizadas no Sistema de Informações do Arquivo Nacional encontrei cinco arquivos relacionados ao nome do padre Gilberto Vaz Sampaio e uma demanda ainda maior de inquéritos referente à cidade de São Miguel das Matas-Ba. A maior parte dessa documentação está datada a partir de 1970, e embora o padre não estivesse mais atuando na cidade miguelense, esses inquéritos referiam-se a época em que ele atuou na localidade. Importante ressaltar que a documentação acima também cita demais componentes miguelenses como: Inez Ana da Silva, Manoel Francisco dos Santos (fundador do sindicato rural de Santo Antônio), Esmeraldo Francisco e Antônio Froes Couto.

O documento citado, datado de 11 de fevereiro de 1977, prescreve:

Esta agência tomou conhecimento através de informe não processado que o padre GILBERTO VAZ SAMPAIO antigo vigário da paróquia de SÃO MIGUEL DAS

MATAS. BA vinha envolvendo-se em movimentos subversivos notadamente em períodos próximos as eleições de 15 de novembro para passado, motivo este que levou o prefeito municipal da época, sr. ADEMARIO VILAS BOAS a incompatibilizar-se.

O documento, ao relatar a vigilância sobre o padre Gilberto Vaz Sampaio e sua suposta ligação com “movimentos subversivos” como a JAC, exemplifica a maneira como o regime militar utilizou seu aparato de controle para monitorar e reprimir qualquer forma de resistência política, social ou religiosa.

A acusação imprecisa, baseada em um “informe não processado”, reflete a arbitrariedade e a falta de transparência no processo de repressão. Além disso, a citada “incompatibilização” do prefeito Ademário Vilas Boas, evidencia as pressões políticas que permeavam as esferas locais, pressionando as lideranças a se alinharem com o regime militar para garantir sua política de sobrevivência, afastando-se de qualquer vínculo com figuras e movimentos que fossem considerados subversivos.

Este episódio ilustra, portanto, as dinâmicas de controle e coerção que marcaram a política brasileira durante a ditadura, onde o regime buscava a conformidade através da vigilância e da neutralização de qualquer oposição. Isso revela uma característica central do funcionamento do aparato repressivo da ditadura: a utilização de informações imprecisas ou não confirmadas para justificar ações de controle e repressão. Mas, a presença do padre Gilberto como um possível alvo de vigilância não é um caso isolado. Durante o regime militar, a Igreja Católica no Brasil⁹² se dividiu em duas frentes: uma alinhada com o regime e favorável à manutenção da ordem, e outra, progressista, que se opôs à repressão estatal e se comprometeu com movimentos sociais, especialmente com a classe trabalhadora e as populações mais pobres.

Macêdo (2022, p. 56) retratou:

Estes militantes religiosos e políticos participaram do movimento de organização de sindicatos rurais no Recôncavo Sul, aparecem nos documentos como subversivos e foram perseguidos de maneira leviana por fazendeiros e políticos com auxílio do aparato do estado. A história do sindicato rural ora estudado é uma das muitas histórias de trabalhadores rurais brasileiros engajados em movimentos da esquerda católica, movimentos operários e comunistas, influenciados pela doutrina social da igreja católica, sobretudo os que atuaram na segunda metade do século XX, contra a exploração do trabalho rural, juntamente com um cenário de exploração e abandono municipal. As fichas produzidas sobre os supostos “subversivos” revelam detalhes da vida pessoal dos envolvidos na investigação policial. O levantamento de informações constituiu as fichas criminais, que trazem o perfil ideológico do investigado, sua vida

⁹² Indicação de leitura: ANGELOZZI, Gilberto Aparecido. *Igreja, Estado e Poder: As Relações Entre a Igreja e o Estado no Brasil*. 2017 Edição Português. - Este livro analisa as relações entre a Igreja e o Estado no Brasil tomando por marcos divisores as transformações advindas do Concílio Vaticano II, das Conferências Episcopais Latino-Americanas de Medellín (1968) e de Puebla (1979), da Teologia da Libertação, da ação das CEBs (Comunidades Eclesiais de Base) e da Pastoral Operária.

profissional. O intuito era enquadrá-los como criminosos perigosos, “não é difícil imaginar a que vilanias não serviram estes documentos, pois houve casos de pessoas impedidas de tomar posse de cargos públicos” (FICO, 2008, p. 179), além da constante exposição da imagem do sujeito, construída como perigosa, criminosa e mafiosa.

Embora a documentação específica sobre as ações do SNI em São Miguel das Matas não seja tão amplamente discutida quanto em outras áreas urbanas mais centrais, é possível identificar algumas características gerais da atuação do SNI em regiões como essa, que estavam diretamente relacionadas aos métodos de vigilância e controle usados pela ditadura. Em São Miguel das Matas, o SNI monitorava principalmente líderes sindicais, agricultores, o vigário e outros membros de movimentos sociais que defendiam os direitos trabalhistas, a reforma agrária entre outros direitos. Esses indivíduos eram frequentemente acusados de serem aliados de movimentos de esquerda ou de fomentar um clima de resistência à ditadura.

O documento apresentado abaixo reflète exatamente a forma como a ditadura civil militar tratava seus alvos. Vejamos um trecho:

Uma das atividades da JAC particularmente do epígráfico é doutrinar os trabalhadores e estudantes na preparação para invasão de terras. Para isso conta também com colaboradores e professores leigos. Procura denegrir a revolução de 1964 dizendo que ela lhe tirou vários benefícios⁹³.

⁹³ Documento de 1970, elaborado pela 6ª Região Militar de caráter secreto.

O original deste documento (com 03 folhas) foi apresentado parcialmente ilegível para microfilmagem, não sendo possível sua leitura completa no original nem na microficha.

-- S E C R E T O --

SEXTA REGIÃO MILITAR
2.ª SEÇÃO

GILBERTO VAZ SAMPAIO
NOME

FOTO

PROFISSÃO: Padre.

FILIAÇÃO: Aldemiro Vaz Sampaio e Acidália Vaz Sampaio.

ESTADO CIVIL:

NATURALIDADE: BAHIA AMARGOSA
Est. Mun.

DATA NASCIMENTO: 05 Jan 27

SINAIS CARACTERÍSTICOS:

Altura: Cútil: Cabelos: Olhos:

IDENTIDADE:

- Número da carteira:
- Número do registro: 525.027 - Inst Idt Pedro Mello - SSP/BA.
- Local de fornecimento: SALVADOR/BA

INSTRUÇÃO:

LOCAL DE TRABALHO:

RESIDÊNCIA:

Doc Origem Pasta e Arq	Data fonte - Classificação	HISTÓRICO
Relatório de Viagem, anexo a Info nº 329-70/E2, de 8 Mai 70 da 6ª RM e Of s/n, de 14 Set 69 da Prefeitura de SÃO MIGUEL DAS MATAS.	22 Abr 70 -	Fundador da JAC (Juventude Agrária Católica). Uma das atividades da JAC, particularmente do epígráfico, é doutrinar os trabalhadores e estudantes, na preparação para invasão de terras. Para isto conta também com a colaboração de professores leigos. Procura de negrir a Revolução de 1964, dizendo / que ela lhes tirou vários benefícios. A JAC tem sua sede em SANTO ANTONIO DE JESUS, mas atua também em SÃO MIGUEL DAS MATAS e AMARGOSA.
Info de Agente	15 Jul 70 -	É bastante conhecido em SANTO ANTONIO DE JESUS/BA, por suas idéias subversivas. Proferiu uma palestra no Colégio Madre Maria Coretti, com a presença do corpo discente e da diretoria. Nesta palestra pregou abertamente a subversão, a ponto da diretoria do colégio solicitar a suspensão da palestra e retirar-se do recinto.
RPI de 01 a 31 Ago 70, do TG 06-115.	31 Ago 70 -	Hospeda sempre em sua residência elemento de nome ENOCK ALMEIDA FIGUEIREDO, residente em SÃO MIGUEL DAS MATAS/BA. Faz agitação no meio rural.
Of s/n, de 30 Nov 70 da Prefeitura de SÃO MIGUEL DAS MATAS.	15 Nov 70 -	Fez campanha, inclusive no dia da eleição, em favor do MDB, fazendo pregações e sermões contra a ARENA.

- Continua -

-- S E C R E T O --

FIGURA 25: Documento de 1970, elaborado pela 6ª Região Militar. Fonte: arquivo online do SNI.

O trecho do documento do SNI que faz referência à atuação do Padre Gilberto Vaz Sampaio e da Juventude Agrária Católica (JAC) revela uma tentativa nítida de deslegitimar o trabalho e os ideais do sacerdote dentro do contexto da Ditadura Civil Militar no Brasil. A acusação de que o movimento estaria "doutrinando" trabalhadores e estudantes para a "preparação para invasão de terras" é uma forma de tentar associar suas atividades à subversão e ao desrespeito pela ordem estabelecida.

A menção à crítica da JAC à "revolução de 1964" e à alegação de que o movimento "denegria" o golpe ao afirmar que "tirou vários benefícios" é um ponto crucial na análise. O uso de "denegrir" sugere que o regime via a oposição não apenas como uma ameaça ideológica, mas também como algo que deveria ser desacreditado moralmente.

O conteúdo do documento também apresentava a seguinte observação referente ao Padre Gilberto: "É bastante conhecido por suas ideias subversivas, proferiu uma palestra. Nela pregou abertamente a subversão, a ponto da diretoria do colégio pedir a suspensão e a retirar-se do recinto"⁹⁴.

O subscrito busca associá-lo à práticas que eram consideradas perigosas aos olhos do regime. A acusação de que o padre "proferiu uma palestra" na qual "pregou abertamente a subversão" serviu para construir uma narrativa de que suas ações ultrapassaram os limites do discurso religioso e eram, na verdade, um meio de mobilizar e radicalizar as massas contra o regime. Isso aponta para um esforço sistemático de associar o clero, em particular figuras como o Padre Gilberto, ao movimento de resistência, a fim de enfraquecer a autoridade da Igreja Católica e desestabilizar o apoio que ela, em algumas frentes, ainda mantinha em determinados setores da sociedade.

Isso nos faz pensar como a política de repressão se combinou com o medo e a insegurança, criando um ambiente de apatia social em que uma classe trabalhadora não podia mais reivindicar livremente seus direitos sem temer represálias violentas.

Uma das principais táticas do SNI era a infiltração em grupos de oposição, para obter informações sobre suas atividades e estratégias. Em São Miguel das Matas, o SNI provavelmente utilizava informantes locais. A criação de uma rede de delatores era fundamental para as ações desse serviço, permitindo-lhe antecipar ações de resistência e neutralizar líderes antes que suas atividades tomassem maiores proporções. Macêdo (2022, p. 58) exemplifica:

As denúncias foram realizadas por desafetos políticos e fazendeiros descontentes com o movimento religioso na região. Essas forças arquitetaram uma rede de denúncias que deu origem no ano de 1970 a dois dossiês sobre as atividades do clero, sobretudo da liderança do padre Gilberto Vaz Sampaio, também acusado de subversão.

A repressão do SNI teve um grande impacto na memória histórica e política local. Muitos líderes e militantes foram silenciados a partir de ameaças sofridas. As famílias das vítimas muitas vezes ficaram marcadas pelo medo e pela desconfiança, com as memórias de

⁹⁴ Relatório de viagem da SNI datado em 15 de julho de 1970.

repressão. Hoje, o estudo dessas memórias tem se tornado um campo importante na busca por justiça e na preservação da memória histórica da resistência à ditadura na Bahia.

O Serviço Nacional de Informações na Bahia, como em outros estados, foi uma peça chave na máquina repressiva do regime militar, realizando um controle profundo sobre a sociedade, desde os movimentos sociais e políticos até a cultura e a vida privada dos cidadãos. A vigilância, a produção de dossiês e a repressão a qualquer forma de oposição se intensificaram, contribuindo para um clima de medo e censura que perdurou por muitos anos. O trabalho do SNI não apenas implicava a perseguição direta, mas também a criação de um sistema de delações e infiltrações, tornando difícil a organização de qualquer movimento que se opusesse ao regime. Esses esforços de vigilância e repressão moldaram profundamente a história da Bahia durante a ditadura militar, afetando não apenas os envolvidos diretamente nas lutas políticas, mas também a cultura e a memória coletiva do estado.

4.4 Entre a Resistência e o Recuo: A Desarticulação da JAC no Contexto da Ditadura Militar

“A luta no campo é um movimento de resistência silencioso e constante. Não se trata apenas de batalhas pela posse da terra, mas de um grito coletivo por dignidade, justiça e reconhecimento”.

Autor desconhecido



FIGURA 26: Juventude Agrária Católica no seminário em Amargosa junto com o bispo da época Dom Florêncio Vieira (no centro), o padre Gilberto Vaz Sampaio (no fundo), padre José Clarencio (pároco de Amargosa) e Padre Albertino.

A fotografia em questão apresenta a Juventude Agrária Católica e líderes religiosos. O bispo veste uma batina e crucifixo, simbolizando sua autoridade e status na posição eclesiástica. Os padres, à direita e ao fundo, também estão em roupas clericais, porém mais simples, reforçando a centralidade da Igreja como mediadora espiritual e organizadora da juventude agrária. As vestimentas do grupo jovem evidenciam a identidade comunitária e religiosa, transmitindo coesão, enquanto destacam a diferença hierárquica entre leigos e clérigos. Sob a ótica de Susan Sontag, os trajés reforçam uma narrativa visual de ordem e autoridade, características fundamentais para a função social.

Sontag, em seu livro *Sobre a Fotografia* (1977), argumenta que uma fotografia não é uma representação neutra, é um recorte do mundo que reflete escolhas de quem a produz e seu contexto social. Além disso, as imagens podem ser usadas para influenciar emoções, reforçar estratégias e construir narrativas, como ocorre em registros históricos, religiosos ou políticos. Na análise da fotografia em questão, o uso das vestimentas e a composição do grupo remetem a uma narrativa de ordem e valores tradicionais. Isso exemplifica o que Sontag menciona sobre o papel simbólico da fotografia que está ligado à ideia de que as imagens capturam mais do que apenas uma realidade objetiva; elas refletem interesses, valores culturais e políticas de quem as produz. Para a autora, isso funciona como representações simbólicas que perpetuam significados, comunicam poder e criam narrativas, moldando a maneira como interpretamos o mundo. Ela argumenta que, ao congelar um momento, a fotografia dá permanência a certas ideias e sensações, reforçando ou desafiando estruturas.

Analisando a imagem a partir do ponto de vista da interseccionalidade, que considera a sobreposição de identidades sociais como gênero, raça e classe, pode-se observar um grupo majoritariamente feminino. Sob essa perspectiva, a fotografia transcende seu papel como registro histórico e se torna um ponto de partida para questionar como as posições sociais, de gênero e raça eram reproduzidas, ainda que de forma implícita, nas organizações católicas da época.

O conceito de interseccionalidade é utilizado por Patrícia Hill Collins (2019), entre outras autoras, para descrever como as identidades sociais não são categorias isoladas, mas estão interconectadas e se influenciam mutuamente. A autora explora como essas múltiplas dimensões da identidade se entrelaçam de maneiras complexas, criando formas únicas de experiências de opressão e resistência. A abordagem interseccional de Collins amplia a compreensão de como a opressão opera em uma sociedade e desafia as categorias rígidas que

muitas vezes limitam a análise social. A autora não apenas define a interseccionalidade como uma ferramenta analítica, mas também como um caminho para a transformação social. Ao abordar a complexidade das identidades e das múltiplas formas de opressão, Collins oferece uma teoria que é profundamente enraizada na prática e na experiência cotidiana das mulheres negras e de outros grupos marginalizados, ao mesmo tempo em que propõe soluções e formas de resistência que buscam transformar as estruturas de poder que perpetuam essas desigualdades. Assim, sua contribuição vai além da teoria e se conecta diretamente com movimentos sociais e práticas de resistência, sendo uma chave fundamental para repensar as lutas por justiça social e igualdade no mundo contemporâneo.

A desarticulação da JAC se deu a partir da saída do líder estadual Mons. Gilberto Vaz Sampaio da paróquia de São Miguel, no ano de 1969 devido às ameaças e perseguições sofridas em virtude de ter sido acusado de incitar os jovens às práticas subversivas. Segundo consta no livro *História e organização de Jovens Camponeses Cristãos*, o fim da JAC no âmbito nacional ocorreu efetivamente no ano de 1972, as considerações e observações sobre a situação social do campo, e as violências, às vezes sistemáticas retratadas, procuraram se ater ao período de existência do Movimento. (BAPTISTA *et al.*, 2012, p. 73).

Nessa mesma época, chegou às mãos dos jacistas miguelenses a publicação *Grito no Nordeste*, considerada comunista. Por meio de denúncias, esse fato chegou ao conhecimento do prefeito da época, Ademário Vilas Boas, que o enviou à 6ª Região Militar, o que colaborou para a desarticulação do movimento em São Miguel das Matas⁹⁵.

Em uma entrevista concedida em 29 de dezembro de 2007, a ex-jacista miguelense Eunice Andrade Barreto, relatou:

O povo dizia que na JAC só tem terrorista. Acabou o movimento porque não se podia falar, porque as forças armadas não deixavam, porque senão ia preso, mas no coração de todo mundo sempre se fazia alguma coisa que tinha o cheiro da JAC, as reuniões, os encontros, tudo, não se podia falar em JAC, mas se falava em amizade, se falava em amor ao próximo, se falava em partilha, se falava em colaboração, falava tudo só não podia usar a palavra JAC porque significava pra eles terrorismo. Foi um insulto porque nos chamavam de terrorista, a JAC acabou, mas não morreu, o melhor de tudo foi que ela não morreu, porque ficou no espírito de todo mundo.⁹⁶

⁹⁵ Informações contidas no Relatório anual da JAC, datado de 1969.

⁹⁶ BARRETO, Eunice Andrade [Entrevista presencial concedida a Emiriene Costa Santos] em 29 de dezembro de 2007.

A afirmação “o povo dizia que na JAC só tem terrorista” indica como a Juventude Agrária Católica foi estigmatizada pela sociedade influenciada por discursos oficiais. A associação da JAC com o terrorismo reflete o contexto de perseguição e paranoia durante a ditadura, em que os movimentos sociais e religiosos eram frequentemente rotulados como subversivos

Apesar da repressão, a depoente menciona que “no coração de todo mundo sempre se fazia alguma coisa que tinha o cheiro da JAC”. Isso sugere que, mesmo sob intensa repressão, os valores e ideais da JAC continuaram vivos entre seus membros e simpatizantes, adaptando-se às novas condições sem, contudo, desaparecer.

A substituição de termos como “JAC” por conceitos mais neutros como “amizade”, “amor ao próximo”, “partilha” e “colaboração” indica uma estratégia de resistência silenciosa. Ao evitar o termo “JAC”, as pessoas continuavam a promover os princípios do movimento, mas de forma que evitasse a repressão direta. Isso reflete uma habilidade de adaptação e persistência em manter vivas as ideias do movimento, mesmo em um ambiente hostil.

A fala de dona Eunice também destaca a manipulação semântica do termo "terrorismo" pelo regime militar a fim de justificar a repressão. Para as forças armadas, a JAC representava uma ameaça, não necessariamente por atos violentos, mas por suas ideias e práticas que desafiavam o *status quo*. Essa análise mostra como a fala encapsula a complexidade da experiência de resistência sob a Ditadura Civil Militar no Brasil, onde o silenciamento oficial não conseguiu extinguir completamente os valores e as práticas dos movimentos sociais como a JAC. Ela também sublinha a resiliência daqueles que continuaram a lutar por justiça social de forma sutil e camuflada. Apesar disso, diante do contexto político da época, os núcleos formados em todo Brasil, foram se extinguindo devido às repressões e ameaças sofridas.

Importante ressaltar que o depoimento de Eunice traz uma lembrança forte, cheia de lembranças de uma época marcada por situações de repressão. Assim trago a citação de Santhiago e Patai (2021, p.81) que afirma: “a história oral é mais do que uma técnica específica de pesquisa narrativa, pois se configura como ignição para trocas de experiências com ressonâncias pessoais e intelectuais profundas”.

De acordo com Macêdo, após o golpe de 1964 os militares desmobilizaram os movimentos sociais rurais e prenderam líderes e militantes políticos para eliminar possíveis focos de resistência. A autora traz o seguinte trecho de uma entrevista feita com o padre Gilberto:

Na Bahia a repressão foi bastante grande em São Miguel das Matas e Santo Antônio de Jesus. A JAC ficou visada na região por apoiar a organização do sindicato rural em São Miguel. A entidade era considerada comunista pelos grandes fazendeiros e pelos polícias locais, e a JAC também.

A pequena cidade foi cercada pela força militar. Um líder sindical ficou 91 dias preso em Salvador. Ao regressar a São Miguel foi recebido pelo povo não político com muita consideração. Com o apoio da JAC a comunidade doou-lhe um terreno de oito hectares, para que aquele senhor pudesse recomeçar a sua vida (MACÊDO, 2002, p.86)⁹⁷.

Destaco aqui a receptividade calorosa da população a esse líder após sua prisão, demonstra uma subversão do processo de criminalização imposto pelas autoridades locais. Em resumo, a doação do terreno configura-se como uma forma de reabilitação social e de resistência ao contexto de repressão e injustiça, sinalizando um apoio comunitário concreto e significativo.

A resistência da luta popular e a capacidade de confronto das relações sociais, mesmo após o suporte da repressão evidenciou a capacidade de resiliência da população frente a isto, criando alternativas de solidariedade e resistência que desafiaram, de certa forma, o Estado.

Além das informações apresentadas, Dona Eunice trouxe reflexões sobre a situação política da época. Situação essa que ainda se reflete nos dias de hoje:

Na época, conscientizávamos as pessoas sobre a importância do voto, eu perdi meu emprego de professora no Ponto da Serra porque o prefeito Ademário queria que eu votasse nele e eu disse que não. Não importa se alguém recebeu uma telha ou um saco de cimento que devia seu voto. Isso é obrigação deles abrir a estrada, construir uma escola, botar uma professora e fazer tudo. O prefeito precisa ser competente. A gente tem que mostrar ao povo que a gente não tá recebendo esmola isso é obrigação deles, pois é para isso que ele recebe e para isso que pagamos impostos⁹⁸.

No depoimento a ex-jacista expressa claramente sua crítica à corrupção política e à troca de favores por votos⁹⁹. Sua intenção é evidenciar que o direito do cidadão a serviços públicos não deve ser condicionado a favores ou benefícios materiais, mas sim cumprindo com um dever constitucional do Estado. Ela enfatiza a importância da ética e da competência dos governantes se colocando em oposição à ideia de que os serviços públicos devem ser negociados como mercadorias e reivindica um entendimento mais amplo de cidadania, onde os direitos

⁹⁷ Trecho de entrevista do padre Gilberto Vaz Sampaio, feita pela autora.

⁹⁸ BARRETO, Eunice Andrade [Entrevista presencial concedida a Emiriene Costa Santos] em 29 de dezembro de 2007.

⁹⁹ O fenômeno da compra de votos se insere dentro de uma lógica institucional mais ampla que foi consolidada com a **Vingança do Sistema Oligárquico**. Durante a República Velha, as eleições eram frequentemente caracterizadas por um "**voto de cabresto**", onde as urnas eram controladas pelos coronéis, que manipulavam a escolha dos eleitores e garantiam, assim, a eleição de seus candidatos.

fundamentais não dependem de favores ou benefícios individuais e se posiciona como uma pessoa que tem princípios, disposta a enfrentar as consequências de sua recusa em seguir normas corruptas. No contexto social e político, a fala dela reflete uma crítica direta a práticas clientelistas e à troca de favores políticos em troca de apoio eleitoral, o que é comum ainda hoje em muitas regiões onde a política local ainda é marcada por práticas de coronelismo ou populismo.

A menção ao prefeito Ademário e a necessidade de uma professora em uma escola também coloca a narrativa no plano micro, ou seja, uma situação concreta que envolve a vida cotidiana de cidadãos comuns, oferecendo uma visão íntima do impacto da política nas esferas pessoais e profissionais.

A compra de votos é uma prática que tem raízes profundas nas desigualdades sociais e nas estruturas de poder políticas. Embora a legislação brasileira seja rigorosa em relação a essa prática (Lei nº 9.504/1997, art. 299), ela continua a ser um desafio significativo para a consolidação de uma democracia sólida. Combater essa prática exige uma combinação de políticas públicas eficazes, educação política e o fortalecimento da fiscalização eleitoral, com a construção de uma cultura política ética que desestimule o clientelismo e as trocas ilícitas de votos.

Na obra *Coronelismo¹⁰⁰, Enxada e Voto* (1997), Victor Nunes Leal descreve como o coronelismo funcionava dentro de uma lógica de clientelismo, ou seja, uma troca de apoio eleitoral por vantagens materiais, como terras, empregos públicos, alimentos ou até mesmo dinheiro. Para Leal, a relação entre o "coronel" e seus "clientes" (os eleitores) era uma relação de dependência e subordinação, em que o voto era comprado com promessas ou entregas concretas de bens.

O autor citado, em sua análise, expõe como o voto era tratado como mercadoria, em um processo altamente coercitivo, onde a violência e o abuso de poder eram usados para garantir a vitória eleitoral. Embora a compra de votos não fosse formalmente reconhecida, ela fazia parte de uma prática política estrutural no Brasil rural, que envolvia também o uso da foto (imagens de políticos) para reforçar a imagem pública e a legitimidade da candidatura.

¹⁰⁰ No Brasil, especialmente durante a Primeira República (1889-1930), o fenômeno da compra de votos estava intimamente ligado ao sistema político denominado **coronelismo**. O coronelismo era uma forma de controle político local, em que grandes proprietários rurais, conhecidos como "coronéis", utilizavam sua influência e recursos para garantir a eleição de seus candidatos, utilizando práticas como a troca de favores, favores materiais e, de fato, a compra direta de votos.

Os coronéis, ao "distribuírem" os benefícios da política através do clientelismo, asseguravam que os eleitores se mantivessem leais através da promessa de benefícios materiais. Esses eleitores, muitas vezes em situação de extrema pobreza, viam no voto um meio de garantir sua subsistência, seja por meio de terras, empregos ou até mesmo dinheiro para necessidades imediatas.

Leal (1997) argumenta que essa relação de dependência reforçava um círculo vicioso onde a compra de votos não só era aceita, mas também esperada pelos eleitores que viam nisso uma forma legítima de acesso a recursos e sobrevivência. Dessa forma, a compra de votos e o clientelismo passavam a ser vistos como aspectos naturais do sistema político local. Além disso, o fenômeno da compra de votos se conectava com a ideia de que o eleitorado deveria ser controlado e manipulado, refletindo uma visão de política como um processo de "dominação" e não de negociação democrática.

As longas horas que passei com Dona Eunice ouvindo suas histórias, observando suas emoções, e a força ainda vívida em suas palavras, revelando sua firme posição, seu pensamento conciso e a saudade que ela trazia daquela época, me fez refletir sobre as demais mulheres jacistas que entrevistei. Utilizo, assim, suas primeiras falas para demonstrar esse engajamento e sua convicção pela luta:

Eu fui escolhida pelo grupo da JAC para levar o movimento a toda região da Bahia e Sergipe. Implantei o Movimento da JAC em Nova Itarana, Barrocas e em outras localidades. Troquei muita experiência com o pessoal da JOC em Amargosa foi um sucesso. Eu viajei para vários lugares, viajava de carroça, de cavalo, de garupa, em cima de caminhão. Naquela época era uma carência muito grande. Uma vez fui para Riachão do Jacuípe e quando cheguei lá tinham mais de 500 pessoas me esperando para falar sobre a JAC. Padre Gilberto me dava muita força e não me deixava desanimar. Eu passei pelo convento, fui noviça, fiz muitas coisas, mas eu não recebi tanto quando o tempo que passei pela JAC. Valeu muito a penas os três anos que vivi. A JAC foi a coisa mais importante que aconteceu na minha vida¹⁰¹.

Dona Eunice compartilha suas experiências pessoais dentro do movimento, destacando as dificuldades logísticas, o impacto social da JAC nas comunidades e as relações de apoio com outros membros da organização, como o Padre Gilberto. Ela também reflete sobre o valor que essa experiência teve em sua vida, destacando a JAC como a "coisa mais importante" que aconteceu em sua trajetória. O conteúdo da fala carrega uma mensagem de dedicação, comprometimento e valorização da experiência na JAC, contrastando com outras fases de sua

¹⁰¹ BARRETO, Eunice Andrade [Entrevista presencial concedida a Emiriene Costa Santos] em 29 de dezembro de 2007.

vida. A conclusão da fala expressa uma forte valorização do tempo dedicado ao movimento, apontando-o como um marco transformador e essencial para sua vida, o que sugere que a experiência foi significativa tanto em termos pessoais quanto coletivos.

A fala também aponta para o contexto social e político do Brasil nas décadas passadas, quando movimentos de base, como a JAC, desempenharam um papel crucial na formação política e social das comunidades rurais. A mobilização de jovens em áreas rurais como a Bahia e Sergipe, e a descrição de condições de vida precárias, coloca a narradora em um cenário de resistência e organização comunitária. Além disso, a menção à carência e à grande adesão das pessoas a esse movimento indica uma resposta a um contexto de desigualdade social e falta de acesso a recursos.

Em síntese, a Juventude Agrária Católica representou um importante movimento de conscientização e organização dos jovens do campo, inserido em um contexto mais amplo de busca por transformações sociais e políticas, deixando um legado significativo na história do movimento social brasileiro na luta por justiça e igualdade no meio rural. A JAC serviu não só para agregar valores cristãos ao homem e a mulher do campo, mas serviu principalmente para estabelecer a autonomia que proporcionou um confronto entre o poder político local e o poder político religioso. Segundo Mainwaring (1989), a concepção da Igreja quanto a sua missão integral determina diretamente o seu envolvimento na vida política. Quando, por exemplo, líderes religiosos argumentam que a Igreja deveria lutar contra o comunismo ou que deveria se colocar acima da política ou que desenvolva uma opção preferencial pelos pobres, estes pressupostos derivam do sistema religioso. Isso significa que é preciso compreender os objetivos da instituição e a concepção de fé que a motiva.

Considerações Finais

O homem do campo se acorda
Ao cantar da passarada
Pra começar novo dia
Com sua luta incensada

No seu pedaço de chão
Trabalhando pelo pão
Puxa o cabo da enxada...
Assim é o dia a dia
E a vida do agricultor

Tem dias que falta chuva
Às vezes falta calor
Só não falta humildade
Nem falta felicidade
Esperança, paz e amor.

(Cordel: Educação que se planta é a que se colhe. Publicação: Sedup, 2013)

A atuação da Juventude Agrária Católica (JAC) em São Miguel das Matas, no recorte histórico da Ditadura Civil Militar, revela um campo de resistência, mobilização e luta por direitos que transcendem as especificidades regionais, mas também se insere profundamente nas particularidades locais. Ao analisar a JAC nesse contexto, é possível perceber como a juventude rural, especialmente nos municípios do interior da Bahia, desempenhou um papel decisivo na construção de maneiras de oposição ao regime militar, articulando-se de forma micro e macro, entre a realidade local e as influências das dinâmicas nacionais.

A JAC miguelense não foi apenas um Movimento religioso ou social, mas uma manifestação que refletiu a tensão entre as estruturas de poder central e as necessidades urgentes da população rural. A cidade, pequena e afastada dos grandes centros urbanos, tornou-se um espaço emblemático onde se evidencia a luta pela justiça social, pela dignidade humana e pelos direitos dos(das) trabalhadores(as) rurais.

A atuação da Juventude Agrária Católica, nesse contexto, envolveu uma busca incessante por mudanças estruturais, conciliando o impulso de transformação social com os valores cristãos de fraternidade e solidariedade. Esse Movimento, ao enfrentar as adversidades

da repressão militar e as limitações impostas pela estrutura agrária, revelou a capacidade da juventude rural de se organizar e lutar por suas necessidades, tornando-se um ponto de referência para a resistência local e regional.

A cidade de São Miguel das Matas, embora pequena e periférica, serviu como um microcosmo de grandes disputas políticas que ocorriam em todo o Brasil, demonstrando que, mesmo em localidades afastadas dos centros urbanos, os jovens tiveram um papel fundamental na construção de uma consciência crítica e na luta pela democracia. Dessa forma, a JAC miguelense não pode ser vista apenas como uma ocorrência religiosa ou social, mas como uma expressão profunda da resistência das camadas populares rurais, que, mesmo frente à repressão, foram capazes de transformar sua realidade, deixando um legado de luta e de esperança para as gerações futuras.

No âmbito microrregional, a atuação da JAC esteve marcada por uma forte conexão com as especificidades da vida rural e as dificuldades enfrentadas pela população camponesa. A Igreja Católica, por meio de suas lideranças eclesiais, representava uma referência importante para a juventude que, através da fé, buscava formas de lutar por seus direitos. O sacerdote local, Monsenhor Gilberto Vaz Sampaio, junto a grupos de jovens, foi peça chave na formação de uma consciência política que, influenciado pela ideologia cristã, se tornou um vetor de resistência contra as injustiças estruturais, principalmente as impostas pelo regime militar.

A atuação da Juventude Agrária Católica guiada pelos princípios cristãos de dignidade humana e solidariedade, não se limitou à prática religiosa tradicional, mas se expandiu para uma esfera de resistência política e social. Essa juventude, muitas vezes marginalizada e vulnerável à repressão do regime militar, soube usar os espaços de fé e de convívio comunitário para questionar as estruturas de poderes dominantes. O pensamento cristão com sua ênfase em valores de justiça social e solidariedade permeava as ações da JAC, que encontrou na pastoral rural uma forma de contestação e mobilização frente à opressão e à desigualdade vigente.

Albuquerque (2003) em suas análises e estudos, abordou as relações entre o micro e o macro, refletindo sobre as interações entre as particularidades locais e as dinâmicas de maior escala, seja no contexto da história, da política ou da economia. Para ele, o Nordeste, e especialmente as pequenas cidades e áreas rurais, como São Miguel das Matas, não são apenas reflexos de processos mais amplos, mas sim locais de resistência, de significado de mobilização. Ao abordar o Nordeste, o autor enfatiza que suas pequenas cidades e áreas rurais não podem ser compreendidas como simples periferias de um processo centralizado, mas como espaços de

resistência e de transformação. Nesse sentido, São Miguel das Matas, e outras localidades rurais do Nordeste, são muito mais do que um reflexo das políticas e das mudanças impostas pelo Brasil central são, de fato, agentes ativos de contestação que, apesar das adversidades, atendem às suas próprias demandas e influências articuladas nas esferas políticas.

Essas comunidades rurais, impulsionadas por um forte senso de identidade e coletividade, tornam-se centros de mobilização e resistência diante das injustiças estruturais, como a concentração de terras, a falta de acesso aos direitos básicos e a repressão política imposta pelo regime militar. A atuação da juventude local, como a da JAC em São Miguel das Matas, não é apenas uma resposta às condições adversas, mas também um esforço contínuo de transformar essas realidades, tornando o local um espaço de contestação ativa. Dessa forma, Albuquerque (2023) nos permite entender o Nordeste e suas pequenas cidades não apenas como receptores passivos de processos externos, mas como locais onde as lutas sociais e políticas se desenrolam de forma autêntica e autossustentada.

A JAC desempenhou um papel fundamental na articulação das lutas locais, utilizando a fé como um meio de resistência e organização popular. A ênfase em justiça social, pregada pela Teologia da Libertação, foi central nesse processo, pois ofereceu um quadro ideológico que conectava as questões do campo, como a reforma agrária e a luta pelos direitos trabalhistas, com os ensinamentos cristãos de solidariedade e igualdade. Ao assimilar essas diretrizes, o Movimento católico não apenas resistiu às ameaças existentes, mas também se fortaleceu como uma força política capaz de enfrentar a opressão, tornando-se um vetor de transformação social nas comunidades rurais. Ao incorporar os princípios da Teologia da Libertação, a JAC não se limitou a ser um Movimento de resistência, mas também se tornou um espaço de conscientização e empoderamento das camadas populares, especialmente dos jovens e das mulheres – sendo, essas últimas, historicamente marginalizadas tanto no campo político, quanto social.

O processo de conscientização política não apenas questionava a ordem imposta pelo regime militar, mas também visava a construção de um modelo alternativo de sociedade mais justo e igualitário, onde a terra, o trabalho e a solidariedade fossem os pilares de um novo projeto de vida comunitária. A JAC, portanto, contribuiu para a criação de um espaço de disputa política, onde as demandas por reforma agrária, melhores condições de trabalho e reconhecimento dos direitos dos(das) camponeses(as) foram canalizados.

Nesse sentido, o Movimento emergiu como um dos principais agentes de transformação social nas áreas rurais, tornando-se um ponto de referência para a resistência contra a opressão

e a desigualdade local, pois foi a partir dele que o homem e a mulher do campo encontraram forças para lutar pelos seus direitos, e esse legado ainda permanece e é evidente nas memórias daqueles que viveram aquela época.

Contudo, importante destacar o papel das mulheres nesse contexto como fonte principal de trabalho, uma vez que a Juventude Agrária Católica Feminina (JACF) representou uma força de liderança e resistência que, ao combinar fé, política e uma busca incessante por justiça social, desafiou as estruturas de opressão e silenciamento. Elas não apenas resistiram ao regime autoritário, mas também abriram caminho para um entendimento mais amplo sobre a luta por igualdade de gênero e direitos humanos no contexto rural. A história dessas mulheres é um exemplo de coragem e de luta por um Brasil mais justo e democrático.

Penso que a JACF, ao se envolver nas lutas sociais, conseguiu redefinir o papel das mulheres rurais na sociedade brasileira. Elas eram, ao mesmo tempo, resistentes ao regime militar que, em muitos casos, se mostravam ainda mais opressivas do que a própria ditadura. Uma estrutura patriarcal que foi relegada a uma posição de subordinação, ainda que discretamente, na medida em que essas mulheres projetaram mais autonomia, não só para suas famílias, mas também para si mesmas. Elas afirmaram seu direito à participação política, social e econômica, mesmo em um cenário extremamente hostil.

O papel da mulher no campo foi crucial para a construção de um movimento de resistência. Essa resistência foi, e ainda é, uma chave fundamental para entendermos o processo de transformação social e política no Brasil, mostrando que elas, não foram apenas coadjuvantes em sua própria história, mas protagonistas de uma luta silenciosa e profunda contra a opressão.

Essa participação ativa pela reforma agrária no período pesquisado foi fundamental para o fortalecimento do movimento camponês e para a organização da resistência contra a repressão do regime. Apesar das dificuldades impostas pela violência estatal e pela discriminação de gênero, as mulheres no campo não apenas se engajaram nas demandas pela terra, mas também transformaram suas realidades e se tornaram protagonistas na luta. A atuação feminina, como agentes de mudança política e social, foi essencial para garantir que, mesmo em tempos de repressão, a voz do campo fosse ouvida e suas demandas articuladas. Elas não apenas desafiaram a ditadura, mas também se desenvolveram para a construção de uma nova ordem social, mais justa e inclusiva, que confirmou o papel crucial da mulher na sociedade e na política brasileira.

Ao investigar essa participação feminina é possível compreender o quanto elas foram essenciais não apenas na construção da vida comunitária, mas também na articulação de um

projeto que desafiava as desigualdades estruturais da sociedade brasileira. É através da pesquisa que conseguiram revelar o protagonismo feminino nas lutas históricas, mostrando que as mulheres do campo não eram apenas coadjuvantes, mas lideranças que moldaram e continuam a moldar as transformações sociais no Brasil. Assim, ao resgatar essas histórias, minha pesquisa não apenas contribui para o fortalecimento da memória histórica, mas também para a afirmação do papel vital da mulher na luta do campo e é o que pretendo ter demonstrado com precisão.

Importante dar destaque também para o fato de que a JAC foi o único Movimento da Ação Católica especializada cujos antigos participantes ainda se reúnem, não por espírito de saudosismo, mas com o objetivo de trocar experiências, estudar temas de interesse comum e, naturalmente, renovar os laços de amizade e de solidariedade que o Movimento plantou no coração de cada um. (BAPTISTA *et al.*, 2012, pg. 120). Esses encontros chamados ENEJAC (Encontro Nacional de ex-jacistas), possibilitam a confraternização e estudo. Eles acontecem em diferentes estados do Brasil, geralmente a cada dois anos, juntando pessoas que se conheceram a partir da década de 1950, através da Juventude Agrária Católica.

As imagens e periódicos contidos nesse trabalho tem uma finalidade importante, a de retratarem as diversas fases do Movimento, pois, através delas, é possível perceber a dinâmica de sua organização e a relevância da atuação dos jovens no meio rural, em um período marcado por condições de vida extremamente precárias pela dificuldade de convivência com a seca e a pobreza no Nordeste. Além disso, esses dois recursos citados também tem um objetivo peculiar, o de trazer ao leitor um pouco do que pode ser perpetuado, tornando a leitura ainda mais intimista e próxima já que imagens e jornais não apenas documentam fatos históricos, mas também transmitem a vivência e os sentimentos das pessoas que participaram do Movimento, proporcionando uma imersão na realidade daquele momento.

O uso da fotografia, especialmente, carrega um poder único de captar a essência das experiências vividas, muitas vezes silenciadas pela história oficial. Ao tornarem visíveis as lutas, os rostos e os gestos de jovens do campo, essas representações possibilitam que o leitor se conecte de maneira mais profunda com a narrativa, humanizando o passado e trazendo à tona questões relevantes. Assim, as imagens e publicações não servem apenas como fontes informativas, mas como testemunhos que nos permitem refletir sobre o impacto social e político desse Movimento, além de revelar o protagonismo juvenil em uma era de adversidades. Ela permite que experimentemos o passado de outra forma, distantes ou inacessíveis de maneira mais tangível, trazendo à tona o que antes poderia ter sido ignorado, oculto ou esquecido. Dessa maneira, a fotografia não apenas documenta a história, mas também a reinventa, oferecendo

novas perspectivas e proporcionando um meio de reflexão crítica sobre o que foi e o que permanece. Ela transforma o efêmero em algo duradouro, ao mesmo tempo em que nos desafia a revisitar e questionar o passado sob novas luzes, permitindo que o presente se conecte com as múltiplas narrativas da história. Em sua essência, a fotografia torna-se uma ponte entre o tempo, a memória e a realidade, nos convidando a uma compreensão mais profunda e humanizada do mundo que nos cerca.

Toda essa pesquisa evidencia que a Juventude Agrária Católica, em muitas localidades do interior baiano, ajudou a abalar a estrutura de subjugação social e política a qual a população rural estava exposta. A atuação da JAC possibilitou, por sua vez, a organização e mobilização das famílias do campo, fazendo com que pudessem desempenhar um protagonismo político inédito nessas comunidades, propiciando a criação de novas lideranças políticas. Em consequência disso, desagradou aos líderes políticos tradicionais, que estavam habituados a deter o poder e usá-lo de forma arbitrária e coercitiva, alijando a maioria da população de obterem melhorias na qualidade de vida.

Ao investigar esse universo individual e coletivo, adentrando nos caminhos das memórias e das narrativas, tive a possibilidade de compreender melhor e apresentar a contribuição de um Movimento tão forte, organizado que procurou manter a coerência entre sua ideologia e sua prática. O desenvolvimento deste estudo, que teve como objetivo analisar a Juventude Agrária Católica no município de São Miguel das Matas, na Bahia, possibilitou a confirmação da relevância desse Movimento para a comunidade miguelense, especialmente para os homens e mulheres do campo. Concluí esta pesquisa com satisfação e contentamento por ter seguido esse caminho. De fato, uma pesquisa histórica, com suas teorias e metodologias empregadas no estudo de um objeto em questão, pode alcançar sua etapa final, mas ainda deixar abertos caminhos para novas abordagens dessa mesma realidade no futuro. Dessa forma, e sem recorrer à expressão convencional de "conclusão", que geralmente se espera em um trabalho acadêmico, prefiro enfatizar que o conteúdo produzido deve ser entendido e interpretado apenas como uma resposta possível para a questão que emergiram durante os trabalhos de campo que realizei para essa dissertação. Assim, finalizo aplaudindo e honrando com esse trabalho aqueles que fizeram parte da Juventude Agrária Católica e, conseqüentemente, da História de São Miguel das Matas.

Entrevistas cedidas de outros acervos

-Manoel Acúrcio Figuerêdo. Entrevista concedida a Padre Esmeraldo Barreto de Farias. Transcrição atualizada em 05 de Janeiro de 2007. Nazaré – Bahia, 1990.

-Otaciano Barbosa de Moura. Entrevista concedida a Padre Esmeraldo Barreto de Farias. Transcrição atualizada em 05 de Janeiro de 2007. Nazaré – Bahia, 1990.

Documentos¹⁰²:

-ANDRADE, Zorilda [postal] 1960 jun. 28, França [Paris] [para] Pe. Gilberto Vaz Sampaio, São Miguel das Matas. Manuscrito.

-Ata do II Encontro Diocesano da JAC – Diocese de Amargosa, de 30 de Novembro a 5 de Dezembro de 1960;

-Ata do 2º Encontro Nacional de ex-jacistas em Porto Alegre-RS, de 11 a 16 de Março de 2001;

-Ata de assembleia da JAC, datado no ano de 1958;

-Catálogo da Paróquia de São Miguel Arcanjo pela Arquidiocese de São Salvador da Bahia, pelo Monsenhor Gilberto Vaz Sampaio – 4 volumes, 2007.

-Boletins Informativos da Igreja Católica datados nos anos de 1982, 1984, 1986;

-Jornal Correio Rural (um jornal do campo, feito pelo homem do campo), ano 17, nº 0151, 1968;

-3º Livro de Tombo da paróquia de São Miguel das Matas (manuscrito);

-Texto sobre o movimento escrito pela ex-jacista Odelita Caldas, datado em 1962;

-Inquérito da JAC datada em 1960;

¹⁰² Relação de uma parte da documentação da Bahia, que não foi cedida ao CEDIC, e que está em acervos pessoais de ex-jacistas, da JACF e do Sindicato Rural de São Miguel das Matas e região. Esse conjunto de documentos mostra muito bem a atuação da JAC durante o Regime Militar e suas posições políticas e religiosas.

Referências Bibliográficas

ALBERTI, V. **História Oral: a experiência do CPDOC**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1989.

ARGOLO Adenilda Andrade. **Festa do Agricultor em São Miguel das Matas: Memória e Arte**. *Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Artes Visuais*. Cachoeira-BA: UFRB, 2017.

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. **A Invenção do Nordeste e Outras Artes**. São Paulo: Cortez, 2003.

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz. **O Tecelão dos tempos: novos ensaios de teoria da história**. São Paulo: Intermeios, 2019. Resenha de: MAYER, Milena Santos. **Revista Expedições**, Morrinhos, v. 11, jan./dez. 2020.

ALVES, Solange Dias de Santana. **A igreja católica na Bahia: fé e política**. Salvador. - Departamento de História da UFBA, 2003.

ANJOS, G dos. **Liderança de mulheres em pastorais e comunidades católicas e suas retribuições**. Cad Pagu [Internet]. 2008Jul ;(31):509–34. Available from: <https://doi.org/10.1590/S0104-83332008000200021>

BARROS, José D'Assunção. **“O lugar da história local na expansão dos campos históricos”** In: OLIVEIRA, Ana Maria Carvalho dos Santos; REIS, Isabel Cristina Ferreira dos. (Org.) **História Regional e Local: Discussões e Práticas**. Salvador: Quarteto, 2010.p.217-242

BAPTISTA, Francisca Maria Carneiro. et al. **História e Organização de Jovens Camponeses Cristãos 1947- 1972**. 1ª Edição. Editora abraça. Rio de Janeiro, 2012.

BAPTISTA, Francisca Maria Carneiro; CARNEIRO, Joana Guida; LUCCHETTI, Ângela Neves. **Retalhos de Vidas. Depoimentos de ex-jacistas**. Brasil, 2012.

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo: fatos e mitos**, vol. 1 (1949). Tradução Sérgio. Milliet. – 3ª edição – Rio de Janeiro. Nova Fronteira, 2016.

BENJAMIN, Walter. **"Pequena História da Fotografia"**. In: *Obras Escolhidas*. Vol. 1. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BENJAMIN, W. (1936). **A Obra de Arte na Era de Sua Reprodutibilidade Técnica**. In: *Illuminations*. Nova York: Schocken Books

BERGER, J. (1972). **Modos de Ver**. London: British Broadcasting Corporation.

BETEATO, Mario Antonio. **Da Ação Católica à Pastoral da Juventude**. Petrópolis, Vozes, 1985.

BETTO, Frei. **A opção pelos pobres: teologia da libertação**. 17ª edição. Editora Ática, 1986.

BETTO, Frei. **O que é Comunidade Eclesial de Base**. 2ª edição. São. Paulo: Brasiliense, 1981.

BRAGA, Livia Ribeiro Barboza de Araújo. **A juventude universitária católica e a ditadura civil-militar brasileira: dos "ventos de abertura" aos "atos de fechamento" (1964-1968)**, 2021. Tese de Mestrado em História – UERJ.

BRIGHENTI, Agenor. **O método ver-julgar-agir: Da Ação Católica à Teologia da Libertação**. Petrópolis-RJ, Editora Vozes. 2022.

BOFF, Leonardo. **Igreja: Carisma e Poder**. Petrópolis: Vozes, 1981.

BOURDIEU, Pierre. **A juventude é apenas uma palavra**. In: Questões de sociologia. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983. p. 112-113.

BOURDIEU, P. **A Distinção: Crítica Social do Julgamento**. São Paulo: Edusp, 1984.

CALDAS, Mayra Sara Teixeira. **Monsenhor Gilberto Vaz Sampaio: uma importante liderança na construção político social no Recôncavo Sul Baiano 1952-2008**. Santo Antônio de Jesus: UNEB, 2011. 140 p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História Regional e Local, Departamento de Ciências Humanas - Campus V, Universidade do Estado da Bahia, Santo Antônio de Jesus, 2011.

CARDOSO, I. **A geração dos anos de 1960: o peso de uma herança**. Tempo Social: Revista de Sociologia da USP, v. 17, n. 2, p. 93-107. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ts/a/BSVVw9SLHbrnnYNRgGtMjJp/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 16 fevereiro 24.

CARVALHO, José Murilo de. Cidadania no Brasil. In: **O longo Caminho**. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

CASTELHANO, João Nuno Frade Marques. **O método de Cardijn: Ver, Julgar e Agir - a sua vivência e aplicação na Ação Católica Rural**. 2017. 70 f. Dissertação (Mestrado em Teologia) - Faculdade de Teologia, Universidade Católica Portuguesa, Porto, Portugal, 2017.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento Feminista Negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. Tradução Jamille Pinheiro Dias. 1ª edição. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019.

COSTA. Cléria Botelho da. **“A escuta do outro: os dilemas da interpretação”** In *História Oral*, v. 17, n. 2, p. 47-67, jul./dez. 2014. Site: www.historiaoral.org.br (revista História Oral).

DELGADO, Dom José de Medeiros. **Pedaços de Mim Mesmo**. Fortaleza: Gráfica Olímpica, 1973.

DE SOUZA, E. F. **A memória como ferramenta para uma historiografia regional**. Revista de História Regional, [S. l.], v. 27, n. 1, 2022.

DIAS, José Alves. **A subversão da ordem**: manifestações de rebeldia contra o regime na Bahia, 1964-1968. Salvador: - Departamento de História da UFBA, 2001.

DUARTE, José Fernando. **A pastoral da juventude em Goiânia: trajetória, experiência e atuação**. 2019. Dissertação de mestrado em História.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1961.

FALCON, Francisco. **História e Poder. In: Domínios da História**. Ensaio de Teoria e Metodologia. (Orgs.) CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.

FARIAS, S. O. . **Movimento de Educação de Base (1961-1966)**: algumas histórias, muitas lutas. Cadernos do Tempo Presente / UFS, v. 26, p. 1-11, 2017.

FARIAS S. O; Santos, M. **Memória e Sindicato: entre discursos e experiências**. Cadernos do Tempo Presente, v. 1, p. 27-37, 2013.

FARIAS, Joilza. **Religiosidade, festas e memórias**: São Miguel das Matas - Ba (1960-2000). Santo Antônio de Jesus: Departamento de História da UNEB, 2002.

FAVERO, O. **Uma pedagogia da participação popular: análise da prática educativa do MEB – Movimento de Educação de Base 1961-1966**. Campinas: Autores Associados, 1994.
KADT, E. **Católicos radicais no Brasil**. Brasília: UNESCO, 2007.

FAGUNDES, E. E. (2022). **Mulheres, Anistia e direitos humanos durante a Ditadura Militar no Brasil**: um balanço historiográfico. *Anos 90*, 29, 1–16. <https://doi.org/10.22456/1983-201X.113069>

FERREIRA, A. B. H. **Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. 5. ed. Curitiba: Positivo, 2010.

FOUCAULT, Michel. **A história da sexualidade vol. 1 - A vontade de saber**. Rio de Janeiro, Graal, 2010.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 13ªed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GOMES SILVA, Tauana. **Mulheres Negras nos Movimentos de Esquerda durante a Ditadura no Brasil (1964-1985)**. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2019.

GRAMSCI, Antônio. **Odeio os indiferentes: escritos de 1917**. 1 edição ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

GUTIÉRREZ, Gustavo. **Teologia da libertação: perspectivas**. Tradução de J. Cunha de Azevedo. Petrópolis: Vozes, 1975.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Vértice; Editora Revista. dos

Tribunais LTDA, 1990.

KADT, Emanuel de. **Católicos Radicais no Brasil**. Trad. Maria Valentina Rezende e Maria Valeria Rezende. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2003.

KHOURY, Yara Aun (coord.) **Inventários dos Fundos: Juventude Agrária Católica do Brasil (JACB), Juventude Estudantil Católica do Brasil. Juventude Independente Católica do Brasil (JICB)**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1998.

LE GOFF, Jacques. **“Documento/ Monumento”**. In: **História e memória**. Campinas: Unicamp, 1996, p.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

LIBANIO, João Batista. **Igreja Contemporânea: Encontro com a Modernidade**. São Paulo: Loyola, 2000, 127.

LIMA, Lívia Morais Garcia & Sousa, Fabiana Rodrigues de. **História oral e educação popular: reflexões sobre metodologia e práticas de pesquisa pautadas no diálogo e na escuta sensível**. História Oral, v. 25, n. 2, p. 135-152, jul./dez. 2022.

LIMA, Marcelo Pereira. **Revolução e repressão, marcas no corpo e na alma: por que não Albertina Rodrigues (1964-1978)**.

LUCCHETTI, Ângela Neves. ET al. **História e Organização de Jovens Camponeses Cristãos 1947-1972**. Rio de Janeiro: Editora Abrace, 2012.

MACÊDO, Laiane de Jesus Santos. **Memória, trabalho e sindicalismo rural em tempo de ditadura em Santo Antônio de Jesus/Bahia (1963-1971)**. 2022. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Estado da Bahia, Santo Antônio de Jesus, 2022.

MAINWARING, Scott. **Igreja Católica e Política no Brasil (1916-1985)** - São Paulo: Brasiliense, 1989.

MARTINS, José de Souza. **A militarização da questão agrária no Brasil: terra e poder - o problema da terra na crise política**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

MANANZAN, Mary John. **Uma Voz na Noite: Memórias de uma Mulher na Teologia Feminista**. São Paulo: Paulus, 1998.

MARTINO, Luiz Claudio. **Classificação e exame crítico da literatura sobre história da comunicação**. In: RIBEIRO, Ana Paula; HERSCHMANN, Micael (Orgs.). Comunicação e história: interfaces e novas abordagens. Rio de Janeiro: Mauad X Globo Universidade, p. 2743, 2008.

MENEZES, Durval Lemos. **A República dos Miguelenses**. Vitória da Conquista – Bahia, 2016.

MONTENEGRO, Antônio Torres. **Travessias: padres europeus no Nordeste do Brasil (1950-1990)**. Recife: Cepe Editora, 2019.

MONTENEGRO, Antônio Torres. **História, metodologia, memória**, São Paulo: Contexto, 2010.

MORAES, Cândida Andrade de.; LEIRO, Augusto Cesar Rios. **Educação social e políticas públicas de juventude: experiências socioeducativas no Brasil e em Portugal**. Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, Araraquara/SP, v. 11, n. esp. 3, p.1626-1644, 2016. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.21723/riaee.v11.n.esp3.9065>>. E-ISSN: 1982-5587.

MORAES, Cândida Andrade de. **Educação Social e Política de Juventude no Brasil e em Portugal: experiências de jovens afrodescendentes**. 211 f. 2017. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

MOTA, Cristiane Lopes da. **Interiorização do golpe de 1964 no Recôncavo Baiano: Estratégias, Adesões e Oposições (1962-1970)**, 2022. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal da Bahia.

NAVARRO, Z. (Org.). **A agricultura brasileira: desempenhos, desafios e perspectivas**. Brasília, DF: IPEA, 2010.

NAZARÉ, Manuella Mirna Enéas de “**Construindo uma Região: Imagem e Imaginário sobre o Nordeste Brasileiro**.” Inter FACES, RJ, n.29, v.1, Jan-jun, 2019.

NERIS, Wheriston Silva. **Igreja e Missão: religiosos e ação política no Brasil**. São Carlos/São Luís: Pedro & João Editores/Edufma, 2022.

OLIVEIRA, Ana Maria Carvalho dos Santos. **Recôncavo Sul: Terra, homens, economia e poder no século XIX**. UNEB, Salvador – Bahia, 2003.

OLIVEIRA, Emanuel Castro. **Cartografia da Memória**. Rio de Janeiro: Editora 7 letras. 2009.

OLIVEIRA, João Carlos. **Colonização e desenvolvimento agrícola em São Miguel das Matas: séculos XVIII a XX**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1985.

PAIS, José Machado. **Culturas juvenis**. Lisboa, 2003.

PEREIRA, Luciene Maria Pires. **Questão Agrária no Brasil: A formação do território brasileiro e o debate da esquerda na década de 1960**. Congresso Internacional de história. 21 a 23 de Setembro de 2011.

POLLAK, Michael. “**Memória, esquecimento, silêncio**.” In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro: vol. 2, nº 3, 1989.

PORTELLI, Alessandro. “**A filosofia e os fatos: narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais**”. *Revista Tempo*, 1 (2): 59-72, 1996.

PRETTO, Nelson De Luca; TOSTA, Sandra Pereira (Org). **Do MEB à WEB: o rádio na educação**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2010.

RÉMOND, René (org.). Por uma **História Política**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.
SARMENTO, Carlos Eduardo (org.). Chagas Freitas.

RIBEIRO, Elaine. **Mulheres e Religiões: Gênero e Transformações no Catolicismo e no Espiritismo**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Unicamp, 2007.

ROSA, Luciana Bispo da. “**Entre o arcanjo e as matas: os caminhos de São Miguel das Matas como ferramenta para o ensino de História**”. Vitória da Conquista, 2022. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.

ROMANCINI, Richard. **História e jornalismo: reflexões sobre campos de pesquisa**. In: BENETTI, Marcia; LAGO, Claudia (orgs.). Metodologia de pesquisa em jornalismo. Editora Vozes, Petrópolis, 2010.

SAMPAIO, Gilberto Vaz. **Paróquia de São Miguel Arcanjo: no primeiro período da diocese de Amargosa**. São Miguel das Matas, BA, [19--]. [Relato memorialista sem publicação e sem data de produção.]

SANTANA, Joseane Duarte de. **Trabalhador Rural e Previdência Social: o acesso aos benefícios previdenciários pelos trabalhadores rurais no Município de São Miguel das Matas - BA**. 103 f. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Serviço Social) - Centro de Artes, Humanidades e Letras, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cachoeira, 2018.

SANTHIAGO, R.; PATAI, D. Dorotéia: reavendo o passado. In: ROVAI, M. G. de O. (org.). **Escutas sensíveis, vozes potentes: diálogos com mulheres que nos transformam**. Teresina: Cancioneiro, 2021.

SANTOS, Emiriene Costa. **Caminhos da Memória: Perfil de torturados, exilados e perseguidos no período da Ditadura Militar**. Livro-Reportagem Perfil, apresentado como Trabalho de Conclusão do Curso de Comunicação Social – Jornalismo da Faculdade Integração Zona Oeste, Osasco – SP, 2005.

SANTOS, J. (2008). **Cultura e sociedade em São Miguel das Matas nas décadas de 50 e 60**. Revista de História Cultural, 5(3), 45-58.

SANTOS, Maria. **A Juventude Agrária Católica: Mobilização e Organização dos Jovens Rurais**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2005.

SANTOS, Luciane Silva de. **A “Festa do Agricultor” no município de São Miguel das Matas-Ba: história e transformações**. Monografia de Conclusão de Curso de graduação em Educação do Campo: habilitação em Ciências Agrárias. Amargosa-BA: UFRB/CFP, 2019.

SILVA, P. S.. **Revolução e repressão, marcas no corpo e na alma: por que não Albertina Rodrigues (1964-1978)**. 2019. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia.

SILVA, R. C. da. **A juventude agrária católica em Alagoa Grande - PB (1954-1964)**. 2017. 48f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Estadual da Paraíba, Guarabira, 2018.

SONTAG, Susan. **Sobre Fotografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

SOUZA, Claudia Moraes de. **Pelas ondas do rádio: Cultura popular, camponeses e o Movimento de Educação de Base**. Universidade de São Paulo, 2006.

SOUZA, Sandra Regina Barbosa da Silva. **Ousar lutar, ousar vencer: história da luta armada em Salvador (1969 – 1971)**. Salvador: UFBA, 2013.

SZARKOWSKI, John. **A Evidência Fotográfica**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

VASCONCELOS, Tânia M. P. Meninas “malcomportadas” e seus romances proibidos no sertão da Bahia: entre a rebeldia e a armadilha do casamento (1942-1959). In CARLONI, Karla; MAGALHÃES, Livia (Orgs.). **Mulheres no Brasil Republicano**. Curitiba: Editora CRV, 2021.

VILAS BOAS, Ismar Araujo. **O livro do Tombo: a história de São Miguel das Matas e do seu povo. São Miguel das Matas**. Livro de memórias sem publicação e sem data de produção.

ZACHARIADHES, Grimaldo Carneiro. **Os jesuítas e o apostolado social durante a ditadura militar: a atuação do CEAS**. EDUFBA, Salvador, 2010.

Anexo:

Lisboa, 19-5-60

Querido Sr. Gilberto

Como o Cristo é Grande!

Tudo o maior prazer de esse sereno hoje. Cristo é um sonho. Saltamos aqui as 10 horas de hoje, haviamos vindo aqui a um alojamento particular, onde estamos a nos reunir com quem que Sr. Edm. José para o Palácio Episcopal, a nos ille recusou que Jesus Jesus conosco.

Está agora na Basilica do S. Coração de Jesus onde está o túmulo de S. João I e tantas outras coisas. Tivemos até no quarto em que S.º António nasceu. Na té onde vivemos e qual coisa tudo de outro do século XIV. Já João sou? E tantas novidades que não sei explicar. Estou quando dizias não sei se consigo mostrar tudo isto.

1º a quem devo tanta coisa? Primariamente ao Cristo 2º a Sr.ª I.ª e Sr.ª ao meu grande assistente. Já sei, o que a Sr.ª não fizera ninguém jamais fará.

Agora vou entrar no principal: O Termino do Nacional foi ótimo. No último dia preparámos a despedida de S.º Nacional para o Internacional, houve vários minutos em cendo e depois houve a descolagem dos amigos secretos, em fl. amiga de S.º André e minha amiga foi Inês.

Fizemos o planejamento do Regional via de 8-16 de maio para os Presidentes estende até 19 de h. Jáca se L. marque o discurso, creio que está muito pois já está na carta passada. Jáca vai e não é de duvidar que Sr. Baranieri irá tb. Pois é necessário o Nacional em as Soc. Vá de novo a ditamina a turma desde cedo. Um, o Regional em A.º. Diocese de Moçim.

O Nacional de 60 no dia de 19-26 de julho. Espero que Sr.ª em. Jáca contra a reunião coisa que uma Igreja nas cor dos Presidentes. Mas em muitas cor

Carta de Zorilda ao Padre Gilberto, escrito de Lisboa, 19 de maio 1960.

...no errados. ... este allem desde a ...
 ...mossa desicida a ... foi ótima, creiamos bem a ...
 ...passamos 2^o por lá. De ... as coisas com a turma fixista, ...
 ...foram dadas. Até nossas cartas elas passaram ao correio, não
 ...gastamos nada. Pense, eu ia gostar quase a \$ 400,00 por 4
 ...cartas, que tal? Estão sendo \$... que o nosso dir. não vale
 ...coisíssima neolucana. Em Patás a coisa ainda interessante
 ...é que só vimos negros daqueles tipo S. Benedito. O tra-
 ...je dele etc. Até o 2^o é negro.
 ...fa ... ia perguntar alguma coisa. Que tal a turma Jez
 ...o tempo da ... e o levantamento do meio? É preciso
 ...o levantamento pois a E. Nacional procura pra enviar pra
 ...o governo, não dizem de fazer pra enviar logo.
 ...Como vai o acampanamento? Pascoa? apuramento? Envia-
 ...ce com Goi e Curitiba? a turma do ... os miolos?
 ...drama de Fronteira? A saída de Odete? Ah! como eu
 ...desfaria saber de tudo! E a Pia Ubirajara?
 ...O nosso dia de recolhimento foi 20 J. (16) Me acordou
 ...pra muita coisa que até aqui dormia.
 ...sábado (21) ... para Fátima, são 30 hs. de trem, até não
 ...ou coisas, vamos enfocar as coisas aqui. Depois uma tur-
 ...ma ... para Alemanha isto após o Congresso e outra Ji-
 ...ca ... França. Eu vou ficar na França com a turma do
 ...norte e Nacional e a turma do P. Grande do Sul vão
 ...para Alemanha. Vou citar alguns pontos que vamos estudar.
 ...1^o ... a vida { famílias
 ... { profissional
 ... { parafiscal do meio rural
 ...2^o ponto. A vida do apuramento; Acção do Mpt. no meio. A vi-
 ...da da secção. Como estão as secções. Como
 ...fazem as reuniões Mpt.
 ...3^o ponto - ... etc.
 ...4^o " A SAC e as outras entidades
 ...5^o " Relação entre a SAC e as entidades do governo
 ...6^o " Como se faz um trabalho em plano diversário
 ...Seis mais coisas mas o papel
 ...pouco, o tempo mes-
 ...um mês, a oblição etc

Continuação da Carta de Zorilda ao Padre Gilberto, escrito de Lisboa, 19 de maio 1960.

41

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO "PEDRO MELLO"
ESTADO DA BAHIA

SAMPALHO

Reg. Nº. 525.027 J.L.

GILBERTO VAZ SAMPALHO

Nome: _____ Pat. Aldeino Vas Sampaio
 Nascido a 5 de Janeiro de 19 27 Filiação: _____
 Nacionalidade Brasileira Mat. Acidália Vaz Sampaio
 Natural de Bahia Local Amargosa
 Estado Civil Solteiro Instância Sim.
 Religião Católica Profissão Sacerdote
 Motivo Carteira de Identidade Civil.

CARACTERES FÍSICOS INDIVIDUAIS

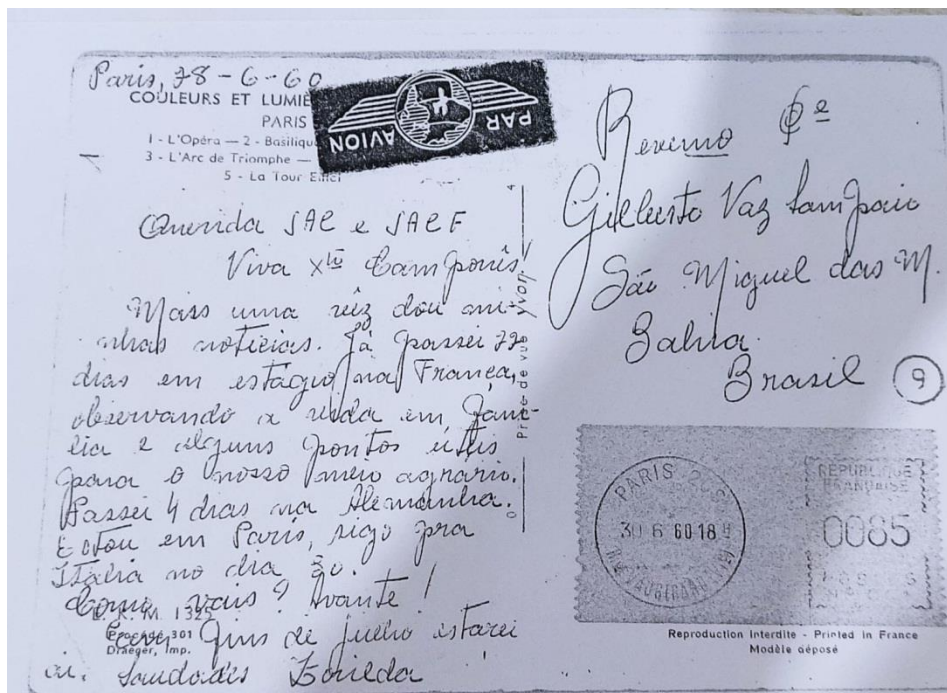
Cópis Branca Cabelos Casta. Cabeça Calvície frontal
 Barba Rapada Rigidez Rapada
 Olhos Casta. Altura 1.68 m.
 Obs. São Miguel das Matas

Doc. Apres. Carteira de Identidade deste Instituto sob nº. 525.027.

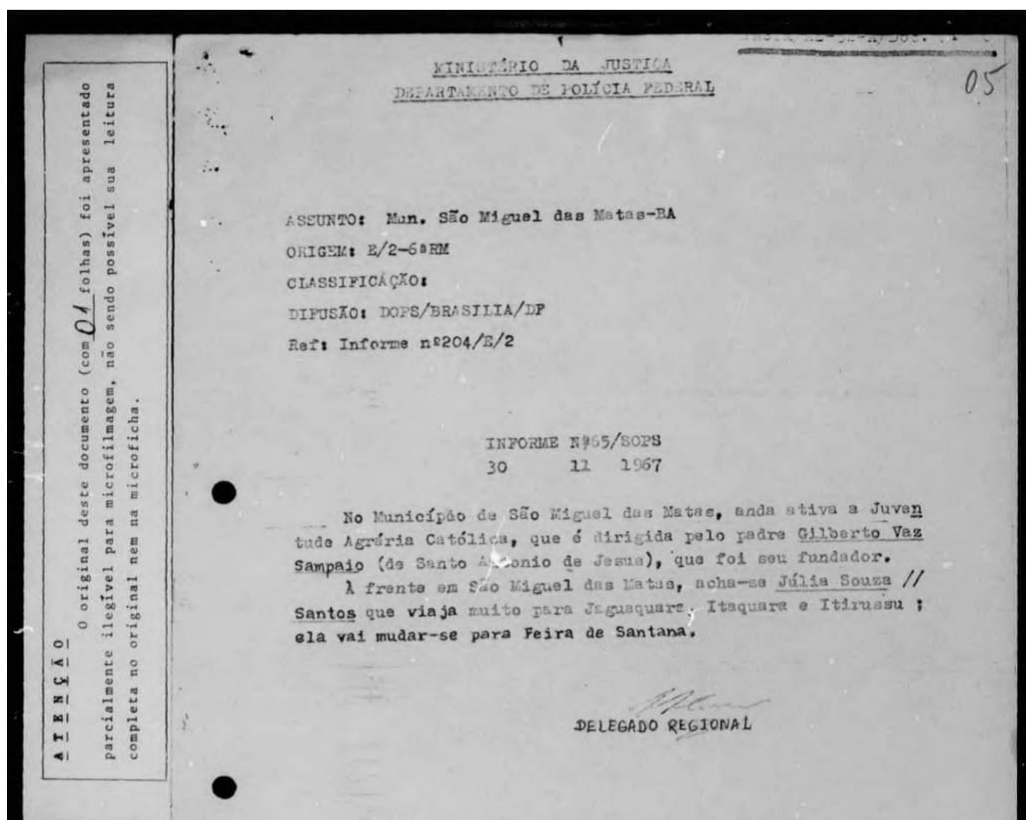
Lugar: _____ Data: 4 de Setembro de 1965
 M.ª Angélica _____
 A-13/58
 A-10/19

Assinatura do Identificado

Elaborado pelo SNI em 1965. Ficha do Pe. Gilberto Vaz Sampaio



Cartão Postal de Zorilda ao Padre Gilberto - França 1960



Elaborado pela Policia Federal em 1967

Desde a fundação da cidade de SÃO MIGUEL DAS MATAS o "Dia do Agricultor" é festejado no dia 15 de novembro, porém, êste ano de 1970 por orientação do Padre WALTER e Prof ENOCH mudaram a data do festejo para o dia 1º DE MAIO, e distribuíram o folheto anexo "CAMPONES", nos moldes do chavão "comunista". (ANEXO 1).

O município de SÃO MIGUEL DAS MATAS está sob a orientação da J A C através de cêrca de 50 ESCOLAS RURAIS que cercam todo o município, conforme pode-se verificar no mapa anexo, ocupadas por Prof leigas que recebem doutrinação direta dos elementos acima citados. (ANEXO 2).

Documento datado em 14 de janeiro de 1983. Referente ao período em que a JAC atuou.

Congresso Eucarístico Mariano

Em Dezembro de 5 a 12, realizou-se um Congresso Eucarístico Mariano com real proveito para a vida religiosa desta Paróquia, como preparadas do 1º Congresso Eucarístico Diocesano, no ano 1954.

Lide da C. M.

Foi uma semana marcante na história religiosa de São Miguel das Matas. Contamos com a ajuda de 16 seminaristas do Seminário Maior da Bahia em face do crescimento da Congregação Mariana que já alcançava o número de 250 membros, tivemos a ideia de construir um salão de reuniões. Adquirimos o local, que embora na época ficasse isolado, era perto da Matriz. Custou a fugidia de quinhentos e cinquenta contos de reis. Houve ajuda de muita gente com dinheiro, materiais e utensílios. Os líderes das Campanhas foram Alcides Albano de Andrade (Caldas), Miguel Araújo Benfim e Esmal Curcio dos Santos.

J. 2. 16.

A Juventude Agrária Católica iniciou-se no ano 1955, nesta Paróquia, depois de vários contatos com a líder Nacional, Sígela Neves, do Rio de Janeiro. Era o setor agrário da Acaç Católica. Em face da nova mentalidade que a Acaç Católica trouxe, houve muita reação por parte de grupos reacionários e políticos. São Miguel desentou com esse movimento, no âmbito nacional ficando conhecido como um dos bons grupos, autêntico e dinâmico. Contamos com a ajuda da Profª Maria Odilita Caldas que lecionava no Ponto da Serra, pessoa muito estimada pela Comunidade. A Equipe, tendo à frente o Vigário sempre participou dos Encontros Nacionais. Nesta Paróquia surgiram líderes que assumiram o movimento no Estado de Sergipe e nas Dioceses de terra de Santana. Uma jovem estagiou durante 1 mês na traveca. Com a saída do Vigário, a 1º de Janeiro de 1967 o movimento desapareceu.

1982 P. Gilberto Vaz Sampaio

Livro de tomo da igreja de São Miguel das Matas escrito pelo padre Gilberto Vaz em 1982, p.83.